



Análise do Desempenho 4T18

Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação	8
Acesso on-line	8
Estimativas 2018	9
Estimativas 2019	9
Sumário do Resultado	11
1 – Demonstrações Contábeis Resumidas	18
1.1. Balanço Patrimonial Resumido	18
1.2. Demonstração do Resultado com Realocações	20
1.2.1. Abertura das Realocações.....	22
1.2.2. Glossário das Realocações	24
1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	25
2 – Resultado Financeiro	26
2.1. Margem Financeira Bruta.....	26
2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito	26
2.3. Despesa Financeira de Captação.....	27
2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional.....	28
2.5. Resultado de Tesouraria.....	28
2.6. Análise dos Ativos e Passivos	31
2.6.1. Análise dos Ativos.....	31
2.6.2. Análise dos Passivos	32
2.6.3. Análise Volume e Taxa	33
2.7. Margem Gerencial de Crédito	35
2.8. Exposição Cambial e a Taxas de Juros.....	36
3 – Rendas de Tarifas	39
4 – Despesas Administrativas	41
4.1. Despesas de Pessoal	41
4.2. Outras Despesas Administrativas	41
4.3. Indicadores.....	42
5 – Outros Componentes do Resultado	44
5.1. Informações de Coligadas e Controladas	44
5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais	44
6 – Gestão de Capital	46
6.1. Estrutura de Capital	46
7 – Crédito	51
O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil.....	51
7.1. Carteira de Crédito	51
7.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	53
7.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	57
7.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios	59
7.1.4. Concentração.....	64
7.2. Qualidade do Crédito	66
7.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	70
7.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	72
7.2.3. Carteira de Agronegócios	75
7.2.4. Carteira de Crédito no Exterior	79
7.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos	80
7.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal.....	80
7.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos	80
7.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos.....	80
7.3.4. Eficiência do Processo.....	81
7.3.5. Carteira de Crédito Renegociada	83
8 – Captações	85
9 – Serviços Financeiros	88
9.1. Meios de Pagamento	88
9.1.2. Resultado com Negócios de Cartões	90
9.2. Gestão de Recursos de Terceiros	90
9.3. Mercado de Capitais	92
9.4. Seguros, Previdência e Capitalização	95
9.5. Consórcios	96

10 – Outras Informações.....	98
10.1. Ativo e Passivo Atuarial	98
10.1.1. Previ – Plano 1	98
10.1.2. Fundos de Destinação do <i>Superavit</i> Previ (Plano 1)	99
10.1.3. Cassi	100
10.1.4. Planos de Benefícios - Efeitos no Patrimônio Líquido	101
10.2. Atendimento a Clientes	102
10.2.1. Rede de Atendimento	102
10.2.2. Canais Automatizados	102
10.2.3. Investimentos em Tecnologia	105
10.3. Negócios Internacionais	105
10.3.1. Banco Patagonia	106
Glossário	109

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estimativas de 2018.....	9
Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna.....	9
Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Despesa de PCLD	9
Tabela 4. Estimativas para 2019.....	10
Tabela 5. Resultado – R\$ milhões.....	11
Tabela 6. Indicadores de Mercado	11
Tabela 7. Margem Financeira Bruta – R\$ milhões e Spread Global (%)	12
Tabela 8. Rendas de Tarifas – R\$ milhões.....	14
Tabela 9. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo.....	18
Tabela 10. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo	19
Tabela 11. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral.....	20
Tabela 12. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Anual	21
Tabela 13. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários	23
Tabela 14. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários.....	25
Tabela 15. Principais Indexadores.....	26
Tabela 16. Composição da Margem Financeira Bruta	26
Tabela 17. Receita Financeira de Operação de Crédito	26
Tabela 18. Composição Sintética dos Ativos.....	27
Tabela 19. Resultado de Captação	27
Tabela 20. Captações vs. Taxa Selic	28
Tabela 21. Despesa de Captação Institucional	28
Tabela 22. Resultado de Tesouraria.....	28
Tabela 23. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários.....	29
Tabela 24. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado	29
Tabela 25. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado	30
Tabela 26. Saldo da Liquidez.....	30
Tabela 27. Despesa de Captação no Mercado Aberto.....	30
Tabela 28. Outros Componentes de Tesouraria.....	30
Tabela 29. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual).....	31
Tabela 30. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral).....	31
Tabela 31. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (12 meses)	31
Tabela 32. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual).....	32
Tabela 33. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral).....	32
Tabela 34. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (12 meses)	33
Tabela 35. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral	33
Tabela 36. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 12 Meses.....	33
Tabela 37. Margem Global – (%).....	34
Tabela 38. Margem Global com Recuperação – (%)	34
Tabela 39. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro.....	34
Tabela 40. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)	35
Tabela 41. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (12 meses).....	35
Tabela 42. Margem Gerencial.....	36
Tabela 43. Taxa por Carteira	36
Tabela 44. Balanço em Moedas Estrangeiras	37
Tabela 45. Descasamento por Vencimento.....	38
Tabela 46. Rendas de Tarifas.....	39
Tabela 47. Despesas de Pessoal	41
Tabela 48. Perfil dos Colaboradores	41
Tabela 49. Outras Despesas Administrativas.....	42
Tabela 50. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados ¹	42
Tabela 51. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência	42
Tabela 52. Resultado Estrutural.....	43
Tabela 53. Participações Societárias.....	44
Tabela 54. Outras Receitas e Despesas Operacionais	45
Tabela 55. Índice de Basileia	47
Tabela 56. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	48
Tabela 57. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD}	49
Tabela 58. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MFPAD}	49

Tabela 59. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD}	49
Tabela 60. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR.....	50
Tabela 61. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada	52
Tabela 62. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna.....	52
Tabela 63. Crédito SFN	52
Tabela 64. Carteira de Crédito Pessoa Física	54
Tabela 65. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado.....	54
Tabela 66. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito	55
Tabela 67. Taxas e Prazos Médios	55
Tabela 68. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica	56
Tabela 69. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	57
Tabela 70. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica	57
Tabela 71. Câmbio de Exportação e Importação	57
Tabela 72. ACC/ACE	58
Tabela 73. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE	58
Tabela 74. Crédito MPE por Setor de Atividade	59
Tabela 75. Produtos de Crédito - MPE	59
Tabela 76. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em dezembro de 2018	59
Tabela 77. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região	60
Tabela 78. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito	60
Tabela 79. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação	61
Tabela 80. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado	61
Tabela 81. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente	61
Tabela 82. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica	62
Tabela 83. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos.....	62
Tabela 84. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação	62
Tabela 85. Receitas de Equalização a Receber - Movimentação ¹	63
Tabela 86. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios.....	63
Tabela 87. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural.....	63
Tabela 88. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola	64
Tabela 89. 100 Maiores Clientes em relação à Carteira de Crédito Classificada	64
Tabela 90. 100 Maiores Clientes em relação ao Patrimônio de Referência	65
Tabela 91. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ.....	65
Tabela 92. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco.....	69
Tabela 93. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada	69
Tabela 94. Índices de Atraso da Carteira Classificada	70
Tabela 95. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco	70
Tabela 96. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF	71
Tabela 97. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito	71
Tabela 98. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco.....	73
Tabela 99. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ.....	73
Tabela 100. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito	74
Tabela 101. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco	75
Tabela 102. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito	75
Tabela 103. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco.....	76
Tabela 104. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF	76
Tabela 105. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco	77
Tabela 106. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ	77
Tabela 107. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio.....	78
Tabela 108. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios.....	79
Tabela 109. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco	79
Tabela 110. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo ¹	83
Tabela 111. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso	83
Tabela 112. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco.....	84
Tabela 113. Captações Comerciais.....	85
Tabela 114. Captações Institucionais	86
Tabela 115. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade	86
Tabela 116. Captações Comerciais no Exterior - Produto	86
Tabela 117. Fontes e Usos.....	87
Tabela 118. Emissões Vigentes no Exterior	87
Tabela 119. Base de Cartões – Uso Recorrente	89
Tabela 120. Resultado com Negócios de Cartões	90
Tabela 121. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento	91

Tabela 122. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima	91
Tabela 123. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais	91
Tabela 124. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta	94
Tabela 125. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho.....	96
Tabela 126. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo	97
Tabela 127. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio	97
Tabela 128. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	97
Tabela 129. Composição dos Ativos	99
Tabela 130. Principais Premissas Atuariais.....	99
Tabela 131. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012.....	99
Tabela 132. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade	100
Tabela 133. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização	100
Tabela 134. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012	101
Tabela 135. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012	101
Tabela 136. Rede de Atendimento	102
Tabela 137. Unidades de Atendimento.....	102
Tabela 138. Rede de Agências por Região	102
Tabela 139. Rede de Atendimento no Exterior.....	106
Tabela 140. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais.....	106
Tabela 141. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado	106
Tabela 142. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais	107
Tabela 143. Banco Patagonia – Captações	107
Tabela 144. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado	107
Tabela 145. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito.....	108
Tabela 146. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais.....	108

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Spread</i> Gerencial por Segmento - %	12
Figura 2. Despesa de Provisão por Segmento – R\$ milhões ¹	13
Figura 3. Despesas Administrativas – R\$ milhões	14
Figura 4. Basileia - %.....	15
Figura 5. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões	15
Figura 6. Inad +90d – %	16
Figura 7. Cobertura ¹	16
Figura 8. Cobertura por Segmento – %.....	17
Figura 9. Distribuição das Receitas de Crédito	27
Figura 10. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo).....	29
Figura 11. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)	34
Figura 12. Evolução da Exposição Cambial em % do PR	37
Figura 13. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R\$ bilhões).....	38
Figura 14. Composição do RWA por tipo de risco (%).....	48
Figura 15. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil	51
Figura 16. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões	53
Figura 17. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %	53
Figura 18. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %.....	54
Figura 19. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %	55
Figura 20. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado.....	56
Figura 21. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos	56
Figura 22. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %.....	58
Figura 23. Participação do BB no Agronegócio – %	60
Figura 24. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %.....	64
Figura 25. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada.....	66
Figura 26. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	66
Figura 27. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada	67
Figura 28. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	67
Figura 29. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna	68
Figura 30. <i>New NPL</i> – % da Carteira de Crédito Classificada	68
Figura 31. Despesa Trimestral de PCLD sobre <i>New NPL</i> (Cobertura).....	68
Figura 32. Safra Anual – Crédito Pessoa Física	72
Figura 33. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Física	72
Figura 34. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	74
Figura 35. Safra Anual – Carteira MPE	74
Figura 36. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito do Agronegócio	78
Figura 37. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação	81
Figura 38. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %	81
Figura 39. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas ¹ - %.....	82
Figura 40. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	82
Figura 41. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %.....	82
Figura 42. <i>New NPL</i> – % da Carteira Renegociada.....	83
Figura 43. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)	85
Figura 44. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas ¹	88
Figura 45. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões.....	89
Figura 46. Faturamento dos Cartões BB – Função Crédito – R\$ bilhões	89
Figura 47. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões.....	90
Figura 48. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões	92
Figura 49. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional	93
Figura 50. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário.....	94
Figura 51. Ouro – Custódia	95
Figura 52. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas	97
Figura 53. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%).....	103
Figura 54. Quantidade de Usuários (milhões) – <i>Internet</i> e <i>Mobile</i>	103
Figura 55. Quantidade de Transações (milhões) – <i>Internet</i> e <i>Mobile</i>	104
Figura 56. Terminais de Autoatendimento	104
Figura 57. Transações – TAAs vs Caixa – (% média)	104
Figura 58. Investimentos em Tecnologia (R\$ bilhões)	105

Figura 59. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade.....	105
Figura 60. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões	107

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Ele é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral. O leitor encontrará tabelas com as séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, é apresentado um índice com todas as séries históricas, além das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do período em análise são apresentadas. Todos os documentos estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Acesso on-line

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas mais informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, notícias, perguntas frequentes e a Central de *Downloads*.

Banco do Brasil
Relações com Investidores

bb.com.br
bb.com.br/ri

Estimativas 2018

Apresentamos a seguir o realizado em 2018 comparado às estimativas divulgadas pelo Banco no período. O desempenho da carteira de crédito é medido pela comparação dos saldos em 12 meses. O Lucro Líquido Ajustado e a Despesa de PCLD Líquida são acompanhados pelos montantes acumulados ao longo do exercício. Os desempenhos da Margem Financeira Bruta, das Rendas de Tarifas e das Despesas Administrativas são medidos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 1. Estimativas de 2018

	Estimativas 2018	Observado 2018	
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	11,5 a 14	13,5	✓
Margem Financeira Bruta - %	-6,5 a -5,0	-5,8	✓
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna - %	1 a 4	3,0	✓
Pessoa Física - %	4 a 7	7,5	✓
Pessoa Jurídica - %	-3 a 0	-1,4	✓
Rural - %	4 a 7	6,1	✓
Despesa de PCLD Líquida - R\$ bilhões	-16,0 a -14,0	-14,2	✓
Rendas de Tarifas - %	4 a 7	5,8	✓
Despesas Administrativas - %	1 a 4	0,6	✓

No exercício de 2018, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Carteira de Crédito PF: desempenho impactado pela priorização do crescimento em linhas com melhor relação entre Risco e Retorno;
- Despesas Administrativas: resultado influenciado pela gestão contínua da eficiência.

Tabela 2. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	630.314	100,0	640.993	100,0	649.335	100,0	3,0	1,3
Pessoa Física	177.387	28,1	184.859	28,8	190.770	29,4	7,5	3,2
Pessoa Jurídica	293.253	46,5	289.374	45,1	289.183	44,5	(1,4)	(0,1)
Rural	159.674	25,3	166.760	26,0	169.382	26,1	6,1	1,6

Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Despesa de PCLD

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. %
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Margem Financeira Bruta	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)	52.706	49.625	(5,8)
Despesa de PCLD Líquida	(3.909)	(3.226)	(3.168)	(19,0)	(1,8)	(20.094)	(14.221)	(29,2)
Desp. de PCLD - Risco de Crédito	(5.637)	(4.858)	(4.788)	(15,1)	(1,4)	(25.265)	(20.229)	(19,9)
Recuperação de Operações em Perdas	1.728	1.632	1.620	(6,2)	(0,7)	5.172	6.008	16,2

Estimativas 2019

Apresentamos a seguir as Estimativas para 2019. A metodologia de apuração dos indicadores **Carteira de Crédito** e **Despesas Administrativas** foi alterada conforme abaixo:

- Carteira de Crédito: A partir de 2019, o saldo da carteira PJ não conterà as operações com Governo. A tabela abaixo mostra o desempenho da carteira de crédito em 2018 sem o saldo das referidas operações.

R\$ milhões	Saldos						Var. %	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	589.528	100,0	595.139	100,0	604.419	100,0	2,5	1,6
Pessoa Física	177.387	30,1	184.859	31,1	190.770	31,6	7,5	3,2
Pessoa Jurídica - Sem Governo	252.467	42,8	243.520	40,9	244.267	40,4	(3,2)	0,3
Rural	159.674	27,1	166.760	28,0	169.382	28,0	6,1	1,6

- 2) **Despesas Administrativas:** A composição das Despesas Administrativas foi alterada para refletir reclassificação de saldos entre as linhas de Outras Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais. A tabela abaixo mostra o desempenho da linha de Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais caso a série histórica fosse revista para refletir a reclassificação:

R\$ milhões	Fluxo Trimestral - 2017				Fluxo Trimestral - 2018			
	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Despesas Administrativas	(7.456)	(7.546)	(7.560)	(7.906)	(7.432)	(7.732)	(7.593)	(7.923)
Despesas de Pessoal	(4.676)	(4.816)	(4.679)	(4.804)	(4.751)	(5.034)	(4.765)	(4.970)
Outras Despesas Administrativas	(2.780)	(2.730)	(2.880)	(3.101)	(2.681)	(2.698)	(2.828)	(2.953)
Outras Despesas Operacionais	(3.251)	(3.227)	(3.301)	(3.452)	(2.879)	(3.187)	(3.155)	(2.465)

Os resultados dependem das condições de mercado, do desempenho econômico do país e dos mercados internacionais, os quais podem impactar o desempenho efetivo daqueles previstos em nossas estimativas.

Tabela 4. Estimativas para 2019

	Estimativas 2019
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	14,5 a 17,5
Margem Financeira Bruta - %	3,0 a 7,0
Carteira de Crédito ⁽¹⁾ ⁽²⁾ - %	3,0 a 6,0
Pessoa Física - %	7,0 a 10,0
Pessoa Jurídica ⁽²⁾ - %	0 a 3,0
Rural - %	3,0 a 6,0
Despesa de PCLD Líquida - R\$ bilhões	-14,5 a -11,5
Rendas de Tarifas - %	5,0 a 8,0
Despesas Administrativas - %	2,0 a 5,0

1 – Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias.

2 – Não considera crédito a Governo.

As estimativas para 2019 foram elaboradas considerando as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela Administração

- Manutenção do atual modelo de negócios;
- Priorização de negócios com melhor relação risco e retorno, adequando a rentabilidade a patamares sustentáveis e agregando valor aos acionistas;
- Foco no relacionamento, buscando ser o principal provedor de soluções, de forma a potencializar a experiência do cliente e o resultado do Banco;
- Intensificação do modelo de atendimento Digital, com investimentos na racionalização da estrutura operacional;
- Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado.

Premissas que escapam ao controle da Administração

- Manutenção do marco regulatório nacional e internacional no mercado financeiro;
- Ritmo moderado do crescimento econômico mundial;
- Preservação da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica: câmbio flutuante, metas para inflação e disciplina fiscal;
- Redução gradual da taxa de desemprego; e
- Continuidade do crescimento gradual da economia (PIB).

Sumário do Resultado

Lucro Líquido Ajustado de R\$ 13,5 bilhões em 2018

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 13,5 bilhões em 2018, crescimento de 22,2% em relação a 2017. O resultado foi impactado pela redução das despesas de provisão de crédito, pelo aumento das rendas de tarifas, que cresceram acima da inflação e pelo controle de custos, que desempenharam abaixo da inflação. O crescimento do RSPL na visão anual de 12,3% para 13,9%, reforça o compromisso de aumento da rentabilidade. No 4T18, o RSPL foi de 16,3%.

Tabela 5. Resultado – R\$ milhões

R\$ milhões				Var. %				Var. %
	4T17	3T18	4T18	s/4T17	s/3T18	2017	2018	s/2017
Margem Financeira Bruta	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)	52.706	49.625	(5,8)
Despesa de PCLD Líquida	(3.909)	(3.226)	(3.168)	(19,0)	(1,8)	(20.094)	(14.221)	(29,2)
Despesa de PCLD - Risco de Crédito	(5.637)	(4.858)	(4.788)	(15,1)	(1,4)	(25.265)	(20.229)	(19,9)
Recuperação de Crédito	1.728	1.632	1.620	(6,2)	(0,7)	5.172	6.008	16,2
Margem Financeira Líquida	8.911	9.352	9.322	4,6	(0,3)	32.613	35.404	8,6
Rendas de Tarifas	6.735	6.871	7.236	7,4	5,3	25.941	27.452	5,8
Margem de Contribuição	14.396	15.109	15.399	7,0	1,9	53.553	58.267	8,8
Despesas Administrativas	(8.236)	(7.916)	(8.220)	(0,2)	3,8	(31.787)	(31.966)	0,6
Resultado Comercial	6.031	7.062	7.052	16,9	(0,1)	21.264	25.761	21,1
Outros Componentes do Resultado	32	232	773	2.288,6	233,5	21	1.481	-
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	5.475	6.016	6.604	20,6	9,8	18.750	23.319	24,4
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.476)	(1.832)	(1.989)	34,8	8,6	(4.604)	(6.696)	45,4
Participações Estatutárias no Lucro	(412)	(432)	(488)	18,4	12,9	(1.436)	(1.715)	19,4
Lucro Líquido Ajustado	3.188	3.402	3.845	20,6	13,0	11.060	13.513	22,2
Itens Extraordinários	(80)	(227)	(42)	(47,7)	(81,6)	(49)	(651)	-
Lucro Líquido	3.108	3.175	3.803	22,3	19,8	11.011	12.862	16,8
RSPL Mercado - %	14,5	14,3	16,3			12,3	13,9	
RSPL Acionista - %	16,0	15,7	17,8			13,6	15,1	

As metodologias de cálculo dos índices de RSPL do BB podem ser encontradas no Glossário.

Indicadores de Mercado

Destaque para a evolução do lucro ajustado por ação de R\$ 3,97 em 2017 para R\$ 4,85 no 2018.

Tabela 6. Indicadores de Mercado

	4T17	4T18	2017	2018	2019 E ¹	2020 E ¹
Lucro por Ação - R\$	1,10	2,45	3,91	4,54	5,67	6,57
Lucro Ajustado por Ação - R\$	1,14	1,38	3,97	4,85	5,59	6,40
Dividend Yield ² - %	3,64	3,99	3,64	3,99	4,15	5,12
Preço / Lucro 12 meses	8,05	10,07	8,05	10,07	9,33	8,15
Preço / Valor Patrimonial	0,90	1,27	0,90	1,27	1,32	1,22

1 Estimativa Bloomberg, em 13 de fevereiro de 2019 às 17:00h, com base na média das projeções de analistas externos. O BB não se responsabiliza por esta informação.

2 Dividendos e JCP 12 meses / Capitalização de Mercado.

Margem Financeira Bruta

Desde o 1T18, a Margem Financeira Bruta (MFB) é apresentada sem considerar a recuperação de créditos em perdas, que é apresentada compondo o resultado de PCLD. A série foi reprocessada até o 1T14.

Os principais destaques da MFB no trimestre foram:

- I Crescimento nas receitas financeiras com operações de crédito em R\$ 63 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento da carteira de crédito PF.
- II A despesa financeira de captação foi impactada pela elevação da taxa de juros na Argentina, o que elevou a despesa em depósitos a prazo no Banco Patagonia em aproximadamente R\$ 177 milhões, sendo compensada no resultado de TVM. Já as despesas de captação institucional reduziram em R\$ 158 milhões no trimestre, principalmente com o impacto das despesas financeiras de instrumentos emitidos no exterior, como os títulos perpétuos subordinados, TVM e dívida subordinada no exterior, que decresceram influenciadas pela valorização da taxa de câmbio média no 4T18, bem como pela redução do saldo destas captações.
- III O resultado de tesouraria foi impactado negativamente pelo resultado com derivativos e marcação a mercado.

Tabela 7. Margem Financeira Bruta – R\$ milhões e Spread Global (%)

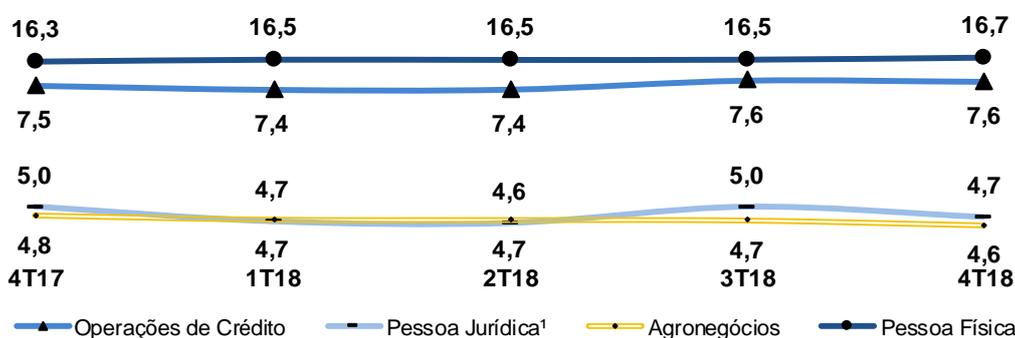
R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. %
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Margem Financeira Bruta	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)	52.706	49.625	(5,8)
Receita Financeira com Operações de Crédito	19.532	18.390	18.452	(5,5)	0,3	86.342	73.683	(14,7)
Despesa Financeira de Captação	(6.469)	(6.190)	(6.437)	(0,5)	4,0	(32.441)	(24.594)	(24,2)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.823)	(2.734)	(2.576)	(8,8)	(5,8)	(12.426)	(10.887)	(12,4)
Resultado de Tesouraria ²	2.580	3.112	3.051	18,3	(2,0)	11.232	11.422	1,7
Spread Global - %³	4,2	3,9	4,0	-	-			
Spread Ajustado pelo Risco	2,9	2,9	3,0					

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

3 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

Figura 1. Spread Gerencial por Segmento - %

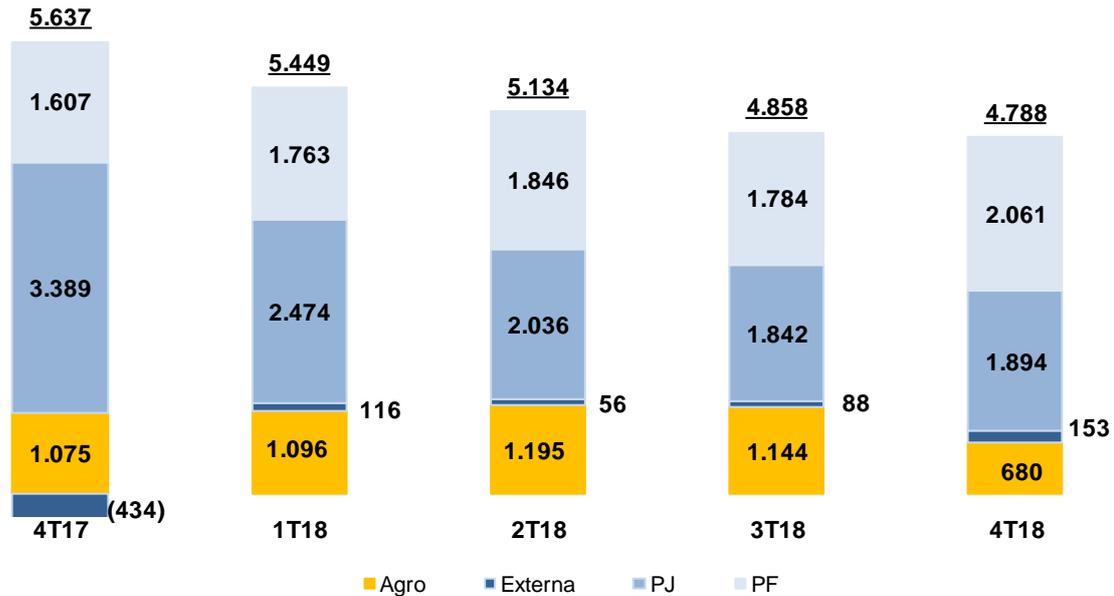


1 - Não inclui operações com o Governo.

PCLD continua em trajetória de queda

A despesa com PCLD – Risco de Crédito caiu 19,9% em relação a 2017, alcançando R\$ 20,2 bilhões no período, com destaque na queda da PCLD da carteira de Agronegócio.

A despesa de PCLD Líquida, que conta com a Recuperação de Crédito caiu 29,2% na comparação com 2017, alcançando R\$ 14,2 bilhões no ano, fruto da maior recuperação no período (crescimento de 16,2%).

Figura 2. Despesa de Provisão por Segmento – R\$ milhões¹

1 – Não inclui a Recuperação de Crédito.

Rendas de Tarifas crescem 5,8%

Na comparação 2018/2017, as rendas de conta corrente refletem o crescimento de 6,2% na receita com pacote de serviços. O Banco tem o valor dos seus pacotes de serviços posicionados em um patamar próximo às demais instituições financeiras privadas.

O volume de recursos administrados relacionadas à Administração de Fundos subiu de R\$ 864,5 bilhões em dez/17 para R\$ 941,1 bilhões em dez/18. No comparativo 4T18/3T18, houve redução devido à menor captação líquida e menor quantidade de dias úteis no período. Maiores informações no capítulo 9.2.

Na comparação com 3T18, a alta nas receitas em Seguros, Previdência e Capitalização foram influenciadas pelas rendas de corretagem com Brasilprev VGBL. Ainda na linha de Seguros, o destaque é o bônus de performance anual, no valor de R\$ 276,1 milhões, pagos pela BB MAPFRE SH1 em razão da superação das metas de comercialização dos seguros no período de abril a dezembro de 2018, conforme acordado na renegociação da parceria com o Grupo Mapfre.

Resultado positivo também em Consórcios, cujo volume de vendas ultrapassou R\$ 11 bilhões em 2018. Foram comercializadas 304 mil cotas em 2018, ante 218 mil no ano anterior. Destaque para consórcio veículos com mais de 251 mil cotas vendidas em 2018. No 4º trimestre de 2018, a BB Consórcios registrou mais de 81 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 3 bilhões em volume de negócios.

Tabela 8. Rendas de Tarifas – R\$ milhões

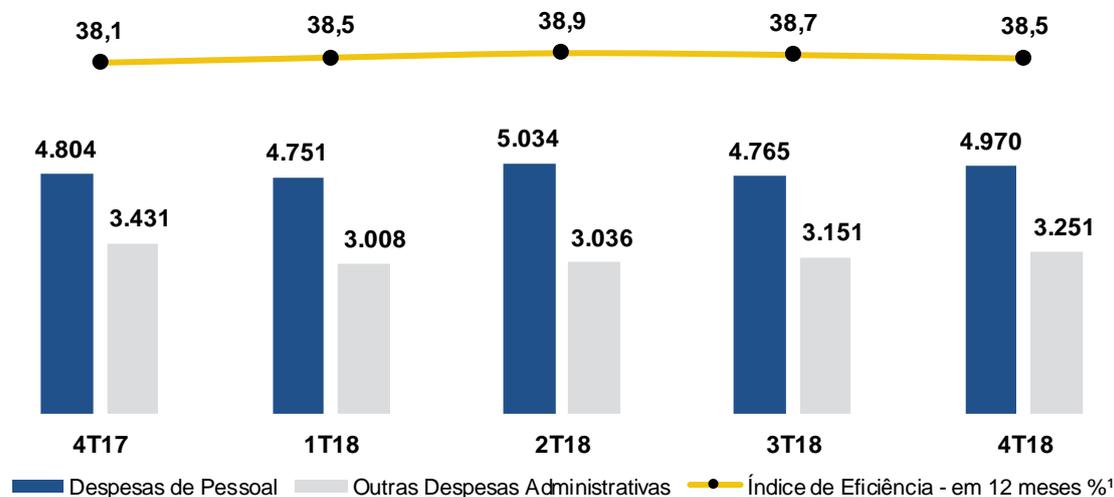
	4T17	3T18	4T18	Var. %		2017	2018	Var. % s/2017
				s/4T17	s/3T18			
Rendas de Tarifas	6.735	6.871	7.236	7,4	5,3	25.941	27.452	5,8
Conta Corrente	1.882	1.857	1.902	1,1	2,4	6.997	7.331	4,8
Administração de Fundos	1.347	1.556	1.487	10,4	(4,5)	5.397	6.023	11,6
Seguros, Previdência e Capitalização	810	714	1.039	28,2	45,4	3.048	3.221	5,7
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	517	462	558	7,8	20,8	1.853	1.999	7,8
Cartão de Crédito/Débito	421	491	507	20,4	3,2	1.881	1.942	3,2
<i>País¹</i>	<i>394</i>	<i>423</i>	<i>426</i>	<i>8,2</i>	<i>0,8</i>	<i>1.521</i>	<i>1.657</i>	<i>8,9</i>
Cobrança	338	314	312	(7,7)	(0,5)	1.448	1.290	(10,9)
Arrecadações	274	277	283	3,3	2,4	1.087	1.116	2,7
Consórcio	198	236	275	38,9	16,8	725	942	29,9
Rendas do Mercado de Capitais	227	185	188	(17,3)	1,6	775	788	1,7
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	173	225	110	(36,6)	(51,2)	689	605	(12,1)
Outros	152	131	149	(2,0)	13,9	520	540	3,8

1 – Tarifa auferida no Brasil

Despesas Administrativas sobem 0,6% em 2018

As despesas administrativas cresceram abaixo da inflação, resultando em um índice de eficiência em 12 meses de 38,5% no 4T18, melhora de 20bps em relação ao 3T18.

Figura 3. Despesas Administrativas – R\$ milhões



¹ Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.

Índice de Basileia atinge 18,9%

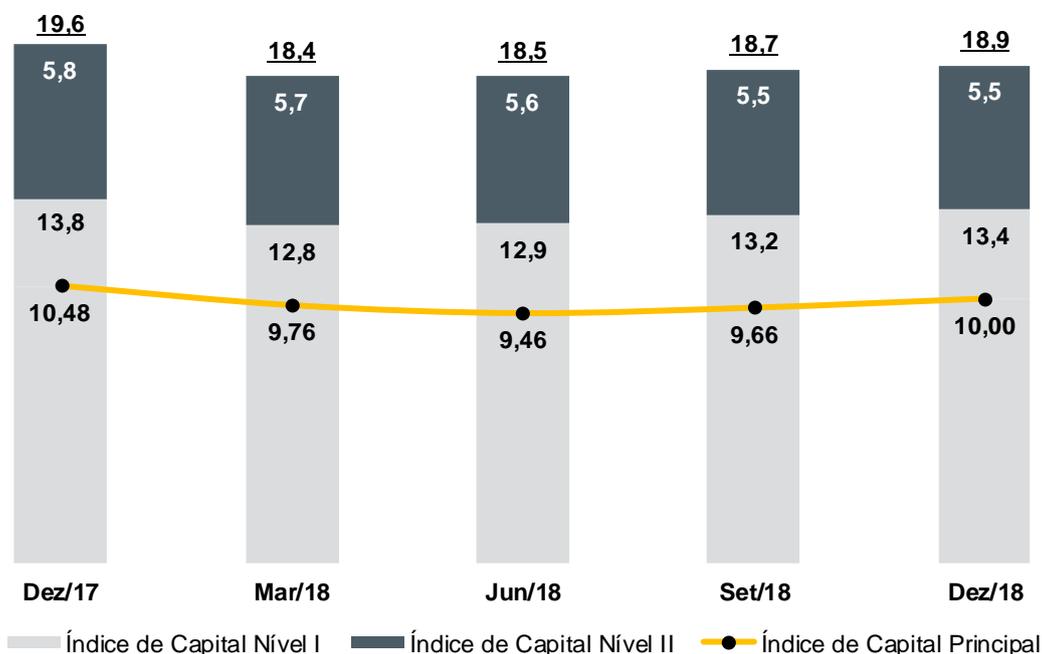
O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, onde incorpora os efeitos regulatórios futuros e colchões prudenciais e considera (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O índice de Basileia atingiu 18,9% em dezembro de 2018. O índice de capital nível I chegou a 13,4%, sendo 10,0% de capital principal e o patrimônio de referência alcançou R\$ 134,2 bilhões.

O objetivo da Administração é apresentar um crescimento na estrutura de capitalização do Banco a fim de manter o capital principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão

integralmente implementadas no Brasil, e crescer a base de capital de forma a atingir no mínimo 11% de Índice de Capital Principal em janeiro de 2022, segundo reportado na Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e no Plano de Capital do Banco. Projetamos sustentar este crescimento de forma orgânica, isto é, com o crescimento de lucros amparado na alocação em linhas com menor consumo de capital e mais atrativas sob o critério de risco versus retorno.

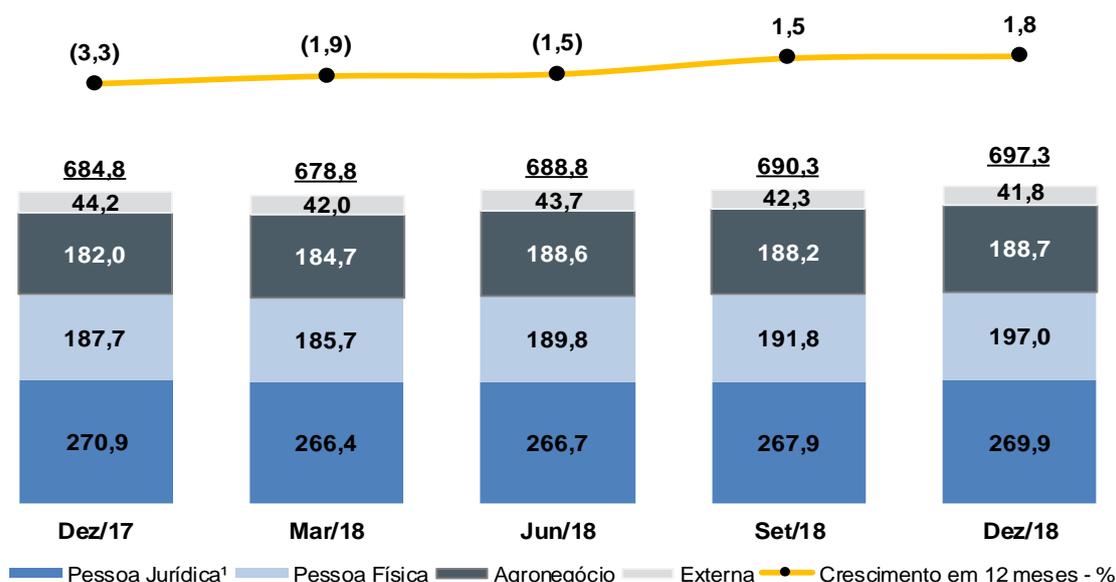
Figura 4. Basileia - %



Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada cresceu 1,8% na comparação com dezembro/17. Na comparação com o trimestre anterior, as carteiras ampliadas PF, PJ e Agronegócio cresceram 2,7%, 0,7% e 0,2% respectivamente.

Figura 5. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões



1 – Carteira Pessoa Jurídica reprocessada até o 1T17 na linha "Receíveis"

A carteira de crédito ampliada PJ cresceu 0,7% em relação ao trimestre anterior. Destaque para o crescimento de R\$ 1,4 bilhão nas operações de ACC/ACE (7,7%) e R\$ 1,3 bilhão (11,7%) em

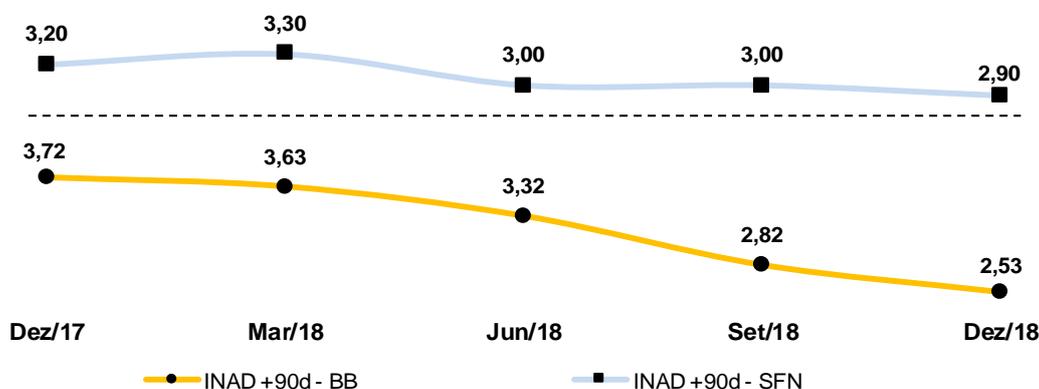
recebíveis, fruto do foco do Banco nesses produtos. Esse desempenho foi parcialmente compensado pelas quedas nas linhas de investimento em R\$ 897 milhões e crédito imobiliário de R\$ 563 milhões. A carteira MPE cresceu 1,2% na comparação com setembro, com destaques para as linhas de comércio exterior e capital de giro.

A carteira PF orgânica, por sua vez, cresceu 7,6% em 12 meses (R\$ 13,4 bilhões), fruto do desempenho positivo em crédito consignado (R\$ 3,8 bilhões), da alta de 8,7% do financiamento imobiliário (R\$ 3,9 bilhões), na linha de cartão de crédito com crescimento de 14,4%. Destaque também para a linha Empréstimo Pessoal, que cresceu 55,2% em 2018 e alcançou R\$ 7,3 bilhões, fruto da evolução da estratégia de crescimento de crédito não consignado dentro da base de clientes do BB.

A carteira rural apresentou desempenho positivo de 5,6% na comparação anual (R\$ 8,9 bilhões), com destaque para a carteira de FCO Rural (R\$ 4,0 bilhões), Investimento Agropecuário (R\$ 3,5 bilhões) e Custeio Agropecuário (R\$ 1,7 bilhão), que compensou a queda de R\$ 3,1 bilhões na carteira agroindustrial e BNDES/Finame Rural em R\$ 1,5 bilhão.

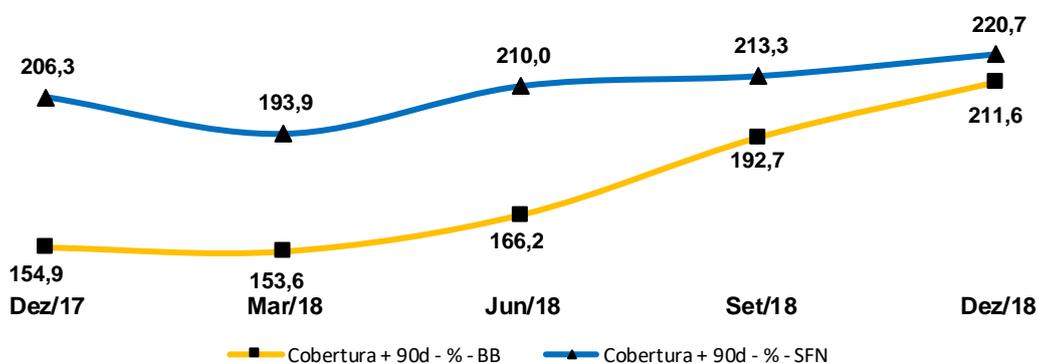
O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada), continua com tendência de queda e alcançou 2,53% em dezembro/18.

Figura 6. Inad +90d – %



O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice apresentou relevante evolução, fruto do menor saldo em inadimplência no período.

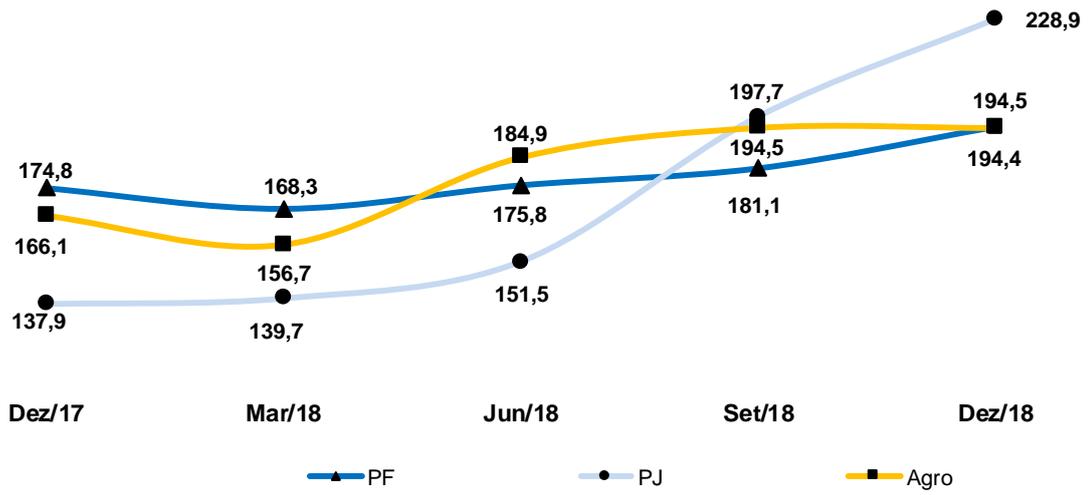
Figura 7. Cobertura¹



¹ Relação entre o saldo total de provisão (mínima requerida, complementar e adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

Destaque para o crescimento da cobertura nas carteiras PJ fruto da redução da inadimplência nesse segmento.

Figura 8. Cobertura por Segmento – %



1 – Demonstrações Contábeis Resumidas

1.1. Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 9. Balanço Patrimonial Resumido – Ativo

R\$ milhões	Dez/17	Set/18	Dez/18	Var. (%) s/	
				Dez/17	Set/18
ATIVO	1.369.201	1.471.117	1.417.144	3,5	(3,7)
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.337.369	1.439.486	1.386.851	3,7	(3,7)
Disponibilidades	13.481	12.767	13.615	1,0	6,6
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	373.023	434.821	415.092	11,3	(4,5)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	138.923	172.970	151.096	8,8	(12,6)
Títulos Disponíveis para Negociação	7.753	6.011	6.182	(20,3)	2,8
Títulos Disponíveis para Venda	123.505	148.118	124.376	0,7	(16,0)
Títulos Mantidos até o Vencimento	7.010	17.275	19.856	183,3	14,9
Instrumentos Financeiros Derivativos	655	1.566	683	4,3	(56,4)
Relações Interfinanceiras	78.635	74.690	68.855	(12,4)	(7,8)
Depósitos Compulsórios no Banco Central	69.081	64.229	59.115	(14,4)	(8,0)
Não Remunerados	11.745	14.525	10.221	(13,0)	(29,6)
Remunerados	57.336	49.704	48.894	(14,7)	(1,6)
Demais	9.553	10.461	9.740	1,9	(6,9)
Relações Interdependências	405	124	255	(37,1)	105,6
Empréstimos e Financiamentos	544.290	547.354	548.988	0,9	0,3
(PCLD)	(35.444)	(33.016)	(32.778)	(7,5)	(0,7)
Operações de Arrendamento Mercantil	378	215	223	(40,9)	3,9
Op. de Arrend. e Subarrend. a Receber	399	228	234	(41,4)	2,6
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(21)	(13)	(10)	(50,0)	(18,9)
Outros Créditos	187.695	195.563	187.818	0,1	(4,0)
Créditos por Avais e Fianças Honrados	602	504	363	(39,7)	(28,0)
Carteira de Câmbio	19.058	24.936	25.114	31,8	0,7
Rendas a Receber	2.949	2.815	3.481	18,1	23,7
Negociação e Intermediação de Valores	891	1.234	892	0,1	(27,7)
Créditos Específicos	417	388	393	(5,7)	1,2
Crédito Tributário	39.722	39.953	38.643	(2,7)	(3,3)
Ativo Atuarial (Previ Plano 1)	4.383	7.151	3.584	(18,2)	(49,9)
Fundo Paridade	103	42	-	-	-
Fundos de Destinação Superávit - Previ	9.499	9.750	9.512	0,1	(2,4)
Devedores por Depósitos em Garantia	55.337	56.836	56.374	1,9	(0,8)
Diversos	57.702	55.429	53.430	(7,4)	(3,6)
(Provisão para Outros Créditos)	(2.968)	(3.474)	(3.968)	33,7	14,2
(Com Característica de Concessão de Crédito)	(1.284)	(1.388)	(1.543)	20,1	11,1
(Sem Característica de Concessão de Crédito)	(1.684)	(2.086)	(2.425)	44,0	16,2
Outros Valores e Bens	541	981	909	68,1	(7,4)
Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	413	525	551	33,6	4,9
(Provisão para Desvalorizações)	(158)	(148)	(156)	(1,1)	5,6
Despesas Antecipadas	286	604	513	79,6	(15,0)
Permanente	31.832	31.631	30.293	(4,8)	(4,2)
Investimentos	17.490	18.374	16.973	(3,0)	(7,6)
Imobilizado de Uso	7.415	7.319	7.538	1,6	3,0
Intangível	6.927	5.938	5.782	(16,5)	(2,6)

Tabela 10. Balanço Patrimonial Resumido – Passivo

R\$ milhões	Dez/17	Set/18	Dez/18	Var. (%) s/	
				Dez/17	Set/18
PASSIVO	1.369.201	1.471.117	1.417.144	3,5	(3,7)
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.270.048	1.366.871	1.314.443	3,5	(3,8)
Depósitos	450.229	491.538	486.037	8,0	(1,1)
Depósitos à Vista	69.981	71.357	67.811	(3,1)	(5,0)
Depósitos de Poupança	160.290	172.754	174.855	9,1	1,2
Depósitos Interfinanceiros	24.153	36.824	33.669	39,4	(8,6)
Depósitos a Prazo	195.806	210.603	209.703	7,1	(0,4)
Captações no Mercado Aberto	376.243	434.485	402.901	7,1	(7,3)
Operações Compromissadas com Títulos Privados	23.576	18.048	17.418	(26,1)	(3,5)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	133.766	130.595	124.818	(6,7)	(4,4)
Letras de Crédito do Agronegócio	88.898	83.530	78.937	(11,2)	(5,5)
Letras de Crédito Imobiliário	16.886	17.580	17.265	2,2	(1,8)
Demais Letras Bancárias	3.977	5.473	5.537	39,2	1,2
Obrigações por TVM no Exterior	24.005	24.012	23.080	(3,9)	(3,9)
Relações Interfinanceiras	1	2.704	2	42,6	(99,9)
Relações Interdependências	2.496	2.782	2.491	(0,2)	(10,5)
Obrigações por Empréstimos	19.572	23.552	20.987	7,2	(10,9)
Obrigações por Repasses	80.885	68.279	66.731	(17,5)	(2,3)
Tesouro Nacional	145	162	166	14,0	2,0
BNDES	26.936	22.904	21.765	(19,2)	(5,0)
Caixa Econômica Federal	26.558	28.911	29.413	10,8	1,7
Finame	19.775	16.257	15.139	(23,4)	(6,9)
Outras Instituições	7.470	45	249	(96,7)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	790	1.285	809	2,4	(37,0)
Outras Obrigações	206.066	211.651	209.666	1,7	(0,9)
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	493	6.163	427	(13,5)	(93,1)
Carteira de Câmbio	9.740	14.542	14.523	49,1	(0,1)
Sociais e Estatutárias	2.178	1.643	3.963	82,0	141,2
Fiscais e Previdenciárias	12.376	12.912	11.557	(6,6)	(10,5)
Negociação e Intermediação de Valores	1.206	1.083	978	(18,9)	(9,7)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.795	15.171	15.522	(7,6)	2,3
Dívida Subordinada	87.061	85.133	83.964	(3,6)	(1,4)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	5.608	4.885	4.308	(23,2)	(11,8)
Títulos Subordinados	63.342	58.727	58.829	(7,1)	0,2
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	18.111	21.521	20.827	15,0	(3,2)
Passivo Atuarial (Cassi)	8.724	8.198	9.152	4,9	11,6
Diversas	67.494	66.807	69.581	3,1	4,2
Resultados de Exercícios Futuros	429	426	448	4,4	5,1
Patrimônio Líquido	98.723	103.820	102.253	3,6	(1,5)
Capital	67.000	67.000	67.000	-	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	0,0	0,0
Reservas de Capital	12	15	15	18,1	-
Reservas de Reavaliação	2	2	2	(5,5)	(3,4)
Reservas de Lucros	35.281	39.189	42.613	20,8	8,7
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(13.220)	(13.644)	(16.154)	22,2	18,4
Planos de Benefícios	(12.443)	(10.763)	(14.086)	13,2	30,9
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	1.697	-	-	-
(Ações em Tesouraria)	(1.850)	(1.833)	(1.833)	(0,9)	-
Participações Minoritárias nas Controladas	3.398	3.294	2.511	(26,1)	(23,8)

1.2. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 11. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (10) (14) (22) (30)	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)
Despesa de PCLD Líquida	(3.909)	(3.226)	(3.168)	(19,0)	(1,8)
Despesa de PCLD - Risco de Crédito	(5.637)	(4.858)	(4.788)	(15,1)	(1,4)
Recuperação de Crédito	1.728	1.632	1.620	(6,2)	(0,7)
Margem Financeira Líquida	8.911	9.352	9.322	4,6	(0,3)
Rendas de Tarifas	6.735	6.871	7.236	7,4	5,3
Receitas de Prestação de Serviços (33)	4.148	4.198	4.523	9,0	7,7
Rendas de Tarifas Bancárias	2.587	2.673	2.713	4,9	1,5
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (18)	(1.250)	(1.114)	(1.159)	(7,3)	4,1
Margem de Contribuição	14.396	15.109	15.399	7,0	1,9
Despesas Administrativas	(8.236)	(7.916)	(8.220)	(0,2)	3,8
Despesas de Pessoal (21)	(4.804)	(4.765)	(4.970)	3,4	4,3
Outras Despesas Administrativas (16) (17)	(3.431)	(3.151)	(3.251)	(5,3)	3,2
Outras Despesas Tributárias (18)	(129)	(131)	(127)	(1,3)	(3,1)
Resultado Comercial	6.031	7.062	7.052	16,9	(0,1)
Risco Legal	(636)	(1.341)	(1.274)	100,1	(5,0)
Demandas Cíveis (19) (20) (23) (24)	(285)	(894)	(789)	176,5	(11,8)
Demandas Trabalhistas (21) (25)	(351)	(447)	(485)	38,1	8,4
Outros Componentes do Resultado	32	232	773	-	-
Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto (28) (36)	943	1.057	674	(28,5)	(36,3)
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(910)	(825)	100	-	-
Outras Receitas Operacionais (3) (11) (13) (34)	2.085	1.628	1.914	(8,2)	17,6
Previ - Plano de Benefícios 1 (11) (12)	(66)	206	206	-	(0,0)
Previ - Atualização de Fundo Utilização (13)	193	172	147	(23,7)	(14,6)
Outras Despesas Operacionais (2) (9) (12) (14) (15) (16) (17) (19) (20) (29) (35)	(3.122)	(2.832)	(2.167)	(30,6)	(23,5)
Resultado Operacional	5.427	5.953	6.552	20,7	10,1
Resultado Não Operacional (26) (27) (31) (32)	48	63	52	8,7	(17,1)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	5.475	6.016	6.604	20,6	9,8
IR e CSLL (6) (37)	(1.476)	(1.832)	(1.989)	34,8	8,6
Benefício Fiscal de JCP	408	630	891	118,7	41,6
Participações Estatutárias no Lucro (38)	(412)	(432)	(488)	18,4	12,9
Participações Minoritárias	(399)	(349)	(282)	(29,4)	(19,3)
Lucro Líquido Ajustado	3.188	3.402	3.845	20,6	13,0
Itens Extraordinários	(80)	(227)	(42)	(47,7)	(81,6)
Planos Econômicos (22) (23)	(294)	(444)	(547)	86,1	23,1
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (24) (25)	3	7	(633)	-	-
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade (28) (29)	(58)	-	-	-	-
Ajuste de Indenização Proagro (30)	199	-	-	-	-
Alienação de Investimento Mapfre BB SH2 (32)	-	-	776	-	-
Conciliação de Programas com a União (33) (34) (35)	-	-	411	-	-
Itens Extraordinários - BB Seguridade (36)	-	-	(82)	-	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (37) (38)	70	211	32	(53,9)	(84,8)
Lucro Líquido	3.108	3.175	3.803	22,3	19,8

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

Tabela 12. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Anual

R\$ milhões	Fluxo Anual		Var. (%)
	2017	2018	s/ 2017
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (10) (14) (22) (30)	52.706	49.625	(5,8)
Despesa de PCLD Líquida	(20.094)	(14.221)	(29,2)
Despesa de PCLD - Risco de Crédito	(25.265)	(20.229)	(19,9)
Recuperação de Crédito	5.172	6.008	16,2
Margem Financeira Líquida	32.613	35.404	8,6
Rendas de Tarifas	25.941	27.452	5,8
Receitas de Prestação de Serviços (33)	16.306	16.972	4,1
Rendas de Tarifas Bancárias	9.636	10.480	8,8
Despesas Tributárias s/ Faturamento (5) (18)	(5.001)	(4.590)	(8,2)
Margem de Contribuição	53.553	58.267	8,8
Despesas Administrativas	(31.787)	(31.966)	0,6
Despesas de Pessoal (21)	(18.976)	(19.520)	2,9
Outras Despesas Administrativas (16) (17)	(12.811)	(12.446)	(2,9)
Outras Despesas Tributárias (18)	(502)	(540)	7,6
Resultado Comercial	21.264	25.761	21,1
Risco Legal	(2.722)	(4.141)	52,1
Demandas Cíveis (19) (20) (23) (24)	(1.115)	(2.758)	147,3
Demandas Trabalhistas (21) (25)	(1.607)	(1.382)	(14,0)
Outros Componentes do Resultado	21	1.481	-
Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto (28) (36)	3.962	3.748	(5,4)
Resultado de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.941)	(2.267)	(42,5)
Outras Receitas Operacionais (3) (11) (13) (34)	7.583	6.693	(11,7)
Previ - Plano de Benefícios 1 (11) (12)	(251)	644	-
Previ - Atualização de Fundo Utilização (13)	638	796	24,9
Outras Despesas Operacionais (2) (9) (12) (14) (15) (16) (17) (19) (20) (29) (35)	(11.911)	(10.400)	(12,7)
Resultado Operacional	18.563	23.101	24,4
Resultado Não Operacional (26) (27) (31) (32)	186	218	17,0
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	18.750	23.319	24,4
IR e CSLL (6) (37)	(4.604)	(6.696)	45,4
Benefício Fiscal de JCP	1.453	2.323	59,9
Participações Estatutárias no Lucro (38)	(1.436)	(1.715)	19,4
Participações Minoritárias	(1.650)	(1.396)	(15,4)
Lucro Líquido Ajustado	11.060	13.513	22,2
Itens Extraordinários	(49)	(651)	-
Planos Econômicos (22) (23)	(864)	(2.033)	135,2
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes (24) (25)	106	(621)	-
IPO - IRB (26)	173	-	-
Neoenergia (27)	183	-	-
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade (28) (29)	(58)	75	-
Ajuste de Indenização Proagro (30)	199	-	-
Permuta Imobiliária com a União (31)	-	162	-
Alienação de Investimento Mapfre BB SH2 (32)	-	776	-
Conciliação de Programas com a União (33) (34) (35)	-	411	-
Itens Extraordinários - BB Seguridade (36)	-	(82)	-
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários (37) (38)	212	660	-
Lucro Líquido	11.011	12.862	16,8

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela "Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários".

1.2.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na DRE Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, na busca de informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal foi necessário:
 - I. Integrar, na MFB, as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em outras receitas operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de outros créditos do balanço patrimonial;
 - II. Identificar, em item específico dentro da MFB, o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III. Manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV. Integrar, na MFB, todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).

A seguir apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.

Tabela 13. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários

R\$ milhões			Fluxo Trimestral			Fluxo Anual		
Item	De	Para	Evento	4T17	3T18	4T18	2017	2018
1	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	Operações de Crédito*	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.	331,0	(74,4)	156,1	1.529,0	543,1
2	Outras Despesas Operacionais	Operações de Crédito*	Compensação de Receita de Agente Financeiro	(214,7)	(9,1)	(7,4)	(214,7)	(28,9)
3	Outras Receitas Operacionais	Resultado de Operações com TVM*	Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,5	0,6	1,0	5,7	2,4
4	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses *	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior*	Ganho (Perda) Cambial sobre PL no Exterior	438,1	414,0	(421,3)	413,8	1.566,7
5	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Hedge Fiscal*	Hedge Fiscal	21,4	20,2	(20,5)	20,2	76,4
6	IR e CSLL	Hedge Fiscal*	Hedge Fiscal	375,9	355,2	(361,5)	355,0	1.344,3
7	Operações de Captação no Mercado*	Op. de Empréstimos, Cessões e Repasses *	Despesas de Atualização - Fundos e Programas	(96,4)	(107,7)	(114,2)	(478,2)	(411,8)
8	Oper. de Venda ou de Transf. de Ativos Financ.*	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	Desconto Concedido em Reestruturação de Dívida	-	(277,7)	-	-	(277,7)
9	Outras Despesas Operacionais	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	Desconto Concedido em Reestruturação de Dívida	-	(301,8)	-	-	(301,8)
10	Operações de Crédito*	Despesa de PCLD Líquida	Ajuste de Recuperação	1.727,6	1.631,8	1.619,7	5.171,5	6.007,6
11	Outras Receitas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	-	205,6	205,6	-	643,7
12	Outras Despesas Operacionais	Previ - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	(66,1)	-	-	(250,8)	-
13	Outras Receitas Operacionais	Previ - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	192,8	172,2	147,2	637,8	796,3
14	Resultado de Operações com TVM*	Outras Despesas Operacionais	Reversão de Provisões Operacionais	34,3	9,3	12,2	52,9	51,2
15	Despesa de PCLD - Risco de Crédito	Outras Despesas Operacionais	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	(366,3)	(258,5)	(622,4)	(433,8)	(1.079,3)
16	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Despesa de Amortização de Ágio	(304,3)	(40,2)	(53,7)	(1.217,9)	(176,2)
17	Outras Despesas Administrativas	Outras Despesas Operacionais	Verba de Relacionamento Negocial	(404,8)	(370,6)	(359,9)	(1.806,3)	(1.483,8)
18	Outras Despesas Tributárias	Despesas Tributárias s/ Faturamento	Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.228,3)	(1.093,4)	(1.179,3)	(4.980,4)	(4.513,4)
19	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Despesas de Demandas Cíveis	(340,1)	(921,3)	(1.348,0)	(1.454,4)	(3.646,6)
20	Outras Despesas Operacionais	Demandas Cíveis	Reversão de Passivos Contingentes	-	-	-	219,7	-
21	Despesas de Pessoal	Demandas Trabalhistas	Provisão para Demandas Trabalhistas	(350,1)	(445,4)	(484,6)	(1.599,2)	(1.378,9)
22	Operações de Captação no Mercado*	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(237,2)	(411,8)	(620,7)	(646,9)	(1.769,0)
23	Demandas Cíveis	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(56,4)	(32,2)	74,1	(217,5)	(263,5)
24	Demandas Cíveis	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	1,7	4,9	(633,2)	98,0	(625,0)
25	Demandas Trabalhistas	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	0,9	1,6	0,1	7,9	3,6
26	Resultado Não Operacional	IPO - IRB	Oferta Pública de Ações do IRB	-	-	-	173,2	-
27	Resultado Não Operacional	Neenergia	Ganho de Capital Gerado na Operação da Neenergia	-	-	-	182,9	-
28	Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	-	-	-	-	74,8
29	Outras Despesas Operacionais	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	(57,9)	-	-	(57,9)	-
30	Resultado de Aplicações Compulsórias	Ajuste de Indenização Proagro	Ajuste de Indenização Proagro	199,4	-	-	199,4	-
31	Resultado Não Operacional	Permuta Imobiliária com a União	Permuta Imobiliária com a União	-	-	-	-	162,0
32	Resultado Não Operacional	Alienação de Investimento Mapfre BB SH2	Alienação de Investimento Mapfre BB SH2	-	-	776,2	-	776,2
33	Receitas de Prestação de Serviços	Conciliação de Programas com a União	Conciliação de Programas com a União	-	-	(37,7)	-	(37,7)
34	Outras Receitas Operacionais	Conciliação de Programas com a União	Conciliação de Programas com a União	-	-	1.450,2	-	1.450,2
35	Outras Despesas Operacionais	Conciliação de Programas com a União	Conciliação de Programas com a União	-	-	(1.001,3)	-	(1.001,3)
36	Res. de Part. em Coligadas e Controladas em Conjunto	Itens Extraordinários - BB Seguridade	Itens Extraordinários - BB Seguridade	-	-	(81,6)	-	(81,6)
37	IR e CSLL	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	61,0	185,4	27,8	197,6	583,9
38	Participações Estatutárias no Lucro	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	8,7	25,5	4,3	14,1	76,4

* - Subcontas da Margem Financeira Bruta (MFB). Informações adicionais no Capítulo 2.

1.2.2. Glossário das Realocações

- (1) Receitas (despesas) geradas em operações de cessão de ativos financeiros com coobrigação.
- (2) Compensação parcial de receita de agente financeiro em operações de crédito cuja liquidação ocorra antes do prazo contratado.
- (3) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.
- (4) Receitas (despesas) das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (5) e (6) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.
- (7) Despesas de captação em fundos e programas.
- (8) e (9) Desconto concedido em reestruturação de dívida.
- (10) Ajuste na recuperação/provisão de operação com grupo empresarial.
- (11) e (12) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (13) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (14) Reversão de provisão para perdas em participações societárias.
- (15) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (16) Despesas de amortização de ágio de investimentos e intangível.
- (17) Amortização de aquisição de folha de pagamento.
- (18) Despesas tributárias realocadas para compor a margem de contribuição.
- (19) e (20) Reversão ou despesas provenientes de demandas cíveis.
- (21) Provisão para despesas provenientes de demandas trabalhistas.
- (22) e (23) Despesas com provisão provenientes de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (24) e (25) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (26) Receita da alienação parcial de ações ordinárias de emissão do IRB Brasil Resseguros S.A.
- (27) Receita da alienação de ações de participação do Banco do Brasil S.A. na empresa Neoenergia S.A.
- (28) Ajustes de compensação de fluxos de resultados no BB Mapfre SH1 para adequação à Circular Susep 543/16 e recomposição do saldo de sinistros a recuperar de resseguro/igualização do saldo de depósitos de terceiros no Mapfre BB SH2.
- (29) Ajuste de comissões na BB Corretora em função da implantação do sistema integrado de gestão empresarial (ERP) e ajuste de prêmios de resseguros na Mapfre BB SH2 para adequação aos normativos da Susep.
- (30) Reversão parcial de provisão para perdas relacionadas a ajuste de indenização do Proagro.
- (31) Permuta imobiliária entre BB S.A. e Secretaria do Patrimônio da União (SPU), conforme Comunicado ao Mercado de 15 de junho 2018.
- (32) Alienação de Investimento Mapfre BB SH2.
- (33), (34) e (35) Receitas (despesas) de conciliação de programas com a União.
- (36) Itens Extraordinários – BB Seguridade. Informações adicionais no Relatório de Desempenho 4T18 da BB Seguridade.
- (37) e (38) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 14. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Fluxo Anual	
	4T17	3T18	4T18	2017	2018
Planos Econômicos	142	214	263	417	980
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(1)	(3)	305	(51)	300
IPO - IRB	-	-	-	(73)	-
Neoenergia	-	-	-	(11)	-
Ajustes de Prêmio e Corretagem - BB Seguridade	26	-	-	26	(4)
Ajuste de Indenização Proagro	(96)	-	-	(96)	-
Permuta Imobiliária com a União	-	-	-	-	(78)
Alienação de Investimento Mapfre BB SH2	-	-	(278)	-	(278)
Conciliação de Programas com a União	-	-	(264)	-	(264)
Itens Extraordinários - BB Seguridade	-	-	5	-	5
Total	70	211	32	212	660

2 – Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

2.1. Margem Financeira Bruta

A seguir apresentamos os principais indicadores econômicos que influenciam a evolução da Margem Financeira Bruta (MFB).

Tabela 15. Principais Indexadores

%	Taxa					Var. (%)	
	4T17	3T18	4T18	2017	2018	4T17	3T18
CDI	1,76	1,59	1,54	9,93	6,42	(12,5)	(3,0)
TMS	1,76	1,59	1,54	9,94	6,43	(12,7)	(3,1)
TJLP	1,76	1,65	1,76	7,36	6,93	(0,3)	6,4
TR	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00	-	-
Câmbio (US\$)	3,31	4,00	3,87	-	-	17,1	(3,2)

Desde o 1T18, a MFB é apresentada sem considerar a recuperação de créditos em perdas, que é apresentada compondo a despesa líquida de PCLD. A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 16. Composição da Margem Financeira Bruta

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Margem Financeira Bruta	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)	52.706	49.625	(5,8)
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	19.532	18.390	18.452	(5,5)	0,3	86.342	73.683	(14,7)
Despesa Financeira de Captação	(6.469)	(6.190)	(6.437)	(0,5)	4,0	(32.441)	(24.594)	(24,2)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.823)	(2.734)	(2.576)	(8,8)	(5,8)	(12.426)	(10.887)	(12,4)
Resultado de Tesouraria ²	2.580	3.112	3.051	18,3	(2,0)	11.232	11.422	1,7

1 - Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

2 - Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Os principais destaques da MFB no trimestre foram:

- I Crescimento nas receitas financeiras com operações de crédito em R\$ 63 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento da carteira de crédito PF.
- II A despesa financeira de captação foi impactada pela elevação da taxa de juros na Argentina, o que elevou a despesa em depósitos a prazo no Banco Patagonia em aproximadamente R\$ 177 milhões, sendo compensada no resultado de TVM. Já as despesas de captação institucional reduziram em R\$ 158 milhões no trimestre, principalmente com o impacto das despesas financeiras de instrumentos emitidos no exterior, como os títulos perpétuos subordinados, TVM e dívida subordinada no exterior, que decresceram influenciadas pela valorização da taxa de câmbio média no 4T18, bem como pela redução do saldo destas captações.
- III O resultado de tesouraria foi impactado negativamente pelo resultado com derivativos e marcação a mercado.

2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito

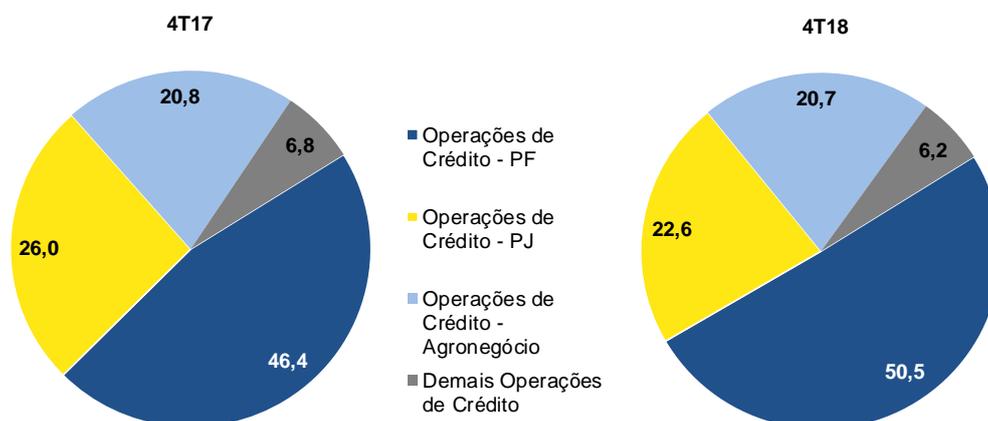
Tabela 17. Receita Financeira de Operação de Crédito

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	19.532	18.390	18.452	(5,5)	0,3	86.342	73.683	(14,7)
Operações de Crédito - PF	9.064	9.101	9.312	2,7	2,3	39.116	36.464	(6,8)
Operações de Crédito - PJ	5.082	4.217	4.174	(17,9)	(1,0)	24.359	17.238	(29,2)
Operações de Crédito - Agronegócio	4.066	3.841	3.819	(6,1)	(0,6)	17.980	15.315	(14,8)
Receita de Equalização	985	745	842	(14,5)	13,1	4.970	3.253	(34,6)
Operações de Crédito - Rede Externa	850	874	884	4,0	1,2	2.882	3.322	15,3
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	331	203	156	(52,8)	(23,2)	1.529	821	(46,3)
Demais Operações de Crédito	116	139	94	(19,0)	(32,3)	368	456	24,0
Operações de Arrendamento Mercantil	23	16	14	(41,6)	(13,9)	108	67	(37,8)

As receitas de operações de Crédito PF apresentaram crescimento no trimestre, impulsionadas pelo crescimento da carteira, principalmente na linha de empréstimo pessoal em virtude do crescimento do saldo em 24% no trimestre.

A carteira PJ cresceu no último mês do trimestre, elevando seu saldo ante setembro. No entanto, o saldo médio trimestral ainda foi inferior ao trimestre anterior, refletindo em queda nas receitas. As receitas de crédito do agronegócio tiveram pequena queda em relação ao trimestre anterior, com elevação nos recursos equalizáveis e queda nas receitas de crédito, em linha com a movimentação do mix da carteira.

Figura 9. Distribuição das Receitas de Crédito



A seguir é apresentada a composição sintética dos ativos.

Tabela 18. Composição Sintética dos Ativos

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada	635.911	46,4	634.420	43,1	640.226	45,2	0,7	0,9
Ativos de Liquidez	524.772	38,3	618.993	42,1	579.120	40,9	10,4	(6,4)
Demais	208.519	15,2	217.705	14,8	197.798	14,0	(5,1)	(9,1)
Ativo Total	1.369.201		1.471.117		1.417.144		3,5	(3,7)

2.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados realizadas com clientes PJ. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 19. Resultado de Captação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Resultado de Captação	(6.469)	(6.190)	(6.437)	(0,5)	4,0	(32.441)	(24.594)	(24,2)
Despesas de Captação com Depósitos	(5.502)	(5.309)	(5.527)	0,5	4,1	(25.773)	(21.124)	(18,0)
Depósitos Judiciais	(2.423)	(2.329)	(2.348)	(3,1)	0,8	(11.055)	(9.224)	(16,6)
Depósitos de Poupança	(2.055)	(1.950)	(2.011)	(2,2)	3,1	(9.449)	(7.815)	(17,3)
Depósitos a Prazo	(1.024)	(1.029)	(1.168)	14,1	13,5	(5.268)	(4.085)	(22,5)
Emissão de Títulos	(1.644)	(1.394)	(1.305)	(20,6)	(6,4)	(10.178)	(5.493)	(46,0)
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(1.407)	(1.187)	(1.088)	(22,7)	(8,3)	(8.778)	(4.667)	(46,8)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(237)	(207)	(217)	(8,4)	4,9	(1.400)	(827)	(40,9)
Resultado das Aplicações Compulsórias	820	628	509	(37,9)	(18,9)	4.103	2.519	(38,6)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(142)	(114)	(114)	(19,7)	0,1	(594)	(496)	(16,6)

No 4T18, as despesas com captação cresceram impulsionadas principalmente pelas despesas de depósito a prazo no Banco Patagonia, decorrente da elevação do saldo dos depósitos e da taxa de juros na Argentina (que foi elevada de 40% para 60% em Agosto/2018), além do crescimento do saldo

de captação em poupança. Contribuiu positivamente para as despesas de captação, a redução do saldo de LCA. No comparativo de 12 meses, todas as linhas apresentaram queda na despesa, influenciadas pela redução da TMS e também pela variação nos saldos.

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 20. Captações vs. Taxa Selic

R\$ milhões	4T17			3T18			4T18		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos de Poupança	156.731	(2.055)	74,5	170.954	(1.950)	71,8	173.143	(2.011)	75,5
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	123.070	(2.423)	111,8	135.824	(2.329)	108,0	136.891	(2.348)	111,5
Letras de Crédito do Agronegócio	90.321	(1.407)	88,5	84.075	(1.187)	88,9	80.129	(1.088)	88,3
Depósitos a Prazo	74.228	(1.024)	78,3	75.123	(1.029)	86,3	73.617	(1.168)	103,2
Depósitos à Vista	65.666	-	-	68.154	-	-	65.527	-	-
Depósitos Interfinanceiros	21.593	(150)	39,5	36.297	(259)	45,0	35.059	(254)	47,0
Letras de Crédito Imobiliário	17.362	(237)	77,5	16.874	(207)	77,2	17.765	(217)	79,4
Depósitos Totais	548.970	(7.297)	75,5	587.301	(6.962)	74,7	582.130	(7.086)	79,1

O crescimento do custo das captações em relação à Selic no trimestre, decorreu principalmente em função do custo de depósitos a prazo. As letras de crédito do agronegócio além da redução no saldo, tiveram redução de quase R\$ 100 milhões nas despesas, reduzindo o custo em relação à Selic em 60bps. As despesas de depósitos judiciais em relação à Selic, subiram devido à variação da taxa Selic em virtude da quantidade de dias úteis menor.

2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional, que são títulos corporativos emitidos pelo BB no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores institucionais.

Tabela 21. Despesa de Captação Institucional

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Despesa Financ. de Captação Institucional	(2.823)	(2.734)	(2.576)	(8,8)	(5,8)	(12.426)	(10.887)	(12,4)
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(1.379)	(1.331)	(1.247)	(9,6)	(6,3)	(6.169)	(5.317)	(13,8)
Letras Financeiras	(592)	(421)	(399)	(32,6)	(5,1)	(3.002)	(1.861)	(38,0)
Despesas com IHCD	(467)	(510)	(492)	5,2	(3,5)	(1.837)	(1.940)	5,6
TVM no Exterior	(243)	(301)	(273)	12,2	(9,3)	(863)	(1.128)	30,7
Desp. com Dívida Subord. no Exterior	(141)	(172)	(166)	17,3	(3,5)	(556)	(641)	15,4

Houve queda nas despesas de captação institucional em todas as linhas, em decorrência da menor Selic no trimestre com impacto sobre as letras financeiras, e também pelas despesas financeiras de instrumentos emitidos no exterior, como títulos perpétuos subordinados e TVM e Dívida Subordinada no exterior, que decresceram influenciadas pela variação da taxa de conversão de câmbio média no 4T18, bem como pela redução do saldo destas captações.

2.5. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural, da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 22. Resultado de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Resultado de Tesouraria	2.580	3.112	3.051	18,3	(2,0)	11.232	11.422	1,7
Res. Títulos e Valores Mobiliários	2.554	2.985	3.018	18,2	1,1	12.414	11.650	(6,2)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.984	7.096	6.724	(3,7)	(5,2)	39.516	27.459	(30,5)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.341)	(7.366)	(6.889)	(6,2)	(6,5)	(41.048)	(28.465)	(30,7)
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	79	55	(165)	-	-	(616)	(372)	(39,6)
Outros Componentes de Tesouraria ¹	303	341	362	19,7	6,0	965	1.150	19,2

1 – Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

A seguir, são apresentadas as análises dos componentes do resultado de tesouraria.

Resultado com TVM

Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações com Títulos e Valores Mobiliários, conforme a classificação do Banco Central.

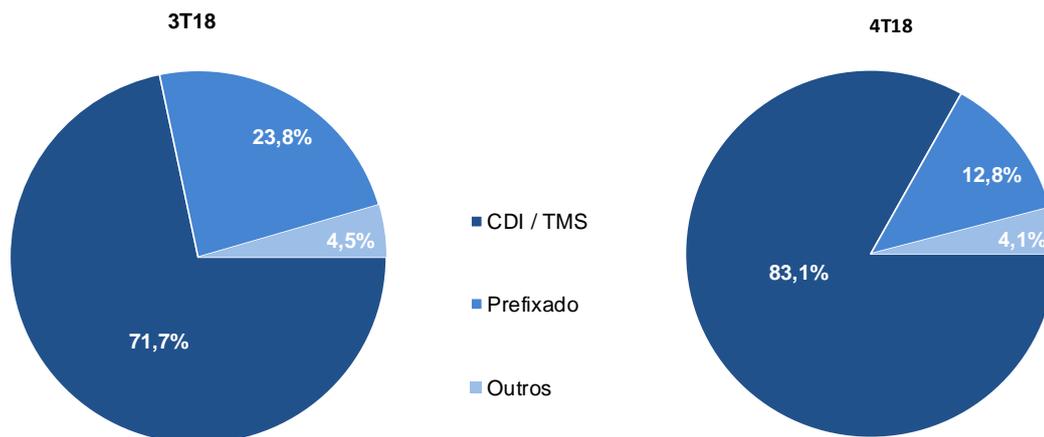
Tabela 23. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ milhões	Fluxo Trimestral					Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Res. Títulos e Valores Mobiliários	2.554	2.985	3.018	18,2	1,1	12.414	11.650	(6,2)
Res. Títulos de Renda Fixa	2.611	2.969	2.935	12,4	(1,2)	12.301	11.470	(6,8)
Reavaliação - Curva	2.629	2.914	2.956	12,4	1,4	11.864	11.244	(5,2)
Resultado das Negociações	(15)	(28)	19	-	-	428	219	(48,8)
Marcação a Mercado	(3)	84	(40)	-	-	8	7	(12,8)
Renda Variável	(56)	16	84	-	-	114	180	58,4

O resultado com títulos de renda fixa caiu na comparação trimestral, principalmente em função da marcação a mercado de títulos detidos no exterior. Na comparação anual, o resultado com o carregamento de títulos (reavaliação – curva) foi influenciado pelas taxas de juros menores em 2018, impactando o resultado de TVM.

Na composição da carteira de TVM por indexador, o Banco reduziu, no 4T18, sua posição em títulos pré-fixados, da categoria disponíveis para venda, com vencimento entre 1 e 5 anos. A figura a seguir apresenta a composição da carteira de TVM do Banco Múltiplo por indexador. Os movimentos podem ser observados na figura e nas tabelas a seguir.

Figura 10. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo)



As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 24. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Títulos e Valores Mobiliários	136.858	100,0	170.647	100,0	150.122	100,0	9,7	(12,0)
Títulos para Negociação	7.753	5,7	6.011	3,5	6.182	4,1	(20,3)	2,8
Títulos Disponíveis p/ Venda	123.505	90,2	148.118	86,8	124.376	82,8	0,7	(16,0)
Títulos Mantidos até o Vencimento	5.601	4,1	16.518	9,7	19.565	13,0	249,3	18,4
Instrumentos Financeiros Derivativos	655	-	1.566	-	683	-	4,3	(56,4)

Tabela 25. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado

R\$ milhões	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Mar/17	12.888	10,5%	76.523	62,1%	28.196	22,9%	5.627	4,6%	123.233
Jun/17	16.267	12,3%	74.993	56,7%	35.316	26,7%	5.743	4,3%	132.320
Set/17	10.801	8,0%	83.461	61,8%	33.519	24,8%	7.363	5,4%	135.144
Dez/17	10.717	7,8%	83.014	60,7%	34.873	25,5%	8.254	6,0%	136.858
Mar/18	13.730	9,4%	105.071	71,9%	16.493	11,3%	10.916	7,5%	146.210
Jun/18	15.559	10,2%	102.649	67,0%	22.604	14,8%	12.430	8,1%	153.243
Set/18	13.770	8,1%	114.952	67,4%	29.173	17,1%	12.751	7,5%	170.647
Dez/18	17.075	11,4%	91.761	61,1%	29.213	19,5%	12.073	8,0%	150.122

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 26. Saldo da Liquidez

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %
Ativos de Liquidez (A)	524.772	100,0	618.993	100,0	579.120	100,0
Aplicações Interfinanceiras	373.023	71,1	434.821	70,2	415.092	71,7
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	138.268	26,3	171.404	27,7	150.413	26,0
Disponibilidades	13.481	2,6	12.767	2,1	13.615	2,4
Passivos de Liquidez (B)	400.395	100,0	471.309	100,0	436.570	100,0
Captações no Mercado Aberto	376.243	94,0	434.485	92,2	402.901	92,3
Depósitos Interfinanceiros	24.153	6,0	36.824	7,8	33.669	7,7
Saldo da Liquidez (A-B)	124.376		147.684		142.550	
						14,6
						(3,5)

Captação no Mercado Aberto

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros. No trimestre, as despesas de captação no mercado aberto, caíram em consequência da diminuição no saldo médio e da TMS em função da quantidade de dias úteis.

Tabela 27. Despesa de Captação no Mercado Aberto

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.341)	(7.366)	(6.889)	(6,2)	(6,5)	(41.048)	(28.465)	(30,7)
Carteira de Terceiros	(6.378)	(6.396)	(5.934)	(7,0)	(7,2)	(35.864)	(24.834)	(30,8)
Carteira Própria	(805)	(703)	(692)	(14,0)	(1,5)	(4.493)	(2.723)	(39,4)
Depósitos Interfinanceiros	(150)	(259)	(254)	69,0	(2,2)	(646)	(878)	35,9
Outras Operações de Captação no Mercado	(8)	(8)	(9)	18,1	17,2	(44)	(30)	(32,9)

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 28. Outros Componentes de Tesouraria

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Outros Componentes de Tesouraria	303	341	362	19,7	6,0	965	1.150	19,2
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	438	414	(421)	-	-	414	1.567	-
Hedge Fiscal	397	375	(382)	-	-	375	1.421	-
Resultado de Operações de Câmbio	127	180	91	(28,7)	(49,7)	401	596	48,6
Demais	(660)	(628)	1.075	-	-	(226)	(2.434)	-

2.6. Análise dos Ativos e Passivos

2.6.1. Análise dos Ativos

Tabela 29. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual)

R\$ milhões	4T17			4T18		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.226.828	29.943	10,5	1.275.105	28.752	9,5
Operações de Crédito + Leasing ⁴	629.657	19.532	13,5	630.255	18.452	12,5
TVM	532.568	9.539	7,6	587.153	9.743	6,9
Depósito Compulsório Rentável	57.071	820	6,1	49.250	509	4,3
Demais	7.530	52	2,9	8.448	48	2,3
Ativos Não Rentáveis	161.375			171.421		
Demais Ativos	88.270			101.951		
Créditos Tributários	41.428			38.688		
Ativo Permanente	31.677			30.782		
ATIVO TOTAL	1.388.202			1.446.526		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 30. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral)

R\$ milhões	3T18			4T18		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.295.657	29.152	9,2	1.275.105	28.752	9,5
Operações de Crédito + Leasing ⁴	628.565	18.390	12,0	630.255	18.452	12,5
TVM	607.936	10.082	6,7	587.153	9.743	6,9
Depósito Compulsório Rentável	51.817	628	4,9	49.250	509	4,3
Demais	7.340	52	2,8	8.448	48	2,3
Ativos Não Rentáveis	178.967			171.421		
Demais Ativos	107.387			101.951		
Créditos Tributários	40.144			38.688		
Ativo Permanente	31.436			30.782		
ATIVO TOTAL	1.474.624			1.446.526		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 31. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (12 meses)

R\$ milhões	2017			2018		
	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Receitas ³	Taxa Anual (%) ²
Ativos Rentáveis	1.249.910	142.577	11,4	1.279.763	115.566	9,0
Operações de Crédito + Leasing ⁴	634.243	86.342	13,6	627.626	73.683	11,7
TVM	553.909	51.931	9,4	590.309	39.110	6,6
Depósito Compulsório Rentável	53.911	4.103	7,6	53.868	2.519	4,7
Demais	7.846	201	2,6	7.960	254	3,2
Ativos Não Rentáveis	162.604			171.730		
Demais Ativos	88.694			100.748		
Créditos Tributários	42.277			39.630		
Ativo Permanente	31.633			31.352		
Ativo Total	1.412.514			1.451.493		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Calculado com efeito parcial da variação cambial;

4 - Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

2.6.2. Análise dos Passivos

Tabela 32. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual)

R\$ milhões	4T17			4T18		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.122.061	(17.927)	6,8	1.164.137	(16.916)	6,0
Captações no Mercado Aberto	397.590	(7.190)	7,7	423.911	(6.635)	6,5
Depósitos a Prazo	197.297	(3.447)	7,4	210.508	(3.516)	7,0
Depósitos de Poupança	156.731	(2.055)	5,5	173.143	(2.011)	4,8
Obrig. por Emprest. e Repasses	100.592	(1.379)	5,8	87.769	(1.247)	5,9
Dívida Subordinada	94.499	(1.201)	5,4	91.424	(1.057)	4,8
Letras de Crédito do Agronegócio	90.321	(1.407)	6,6	80.129	(1.088)	5,6
Obrigações com T.V.M. no Exterior	25.371	(243)	4,0	23.910	(273)	4,7
Depósitos Interfinanceiros	21.593	(150)	2,9	35.059	(254)	3,0
Demais Letras Bancárias ³	21.212	(237)	4,7	23.138	(217)	3,9
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	16.856	(616)	16,0	15.147	(619)	17,7
Demais Passivos	266.141			282.389		
Outros Passivos	112.684			120.491		
Patrimônio Líquido	87.791			96.371		
Depósitos à Vista	65.666			65.527		
PASSIVO TOTAL	1.388.202			1.446.526		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 33. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral)

R\$ milhões	3T18			4T18		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.192.634	(17.434)	5,9	1.164.137	(16.916)	6,0
Captações no Mercado Aberto	439.989	(7.107)	6,5	423.911	(6.635)	6,5
Depósitos a Prazo	210.948	(3.359)	6,4	210.508	(3.516)	7,0
Depósitos de Poupança	170.954	(1.950)	4,6	173.143	(2.011)	4,8
Obrig. por Emprest. e Repasses	94.673	(1.331)	5,7	87.769	(1.247)	5,9
Dívida Subordinada	92.569	(1.102)	4,8	91.424	(1.057)	4,8
Letras de Crédito do Agronegócio	84.075	(1.187)	5,7	80.129	(1.088)	5,6
Obrigações com T.V.M. no Exterior	25.302	(301)	4,8	23.910	(273)	4,7
Depósitos Interfinanceiros	36.297	(259)	2,8	35.059	(254)	3,0
Demais Letras Bancárias ³	22.231	(207)	3,7	23.138	(217)	3,9
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	15.596	(631)	16,9	15.147	(619)	17,7
Demais Passivos	281.990			282.389		
Outros Passivos	118.295			120.491		
Patrimônio Líquido	95.542			96.371		
Depósitos à Vista	68.154			65.527		
PASSIVO TOTAL	1.474.624			1.446.526		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 34. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (12 meses)

R\$ milhões	2017			2018		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.149.936	(91.810)	8,0	1.173.085	(68.440)	5,8
Captações no Mercado Aberto	421.010	(40.401)	9,6	430.458	(27.587)	6,4
Depósitos a Prazo	201.477	(16.324)	8,1	207.628	(13.309)	6,4
Depósitos de Poupança	152.403	(9.449)	6,2	167.730	(7.815)	4,7
Letras de Crédito do Agronegócio	102.027	(8.778)	8,6	84.024	(4.667)	5,6
Obrig. por Emprest. e Repasses	100.092	(6.169)	6,2	95.886	(5.317)	5,5
Dívida Subordinada	93.410	(5.395)	5,8	92.402	(4.442)	4,8
Obrigações com T.V.M. no Exterior	22.500	(863)	3,8	25.575	(1.128)	4,4
Demais Letras Bancárias ³	22.385	(1.400)	6,3	22.224	(827)	3,7
Depósitos Interfinanceiros	19.344	(646)	3,3	31.443	(878)	2,8
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	15.288	(2.386)	15,6	15.715	(2.471)	15,7
Demais Passivos	262.578			278.408		
Outros Passivos	115.286			116.761		
Patrimônio Líquido	83.863			94.464		
Depósitos à Vista	63.429			67.183		
PASSIVO TOTAL	1.412.514			1.451.493		

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

3 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

2.6.3. Análise Volume e Taxa

Tabela 35. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa Trimestral

R\$ milhões	3T18	4T18	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.295.657	1.275.105	(20.552)
Margem Financeira Bruta (b)	12.578	12.490	(88)
Spread - % (b/a)	0,971	0,980	0,009
Ganho/(Perda) com Volume ²			(200)
Ganho/(Perda) com Taxa ³			113
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa			(2)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior.**Tabela 36.** Análise de Volume (Ativos Rentáveis) - Taxa 12 Meses

R\$ milhões	2017	2018	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.249.910	1.279.763	29.853
Margem Financeira Bruta (b)	52.706	49.625	(3.081)
Spread - % (a/b)	4,217	3,878	(0,339)
Ganho/(Perda) com Volume ²			1.259
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(4.239)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa			(101)

1 - Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

2 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;3 - Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior.

Os ativos rentáveis tiveram queda de R\$ 21,7 bilhões no 4T18 em comparação ao 3T18, influenciados pela queda do saldo médio de TVM, o que significou uma queda na participação no total de ativos rentáveis de 80 bps. O crescimento da participação das receitas de crédito contribuiu para o crescimento do spread global no 4T18.

Figura 11. Distribuição dos Ativos Rentáveis - (%)

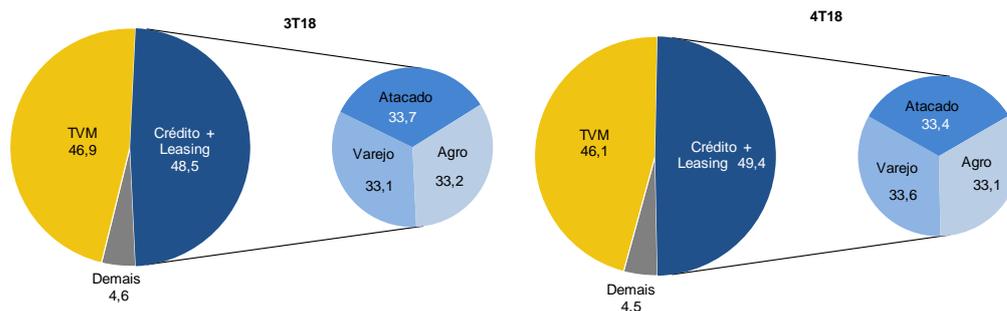


Tabela 37. Margem Global – (%)

%	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Spread Global ¹	4,4	4,2	4,2	4,2	3,8	4,0	3,9	4,0
Spread Ajustado pelo risco ²	2,5	2,5	2,5	2,9	2,5	2,8	2,9	3,0

1 - Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

2 - Margem Financeira Líquida (MFB – PCLD + Recuperação)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Desde 1T18, o *spread* global é apresentado não mais considerando a recuperação de créditos baixados em perdas na composição da MFB. Considerando o indicador com a metodologia de cálculo utilizada até o 4T17, houve estabilidade ante o 3T18.

Tabela 38. Margem Global com Recuperação – (%)

%	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Spread com Recuperação	4,8	4,7	4,6	4,8	4,2	4,5	4,5	4,5

Tabela 39. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro

R\$ milhões	4T17	3T18	4T18	2017	2018
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis (a)	1.226.828	1.295.657	1.275.105	1.249.910	1.279.763
Saldo Médio dos Passivos Onerosos (b)	1.122.061	1.192.634	1.164.137	1.149.936	1.173.085
Margem Financeira Bruta (c)	12.820	12.578	12.490	52.706	49.625
Receita Líquida de Juros (d)	12.016	11.718	11.836	50.767	47.127
Receitas de Juros (1.d)	29.943	29.152	28.752	142.577	115.566
Despesas de Juros (2.d)	(17.927)	(17.434)	(16.916)	(91.810)	(68.440)
Demais Componentes da Margem Financeira Bruta ¹ (e)	804	861	654	1.939	2.499
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis - % (b/a)	91,5	92,0	91,3	92,0	91,7
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} - % (1.d/a)	10,1	9,3	9,3	11,4	9,0
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} - % (2.d/b)	6,5	6,0	5,9	8,0	5,8
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} - %	3,6	3,3	3,4	3,4	3,2
Margem Líquida de Juros ² - % (d/a)	4,0	3,7	3,8	4,1	3,7
Spread Global ² - % (c/a)	4,2	3,9	4,0	4,2	3,9

1 - Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de crédl. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

2 - Taxas anualizadas;

3 - Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

4 - Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 40. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (Trimestral)

R\$ milhões	4T18 / 3T18			4T18 / 4T17		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	(463)	64	(400)	1.089	(2.280)	(1.191)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	(345)	5	(339)	906	(702)	204
Operações de Crédito + Leasing	49	13	63	17	(1.097)	(1.080)
Depósito Compulsório Rentável	(27)	(92)	(118)	(81)	(230)	(311)
Demais	6	(11)	(4)	5	(10)	(4)
Passivos Onerosos ⁴	414	104	518	(611)	1.622	1.011
Depósitos de Poupança	(25)	(35)	(60)	(191)	235	45
Depósitos Interfinanceiros	9	(3)	6	(97)	(6)	(103)
Depósitos a Prazo	7	(165)	(158)	(221)	151	(70)
Captações no Mercado Aberto	252	220	472	(412)	967	555
Obrig. por Emprest. e Repasses	98	(14)	85	182	(50)	132
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	18	(6)	12	70	(72)	(2)
Dívida Subordinada	13	32	45	36	109	145
Obrigações com T.V.M. no Exterior	16	12	28	17	(46)	(30)
Letras de Crédito do Agronegócio	54	45	99	138	181	319
Demais Letras Bancárias ⁵	(9)	(2)	(10)	(18)	38	20

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Tabela 41. Variação de Receita e Despesa e Variação Volume/Taxa (12 meses)

R\$ milhões	2018 / 2017		
	Volume médio ¹	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	2.696	(29.707)	(27.011)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	2.412	(15.233)	(12.821)
Operações de Crédito + Leasing	(777)	(11.882)	(12.658)
Depósito Compulsório Rentável	(2)	(1.582)	(1.584)
Demais	4	49	53
Passivos Onerosos ⁴	(1.351)	24.721	23.370
Depósitos de Poupança	(714)	2.348	1.634
Depósitos Interfinanceiros	(338)	106	(232)
Depósitos a Prazo	(394)	3.409	3.015
Captações no Mercado Aberto	(606)	13.420	12.815
Obrig. por Emprest. e Repasses no País	233	618	851
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(67)	(18)	(85)
Dívida Subordinada	48	904	952
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(136)	(129)	(265)
Letras de Crédito do Agronegócio	1.000	3.112	4.111
Demais Letras Bancárias ⁵	6	567	573

1 - Variação Líquida – Taxa Média;

2 - (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

3 - Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

4 - Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

5 - Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

2.7. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é realizada considerando:

- Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS e/ou ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 42. Margem Gerencial

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Operações de Crédito	10.203	10.346	10.349	1,4	0,0	41.082	40.776	(0,7)
Pessoa Física	5.598	5.871	6.059	8,2	3,2	22.033	23.334	5,9
Pessoa Jurídica	2.483	2.334	2.194	(11,6)	(6,0)	10.585	8.974	(15,2)
Agronegócios	2.122	2.140	2.096	(1,2)	(2,1)	8.463	8.468	0,1

Taxa Gerencial

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 43. Taxa por Carteira

%	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Operações de Crédito	7,7	7,3	7,4	7,5	7,4	7,4	7,6	7,6
Pessoa Física	16,1	16,1	16,3	16,3	16,5	16,5	16,5	16,7
Pessoa Jurídica ¹	6,0	5,0	5,1	5,0	4,7	4,6	5,0	4,7
Agronegócios	4,8	4,7	4,7	4,8	4,7	4,7	4,7	4,6

1 – Não inclui operações com o Governo.

2.8. Exposição Cambial e a Taxas de Juros

Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil gerencia a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 31/12/2018, é passiva no valor de US\$ 1.456 milhão.

Tabela 44. Balanço em Moedas Estrangeiras

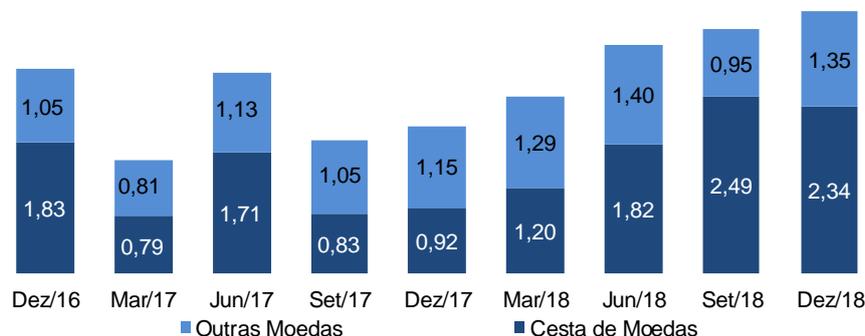
R\$ milhões		Contas Patrimoniais	
Moeda	Ativo	Passivo	
Dólar dos EUA	171.116	188.391	
Euro	14.390	7.293	
Iene	3.225	1.831	
Libra Esterlina	114	392	
Franco Suíço	15	1.119	
Dólar Canadense	5	18	
Ouro	14	-	
Demais	11.452	10.425	
Total	200.331	209.469	
Posição Líquida - Patrimoniais		9.138	

R\$ milhões		Derivativos	
Moeda	Comprado	Vendido	
Dólar dos EUA	27.605	15.995	
Euro	1.332	8.965	
Libra Esterlina	29	575	
Franco Suíço	1.111	1	
Iene	-	1.827	
Dólar Canadense	14	-	
Demais	808	39	
Total	30.899	27.402	
Posição Líquida - Derivativos		3.497	

Totais Patrimoniais e Derivativos	231.230	236.871
Posição Líquida Total		(5.641)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões		(1.456)

A exposição cambial regulatória do BB Consolidado, calculada conforme a Circular Bacen n.º 3.641, de 04/03/2013, contemplando a estratégia de *hedge fiscal*, é de R\$ 4.898 milhões em 31/12/2018. O *hedge fiscal* tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

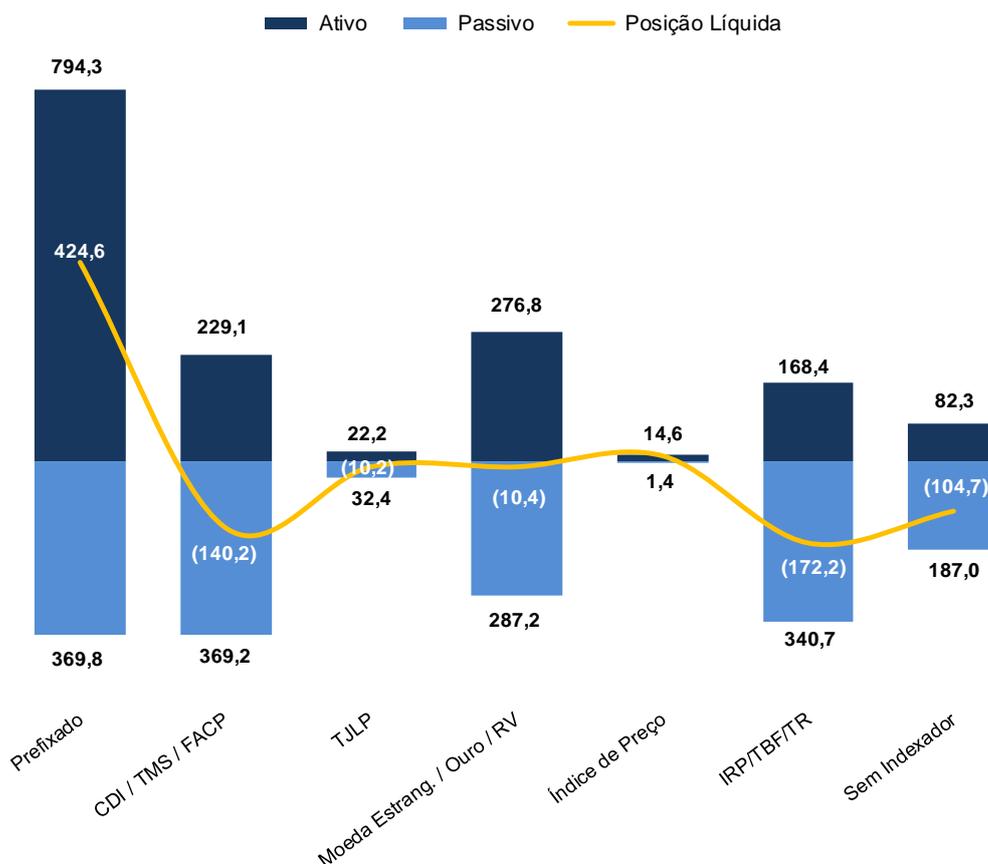
O gráfico a seguir evidencia o comportamento da exposição cambial do BB Consolidado, em relação ao Patrimônio de Referência (PR), trimestralmente, desde dezembro de 2016.

Figura 12. Evolução da Exposição Cambial em % do PR

Balanço por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 31/12/2018 e a posição líquida.

Figura 13. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida (R\$ bilhões)



Perfil de Descasamento por Vencimento

Apresenta-se, a seguir, a tabela que contém o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento do BB Consolidado.

Tabela 45. Descasamento por Vencimento

R\$ milhões	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	175.269	442.928	88.900	124.091	254.173	419.993	1.505.354
Prefixado	86.349	397.856	42.498	60.728	105.418	101.492	794.340
CDI / TMS	21.137	19.278	8.051	13.363	78.728	88.520	229.077
TR/TBF/IRP	10.234	6.265	7.763	26.693	26.018	91.438	168.410
Índice de Preço	18	83	186	3.031	7.605	3.647	14.570
TJLP	459	952	1.233	2.124	4.946	12.461	22.175
US\$/ME	57.073	18.495	29.170	18.153	31.457	122.434	276.782
Passivos	323.268	226.876	59.907	115.297	241.365	433.976	1.400.688
Prefixado ¹	211.086	43.464	14.787	20.831	29.507	50.087	369.761
CDI / TMS	35.901	162.326	16.672	50.192	97.898	6.253	369.243
TR/TBF/IRP	25.998	4.309	4.773	10.339	76.792	218.442	340.654
Índice de Preço	21	1	1	1	482	929	1.436
TJLP	399	836	1.278	2.386	6.690	20.803	32.391
US\$/ME	49.863	15.940	22.395	31.549	29.996	137.462	287.204
Gap	(147.999)	216.051	28.993	8.795	12.808	(13.983)	104.666
Gap Acumulado	(147.999)	68.053	97.046	105.841	118.649	-	-
Gap Acum. como % Ativos	(84,4)	15,4	109,2	85,3	46,7	-	-

1 - Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 52,1 bilhões) em passivos prefixados.

3 – Rendas de Tarifas

A estratégia do Banco de aprimorar o relacionamento com seus clientes, trazendo conveniência no atendimento por meio da especialização de sua rede e pela utilização do meio digital é fundamental para a evolução das rendas de tarifas de conta corrente e para o maior consumo de produtos e serviços oferecidos pelo Banco.

A tabela abaixo apresenta a evolução das rendas de tarifas, resultado alcançado pelo relacionamento com os clientes com especial atenção à estratégia de intensificação do canal digital como instrumento para proporcionar mais comodidade para a contratação dos nossos produtos e serviços, além de uma maior experiência e conveniência aos nossos clientes no relacionamento com o BB.

O resultado das rendas de tarifas está ligado diretamente ao volume de produtos e serviços transacionados no período, à quantidade de dias úteis e aos efeitos sazonais do trimestre.

Tabela 46. Rendas de Tarifas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Rendas de Tarifas	6.735	6.871	7.236	7,4	5,3	25.941	27.452	5,8
Conta-corrente ¹	1.882	1.857	1.902	1,1	2,4	6.997	7.331	4,8
Administração de Fundos	1.347	1.556	1.487	10,4	(4,5)	5.397	6.023	11,6
Seguros, Previdência e Capitalização	810	714	1.039	28,2	45,4	3.048	3.221	5,7
Operações de Crédito e Garantias ¹	517	462	558	7,8	20,8	1.853	1.999	7,8
Cartão de Crédito/Débito	421	491	507	20,4	3,2	1.881	1.942	3,2
País ²	394	423	426	8,2	0,8	1.521	1.657	8,9
Cobrança	338	314	312	(7,7)	(0,5)	1.448	1.290	(10,9)
Arrecadações	274	277	283	3,3	2,4	1.087	1.116	2,7
Consórcios	198	236	275	38,9	16,8	725	942	29,9
Rendas do Mercado de Capitais	227	185	188	(17,3)	1,6	775	788	1,7
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	173	225	110	(36,6)	(51,2)	689	605	(12,1)
Interbancária	37	35	37	1,2	7,3	154	145	(5,8)
Outros	510	519	538	5,6	3,7	1.887	2.051	8,7

1 - Série histórica revisada no 3T18.

2 - Tarifa auferida no Brasil.

Na comparação 2018/2017, as rendas de conta-corrente refletem o crescimento de 6,2% na receita com pacote de serviços. O Banco tem o valor dos seus pacotes de serviços posicionados em um patamar próximo às demais instituições financeiras privadas.

O volume de recursos administrados relacionadas à Administração de Fundos subiu de R\$ 864,5 bilhões em dez/17 para R\$ 941,1 bilhões em dez/18. No comparativo 4T18/3T18, houve redução devido à menor captação líquida e menor quantidade de dias úteis no período. Maiores informações no capítulo 9.2.

Na comparação com 3T18, a alta nas receitas em Seguros, Previdência e Capitalização foram influenciadas pelas rendas de corretagem com Brasilprev VGBL. Ainda na linha de Seguros, o destaque é o bônus de performance anual, no valor de R\$ 276,1 milhões, pagos pela BB MAPFRE SH1 em razão da superação das metas de comercialização dos seguros no período de abril a dezembro de 2018, conforme acordado na renegociação da parceria com o Grupo Mapfre.

Resultado positivo também em Consórcios, cujo volume de vendas ultrapassou R\$ 11 bilhões em 2018. Foram comercializadas 304 mil cotas em 2018, ante 218 mil no ano anterior. Destaque para consórcio veículos com mais de 251 mil cotas vendidas em 2018. No 4º trimestre de 2018, a BB Consórcios registrou mais de 81 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 3 bilhões em volume de negócios.

O desempenho positivo da renda com tarifas em Operações de Crédito e Garantias, com crescimento de R\$ 41,6 milhões em 2018, foi influenciado pelas receitas obtidas no assessoramento aos clientes do segmento MPE. No comparativo 4T18/3T18 a alta é resultado das rendas de comissão no assessoramento do segmento PJ.

As tarifas com cartão de crédito/débito tiveram impacto positivo de 8,9% das receitas no país, que resultou em alta de 3,2% no total comparado à 2017, referente ao crescimento de receitas com a cobrança de anuidade (R\$ 100,5 milhões).

A renda com tarifas da linha Tesouro Nacional e Administração de Fundos Oficiais reduziu 12,1% em 2018, consequência do encerramento de pagamento do Pasep no 3T18 e, principalmente, à queda nas

rendas com prestação de serviços do FIES, pois o BB não atua como agente financeiro em novas contratações.

4 – Despesas Administrativas

O Banco do Brasil busca constantemente melhorar sua eficiência operacional e produtividade, mantendo controle de suas despesas administrativas, de pessoal e operacionais.

Neste capítulo, além do desempenho das despesas administrativas do BB, são apresentados os indicadores utilizados para análise da produtividade e de eficiência.

4.1. Despesas de Pessoal

Em 2018, a alta das despesas de pessoal ocorreu, principalmente, pelo incremento de provisões administrativas impactado pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2018/2019.

Na comparação trimestral (3T18/4T18), a linha Proventos apresentou acréscimo devido ao pagamento da segunda parcela do 13º salário realizado em novembro/2018. Por consequência, houve a redução em Provisões Administrativas de Pessoal, na qual são contabilizadas ao longo do ano, provisões como férias e 13º salário, revertidas nas demais linhas.

Tabela 47. Despesas de Pessoal

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Despesas de Pessoal	(4.804)	(4.765)	(4.970)	3,4	4,3	(18.976)	(19.520)	2,9
Proventos	(2.660)	(2.241)	(2.773)	4,2	23,7	(9.644)	(9.834)	2,0
Encargos Sociais	(866)	(766)	(905)	4,6	18,2	(3.180)	(3.224)	1,4
Benefícios	(783)	(748)	(797)	1,7	6,6	(3.046)	(3.064)	0,6
Previdência Complementar	(251)	(204)	(259)	3,0	26,6	(859)	(872)	1,5
Provisões Administrativas de Pessoal	(207)	(779)	(193)	(6,8)	(75,2)	(2.137)	(2.405)	12,5
Treinamento	(25)	(16)	(30)	20,3	85,6	(64)	(73)	13,1
Honorários de Diretores e Conselheiros	(12)	(11)	(13)	7,9	13,6	(45)	(48)	7,3

A seguir apresentamos o perfil dos colaboradores (funcionários e estagiários) do BB.

Tabela 48. Perfil dos Colaboradores

	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18
Gênero	99.161	97.981	97.675	97.232	96.889
Feminino	41.044	40.576	40.475	40.324	40.243
Masculino	58.117	57.405	57.200	56.908	56.646
Escolaridade					
Ensino Médio	17.533	16.404	15.901	15.274	14.846
Graduação	41.073	40.408	39.957	39.450	38.703
Especialização, Mestrado e Doutorado	40.354	40.977	41.627	42.318	43.150
Demais	201	192	190	190	190
Cargo					
Gerencial	32.203	32.957	32.655	32.677	32.635
Técnico	4.110	4.112	4.105	4.215	4.221
Assessoria	7.745	7.691	7.710	7.692	7.717
Operacional ¹	55.103	53.221	53.205	52.648	52.316
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,3	1,2	0,3	0,4	0,4
Estagiários	2.086	1.926	1.911	2.021	1.783

1- Série revista com a reclassificação da Categoria Outros para a Categoria Operacional.

Em 2018 o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), ocorrido no primeiro trimestre de 2018, influenciou significativamente os desligamentos de mais de 2.200 colaboradores.

4.2. Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas reduziram 2,9% em relação ao ano anterior, resultado, principalmente, da substituição de terminais de autoatendimento BB por terminais 24 horas. Foram afetadas as linhas de Comunicação e Processamento de Dados, com queda de R\$ 141,7 milhões, e os Serviços de Segurança e Transporte com queda de R\$ 205,5 milhões.

As ações de eficiência com renegociações de contratos de imóveis e otimização de espaços foram responsáveis pela redução de R\$ 178,9 milhões.

Na comparação trimestral (4T18/3T18), o aumento das outras despesas administrativas foram influenciadas pelas campanhas e ações de publicidade do BB.

Tabela 49. Outras Despesas Administrativas

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Outras Despesas Administrativas	(3.431)	(3.151)	(3.251)	(5,3)	3,2	(12.811)	(12.446)	(2,9)
Imóveis e Bens de Uso ¹	(687)	(660)	(678)	(1,3)	2,8	(2.796)	(2.617)	(6,4)
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(639)	(532)	(564)	(11,8)	6,0	(2.359)	(2.153)	(8,7)
Serviços de Terceiros	(524)	(500)	(504)	(3,7)	0,8	(2.011)	(1.989)	(1,1)
Comunicação e Processamento de Dados	(547)	(445)	(460)	(15,8)	3,5	(1.995)	(1.853)	(7,1)
Amortização e Depreciação	(365)	(376)	(386)	5,7	2,4	(1.432)	(1.498)	4,6
Publicidade e Relações Públicas	(212)	(157)	(198)	(7,0)	25,4	(558)	(597)	7,0
Demais Despesas Administrativas	(457)	(480)	(461)	0,9	(4,0)	(1.660)	(1.738)	4,7

1- Inclui despesas com seguro patrimonial.

4.3. Indicadores

Os índices de cobertura das despesas de pessoal, das despesas administrativas e eficiência (despesas administrativas/receitas operacionais totais) apresentaram evolução no 4T18, decorrentes do desempenho das rendas de tarifas e controle das despesas.

Tabela 50. Índices de Cobertura e Eficiência – Ajustados¹

%	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	2017	2018
Cobertura das Despesas de Pessoal - Trimestral	140,2	137,8	135,0	144,2	145,6	136,7	140,6
Cobertura das Despesas de Pessoal - 12 meses	136,7	137,9	138,3	139,2	140,6	-	-
Cobertura das Despesas Administrativas - Trimestral	81,8	84,4	84,2	86,8	88,0	81,6	85,9
Cobertura das Despesas Administrativas - 12 meses	81,6	82,7	83,3	84,3	85,9	-	-
Índice de Eficiência - 12 meses	38,1	38,5	38,9	38,7	38,5	-	-

1 - Dados referentes à Demonstração de Resultado com Realocações.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade utilizados.

Tabela 51. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18
Contas Correntes/Rede Própria	2.444	2.441	2.447	2.527	2.626
Contas Correntes/Funcionários em Agências	563	566	569	573	586
Rendas de Tarifas/Rede Própria - R\$ mil	452	441	460	481	523
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	46,0	45,7	46,6	48,3	50,4
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R\$ milhões	9,0	9,1	9,4	9,7	9,7
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R\$ milhões	13,4	14,2	14,5	14,8	15,2
Despesas de Pessoal por Funcionário (média trimestral) - R\$ mil	48,4	48,2	51,5	48,9	51,2
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	9,5	9,4	9,4	9,3	9,4

A tabela a seguir apresenta o Resultado Estrutural que caiu na comparação anual (2018/2017), em função, principalmente pela queda da Margem Financeira Bruta e pela alta das demandas cíveis/risco legal.

Tabela 52. Resultado Estrutural

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)	22.709	22.513	22.667	(0,2)	0,7	90.580	88.959	(1,8)
Receitas Operacionais	22.583	22.135	22.314	(1,2)	0,8	90.193	87.519	(3,0)
Margem Financeira Bruta	12.820	12.578	12.490	(2,6)	(0,7)	52.706	49.625	(5,8)
Rendas de Tarifas	6.735	6.871	7.236	7,4	5,3	25.941	27.452	5,8
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	943	1.057	674	(28,5)	(36,3)	3.962	3.748	(5,4)
Outras Receitas Operacionais	2.085	1.628	1.914	(8,2)	17,6	7.583	6.693	(11,7)
Previ - Plano de Benefícios 1	(66)	206	206	-	(0,0)	(251)	644	-
Previ - Atualização de Fundo Utilização	193	172	147	(23,7)	(14,6)	638	796	24,9
Despesas Operacionais Totais	(13.373)	(13.334)	(12.947)	(3,2)	(2,9)	(51.923)	(51.636)	(0,6)
Despesas Administrativas	(8.236)	(7.916)	(8.220)	(0,2)	3,8	(31.787)	(31.966)	0,6
Despesas de Pessoal	(4.804)	(4.765)	(4.970)	3,4	4,3	(18.976)	(19.520)	2,9
Outras Despesas Administrativas	(3.431)	(3.151)	(3.251)	(5,3)	3,2	(12.811)	(12.446)	(2,9)
Risco Legal	(636)	(1.341)	(1.274)	100,1	(5,0)	(2.722)	(4.141)	52,1
Outras Despesas Tributárias	(129)	(131)	(127)	(1,3)	(3,1)	(502)	(540)	7,6
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(1.250)	(1.114)	(1.159)	(7,3)	4,1	(5.001)	(4.590)	(8,2)
Outras Despesas Operacionais	(3.122)	(2.832)	(2.167)	(30,6)	(23,5)	(11.911)	(10.400)	(12,7)
Resultado Não Operacional	48	63	52	8,7	(17,1)	186	218	17,0
Resultado Estrutural	9.385	9.242	9.772	4,1	5,7	38.844	37.541	(3,4)

5 – Outros Componentes do Resultado

5.1. Informações de Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as participações societárias do Banco do Brasil S.A em suas empresas controladas e coligadas.

Tabela 53. Participações Societárias

Participações Societárias R\$ mil	Atividade		Part. (%)	Saldo de Investimento			Result. de Particip.
				Dez/18	Dez/17	Dez/18	4T18
Banco do Brasil - AG. Viena	Holding	(I)	100,00	654.351	890.236		(8.677)
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	80,39	1.210.602	1.199.444		174.163
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	4.433.632	4.686.715		140.889
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	19.055	24.332		6.755
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	215.401	230.582		137.788
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	152.634	197.946		5.603
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(I)	100,00	3.074.108	3.169.918		357.899
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ. ¹	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	895.410	902.093		43.629
Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,68	3.264.584	3.072.049		208.314
Companhia Brasileira de Securit. – Cibrasec ²	Aquisição de Créd.	(II)	12,12	9.366	9.192		(16)
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,45	75.988	76.230		3.817
Neoenergia S.A.	Energia	(II)	9,35	1.570.055	1.749.313		13.502
Seg. Brasileira de Créd. à Exportação – SBCE	Seguradora	(II)	12,09	2.410	2.492		72
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ³	Serviços	(II)	12,52	58.604	57.367		6.013
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	131.639	131.792		297.651
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(I)	100,00	5.026.871	5.156.938		156.702
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	976.121	1.157.461		32.873
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	819.668	375.977		38.505
Elo Serviços	Serviços	(II)	33,33	44.673	91.047		7.217
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ^{4,5}	Serviços	(II)	50,08	3.655.182	3.661.905		55.551
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	4.548.114	4.664.961		27.717
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	234.536	293.340		3.796
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	5.042.021	4.220.210		1.022.081
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A. ⁶	Corretora	(I)	66,36	47.074	47.074		544.569
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	6.604.923	5.341.696		150.242
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,76	1.686.052	1.277.205		108.135
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,24	241.544	254.055		24.900
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,77	12.341	10.395		3.450
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,77	1.975.877	2.136.459		132.760
IRB - Brasil Resseguros	Resseguros	(II)	10,11	540.685	1.032.693		26.361
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Holding	(II)	-	1.469.780	-		(138.375)
BB Tecnologia e Serviços S.A.	Informática	(I)	99,99	256.236	260.378		(194)
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	652	724		(16)
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	7.056	6.817		(85)
BB Cayman Islands Holding	Holding	(I)	100,00	1.572.586	1.663.734		(24.448)
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	24.582	30.816		329
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	209.091	252.602		3.870

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

1 - Participação indireta na Ativos S.A. de 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo BB Cayman Islands Holding.

2 - Participação indireta na Cibrasec de 9,09% pelo BB-BI e direta de 3,03% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,12%.

3 - Participação indireta na Tecban de 8,01% pelo BB-BI e direta de 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%.

4 - Participação direta na Cateno de 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e indireta de 20,7% pelo BB-BI, totalizando 50,08%.

5 - Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo.

6 - Em Dez/16 a BB Cor. Participações S.A foi incorporada pela BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.

5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes individualmente e pulverizados.

Tabela 54. Outras Receitas e Despesas Operacionais

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)		Fluxo Anual		Var. (%)
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18	2017	2018	2017
Outras Receitas Operacionais	2.085	1.628	1.914	(8,2)	17,6	7.583	6.693	(11,7)
Recuperação de Encargos e Despesas	541	520	531	(1,9)	2,1	2.069	2.137	3,3
Atualização de Depósitos em Garantia	560	482	467	(16,6)	(3,1)	2.673	1.979	(26,0)
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	204	236	98	(52,1)	(58,6)	785	542	(31,0)
Operações com Cartões ¹	316	90	377	19,4	-	600	734	22,3
Receitas das Empresas Ligadas não Financeiras	94	41	52	(44,5)	26,2	290	206	(28,8)
Outras Despesas Operacionais	(3.122)	(2.832)	(2.167)	(30,6)	(23,5)	(11.911)	(10.400)	(12,7)
Operações com Cartões	(367)	(399)	(476)	29,6	19,2	(1.429)	(1.709)	19,6
Verba de Relacionamento Negocial	(405)	(371)	(360)	(11,1)	(2,9)	(1.806)	(1.484)	(17,9)
Atualização das Obrigações Atuariais	(288)	(341)	(341)	18,7	(0,0)	(1.159)	(1.310)	13,0
Bônus de Relacionamento Negocial	(347)	(266)	(263)	(24,3)	(1,2)	(1.067)	(1.024)	(4,0)
Descontos Concedidos em Renegociação	(375)	(252)	(301)	(19,8)	19,3	(1.441)	(1.125)	(22,0)
Atualização da provisão para depósito judicial (NE 27.h)	(208)	(178)	(174)	(16,7)	(2,7)	(1.027)	(695)	(32,3)
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(125)	(88)	(122)	(2,5)	39,0	(440)	(399)	(9,4)
Autoatendimento	(76)	(64)	(66)	(13,4)	2,4	(332)	(320)	(3,6)
Bônus de Adimplência	(42)	(59)	(58)	35,8	(3,1)	(200)	(226)	12,9
Convênio INSS	(51)	(51)	(54)	7,3	6,7	(171)	(202)	17,6
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(64)	(45)	(48)	(25,3)	5,8	(319)	(208)	(34,9)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(70)	(42)	(40)	(43,1)	(3,8)	(237)	(203)	(14,4)
Amortização de Ágio em Investimentos	(304)	(40)	(54)	(82,4)	33,5	(1.218)	(176)	(85,5)
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(33)	(33)	(34)	5,0	4,9	(132)	(129)	(2,4)
Demais²	3	(342)	612	-	-	234	(124)	-

1- Série revisada no 3T17 em conformidade com a Carta Circular Bacen nº 3.828/2017.

2 - Inclui despesas de recompra de IHCD efetuadas em abril/18

6 – Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital é fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvagam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos, procedimentos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Para conhecer mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III no [website bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri), publicado trimestralmente.

6.1. Estrutura de Capital

Nesse tópico, serão apresentadas as principais informações referentes à estrutura de capital do Banco do Brasil. Tendo em vista a quantidade relevante de termos técnicos utilizados pela regulação de capital, apresentamos o glossário para auxiliar a interpretação das informações deste capítulo:

- a) Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais. Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8,1 bilhões foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP);
- b) Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer sua qualidade em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados;
- c) Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen;
- d) Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- e) Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil;
- f) PR: Patrimônio de Referência é o somatório do Capital Nível I e II;
- g) PRMR: Patrimônio de Referência Mínimo Requerido é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.193/13;
- h) RWA: *Risk Weighted Asset*, ou, Ativo Ponderado pelo Risco;
 - RWA_{OPAD}: relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada;
 - RWA_{MPAD}: relativa às exposições ao risco de mercado sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
 - RWA_{CPAD}: relativa às exposições ao risco de crédito sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do PR e PRMR em relação ao RWA, respectivamente, considerando o Banco Votorantim pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), conforme determinação do Bacen.

Desempenho

O índice de Basileia atingiu 18,86% em dezembro de 2018. O índice de capital nível I chegou a 13,39%, sendo 10,00% de capital principal e o patrimônio de referência alcançou R\$ 134,2 bilhões.

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor do PR e RWA e seus principais componentes.

Tabela 55. Índice de Basileia

Fluxo Trimestral	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18
Patrimônio de Referência - PR	135.511	126.583	130.078	131.940	134.178
Nível I	95.228	87.687	90.679	93.107	95.290
Capital Principal	72.320	66.996	66.676	68.182	71.169
Patrimônio Líquido	88.068	90.269	91.861	92.746	92.016
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(23.848)	(31.373)	(33.285)	(32.664)	(28.947)
Investimentos e Crédito Tributário (dif. temporárias) excedentes a 15% do Capital Principal ¹	(9.231)	(11.605)	(11.875)	(12.036)	(11.895)
Ativos intangíveis	(5.159)	(6.626)	(6.281)	(5.923)	(5.777)
Créd. tributários (dif. temporárias) excedentes a 10% do Capital Principal	(2.663)	(3.163)	(3.980)	(3.777)	(4.631)
Investimentos excedentes a 10% do Capital Principal	(1.718)	(2.868)	(2.500)	(2.582)	(716)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL	(791)	(1.572)	(2.519)	(1.419)	(1.878)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(248)	(274)	(237)	(745)	(217)
Participação de não controladores ²	(674)	(853)	(0)	(0)	(0)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(71)	(83)	(75)	(68)	(62)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução 4.277/2013	-	-	-	-	(39)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(3.294)	(4.329)	(5.817)	(6.114)	(3.732)
Capital Complementar	22.908	20.691	24.002	24.924	24.121
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.111	17.865	20.725	21.521	20.827
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ³	4.797	2.825	3.277	3.403	3.294
Nível II	40.283	38.896	39.400	38.834	38.889
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.328	38.931	39.433	38.878	38.926
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	4.559	4.316	3.777	3.222	3.270
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.769	34.615	35.656	35.656	35.656
Recursos captados no FCO ⁴	27.870	28.612	29.337	29.337	29.337
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁵	7.899	6.003	6.319	6.319	6.319
Dedução do Nível II	(44)	(34)	(34)	(45)	(37)
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(44)	(34)	(34)	(45)	(37)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	689.857	686.569	704.880	705.466	711.490
Risco de Crédito (RWACPAD)	616.822	599.856	611.008	614.373	624.019
Risco de Mercado (RWAMPAD)	17.296	22.527	29.686	30.012	26.390
Risco Operacional (RWAOPAD)	55.738	64.186	64.186	61.081	61.081
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁶	63.812	59.217	60.796	60.846	61.366
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)	71.700	67.367	69.282	71.094	72.812
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)	13,80	12,77	12,86	13,20	13,39
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)	10,48	9,76	9,46	9,66	10,00
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)	19,64	18,44	18,45	18,70	18,86

1 - Em 31.12.2018, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.576.167 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.312.020 mil foram ponderados em 250% no RWA.

2 - Em 31.12.2018, a dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Nos períodos anteriores, aplicava-se a faculdade do §4º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

3 - Em 31.12.2018 o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

4 - Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, em 31.12.2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018. Em períodos anteriores, aplicava-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.192/2013.

5 - Em 31.12.2018, considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 40%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

6 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

A Resolução CMN n.º 4.193/2013 estabeleceu o fator "F" que representa o índice de Basileia a ser observado durante o processo de implementação dos requisitos de Basileia III.

Tabela 56. Fator “F” aplicado ao montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Vigência	Fator "F" (%)
01/10/2013 a 31/12/2015	11,0
01/01/2016 a 31/12/2016	9,875
01/01/2017 a 31/12/2017	9,25
01/01/2018 a 31/12/2018	8,625
A partir de 01/01/2019	8,0

O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 134.178 milhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 61.366 milhões, em 31/12/2018.

Aplicação integral das regras de Basileia III

No exercício de 2018 os fatores incidentes sobre as deduções decorrentes de ajustes prudenciais do capital principal atingiram a integralidade (percentual de 100%), nos termos da Resolução CMN 4.192, de 01.03.2013. Do cronograma de transição de Basileia III, está previsto apenas o aumento do multiplicador das parcelas de risco de mercado e operacional, que passará de 11,6 para 12,5 em 2019.

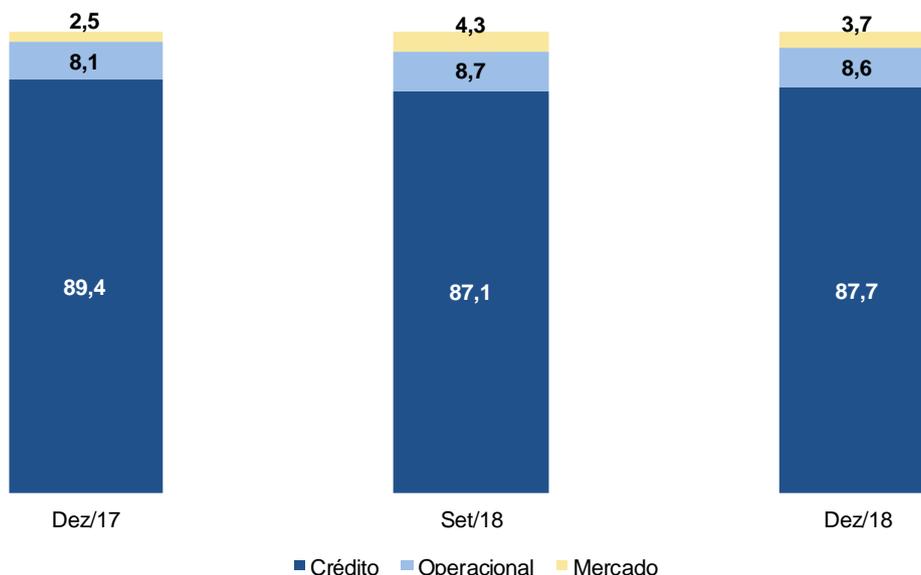
O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, onde incorpora os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O foco está na geração orgânica de capital, pelo crescimento do crédito em linhas com menor consumo de capital e mais atrativas sob o critério retorno versus risco. O objetivo do BB, para o capital, é apresentar um crescimento na estrutura de capitalização do Banco a fim de manter o capital principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil.

Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e Plano de Capital, para janeiro de 2022, a meta é manter pelo menos 11% de Índice de Capital Principal. O Banco projeta sustentar este crescimento de forma orgânica, isto é, com o crescimento de lucros amparado na alocação em linhas com menor consumo de capital e mais atrativas sob o critério de risco versus retorno.

A figura a seguir apresenta a composição do RWA por tipo de risco.

Figura 14. Composição do RWA por tipo de risco (%)



A seguir, apresentamos o PRMR referente às parcelas dos RWA sujeitos aos riscos operacional, de mercado e de crédito mediante abordagem padronizada. O fator “F” vigente no exercício de 2018 era de 8,625% e para 2019 de 8,0%.

Tabela 57. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}

R\$ milhões	Dez/17			Set/18			Dez/18		
	RWA _{OPAD}	PRMR	%	RWA _{OPAD}	PRMR	%	RWA _{OPAD}	PRMR	%
Comercial	26.093	2.414	46,8%	28.368	2.447	46,4%	28.368	2.447	46,4%
Varejo	14.920	1.380	26,8%	15.354	1.324	25,1%	15.354	1.324	25,1%
Negociação e Vendas	8.200	758	14,7%	8.746	754	14,3%	8.746	754	14,3%
Pagamentos e Liquidações	3.446	319	6,2%	4.578	395	7,5%	4.578	395	7,5%
Administração de Ativos	1.770	164	3,2%	2.449	211	4,0%	2.449	211	4,0%
Serviços de Agente Financeiro	1.749	162	3,1%	1.835	158	3,0%	1.835	158	3,0%
Finanças Corporativas	(491)	(45)	-0,9%	(294)	(25)	-0,5%	(294)	(25)	-0,5%
Corretagem de Varejo	50	5	0,1%	46	4	0,1%	46	4	0,1%
TOTAL	55.738	5.156		61.081	5.268		61.081	5.268	

Tabela 58. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}

R\$ milhões	Dez/17			Set/18			Dez/18		
	RWA _{MPAD}	PRMR	%	RWA _{MPAD}	PRMR	%	RWA _{MPAD}	PRMR	%
Câmbio	10.041	929	58,1%	22.862	1.972	76,2%	22.272	1.921	84,4%
Taxa de Juros	7.255	671	41,9%	7.148	617	23,8%	4.114	355	15,6%
Ações	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Commodities	0	0	0,0%	2	0	0,0%	4	0	0,0%
TOTAL	17.296	1.600		30.012	2.589		26.390	2.276	

Tabela 59. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}

R\$ milhões	Dez/17			Set/18			Dez/18		
	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%
Operações de Crédito	392.821	36.336	63,7	390.872	33.713	63,6	395.020	34.071	63,3
Outros Direitos	59.809	5.532	9,7	52.967	4.568	8,6	52.219	4.504	8,4
Créditos Tributários	37.548	3.473	6,1	37.456	3.231	6,1	32.456	2.799	5,2
Permanente	31.566	2.920	5,1	28.455	2.454	4,6	29.375	2.534	4,7
TVM e Derivativos	27.497	2.543	4,5	30.514	2.632	5,0	32.673	2.818	5,2
Limites de Crédito e Créditos a Liberal	17.312	1.601	2,8	18.329	1.581	3,0	19.875	1.714	3,2
Garantias Prestadas	1.947	180	0,3	5.053	436	0,8	6.469	558	1,0
Participações em Fundos de Garantia de Clearings	16	2	0,0	46	4	0,0	42	4	0,0
Demais	48.307	4.468	7,8	50.681	4.371	8,2	55.889	4.820	9,0
TOTAL	616.822	57.056		614.373	52.990		624.019	53.822	

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD}, considerando as principais exposições:

Tabela 60. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR

R\$ milhões	Dez/18		
	FPR (%)	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Disponibilidades	20	658	57
	100	3.042	262
	20	1.842	159
	50	1.983	171
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	75	90	8
	85	8.256	712
	100	16.617	1.433
	2	4	0
	20	20	2
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	50	253	22
	85	7.367	635
	100	24.527	2.115
	1.250	501	43
	2	22	2
Participação em Fundos de Garantia de Clearings	100	20	2
	20	544	47
Relações Interfinanceiras	50	2.313	200
	85	1.935	167
	100	62	5
	20	25	2
	35	15.145	1.306
Operações de Crédito	50	1.541	133
	75	156.673	13.513
	85	80.856	6.974
	100	140.780	12.142
	75	85	7
Operações de Arrendamento Mercantil	85	3	0
	100	107	9
	50	8.838	762
Outros Direitos	75	20.149	1.738
	85	1.403	121
	100	21.830	1.883
Outros Valores e Bens	100	880	76
Permanente	100	13.140	1.133
	250	16.234	1.400
	50	680	59
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	75	8.929	770
	85	1.422	123
	100	4.265	368
	50	348	30
Créditos a Liberar	75	584	50
	85	2.369	204
	100	1.277	110
	75	218	19
Adiantamentos concedidos pela Instituição	85	10.735	926
	100	5.419	467
	20	6	1
Garantias prestadas - avais, fianças e coobrigações	50	2	0
	75	90	8
	85	1.493	129
	100	4.877	421
	100	21.786	1.879
Créditos Tributários	250	10.454	902
	300	216	19
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	1	0
	85	1	0
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	50	1	0
	100	0	0
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)	-	1.097	95
Total		624.019	53.822

1 - Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

2 - Exposição Ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,625%.

7 – Crédito

O Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil

A concessão de crédito no Banco do Brasil é precedida por avançadas metodologias de cálculo de risco de crédito. Essas metodologias foram desenvolvidas pelo BB e seguem as melhores práticas de gestão de riscos.

O risco do cliente reflete a probabilidade do tomador se tornar inadimplente no período de até doze meses após a análise do risco. Essa avaliação determina o volume de recursos que o Banco está disposto a se expor ao tomador. O risco é calculado utilizando informações internas e externas, além do histórico de relacionamento com o cliente, conforme descrição a seguir.

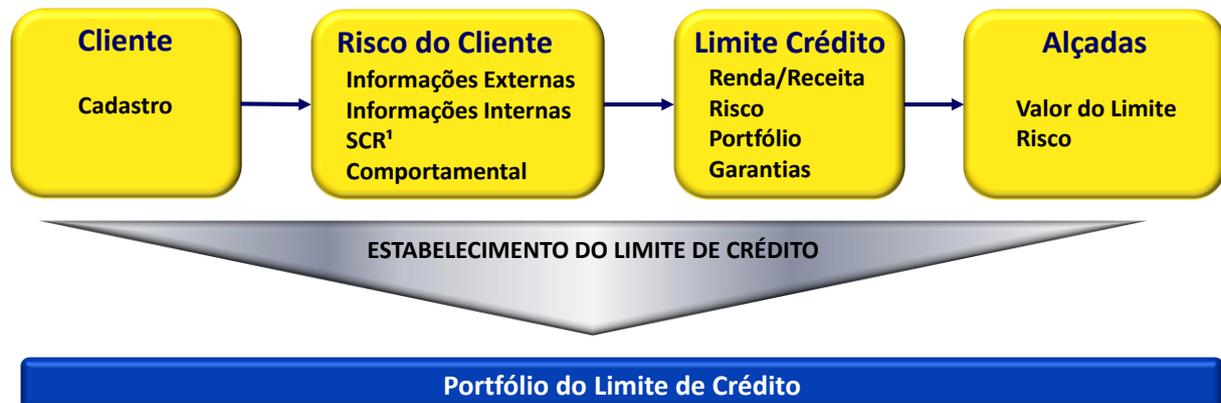
- I. Informações Cadastrais - análise de informações cadastrais obtidas em fontes internas e externas, inclusive informações restritivas;
- II. Informações Comportamentais no BB - avaliação do endividamento, utilização de produtos de crédito, pontualidade no pagamento e dados de relacionamento com o Banco;
- III. Informações Comportamentais no Sistema Financeiro Nacional (SFN) - análise do endividamento em outras instituições financeiras, da utilização de produtos na concorrência e da pontualidade de pagamento no SFN;
- IV. Metodologias Personalizadas - avaliação de demonstrativos financeiros, das perspectivas do segmento do cliente e demais informações de mercado.

O risco é calculado de forma massificada para clientes pessoas físicas, microempresas e produtores rurais, e de forma personalizada para clientes pessoas jurídicas, entes do setor público, entre outros. Na análise massificada, o risco de crédito do cliente é calculado automaticamente pelo sistema do Banco, com resultados imediatos para a contratação da operação.

As análises personalizadas são realizadas pelos técnicos do Banco do Brasil e por cálculos de sistemas corporativos. Cabe aos comitês responsáveis a aprovação do risco desses clientes.

O risco do cliente é insumo importante para o estabelecimento do limite de crédito, para a adequada classificação do risco das operações e para o direcionamento de linhas de negócios com o cliente.

Figura 15. Processo de Concessão de Crédito do Banco do Brasil



1 - SCR: Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil.

7.1. Carteira de Crédito

Para melhor entendimento das operações de crédito do BB, a seguir são apresentados os conceitos referentes à carteira de crédito. As informações apresentadas nesse capítulo são segmentadas em pessoa física, pessoa jurídica e agronegócios.

a) Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito. A carteira interna é originada no Brasil e a carteira externa originada no exterior.

b) Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada somada às operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e garantias, onde:

b.1) TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

b.2) Garantias: são operações às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos.

Tabela 61. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada (a)	635.911	100,0	634.420	100,0	640.226	100,0	0,7	0,9
Interna	599.206	94,2	597.729	94,2	603.798	94,3	0,8	1,0
Pessoa Física	187.336	29,5	191.575	30,2	196.654	30,7	5,0	2,7
Crédito Consignado	67.465	10,6	70.270	11,1	71.037	11,1	5,3	1,1
Financiamento Imobiliário	44.572	7,0	47.957	7,6	48.455	7,6	8,7	1,0
Cartão de Crédito	25.655	4,0	25.511	4,0	29.180	4,6	13,7	14,4
CDC Salário	18.793	3,0	19.257	3,0	18.611	2,9	(1,0)	(3,4)
Financiamento de Veículos	14.796	2,3	11.108	1,8	10.363	1,6	(30,0)	(6,7)
Empréstimo Pessoal	4.720	0,7	5.911	0,9	7.327	1,1	55,2	24,0
Cheque Especial	1.951	0,3	1.886	0,3	1.658	0,3	(15,0)	(12,1)
Demais	9.385	1,5	9.674	1,5	10.022	1,6	6,8	3,6
Pessoa Jurídica¹	230.490	36,2	218.719	34,5	219.951	34,4	(4,6)	0,6
Médias e Grandes	142.674	22,4	133.875	21,1	135.557	21,2	(5,0)	1,3
Governos	40.786	6,4	45.854	7,2	44.916	7,0	10,1	(2,0)
MPE	47.029	7,4	38.991	6,1	39.477	6,2	(16,1)	1,2
Agronegócio	181.381	28,5	187.434	29,5	187.193	29,2	3,2	(0,1)
Pessoa Física	138.894	21,8	144.609	22,8	148.420	23,2	6,9	2,6
Pessoa Jurídica	42.487	6,7	42.826	6,8	38.773	6,1	(8,7)	(9,5)
Exterior	36.704	5,8	36.691	5,8	36.428	5,7	(0,8)	(0,7)
TVM Privados e Garantias (b)	48.846		55.885		57.098		16,9	2,2
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	684.756	100,0	690.305	100,0	697.324	100,0	1,8	1,0
Interna	640.593	93,6	647.959	93,9	655.519	94,0	2,3	1,2
Pessoa Física	187.666	27,4	191.825	27,8	196.955	28,2	4,9	2,7
Pessoa Jurídica ¹	270.913	39,6	267.911	38,8	269.894	38,7	(0,4)	0,7
Agronegócio	182.013	26,6	188.223	27,3	188.671	27,1	3,7	0,2
Externa	44.164	6,4	42.346	6,1	41.805	6,0	(5,3)	(1,3)

1 – Carteira Pessoa Jurídica reprocessada até o 1T17 na linha "Recebíveis". Todas as tabelas e gráficos que envolvam essas linhas também foram reprocessadas.

O Banco do Brasil divulga suas estimativas de desempenho considerando a carteira ampliada orgânica interna, apurada pela soma da carteira de crédito orgânica interna e operações com TVM privados e garantias prestadas, desconsiderando as carteiras adquiridas. A carteira rural desconsidera as operações da linha de crédito agroindustrial, que são somadas à carteira pessoa jurídica.

Tabela 62. Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna	630.314	100,0	640.993	100,0	649.335	100,0	3,0	1,3
Pessoa Física	177.387	28,1	184.859	28,8	190.770	29,4	7,5	3,2
Pessoa Jurídica	293.253	46,5	289.374	45,1	289.183	44,5	(1,4)	(0,1)
Rural	159.674	25,3	166.760	26,0	169.382	26,1	6,1	1,6

A tabela a seguir demonstra a participação do BB na carteira de crédito classificada do SFN.

Tabela 63. Crédito SFN

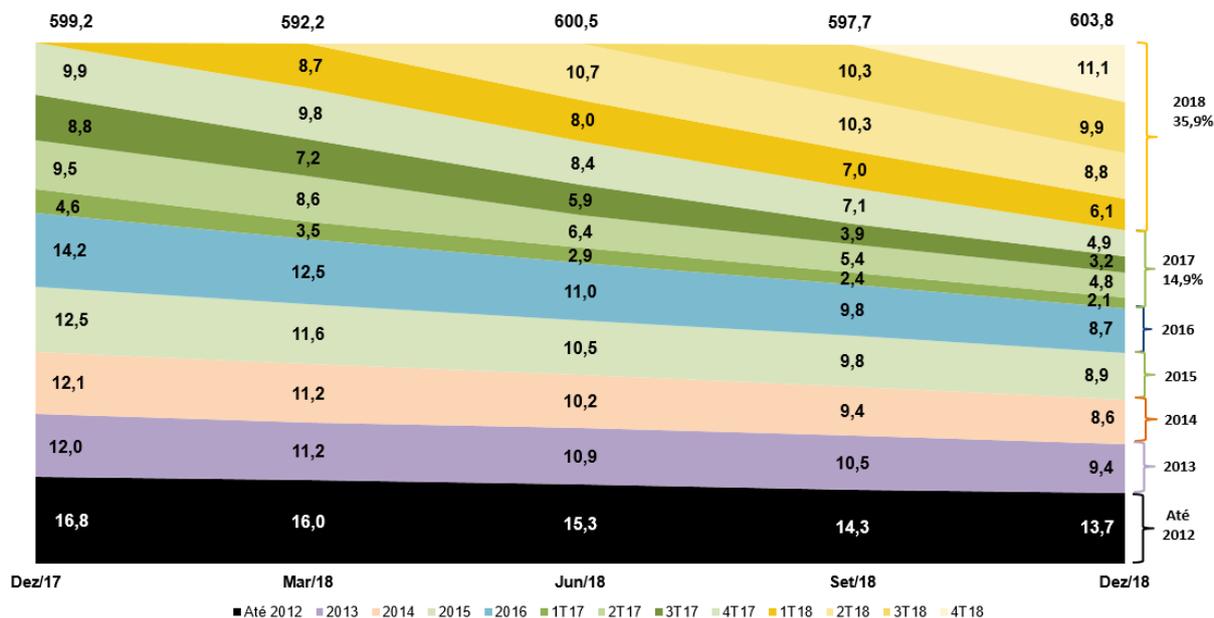
R\$ bilhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18	
SFN	3.092	3.082	3.130	3.171	3.260	5,5	2,8	
Pessoa Física	1.649	1.668	1.694	1.728	1.791	8,6	3,6	
Pessoa Jurídica	1.442	1.414	1.436	1.443	1.469	1,9	1,8	
Participação de Mercado BB - %	19,4	19,2	19,2	18,8	18,5			

A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito contratado ocorrer de

forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

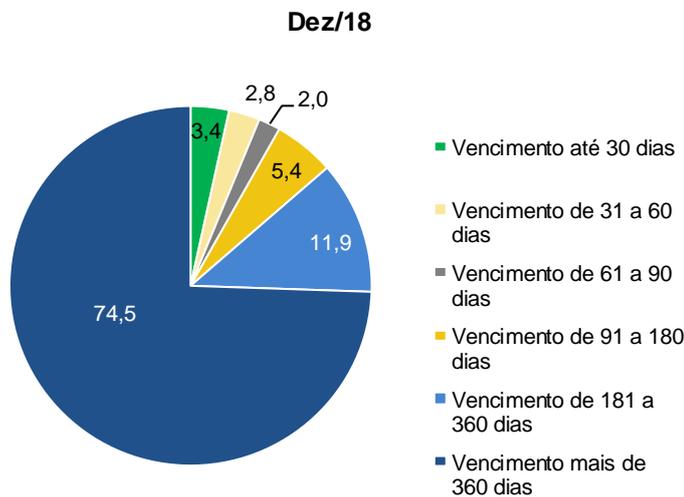
Considerando a carteira de dezembro de 2018, 50,7% dos ativos foram contratados em 2017 e 2018. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2014 representam 31,6%.

Figura 16. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) - % e R\$ bilhões



A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna por prazo de vencimento das operações. Destaca-se que 74,5% do portfólio possui vencimento com mais de 360 dias, em linha com a relevância das linhas de investimento, imobiliário e consignado do Banco, enquanto 8,2% da carteira possui vencimento inferior a 90 dias, notadamente operações de capital de giro com empresas.

Figura 17. Carteira de Crédito Interna BB (por Prazo de Vencimento) - %



7.1.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

As tabelas a seguir apresentam as principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas. As carteiras de crédito adquiridas pelo BB são compostas por operações de crédito consignado e financiamento de veículos.

Tabela 64. Carteira de Crédito Pessoa Física

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira Classificada Orgânica	177.057	94,3	184.609	96,2	190.470	96,7	7,6	3,2
CDC	90.620	48,3	95.274	49,7	96.839	49,2	6,9	1,6
Crédito Consignado	67.108	35,8	70.106	36,5	70.902	36,0	5,7	1,1
CDC Salário	18.793	10,0	19.257	10,0	18.611	9,4	(1,0)	(3,4)
Empréstimo Pessoal	4.720	2,5	5.911	3,1	7.327	3,7	55,2	24,0
Financiamento Imobiliário	44.572	23,8	47.957	25,0	48.455	24,6	8,7	1,0
Cartão de Crédito	25.655	13,7	25.511	13,3	29.180	14,8	13,7	14,4
Crédito Renegociado	8.436	4,5	8.758	4,6	9.144	4,6	8,4	4,4
Financiamento de Veículos	4.875	2,6	4.306	2,2	4.315	2,2	(11,5)	0,2
Cheque Especial	1.951	1,0	1.886	1,0	1.658	0,8	(15,0)	(12,1)
Microcrédito	427	0,2	357	0,2	336	0,2	(21,2)	(5,8)
Demais	522	0,3	560	0,3	541	0,3	3,6	(3,3)
Carteiras Adquiridas	10.279	5,5	6.966	3,6	6.184	3,1	(39,8)	(11,2)
Crédito Consignado	357	0,2	164	0,1	136	0,1	(62,0)	(17,3)
Financiamento de Veículos	9.922	5,3	6.802	3,5	6.049	3,1	(39,0)	(11,1)
Carteira de Crédito Classificada (a)	187.336	99,8	191.575	99,9	196.654	99,8	5,0	2,7
TVM Privados e Garantias (b)	330	0,2	250	0,1	300	0,2	(9,0)	20,1
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	187.666	100,0	191.825	100,0	196.955	100,0	4,9	2,7

O BB mantém-se entre os líderes de mercado nos segmentos de crédito com garantia. A participação do BB nas linhas de empréstimos com essa característica é demonstrada a seguir.

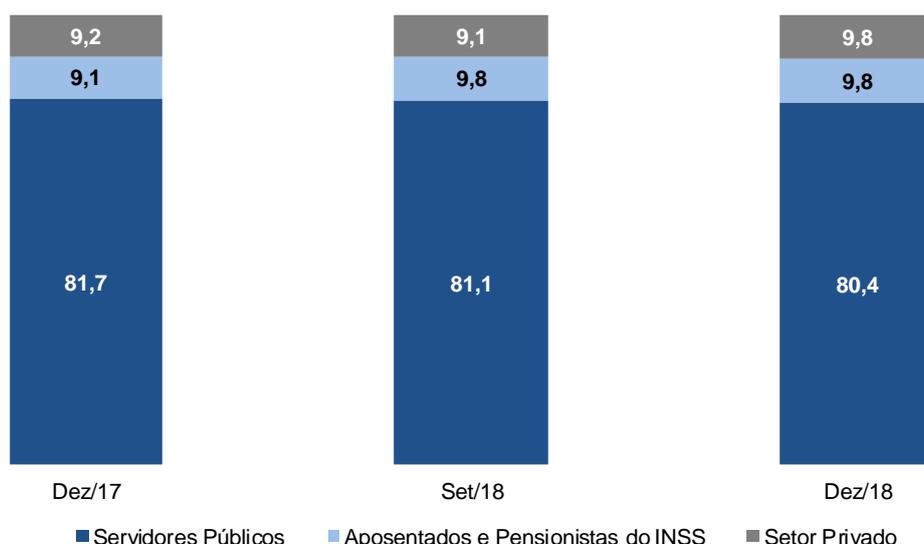
Tabela 65. Crédito Pessoa Física – Participação de Mercado

R\$ milhões	Dez/17			Set/18			Dez/18		
	BB	SFN	Part. %	BB	SFN	Part. %	BB	SFN	Part. %
Crédito Consignado	67.465	310.785	21,7	70.270	330.723	21,2	71.037	336.831	21,1
Financiamento de Veículos ¹	13.832	150.826	9,2	10.251	163.600	6,3	9.510	171.232	5,6
Financiamento Imobiliário	44.572	565.105	7,9	47.957	583.813	8,2	48.455	592.362	8,2

1 – Apenas carteira de recursos livres.

Considerando a carteira orgânica, as operações de CDC e de financiamento de veículos, que alcançaram R\$ 101,2 bilhões em dezembro de 2018 são, em sua maioria, realizadas com servidores públicos e pensionistas.

Figura 18. Composição da Carteira de Crédito Orgânica - CDC e Veículos - %



Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 92,5% possuem conta há pelo menos cinco anos.

Tabela 66. Tempo de Relacionamento - Clientes com Operações de Crédito

%	Dez/17	Set/18	Dez/18
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,6	0,7	0,7
Entre 1 e 2 anos	1,2	1,0	1,0
Entre 2 e 5 anos	7,7	6,4	5,9
Entre 5 e 10 anos	18,0	17,4	17,3
Mais de 10 anos	72,6	74,5	75,1

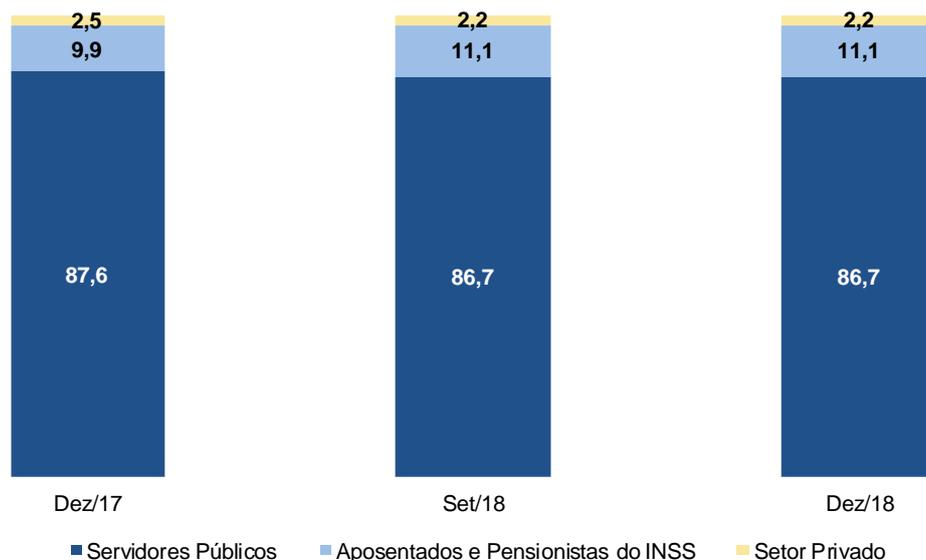
A tabela a seguir demonstra o prazo médio e a taxa de juros nas linhas mais relevantes. Os prazos médios da carteira são calculados ponderando o prazo restante pelo saldo devedor. A taxa média considera o portfólio.

Tabela 67. Taxas e Prazos Médios

	Mar/17	Jun/17	Set/17	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18
Banco do Brasil								
Financiamento de Veículos								
Taxa Média - % a.m.	1,82	1,83	1,84	1,84	1,83	1,80	1,77	1,73
Prazo Médio - meses	29	29	29	30	30	30	31	32
Percentual financiado	66,1	66,5	66,1	67,4	66,3	66,7	66,4	66,8
Financiamento Imobiliário								
Ticket Médio - R\$ mil	132,1	149,2	160,2	172,2	173,4	158,8	151,4	147,3
Taxa Média - % a.a.	7,12	7,13	7,15	7,17	7,21	7,26	7,28	7,29
Prazo Médio - meses	335	332	329	328	325	333	336	337
Percentual financiado	60,2	60,6	60,7	60,7	60,9	58,0	61,2	61,3
Crédito Consignado								
Taxa Média - % a.m.	1,92	1,92	1,91	1,89	1,88	1,86	1,83	1,80
Prazo Médio - meses	60	60	61	61	61	62	63	63
Crédito Pessoal								
Taxa Média - % a.m.	4,21	4,22	4,21	4,17	4,13	4,06	4,03	4,02
Prazo Médio - meses	43	43	43	45	44	44	45	47

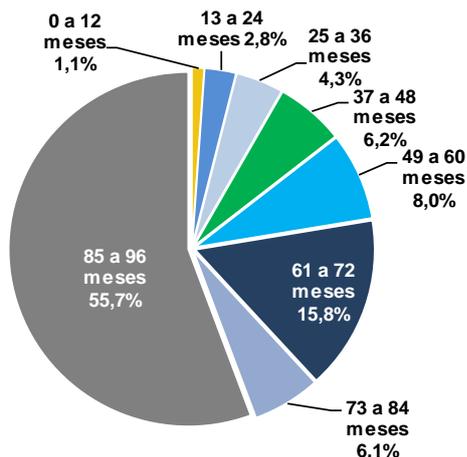
Crédito Consignado

A carteira de crédito consignado orgânica BB, de R\$ 70,9 bilhões em dezembro de 2018, é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e pensionistas. A figura a seguir demonstra a composição da carteira.

Figura 19. Composição da Carteira de Crédito Consignado Orgânica - %

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 4T18 tem prazo superior a 60 meses. O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse período.

Figura 20. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Crédito Consignado



Financiamento de Veículos

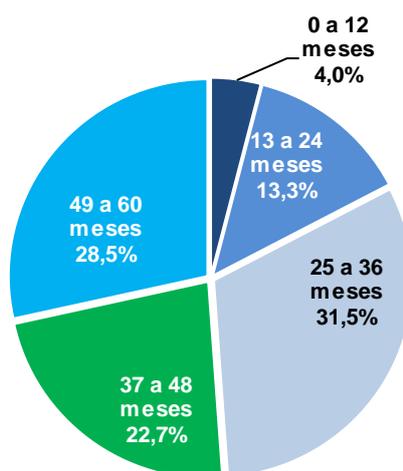
Na tabela a seguir são demonstradas as principais características dos clientes da carteira de financiamento de veículos orgânica do Banco do Brasil. Pode-se constatar que a maioria dos clientes são correntistas há mais de 10 anos e recebem proventos pelo Banco.

Tabela 68. Características dos Clientes da Carteira de Crédito Veículos Orgânica

%	Dez/17	Set/18	Dez/18
Tempo de Relacionamento			
Até 5 anos	7,7	5,7	5,3
Entre 5 a 10 anos	18,3	17,2	17,1
Mais de 10 anos	74,0	77,1	77,6
Proventos			
Recebem Proventos	74,1	65,7	66,3
Não Recebem Proventos	25,9	34,3	33,7

A próxima figura demonstra o prazo das operações de financiamento de veículos contratadas no Banco do Brasil no 4T18. Cerca de 71,5% das contratações no trimestre têm prazo de até 48 meses.

Figura 21. Prazo das Operações Contratadas no Trimestre – Financiamento de Veículos



Financiamento Imobiliário

Nos últimos 12 meses o crescimento do saldo foi de R\$ 3,6 bilhões, confirmando a tendência de ganho de relevância da carteira, com elevação na participação de 25,2% para 25,4% na visão orgânica. O

incremento observado no período foi resultado da estratégia de ampliação de produtos ofertados aos clientes, bem como ganhos de eficiência na análise e liberação de operações.

O BB alcançou participação de mercado de 8,2% em dezembro de 2018, crescimento de 30bps pontos base nos últimos 12 meses.

7.1.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

A elevação da carteira de crédito pessoa jurídica na comparação trimestral é resultado, principalmente, do incremento da carteira de ACC/ACE, Capital de Giro e Recebíveis, tanto com clientes MPE (alta de 1,2%) quanto Médias e Grandes Empresas (alta de 1,3%).

Tabela 69. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada (a)¹	230.490	85,1	218.719	81,6	219.951	81,5	(4,6)	0,6
Capital de Giro	111.830	41,3	109.653	40,9	110.278	40,9	(1,4)	0,6
Investimento	55.601	20,5	52.369	19,5	51.472	19,1	(7,4)	(1,7)
ACC/ACE	15.540	5,7	17.590	6,6	18.947	7,0	21,9	7,7
Crédito Renegociado	16.817	6,2	14.100	5,3	13.687	5,1	(18,6)	(2,9)
Recebíveis ¹	11.472	4,2	10.789	4,0	12.056	4,5	5,1	11,7
Crédito Imobiliário	9.224	3,4	6.926	2,6	6.363	2,4	(31,0)	(8,1)
Cartão de Crédito	6.194	2,3	3.743	1,4	3.441	1,3	(44,4)	(8,1)
Conta Garantida	1.221	0,5	1.404	0,5	1.611	0,6	32,0	14,8
Cheque Especial	344	0,1	322	0,1	270	0,1	(21,4)	(16,1)
BNDES Exim	112	0,0	21	0,0	6	0,0	(94,6)	(71,7)
Demais	2.135	0,8	1.802	0,7	1.820	0,7	(14,8)	1,0
TVM Privados e Garantias (b)	40.424	14,9	49.191	18,4	49.943	18,5	23,5	1,5
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)¹	270.913	100,0	267.911	100,0	269.894	100,0	(0,4)	0,7

1 – Carteira Pessoa Jurídica reprocessada até o 1T17 na linha "Recebíveis"

A segmentação da carteira pessoa jurídica do Banco do Brasil é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 70. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica

R\$ milhões	SalDOS						Var. % s/	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada (a)¹	230.490	85,1	218.719	81,6	219.951	81,5	(4,6)	0,6
Médias e Grandes Empresas	142.674	52,7	133.875	50,0	135.557	50,2	(5,0)	1,3
Governo	40.786	15,1	45.854	17,1	44.916	16,6	10,1	(2,0)
MPE	47.029	17,4	38.991	14,6	39.477	14,6	(16,1)	1,2
TVM Privados e Garantias (b)	40.424	14,9	49.191	18,4	49.943	18,5	23,5	1,5
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)¹	270.913	100,0	267.911	100,0	269.894	100,0	(0,4)	0,7

1 – Carteira Pessoa Jurídica reprocessada até o 1T17 na linha "Recebíveis"

Crédito para Comércio Exterior

O Banco do Brasil é um dos principais parceiros do comércio exterior brasileiro, encerrando o 4T18 com participação de mercado de 20,0% e 15,4% em operações de câmbio exportação e importação, respectivamente. O BB encerrou 2018 com 29,1% de participação em ACC/ACE.

Tabela 71. Câmbio de Exportação e Importação

	SalDOS					Var. % s/	
	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	4T17	3T18
Câmbio Exportação							
Volume Contratado (US\$ mil)	9.286	9.930	14.376	11.451	11.745	26,5	2,6
Participação de Mercado - %	18,2	20,0	23,8	19,4	20,0		
Câmbio Importação							
Volume Contratado (US\$ mil)	4.738	4.339	5.795	8.211	7.383	55,8	(10,1)
Participação de Mercado - %	12,2	11,9	13,9	16,2	15,4		

Tabela 72. ACC/ACE

	Saldos				Var. % s/		
	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	4T17	3T18
Volume Contratado (US\$ milhões)	2.131	2.505	2.769	2.122	2.523	18,4	18,9
Quantidade de Contratos	3.154	2.722	2.823	2.815	3.204	1,6	13,8
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	676	920	981	754	787	16,5	4,4

Crédito para Investimentos

Os desembolsos para investimentos realizados pelo Banco do Brasil atingiram o montante de R\$ 27,5 bilhões em 2018. Destaque para os produtos Pronaf/Pronamp/Proger/FCO, que respondem por mais da metade dos desembolsos do período.

O gráfico a seguir apresenta a participação das linhas de repasse nos desembolsos para investimentos.

Figura 22. Participação das Linhas de Repasse nos Desembolsos - %



Crédito para Governo

O Banco do Brasil vem apoiando os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país. No 4T18, foram desembolsados R\$ 968 milhões para os estados e municípios para viabilizar despesas de capital e execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual dos entes públicos.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

Ao final de dezembro/18, o BB possuía 2,2 milhões de clientes MPE. Enquadram-se neste segmento as empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 25 milhões.

Do saldo dessa carteira, 97,1% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 73. Tempo de Relacionamento dos Clientes - % do Saldo da Carteira MPE

%	Dez/17	Set/18	Dez/18
Tempo de Relacionamento			
Até 1 ano	0,4	0,7	0,9
De 1 a 2 anos	0,8	1,4	1,9
De 2 a 5 anos	13,3	9,7	9,7
Entre 5 a 10 anos	32,9	30,5	29,6
Mais de 10 anos	52,6	57,7	57,8

As tabelas a seguir apresentam os principais detalhamentos dos saldos aplicados junto ao segmento MPE.

Tabela 74. Crédito MPE por Setor de Atividade

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Comércio	18.329	39,0	14.760	37,9	15.092	38,2	(17,7)	2,3
Serviços	15.839	33,7	13.683	35,1	13.830	35,0	(12,7)	1,1
Indústria	12.861	27,3	10.548	27,1	10.555	26,7	(17,9)	0,1
Total	47.029	100,0	38.991	100,0	39.477	100,0	(16,1)	1,2

Tabela 75. Produtos de Crédito - MPE

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Capital de Giro	29.976	63,7	25.866	66,3	27.091	68,6	(9,6)	4,7
Investimento	16.146	34,3	12.071	31,0	11.231	28,4	(30,4)	(7,0)
Comércio Exterior	906	1,9	1.054	2,7	1.155	2,9	27,4	9,6
Total	47.029	100,0	38.991	100,0	39.477	100,0	(16,1)	1,2

7.1.3. Carteira de Crédito de Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira e tem fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento do País.

O Brasil é um dos maiores exportadores do agronegócio mundial, com destaque para a posição que ocupa na produção, exportação e comércio das principais cadeias produtivas agropecuárias.

Tabela 76. Participação do Brasil no Agronegócio Mundial em dezembro de 2018

Item	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Suco de Laranja	1º	1º	76,0%
Açúcar	2º	1º	34,0%
Café	1º	1º	26,0%
Complexo de Soja	2º	1º	52,0%
Carne de Frango	2º	1º	32,0%
Carne Bovina	2º	1º	21,0%
Milho	3º	4º	16,0%
Algodão	4º	2º	14,0%

Fonte: USDA – PSD online.

O protagonismo do agronegócio brasileiro está associado à competência dos produtores rurais, recursos naturais disponíveis, tecnologia de ponta e oferta de crédito. Esse conjunto de atributos faz com que o País tenha uma posição privilegiada no cenário mundial.

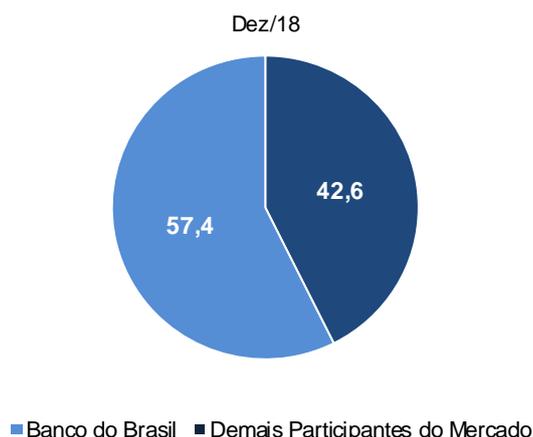
Agronegócio no BB

O Banco do Brasil é um dos principais agentes indutores do desenvolvimento do agronegócio no País, alinhado aos critérios estabelecidos para a manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Atuando desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais, o Banco do Brasil financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como a construção e ampliação de armazéns, a aquisição e modernização de máquinas e implementos, além do beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários e a adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o BB apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 57,4% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em dezembro de 2018.

Figura 23. Participação do BB no Agronegócio – %



A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 77. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região

Região	Crédito Rural - %	Agroindustrial - %	Total - %
Sudeste	31,1	94,0	37,6
Sul	29,3	4,2	26,7
Centro-Oeste	25,8	1,0	23,3
Nordeste	7,4	0,3	6,6
Norte	6,4	0,4	5,8

A tabela a seguir apresenta a composição da carteira de crédito de agronegócios por programa/linha de crédito.

Tabela 78. Carteira de Crédito de Agronegócios por Programa/Linha de Crédito

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	99,7	187.434	99,6	187.193	99,2	3,2	(0,1)
Crédito Rural	159.042	87,4	165.971	88,2	167.904	89,0	5,6	1,2
Pronaf	43.190	23,7	43.341	23,0	44.069	23,4	2,0	1,7
Custeio Agropecuário	36.164	19,9	36.732	19,5	37.871	20,1	4,7	3,1
Pronamp	24.369	13,4	23.994	12,7	23.387	12,4	(4,0)	(2,5)
FCO Rural	13.676	7,5	16.864	9,0	17.668	9,4	29,2	4,8
Investimento Agropecuário	11.624	6,4	13.919	7,4	15.108	8,0	30,0	8,5
Comercialização Agropecuária	10.762	5,9	12.528	6,7	11.266	6,0	4,7	(10,1)
Programa ABC	8.784	4,8	8.802	4,7	8.782	4,7	(0,0)	(0,2)
BNDES/Finame Rural	7.814	4,3	6.749	3,6	6.359	3,4	(18,6)	(5,8)
Demais	2.657	1,5	3.041	1,6	3.393	1,8	27,7	11,6
Crédito Agroindustrial	22.339	12,3	21.463	11,4	19.289	10,2	(13,7)	(10,1)
Cédula de Produto Rural e Garantias	633	0,3	789	0,4	1.478	0,8	133,6	87,3
Carteira Rural Ampliada	159.674	87,7	166.760	88,6	169.382	89,8	6,1	1,6
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	100,0	188.223	100,0	188.671	100,0	3,7	0,2

A tabela a seguir apresenta a destinação da carteira de agronegócio do BB segmentada em linhas de custeio, investimento, comercialização, agroindustrial, industrialização e demais.

Tabela 79. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	99,7	187.434	99,6	187.193	99,2	3,2	(0,1)
Investimento	87.031	47,8	91.696	48,7	93.597	49,6	7,5	2,1
Custeio	58.433	32,1	56.828	30,2	57.755	30,6	(1,2)	1,6
Agroindustrial	22.339	12,3	21.463	11,4	19.289	10,2	(13,7)	(10,1)
Comercialização	11.081	6,1	12.859	6,8	11.647	6,2	5,1	(9,4)
Industrialização	364	0,2	1.956	1,0	1.958	1,0	437,8	0,1
Demais	2.132	1,2	2.632	1,4	2.947	1,6	38,2	12,0
Cédula de Produto Rural e Garantias	633	0,3	789	0,4	1.478	0,8	133,6	87,3
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	100,0	188.223	100,0	188.671	100,0	3,7	0,2

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

Tabela 80. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	99,7	187.434	99,6	187.193	99,2	3,2	(0,1)
Bovinopecuária	39.867	21,9	41.964	22,3	42.513	22,5	6,6	1,3
Carne	26.112	14,3	27.739	14,7	28.210	15,0	8,0	1,7
Leite	13.756	7,6	14.225	7,6	14.303	7,6	4,0	0,5
Máquinas e Implementos	23.410	12,9	24.751	13,1	25.637	13,6	9,5	3,6
Soja	18.457	10,1	20.237	10,8	20.392	10,8	10,5	0,8
Milho	9.865	5,4	8.821	4,7	9.095	4,8	(7,8)	3,1
Armazenagem	5.910	3,2	6.457	3,4	6.752	3,6	14,2	4,6
Melhoramento do Solo	4.694	2,6	5.296	2,8	5.553	2,9	18,3	4,9
Café	4.677	2,6	5.072	2,7	4.830	2,6	3,3	(4,8)
Cana-de-açúcar	5.041	2,8	5.037	2,7	4.619	2,4	(8,4)	(8,3)
Pastagem	3.755	2,1	4.056	2,2	4.159	2,2	10,7	2,5
Avicultura	3.548	1,9	3.425	1,8	3.392	1,8	(4,4)	(1,0)
Caminhões/veículos	3.363	1,8	3.227	1,7	3.185	1,7	(5,3)	(1,3)
Arroz	2.466	1,4	2.413	1,3	2.271	1,2	(7,9)	(5,9)
Eucalipto/Pinus/Florestas	1.713	0,9	2.064	1,1	1.986	1,1	15,9	(3,8)
Suinocultura	2.160	1,2	2.018	1,1	1.869	1,0	(13,5)	(7,4)
Algodão	965	0,5	1.140	0,6	1.101	0,6	14,0	(3,5)
Trigo	1.322	0,7	1.089	0,6	1.045	0,6	(21,0)	(4,1)
Demais	27.829	15,3	28.904	15,4	29.507	15,6	6,0	2,1
Crédito Agroindustrial	22.339	12,3	21.463	11,4	19.289	10,2	(13,7)	(10,1)
Cédula de Produto Rural e Garantias	633	0,3	789	0,4	1.478	0,8	133,6	87,3
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	100,0	188.223	100,0	188.671	100,0	3,7	0,2

A tabela a seguir demonstra o saldo da carteira do agronegócio segregado conforme o porte do cliente.

Tabela 81. Carteira de Agronegócios por Porte do Cliente

R\$ milhões	Saldos						Var. % s/	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	99,7	187.434	99,6	187.193	99,2	3,2	(0,1)
Médio e Grande Produtor	92.368	50,7	98.004	52,1	101.038	53,6	9,4	3,1
Pequeno Produtor	46.526	25,6	46.605	24,8	47.382	25,1	1,8	1,7
Empresas	34.232	18,8	35.071	18,6	31.266	16,6	(8,7)	(10,8)
Cooperativas Agropecuárias	8.255	4,5	7.755	4,1	7.506	4,0	(9,1)	(3,2)
Cédula de Produto Rural e Garantias	633	0,3	789	0,4	1.478	0,8	133,6	87,3
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	100,0	188.223	100,0	188.671	100,0	3,7	0,2

Na tabela seguinte é apresentada a distribuição do saldo da carteira de crédito de agronegócios por tipo de personalidade jurídica.

Tabela 82. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Personalidade Jurídica

R\$ milhões	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	99,7	187.434	99,6	187.193	99,2	3,2	(0,1)
Pessoa Física	138.894	76,3	144.609	76,8	148.420	78,7	6,9	2,6
Pessoa Jurídica	42.487	23,3	42.826	22,8	38.773	20,6	(8,7)	(9,5)
Cédula de Produto Rural e Garantias	633	0,3	789	0,4	1.478	0,8	133,6	87,3
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	100,0	188.223	100,0	188.671	100,0	3,7	0,2

Nos financiamentos rurais e agroindustriais, o BB utiliza 78,0% de recursos direcionados e livres (principalmente poupança rural, Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e depósitos à vista). Além desses, o Banco também repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de Fundos Constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

A seguir, é apresentada a carteira de crédito ampliada de agronegócios por fonte de recursos.

Tabela 83. Carteira de Crédito Ampliada de Agronegócios por Fonte de Recursos

R\$ milhões	Saldos					
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %
Poupança Rural	93.808	51,5	91.096	48,4	88.760	47,0
LCA	28.769	15,8	30.078	16,0	36.885	19,5
Depósitos à Vista	20.838	11,4	26.768	14,2	21.584	11,4
FCO	18.543	10,2	21.561	11,5	22.558	12,0
BNDES/FINAME	11.056	6,1	9.774	5,2	9.223	4,9
Demais ¹	9.000	4,9	8.946	4,8	9.661	5,1
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	100,0	188.223	100,0	188.671	100,0

1 - Tesouro Nacional, Funcafé, Cédula de Produto Rural e Garantias.

Para tornar os financiamentos com taxas de juros diferenciadas viáveis, cobrindo os custos da captação, o risco de crédito, os custos administrativos e tributários e a rentabilidade do Banco, o Tesouro Nacional e o Banco Central podem autorizar:

a) a Equalização de Taxas: valor pago pelo Tesouro Nacional que representa uma receita dos bancos para a cobertura dos custos administrativos e tributários, além de garantir a taxa de rentabilidade sobre os recursos aplicados;

b) o Fator de Ponderação: multiplicador adotado pelo Governo Federal para aplicação dos recursos originários de depósitos à vista e poupança rural. Por meio desse mecanismo, os bancos são autorizados a cumprir uma menor taxa de exigibilidade de aplicação de recursos em crédito rural, o que possibilita que o montante liberado seja investido em operações a taxas de mercado, com o objetivo de compensar o diferencial de rentabilidade decorrente da taxa de juros paga pelo tomador final nas operações do crédito rural incentivadas pelo governo.

O mecanismo do fator de ponderação reduz a quantidade de recursos que o governo tem de equalizar e permite aos bancos a compensação proporcional na rentabilidade. No Banco do Brasil, os recursos liberados para o caixa são aplicados à remuneração TMS.

A tabela a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Tabela 84. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Receitas de Equalização	985	844	822	745	842
Fator de Ponderação	35	43	37	37	26
Total	1.021	887	859	781	868

Tabela 85. Receitas de Equalização a Receber - Movimentação¹

R\$ milhões	Fluxo Trimestral				
	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Saldo Inicial	2.783	1.184	2.166	916	1.630
Movimentações	(1.599)	983	(1.250)	714	(819)
Saldo Final	1.184	2.166	916	1.630	812

1 – Fonte: Nota Explicativa 12.b.

A tabela a seguir evidencia a distribuição dos recursos equalizáveis da carteira de agronegócios do BB.

Tabela 86. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios

R\$ milhões	Saldos		
	Dez/17	Set/18	Dez/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	187.434	187.193
Recursos Equalizáveis	91.410	87.388	90.598
Investimento	49.464	50.836	52.195
Custeio	38.386	33.950	36.089
Comercialização	2.086	931	755
Demais	1.475	1.671	1.558
Recursos Não-Equalizáveis	89.971	100.046	96.595
Cédula de Produto Rural e Garantias	633	789	1.478
Carteira de Crédito Ampliada	182.013	188.223	188.671

No primeiro semestre do ano safra 2018/2019, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 46,3 bilhões em operações de crédito rural.

A tabela seguinte mostra o comparativo do desembolso do primeiro semestre da safra 2018/2019 com o mesmo período da safra 2017/2018, detalhando o segmento do cliente e a finalidade do crédito.

Tabela 87. Desembolsos por Finalidade do Crédito Rural

R\$ milhões	Safra 17/18	Safra 18/19	Var. (%)
Agricultura Familiar - Pronaf	6.940	7.428	7,0
Custeio	4.292	4.165	(3,0)
Investimento	2.648	3.263	23,2
Médios Produtores - Pronamp	6.222	6.175	(0,8)
Custeio	5.092	5.564	9,3
Investimento	1.130	611	(45,9)
Agricultura Empresarial	28.252	32.693	15,7
Custeio/Comercialização	23.078	24.774	7,4
Investimento	5.009	6.457	28,9
Industrialização	165	1.462	784,9
Total	41.414	46.296	11,8

Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula a contratação de proteção contra intempéries (seguro agrícola ou Proagro) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo o seguro faturamento.

A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/Proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco da operação.

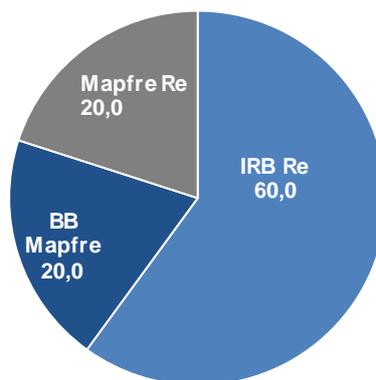
A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 88. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola

R\$ milhões	Contratação					
	Safra 16/17	Part. %	Safra 17/18	Part. %	Safra 18/19	Part. %
Custeio Agrícola	16.783	100,0	17.794	100,0	18.858	100,0
Total com Mitigador	10.771	64,2	11.160	62,7	11.962	63,4
Proagro	4.146	24,7	3.650	20,5	3.545	18,8
Seguro Agrícola	6.338	37,8	7.210	40,5	8.159	43,3
Proteção de Preço	287	1,7	300	1,7	257	1,4
Sem Mitigador	6.012	35,8	6.634	37,3	6.896	36,6

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola no primeiro semestre da safra 2018/2019 foram distribuídos conforme a figura a seguir.

Figura 24. Distribuição do Risco do Custeio Agrícola - %



7.1.4. Concentração

As tabelas a seguir apresentam o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona. A primeira tabela apresenta a concentração em relação à carteira de crédito classificada e a segunda em relação ao patrimônio de referência.

Tabela 89. 100 Maiores Clientes em relação à Carteira de Crédito Classificada

Período	1º Cliente (%)	2º ao 20º (%)		21º ao 100º (%)		100 maiores (%)		
		Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos	
Mar/17	3,9	25.136	12,8	82.148	9,0	58.001	25,8	165.284
Jun/17	3,9	25.467	12,6	81.145	9,2	59.263	25,7	165.876
Set/17	4,0	25.616	12,4	78.329	9,2	58.478	25,7	162.423
Dez/17	3,9	25.032	11,8	75.008	9,6	61.042	25,3	161.082
Mar/18	3,8	24.017	11,7	73.391	9,9	62.117	25,4	159.525
Jun/18	3,8	23.894	11,9	75.643	9,7	61.723	25,3	161.260
Set/18	3,8	23.917	11,8	74.629	9,4	59.613	24,9	158.159
Dez/18	3,4	21.860	11,5	73.442	9,1	58.179	24,0	153.481

Tabela 90. 100 Maiores Clientes em relação ao Patrimônio de Referência

R\$ milhões

Período	1º Cliente (%)	Saldos	2º ao 20º (%)	Saldos	21º ao 100º (%)	Saldos	100 maiores (%)	Saldos
Mar/17	20,3	25.136	66,2	82.148	46,8	58.001	133,2	165.284
Jun/17	20,0	25.467	63,9	81.145	46,6	59.263	130,6	165.876
Set/17	19,8	25.616	60,6	78.329	45,3	58.478	125,8	162.423
Dez/17	18,5	25.032	55,4	75.008	45,0	61.042	118,9	161.082
Mar/18	19,0	24.017	58,0	73.391	49,1	62.117	126,0	159.525
Jun/18	18,4	23.894	58,2	75.643	47,5	61.723	124,0	161.260
Set/18	18,1	23.917	56,6	74.629	45,2	59.613	119,9	158.159
Dez/18	16,3	21.860	54,7	73.442	43,4	58.179	114,4	153.481

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

Tabela 91. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ

R\$ milhões

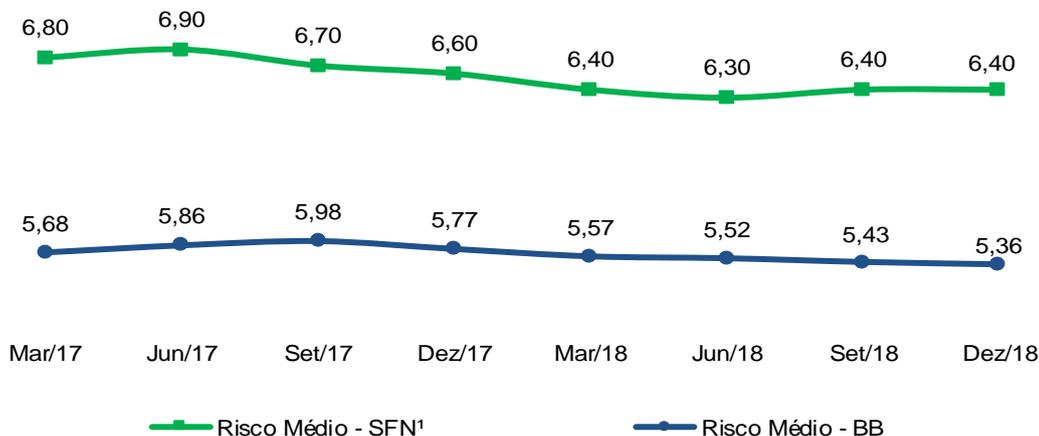
Macrossetor	Saldos				Var. % s/			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Administração Pública	41.412	12,0	46.616	13,6	45.704	13,5	10,4	(2,0)
Petroleiro	36.041	10,5	36.156	10,5	34.956	10,3	(3,0)	(3,3)
Alimentos de Origem Vegetal	31.050	9,0	35.046	10,2	34.412	10,1	10,8	(1,8)
Metalurgia e Siderurgia	28.145	8,2	25.366	7,4	24.609	7,3	(12,6)	(3,0)
Energia Elétrica	26.306	7,6	24.587	7,2	24.363	7,2	(7,4)	(0,9)
Transportes	23.951	7,0	24.203	7,1	24.423	7,2	2,0	0,9
Serviços	20.625	6,0	20.156	5,9	21.771	6,4	5,6	8,0
Automotivo	16.606	4,8	17.481	5,1	15.987	4,7	(3,7)	(8,5)
Alimentos de Origem Animal	13.959	4,1	14.175	4,1	15.096	4,5	8,1	6,5
Imobiliário	15.623	4,5	13.121	3,8	12.440	3,7	(20,4)	(5,2)
Comércio Varejista	11.169	3,2	9.882	2,9	10.440	3,1	(6,5)	5,6
Fornecedores da Construção Civil	10.290	3,0	8.904	2,6	9.067	2,7	(11,9)	1,8
Instituições e Serviços Financeiros	13.579	3,9	11.046	3,2	8.790	2,6	(35,3)	(20,4)
Insumos Agrícolas	7.984	2,3	8.090	2,4	8.556	2,5	7,2	5,8
Telecomunicações	6.224	1,8	7.769	2,3	6.155	1,8	(1,1)	(20,8)
Têxtil e Confecções	6.495	1,9	6.554	1,9	6.341	1,9	(2,4)	(3,2)
Químico	5.953	1,7	6.367	1,9	6.501	1,9	9,2	2,1
Papel e Celulose	5.185	1,5	5.577	1,6	5.529	1,6	6,6	(0,9)
Eletroeletrônico	6.392	1,9	5.887	1,7	6.809	2,0	6,5	15,7
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	5.191	1,5	5.055	1,5	5.919	1,7	14,0	17,1
Construção Pesada	4.992	1,4	4.105	1,2	4.134	1,2	(17,2)	0,7
Madeireiro e Moveleiro	4.159	1,2	3.639	1,1	3.797	1,1	(8,7)	4,3
Couro e Calçados	1.741	0,5	1.662	0,5	1.788	0,5	2,7	7,6
Bebidas	1.145	0,3	1.316	0,4	1.504	0,4	31,4	14,3
Demais Atividades	33	0,0	29	0,0	26	0,0	(21,8)	(12,7)
Total	344.251	100,0	342.790	100,0	339.115	100,0	(1,5)	(1,1)
Carteira de Crédito Interna	272.979		261.566		258.720			
Carteira de Crédito Externa	23.688		26.522		25.269			
Garantias	13.106		16.591		16.013			
TVM	34.480		38.112		39.112			
Total	344.251		342.790		339.115			

7.2. Qualidade do Crédito

Todas as segmentações do risco da carteira de crédito nesta seção referem-se à Carteira Classificada (Resolução CMN nº 2.682/99), exceto se indicado de outra forma.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica do risco médio da carteira do Banco do Brasil e sua comparação direta com o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O patamar continua inferior ao do SFN.

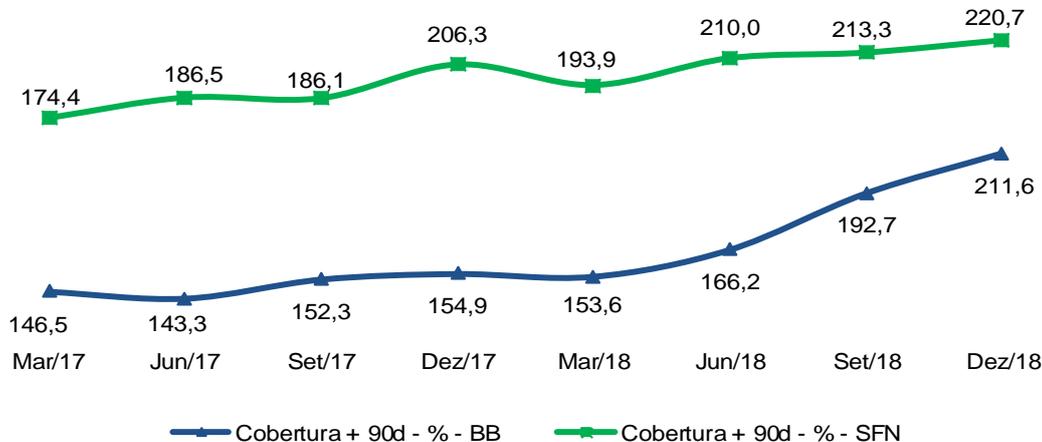
Figura 25. Risco Médio da Carteira de Crédito Classificada



1 – Fonte: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão (mínima, complementar e adicional) e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

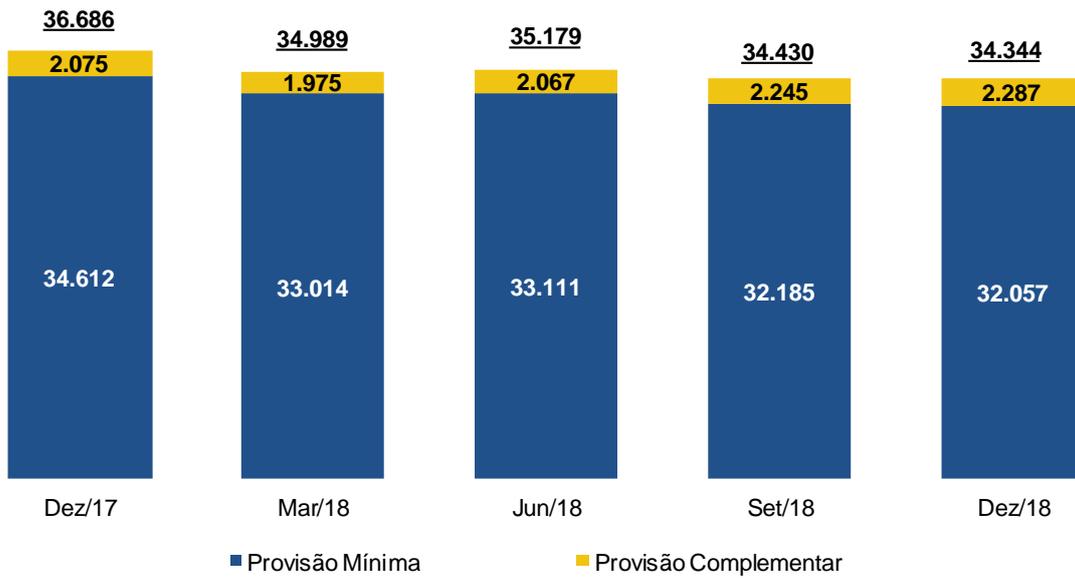
Figura 26. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



A próxima figura apresenta o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), detalhando-se as provisões mínima, que é a provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99, a provisão complementar, que corresponde à provisão dos 30 níveis intermediários estabelecidos pela Administração do BB, e a provisão requerida, que corresponde à soma das anteriores.

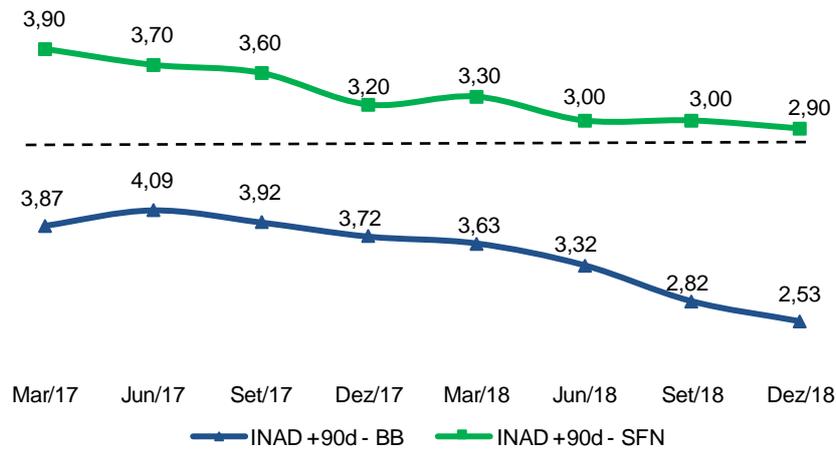
Figura 27. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões



O índice de inadimplência (INAD +90d) compreende a relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada.

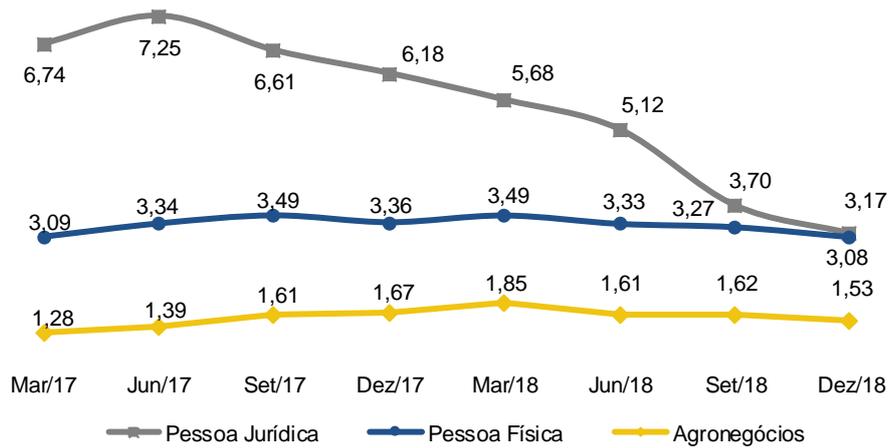
Figura 28. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Simulação excluindo o efeito de caso específico.

A seguir são apresentadas as inadimplências por segmento de atuação do BB.

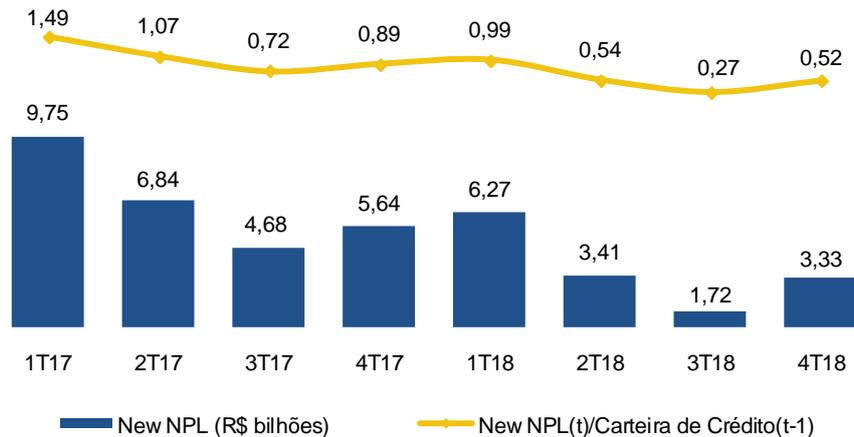
Figura 29. INAD +90 por segmento – em % da Carteira de Crédito Classificada Interna



No gráfico a seguir é possível observar o indicador *New NPL*/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

Figura 30. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada



No gráfico a seguir é apresentada a relação entre a despesa trimestral de PCLD e o *New NPL*, representando seu índice de cobertura.

Figura 31. Despesa Trimestral de PCLD sobre *New NPL* (Cobertura)

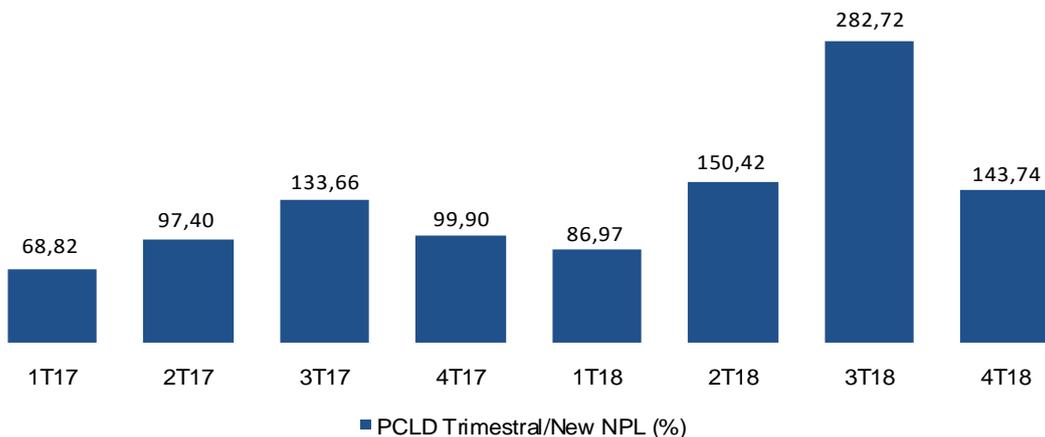


Tabela 92. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %						
						Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
Dez/17						Dez/18					
AA	318.100	-	-	-	50,0	330.628	-	-	-	51,6	
A	68.405	342	39	381	10,8	66.510	333	38	371	10,4	
B	134.631	1.346	492	1.838	21,2	138.845	1.388	485	1.874	21,7	
C	61.252	1.838	1.058	2.895	9,6	54.054	1.622	1.104	2.726	8,4	
D	10.194	1.019	118	1.138	1,6	13.106	1.311	596	1.907	2,0	
E	12.645	3.793	298	4.091	2,0	8.995	2.698	16	2.715	1,4	
F	5.261	2.630	70	2.700	0,8	4.399	2.199	45	2.244	0,7	
G	5.939	4.157	1	4.158	0,9	3.944	2.761	3	2.763	0,6	
H	19.485	19.485	0	19.485	3,1	19.745	19.745	-	19.745	3,1	
Total	635.911	34.612	2.075	36.686	100,0	640.226	32.057	2.287	34.344	100,0	
AA-C	582.387	3.526	1.588	5.114	91,6	590.038	3.343	1.627	4.970	92,2	
D-H	53.523	31.086	487	31.572	8,4	50.188	28.714	660	29.374	7,8	
Set/18						Dez/18					
AA	330.403	-	-	-	52,1	330.628	-	-	-	51,6	
A	66.001	330	38	368	10,4	66.510	333	38	371	10,4	
B	133.183	1.332	468	1.800	21,0	138.845	1.388	485	1.874	21,7	
C	53.885	1.617	1.041	2.657	8,5	54.054	1.622	1.104	2.726	8,4	
D	12.860	1.286	574	1.860	2,0	13.106	1.311	596	1.907	2,0	
E	9.793	2.938	58	2.996	1,5	8.995	2.698	16	2.715	1,4	
F	4.750	2.375	63	2.437	0,7	4.399	2.199	45	2.244	0,7	
G	4.127	2.889	3	2.892	0,7	3.944	2.761	3	2.763	0,6	
H	19.419	19.419	-	19.419	3,1	19.745	19.745	-	19.745	3,1	
Total	634.420	32.185	2.245	34.430	100,0	640.226	32.057	2.287	34.344	100,0	
AA-C	583.471	3.278	1.547	4.825	92,0	590.038	3.343	1.627	4.970	92,2	
D-H	50.948	28.907	698	29.605	8,0	50.188	28.714	660	29.374	7,8	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a PCLD na visão trimestral sem a recuperação de crédito, bem como a carteira classificada média, além dos indicadores de despesa sobre a carteira.

Tabela 93. Despesas de PCLD sobre Carteira de Crédito Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	Saldo					Var. %	
	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	4T17	3T18
Despesas de PCLD							
(A) 12 meses	(25.265)	(24.002)	(22.477)	(21.078)	(20.229)	(19,9)	(4,0)
(B) 3 meses	(5.637)	(5.449)	(5.134)	(4.858)	(4.788)	(15,1)	(1,4)
Média da Carteira Classificada							
(C) 12 meses	639.383	634.218	632.884	631.567	631.970	(1,2)	0,1
(D) 3 meses	633.457	628.346	632.114	633.774	634.395	0,1	0,1
Recuperação de Operações em Perdas							
(E) 12 meses	5.172	5.421	5.577	6.116	6.008	16,2	(1,8)
(F) 3 meses	1.728	1.205	1.551	1.632	1.620	(6,2)	(0,7)
Índices de PCLD - %							
(A/C) 12 meses	3,95	3,78	3,55	3,34	3,20		
(B/D) 3 meses	0,89	0,87	0,81	0,77	0,75		

A seguir, apresentamos o resumo dos principais indicadores de gestão do risco de crédito, alguns dos quais já mencionados anteriormente.

Tabela 94. Índices de Atraso da Carteira Classificada

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Carteira de Crédito Classificada	635.911	627.693	636.783	634.420	640.226
Operações Vencidas + 15 dias	35.343	34.160	33.401	28.841	27.628
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	5,56	5,44	5,25	4,55	4,32
Operações Vencidas + 60 dias	26.723	25.906	23.983	21.027	18.829
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	4,20	4,13	3,77	3,31	2,94
Op. Vencidas + 15-59 dias/Carteira de Crédito - %	1,36	1,31	1,48	1,23	1,37
Operações Vencidas + 90 dias	23.682	22.779	21.169	17.865	16.228
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - %	3,72	3,63	3,32	2,82	2,53
Op. Vencidas + 15-89 dias/Carteira de Crédito - %	1,83	1,81	1,92	1,73	1,78
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - SFN - %	3,20	3,30	3,00	3,00	2,90
Saldo Perda	5.058	5.964	3.472	3.390	3.348
Baixa para Prejuízo	6.786	7.169	5.023	5.022	4.968
Recuperação de Operações em Perdas	(1.728)	(1.205)	(1.551)	(1.632)	(1.620)
Recuperação/Baixa para Prejuízo - %	25,46	16,81	30,88	32,49	32,60
Saldo Perda/Carteira de Crédito - anualizado - %	3,22	3,86	2,20	2,15	2,11
Provisão (Mínima + Complementar + Adicional)	36.686	34.989	35.179	34.430	34.344
Provisão/Carteira de Crédito - %	5,77	5,57	5,52	5,43	5,36
Provisão/Operações Vencidas + 15 dias - %	103,80	102,43	105,32	119,38	124,31
Provisão/Operações Vencidas + 60 dias - %	137,29	135,06	146,68	163,74	182,40
Provisão/Operações Vencidas + 90 dias - %	154,91	153,61	166,18	192,72	211,64

7.2.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa física, a respectiva movimentação da PCLD e a inadimplência há mais de 90 dias são apresentadas.

Tabela 95. Carteira de Crédito Classificada BB PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
	Dez/17						Dez/18				
AA	42.194	-	-	-	22,5	41.684	-	-	-	21,2	
A	26.640	133	17	150	14,2	29.272	146	19	166	14,9	
B	73.194	732	324	1.056	39,1	76.630	766	340	1.106	39,0	
C	30.839	925	639	1.564	16,5	32.581	977	670	1.648	16,6	
D	4.145	414	71	486	2,2	5.776	578	106	684	2,9	
E	2.304	691	-	691	1,2	2.327	698	-	698	1,2	
F	1.268	634	-	634	0,7	1.151	576	-	576	0,6	
G	1.060	742	-	742	0,6	1.089	762	-	762	0,6	
H	5.693	5.693	-	5.693	3,0	6.147	6.147	-	6.147	3,1	
Total	187.336	9.965	1.051	11.016	100,0	196.654	10.650	1.136	11.785	100,0	
AA-C	172.866	1.790	980	2.770	92,3	180.166	1.890	1.029	2.919	91,6	
D-H	14.469	8.175	71	8.246	7,7	16.489	8.760	106	8.866	8,4	
	Set/18						Dez/18				
AA	42.320	-	-	-	22,1	41.684	-	-	-	21,2	
A	28.524	143	19	162	14,9	29.272	146	19	166	14,9	
B	73.974	740	321	1.060	38,6	76.630	766	340	1.106	39,0	
C	31.476	944	646	1.590	16,4	32.581	977	670	1.648	16,6	
D	4.883	488	83	571	2,5	5.776	578	106	684	2,9	
E	2.289	687	-	687	1,2	2.327	698	-	698	1,2	
F	1.066	533	-	533	0,6	1.151	576	-	576	0,6	
G	1.008	706	-	706	0,5	1.089	762	-	762	0,6	
H	6.035	6.035	-	6.035	3,2	6.147	6.147	-	6.147	3,1	
Total	191.575	10.275	1.069	11.343	100,0	196.654	10.650	1.136	11.785	100,0	
AA-C	176.295	1.827	985	2.812	92,0	180.166	1.890	1.029	2.919	91,6	
D-H	15.280	8.448	83	8.531	8,0	16.489	8.760	106	8.866	8,4	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 96. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Carteira de Crédito Classificada PF	187.336	185.558	189.628	191.575	196.654
Provisão Inicial	11.195	11.016	10.891	11.106	11.343
1 - Migração de Risco	1.214	1.421	1.454	1.182	1.272
a) Fora de Risco	2.076	2.142	2.299	2.008	2.011
b) Melhora de Risco	(863)	(721)	(845)	(826)	(738)
2 - Contratações	340	347	434	554	622
3 - Perdas	(1.786)	(1.888)	(1.632)	(1.547)	(1.618)
Total (1 + 2 + 3)	(232)	(120)	256	189	276
Outros Impactos ¹	53	(5)	(41)	48	166
Provisão Requerida	11.016	10.891	11.106	11.343	11.785
Despesas de Provisão - R\$ milhões	1.607	1.763	1.846	1.784	2.061
Provisão/Carteira - %	5,88	5,87	5,86	5,92	5,99
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,86	0,95	0,97	0,93	1,05
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	6,13	6,78	6,36	6,42	6,31
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - %	3,94	4,21	3,95	3,93	3,71
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	3,36	3,49	3,33	3,27	3,08

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

A próxima tabela apresenta a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas às pessoas físicas e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio.

Tabela 97. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito

	Dez/17		Set/18		Dez/18	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Física	3,36	100,0	3,27	100,0	3,08	100,0
Crédito Consignado	1,92	36,0	1,95	36,7	1,94	36,1
Financiamento Imobiliário	2,31	23,8	2,86	25,0	2,54	24,6
Cartão de Crédito	2,82	13,7	2,60	13,3	2,41	14,8
CDC Salário	5,26	10,0	4,70	10,1	4,63	9,5
Financiamento de Veículos	1,10	7,9	0,96	5,8	0,94	5,3

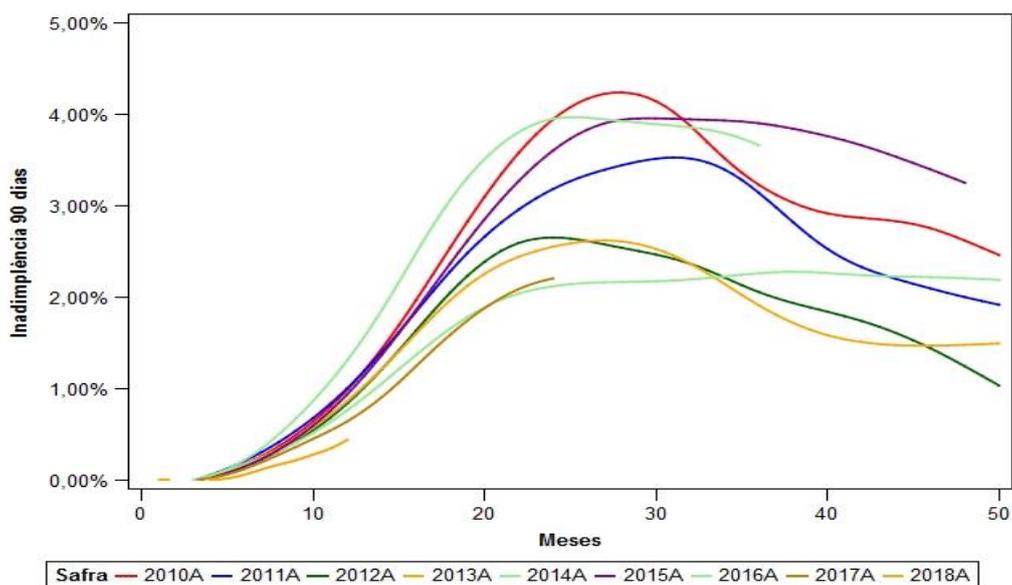
Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da carteira de crédito de pessoas físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, o que permite avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

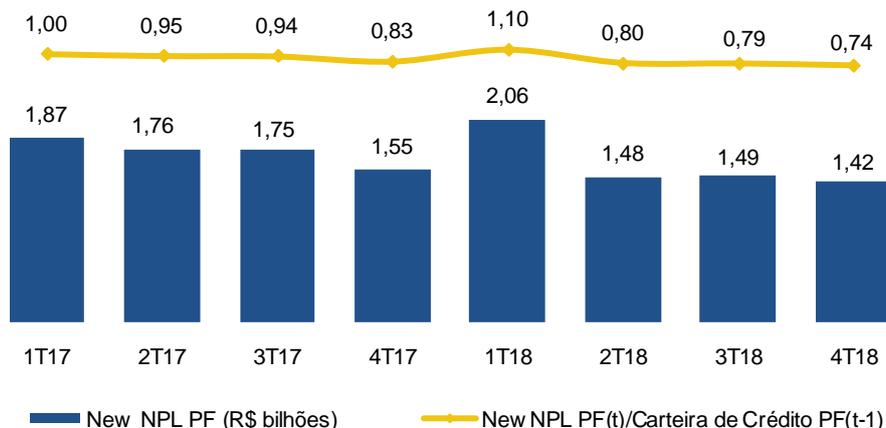
O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 32. Safra Anual – Crédito Pessoa Física



O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos oito trimestres.

Figura 33. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física



7.2.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

Nas tabelas a seguir, a carteira de crédito classificada BB pessoa jurídica e a respectiva movimentação da PCLD são apresentadas.

Tabela 98. Carteira de Crédito Classificada BB PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Dez/17					Dez/18				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	145.838	-	-	-	63,3	149.083	-	-	-	67,8
A	13.783	69	7	76	6,0	11.295	56	4	61	5,1
B	20.897	209	96	304	9,1	22.896	229	82	311	10,4
C	18.919	568	303	870	8,2	13.411	402	335	738	6,1
D	4.263	426	30	456	1,8	3.099	310	127	437	1,4
E	9.104	2.731	298	3.029	4,0	5.570	1.671	16	1.687	2,5
F	3.229	1.614	65	1.679	1,4	2.506	1.253	45	1.298	1,1
G	4.149	2.905	1	2.905	1,8	2.154	1.508	0	1.508	1,0
H	10.306	10.306	-	10.306	4,5	9.936	9.936	-	9.936	4,5
Total	230.490	18.829	798	19.627	100,0	219.951	15.365	610	15.975	100,0
AA-C	199.437	845	405	1.251	86,5	196.686	688	422	1.110	89,4
D-H	31.053	17.983	393	18.376	13,5	23.265	14.678	188	14.865	10,6
	Set/18					Dez/18				
AA	148.164	-	-	-	67,7	149.083	-	-	-	67,8
A	11.232	56	5	61	5,1	11.295	56	4	61	5,1
B	21.144	211	82	293	9,7	22.896	229	82	311	10,4
C	13.994	420	290	710	6,4	13.411	402	335	738	6,1
D	3.222	322	130	452	1,5	3.099	310	127	437	1,4
E	6.224	1.867	57	1.924	2,8	5.570	1.671	16	1.687	2,5
F	2.962	1.481	63	1.544	1,4	2.506	1.253	45	1.298	1,1
G	2.524	1.767	0	1.767	1,2	2.154	1.508	0	1.508	1,0
H	9.253	9.253	-	9.253	4,2	9.936	9.936	-	9.936	4,5
Total	218.719	15.378	626	16.004	100,0	219.951	15.365	610	15.975	100,0
AA-C	194.534	687	377	1.064	88,9	196.686	688	422	1.110	89,4
D-H	24.185	14.690	249	14.939	11,1	23.265	14.678	188	14.865	10,6

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 99. Movimentação da PCLD da Carteira de Crédito Classificada BB PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Carteira de Crédito Classificada PJ	230.490	222.586	222.969	218.719	219.951
Provisão Inicial	21.060	19.627	17.669	17.301	16.004
1 - Migração de Risco	2.780	2.307	1.844	2.209	1.563
a) Piora de Risco	3.883	2.993	2.818	2.693	2.129
b) Melhora de Risco	(1.103)	(685)	(974)	(484)	(567)
2 - Contratações	102	84	129	165	336
3 - Perdas	(4.823)	(4.432)	(2.405)	(2.562)	(1.922)
Total (1 + 2 + 3)	(1.940)	(2.040)	(432)	(188)	(24)
Outros Impactos ¹	506	83	63	(1.110)	(5)
Provisão Requerida	19.627	17.669	17.301	16.004	15.975
Despesas de Provisão - R\$ milhões	3.389	2.474	2.036	1.265	1.894
Provisão/Carteira - %	8,52	7,94	7,76	7,32	7,26
Fluxo da Provisão/Carteira - %	1,47	1,11	0,91	0,58	0,86
Operações Vencidas +15 dias/Carteira - %	8,07	7,32	7,22	5,01	4,58
Operações Vencidas +60 dias/Carteira - %	6,74	6,23	5,64	4,17	3,56
Operações Vencidas +90 dias/Carteira - %	6,18	5,68	5,12	3,70	3,17

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes pessoas jurídicas do BB e a participação de cada uma delas em relação ao saldo total da

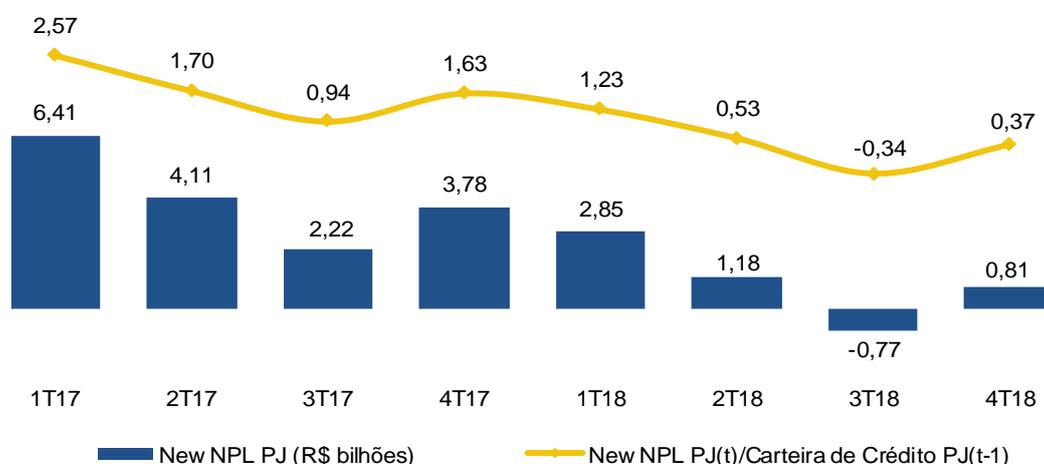
carteira. Dessa forma, é possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à relevância dessa linha no portfólio.

Tabela 100. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

	Dez/17		Set/18		Dez/18	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Pessoa Jurídica	6,18	100,0	3,70	100,0	3,17	100,0
Capital de Giro	4,67	48,5	1,24	50,1	1,00	50,1
Investimento	2,27	24,1	1,37	23,9	0,90	23,4
ACC/ACE	0,02	6,7	1,00	8,0	1,36	8,6
Recebíveis	2,35	5,0	1,48	4,9	1,06	5,5

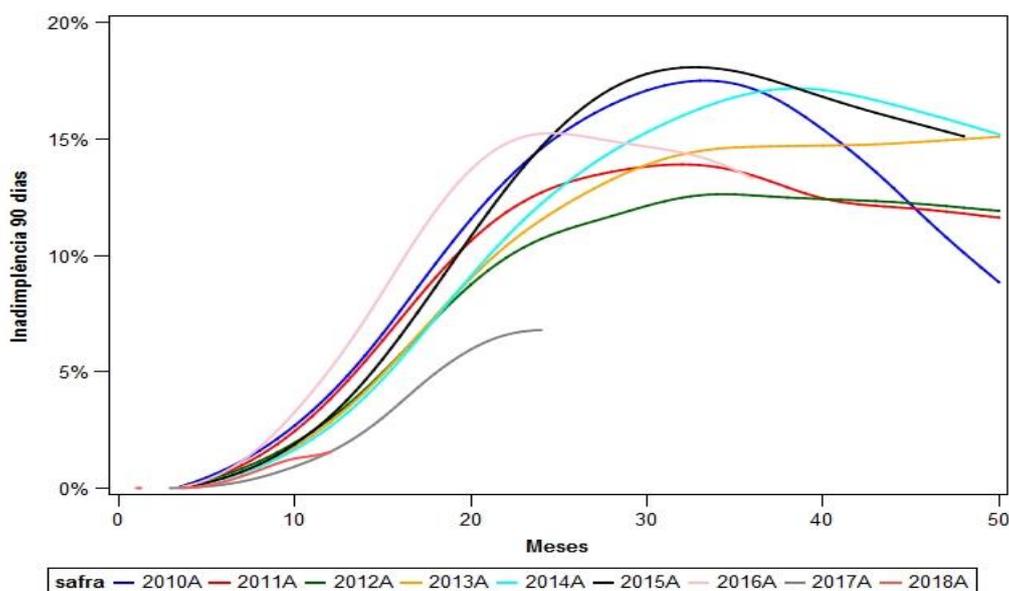
A próxima figura detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa jurídica nos últimos oito trimestres. O *New NPL* do 3T18 foi extraordinário por conta da regularização de um caso específico no segmento *Large Corporate*. Descontado este caso, o *New NPL* seria de 0,87%.

Figura 34. *New NPL* – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica



O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPE na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 35. Safra Anual – Carteira MPE



7.2.3. Carteira de Agronegócios

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito classificada de agronegócios por nível de risco.

Tabela 101. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco

R\$ milhões	Dez/17					Dez/18				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	108.467	-	-	-	59,8	115.473	-	-	-	61,7
A	19.950	100	15	115	11,0	20.175	101	14	115	10,8
B	34.650	346	72	419	19,1	34.328	343	63	406	18,3
C	11.317	340	116	455	6,2	7.805	234	98	332	4,2
D	1.747	175	17	192	1,0	4.171	417	363	780	2,2
E	1.203	361	0	361	0,7	1.078	323	0	324	0,6
F	694	347	0	347	0,4	733	366	-	366	0,4
G	720	504	0	504	0,4	651	456	3	458	0,3
H	2.634	2.634	0	2.635	1,5	2.778	2.778	-	2.778	1,5
Total	181.381	4.806	220	5.027	100,0	187.193	5.019	542	5.561	100,0
AA-C	174.384	786	203	989	96,1	177.781	678	176	854	95,0
D-H	6.997	4.021	17	4.038	3,9	9.412	4.341	366	4.707	5,0

R\$ milhões	Set/18					Dez/18				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	115.939	-	-	-	61,9	115.473	-	-	-	61,7
A	19.621	98	14	112	10,5	20.175	101	14	115	10,8
B	33.314	333	65	399	17,8	34.328	343	63	406	18,3
C	8.251	248	105	352	4,4	7.805	234	98	332	4,2
D	4.683	468	362	830	2,5	4.171	417	363	780	2,2
E	1.266	380	0	381	0,7	1.078	323	0	324	0,6
F	712	356	-	356	0,4	733	366	-	366	0,4
G	585	410	3	412	0,3	651	456	3	458	0,3
H	3.063	3.063	-	3.063	1,6	2.778	2.778	-	2.778	1,5
Total	187.434	5.355	549	5.905	100,0	187.193	5.019	542	5.561	100,0
AA-C	177.125	679	184	863	94,5	177.781	678	176	854	95,0
D-H	10.309	4.676	365	5.042	5,5	9.412	4.341	366	4.707	5,0

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Na próxima tabela é apresentada a inadimplência das principais linhas de crédito destinadas aos clientes do agronegócio e a participação de cada uma delas em relação ao total da carteira, sendo possível analisar a inadimplência de cada produto em relação à sua relevância no portfólio.

Tabela 102. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

	Dez/17		Set/18		Dez/18	
	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %	INAD.	Part. %
Agronegócios	1,67	100,0	1,62	100,0	1,53	100,0
Pronaf	2,46	23,8	3,14	23,1	3,01	23,5
Custeio Agropecuário	1,41	19,9	1,01	19,6	0,89	20,2
Pronamp	3,06	13,4	2,55	12,8	2,44	12,5
BNDES/Finame Rural	1,56	4,3	1,90	3,6	1,85	3,4

As próximas tabelas apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa física por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 103. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF por Nível de Risco

R\$ milhões	Dez/17					Dez/18				
	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %
AA	73.644	-	-	-	53,0	83.659	-	-	-	56,4
A	17.475	87	14	102	12,6	18.361	92	14	106	12,4
B	32.579	326	65	391	23,5	32.319	323	56	379	21,8
C	8.403	252	115	367	6,0	7.570	227	97	324	5,1
D	1.719	172	17	189	1,2	1.435	143	11	154	1,0
E	1.150	345	-	345	0,8	1.030	309	-	309	0,7
F	668	334	-	334	0,5	693	346	-	346	0,5
G	671	470	-	470	0,5	628	439	-	439	0,4
H	2.585	2.585	-	2.585	1,9	2.726	2.726	-	2.726	1,8
Total	138.894	4.570	212	4.782	100,0	148.420	4.607	177	4.784	100,0
AA-C	132.101	665	195	860	95,1	141.908	642	167	809	95,6
D-H	6.792	3.905	17	3.922	4,9	6.512	3.965	11	3.975	4,4
	Set/18					Dez/18				
AA	79.586	-	-	-	55,0	83.659	-	-	-	56,4
A	18.465	92	13	106	12,8	18.361	92	14	106	12,4
B	31.239	312	58	370	21,6	32.319	323	56	379	21,8
C	7.884	237	104	341	5,5	7.570	227	97	324	5,1
D	1.974	197	15	212	1,4	1.435	143	11	154	1,0
E	1.222	367	-	367	0,8	1.030	309	-	309	0,7
F	669	334	-	334	0,5	693	346	-	346	0,5
G	557	390	-	390	0,4	628	439	-	439	0,4
H	3.014	3.014	-	3.014	2,1	2.726	2.726	-	2.726	1,8
Total	144.609	4.943	190	5.133	100,0	148.420	4.607	177	4.784	100,0
AA-C	137.174	641	175	816	94,9	141.908	642	167	809	95,6
D-H	7.435	4.302	15	4.317	5,1	6.512	3.965	11	3.975	4,4

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

Tabela 104. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PF

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PF	138.894	140.897	144.086	144.609	148.420
Provisão Inicial	4.463	4.782	5.108	5.178	5.133
1 - Migração de Risco	1.129	1.140	1.109	855	746
a) Piora de Risco	1.547	1.497	1.612	1.230	1.462
b) Melhora de Risco	(418)	(357)	(503)	(374)	(716)
2 - Contratações	87	55	92	104	84
3 - Perdas	(737)	(785)	(909)	(832)	(982)
Total (1 + 2 + 3)	479	410	292	128	(152)
Outros Impactos ¹	(160)	(84)	(222)	(172)	(197)
Provisão Requerida	4.782	5.108	5.178	5.133	4.784
Despesas de Provisão - R\$ milhões	1.056	1.111	979	787	633
Provisão/Carteira - %	3,44	3,63	3,59	3,55	3,22
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,76	0,79	0,68	0,54	0,43

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

As tabelas a seguir apresentam a carteira de crédito classificada de agronegócios pessoa jurídica por nível de risco e a respectiva movimentação da PCLD.

Tabela 105. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
Dez/17						Dez/18					
AA	34.823	-	-	-	82,0	31.815	-	-	-	82,1	
A	2.474	12	1	13	5,8	1.813	9	1	10	4,7	
B	2.071	21	7	28	4,9	2.010	20	7	27	5,2	
C	2.914	87	1	88	6,9	235	7	1	8	0,6	
D	27	3	-	3	0,1	2.737	274	352	626	7,1	
E	53	16	0	16	0,1	48	14	0	15	0,1	
F	26	13	-	13	0,1	40	20	-	20	0,1	
G	49	34	-	34	0,1	23	16	3	19	0,1	
H	50	50	-	50	0,1	52	52	-	52	0,1	
Total	42.487	236	9	245	100,0	38.773	413	364	777	100,0	
AA-C	42.282	120	9	129	99,5	35.873	36	9	45	92,5	
D-H	205	116	0	116	0,5	2.900	376	355	732	7,5	
Set/18						Dez/18					
AA	36.353	-	-	-	84,9	31.815	-	-	-	82,1	
A	1.156	6	1	6	2,7	1.813	9	1	10	4,7	
B	2.075	21	8	28	4,8	2.010	20	7	27	5,2	
C	367	11	1	12	0,9	235	7	1	8	0,6	
D	2.709	271	347	618	6,3	2.737	274	352	626	7,1	
E	44	13	1	14	0,1	48	14	0	15	0,1	
F	44	22	-	22	0,1	40	20	-	20	0,1	
G	28	20	3	22	0,1	23	16	3	19	0,1	
H	49	49	-	49	0,1	52	52	-	52	0,1	
Total	42.826	412	359	771	100,0	38.773	413	364	777	100,0	
AA-C	39.951	38	9	46	93,3	35.873	36	9	45	92,5	
D-H	2.874	375	350	725	6,7	2.900	376	355	732	7,5	

1 - Provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99.

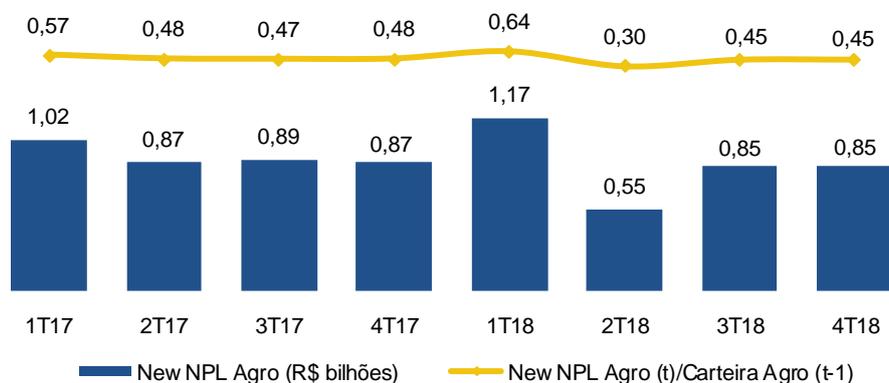
Tabela 106. Movimentação da PCLD – Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios PJ

R\$ milhões, exceto quando indicado	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Cart. de Créd. Classificada de Agro. PJ	42.487	43.158	43.855	42.826	38.773
Provisão Inicial	234	245	218	421	771
1 - Migração de Risco	20	17	211	354	48
a) Piora de Risco	44	29	232	375	75
b) Melhora de Risco	(24)	(13)	(22)	(21)	(27)
2 - Contratações	10	5	11	7	10
3 - Perdas	(9)	(11)	(13)	(6)	(42)
Total (1 + 2 + 3)	22	10	208	355	17
Outros Impactos ¹	(11)	(37)	(5)	(5)	(11)
Provisão Requerida	245	218	421	771	777
Fluxo da Provisão - R\$ milhões	19	(16)	216	357	47
Provisão/Carteira - %	0,58	0,50	0,96	1,80	2,00
Fluxo da Provisão/Carteira - %	0,04	(0,04)	0,49	0,83	0,12

1 - Amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos.

O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito do agronegócio nos últimos oito trimestres.

Figura 36. New NPL – Carteira de Crédito do Agronegócio



Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas, principalmente entre os anos de 2005 e 2007. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função dessa regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da carteira de crédito.

Tabela 107. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio

R\$ milhões	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
AA	113.655	-	41	1.819	-	-
A	18.609	107	-	1.566	9	-
B	32.137	378	-	2.191	28	-
C	6.065	257	121	1.740	75	6
D	2.891	567	203	1.281	214	15
E	554	166	281	524	157	40
F	451	225	286	282	141	46
G	432	305	321	219	153	46
H	1.790	1.790	1.152	989	989	300
Total	176.582	3.795	2.406	10.610	1.766	453
AA-C	170.465	742	162	7.316	112	6
D-H	6.117	3.053	2.244	3.295	1.654	447

1 - As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

Na próxima tabela são apresentados os saldos, índice de inadimplência 90 dias e risco médio da carteira classificada de agronegócio segmentada em carteira total, prorrogada e não prorrogada.

Tabela 108. Índices de Atraso da Carteira Classificada de Agronegócios

R\$ milhões	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18
Carteira de Crédito Classificada	181.381	184.055	187.941	187.434	187.193
Provisão	5.027	5.326	5.599	5.905	5.561
Operações Vencidas + 15 dias	4.887	4.658	4.491	4.877	4.704
Op. Vencidas + 15 dias/Carteira de Crédito - %	2,69	2,53	2,39	2,60	2,51
Operações Vencidas + 60 dias	3.671	3.797	3.435	3.767	3.363
Op. Vencidas + 60 dias/Carteira de Crédito - %	2,02	2,06	1,83	2,01	1,80
Operações Vencidas + 90 dias	3.027	3.399	3.028	3.036	2.860
Op. Vencidas + 90 dias/Carteira de Crédito - % ¹	1,67	1,85	1,61	1,62	1,53
Provisão/Carteira de Crédito - %	2,77	2,89	2,98	3,15	2,97
Baixa para Prejuízo	494	802	950	338	1.023
Op. não Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	172.869	175.214	179.014	177.747	176.582
Provisão	3.585	3.743	3.877	4.126	3.795
Operações Vencidas + 90 dias	2.571	2.807	2.545	2.517	2.406
Op. Vencidas + 90 dias/Operações não Prorrogadas - %	1,49	1,60	1,42	1,42	1,36
Provisão/Operações não Prorrogadas - %	2,07	2,14	2,17	2,32	2,15
Baixa para Prejuízo	382	629	688	259	776
Op. Prorrogadas - Risco BB + Terceiros	8.512	8.841	8.927	9.686	10.610
Provisão	1.442	1.583	1.722	1.778	1.766
Operações Vencidas + 90 dias	385	544	482	518	453
Op. Vencidas + 90 dias/Operações Prorrogadas - %	4,52	6,15	5,41	5,35	4,27
Provisão/Operações Prorrogadas - %	16,94	17,90	19,29	18,35	16,65
Baixa para Prejuízo	112	173	262	79	247

1 - No cálculo do índice foi computado o atraso proveniente de operações com risco de terceiros.

7.2.4. Carteira de Crédito no Exterior

A tabela a seguir demonstra a carteira de crédito no exterior por nível de risco.

Tabela 109. Carteira de Crédito Classificada no Exterior por Nível de Risco

R\$ milhões	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	Saldo	Provisão Mínima ¹	Provisão Complementar	Provisão Requerida	Part. %	
	Dez/17						Dez/18				
AA	21.601	-	-	-	58,9	24.388	-	-	-	66,9	
A	8.033	40	-	40	21,9	5.768	29	-	29	15,8	
B	5.890	59	-	59	16,0	4.991	50	0,3	50	13,7	
C	177	5	0,2	6	0,5	258	8	0,1	8	0,7	
D	39	4	-	4	0,1	60	6	0,0	6	0,2	
E	34	10	-	10	0,1	20	6	-	6	0,1	
F	70	35	4,8	40	0,2	9	4	-	4	0,0	
G	10	7	-	7	0,0	50	35	-	35	0,1	
H	851	851	-	851	2,3	884	884	-	884	2,4	
Total	36.704	1.012	5,0	1.017	100,0	36.428	1.022	0,4	1.022	100,0	
AA-C	35.700	104	0,2	105	97,3	35.405	87	0,4	87	97,2	
D-H	1.004	907	4,8	912	2,7	1.023	936	-	936	2,8	
	Set/18						Dez/18				
AA	23.979	-	-	-	65,4	24.388	-	-	-	66,9	
A	6.624	33	-	33	18,1	5.768	29	-	29	15,8	
B	4.750	48	0,3	48	12,9	4.991	50	0,3	50	13,7	
C	164	5	0,2	5	0,4	258	8	0,1	8	0,7	
D	71	7	-	7	0,2	60	6	0,0	6	0,2	
E	14	4	-	4	0,0	20	6	-	6	0,1	
F	9	5	-	5	0,0	9	4	-	4	0,0	
G	11	7	-	7	0,0	50	35	-	35	0,1	
H	1.069	1.069	-	1.069	2,9	884	884	-	884	2,4	
Total	36.691	1.178	0,5	1.179	100,0	36.428	1.022	0,4	1.022	100,0	
AA-C	35.517	86	0,5	86	96,8	35.405	87	0,4	87	97,2	
D-H	1.174	1.092	-	1.093	3,2	1.023	936	-	936	2,8	

7.3. Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

7.3.1. Gerenciamento de Créditos em Curso Anormal

O Banco do Brasil monitora os créditos com indícios de comprometimento de qualidade. O tratamento das operações em curso anormal é realizado em três fases: condução, cobrança e regularização/recuperação.

- I. A condução busca evitar a inadimplência de forma preventiva;
- II. A cobrança tem como objetivo regularizar, no menor tempo possível, a operação inadimplente, o que reduz os custos de cobrança e provisão, além de manter o bom relacionamento com o cliente;
- III. A regularização e recuperação têm como finalidade minimizar as perdas e regularizar e recuperar o maior montante possível.

7.3.2. O Processo de Cobrança e Regularização de Créditos

O Banco do Brasil utiliza modelos quantitativos próprios, que em conjunto com plataformas automatizadas de cobrança e regularização, monitoram e gerenciam o comportamento dos clientes que ficam ou que venham a ficar inadimplentes.

Os perfis desses clientes são estatisticamente identificados a partir do seu comportamento histórico em relação às ações de cobrança, o que resulta na determinação da probabilidade alta, intermediária ou baixa de regularização dos créditos em atraso.

A partir da análise de informações e variáveis são determinadas as ações, canais, política de renegociação e desconto e eventuais cessões de crédito, que sustentam o modelo de cobrança e regularização de crédito do BB.

O modelo conceitual que sustenta o processo baseia-se nas seguintes premissas:

- I. Perfil do cliente: as ações são definidas em função do perfil do cliente, considerando aspectos como pilar de atendimento, nível de relacionamento, produtos consumidos, endividamento no BB, entre outros;
- II. Canais de Atendimento: o processo de regularização e recuperação ocorre em diversos canais de forma sequencial. Evita-se a abordagem simultânea ao cliente;
- III. Ações Sequenciais: as ações de cobrança são pré-determinadas para cada perfil de cliente e aumentam de intensidade com o tempo decorrido;
- IV. Relações de Valor: abordagem diferenciada que respeita o nível de relacionamento de cada cliente com o BB;
- V. Sistemas de Informação: são utilizadas avançadas plataformas analíticas e operacionais que automatizam o processo de cobrança e melhoram a eficiência do negócio.

O desempenho histórico das ações de cobrança determina a probabilidade da regularização dos créditos em atraso. A principal vantagem do acompanhamento estatístico é a possibilidade de aperfeiçoar continuamente o processo, utilizando a retroalimentação das informações das estratégias mais acertadas no período.

A possibilidade de segmentar os clientes inadimplentes é um importante aspecto da estratégia de cobrança e regularização, da política de descontos e da cessão de créditos.

O Banco do Brasil utiliza a cessão de crédito como parte da estratégia de recuperação, com o objetivo de reduzir as perdas e os custos de gestão do portfólio inadimplido, por meio de transações com empresas de personalidade jurídica autônoma.

7.3.3. Fluxo Operacional da Cobrança, Regularização e Recuperação de Créditos

A utilização dos canais de cobrança, regularização e recuperação, de forma sequencial, guarda relação estreita com o sucesso na estratégia do BB.

Figura 37. Canais de Cobrança, Regularização e Recuperação

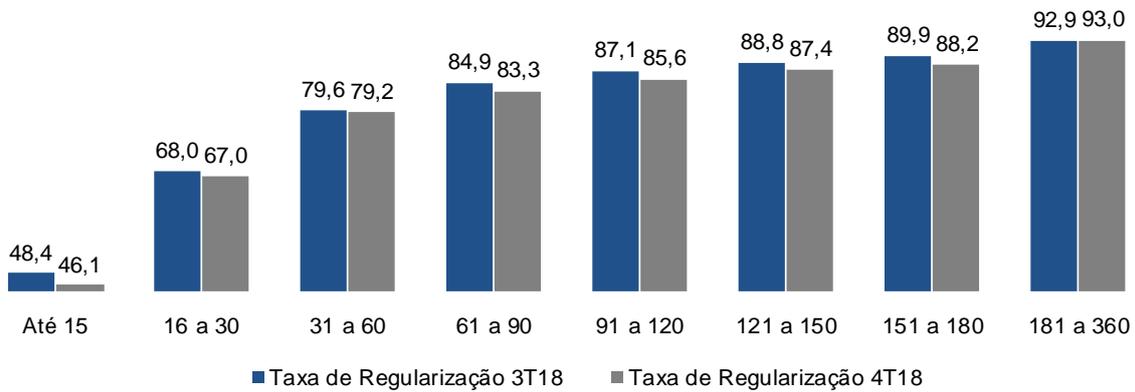


Rede Especializada Gecor: refere-se ao conjunto de unidades de negócio especializadas na condução e tratamento de créditos inadimplidos de clientes com endividamento mais relevantes.

7.3.4. Eficiência do Processo

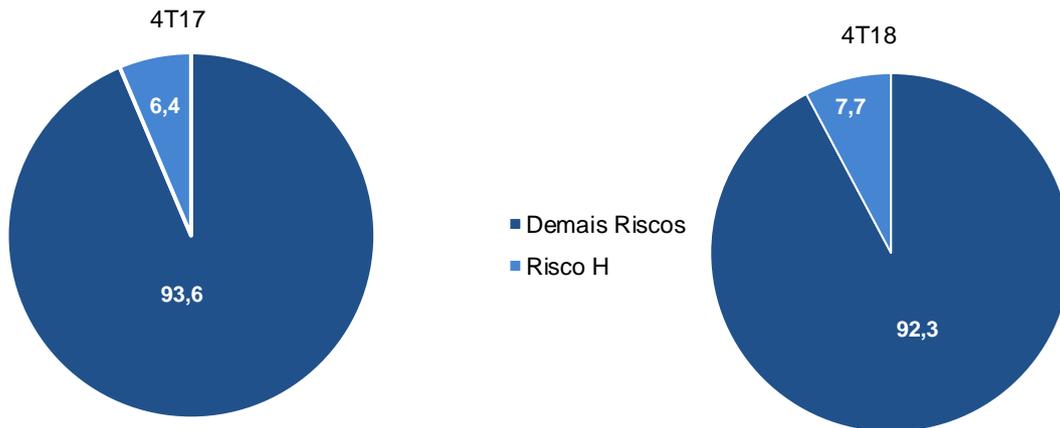
Nas próximas figuras são apresentados os resultados obtidos no fluxo de cobrança e regularização de créditos. Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a Dez/18, 93,0% foram regularizados em até 360 dias.

Figura 38. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %



O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando inclusive preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses, os créditos em atraso cobrados e regularizados, classificados em risco H, representaram 7,7% do total recebido. Os outros 92,3% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em melhores níveis de risco.

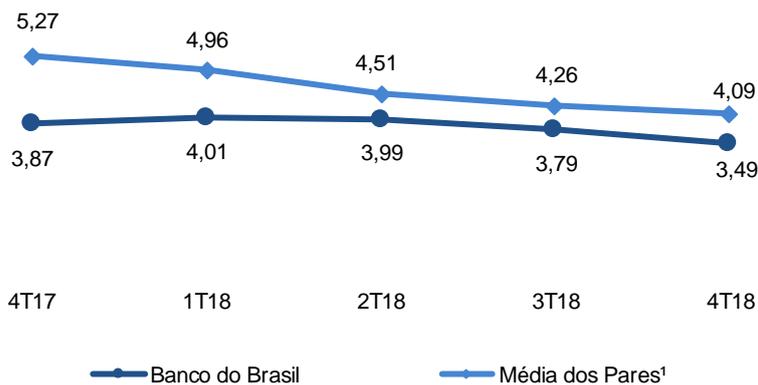
Figura 39. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %



1 - Acumulado em 12 meses

A estratégia de atuação preventiva do Banco reduz as perdas em relação à carteira de crédito. O gráfico a seguir demonstra o comportamento das baixas para prejuízo acumuladas em 12 meses em relação ao saldo médio da carteira de crédito classificada no mesmo período. Pode-se observar que o BB apresenta, historicamente, índice melhor que a média dos principais pares de mercado.

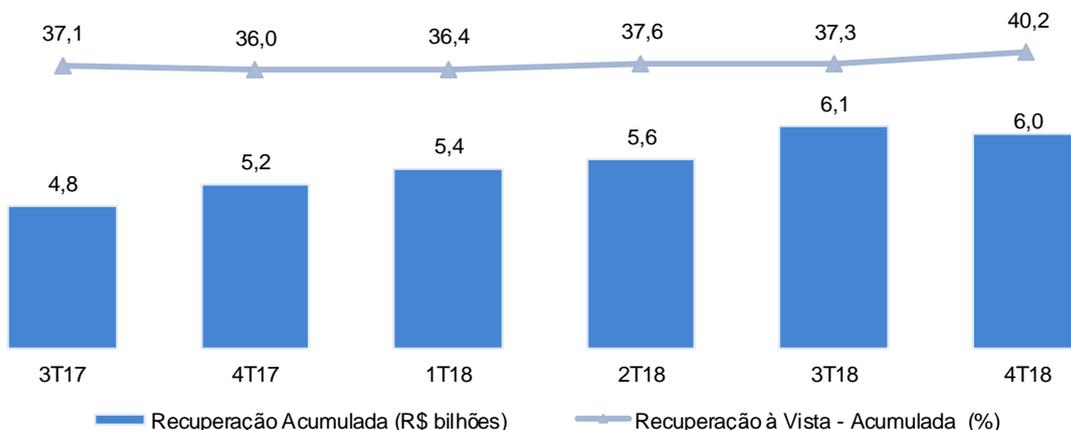
Figura 40. Baixa para Prejuízo – em % da Carteira de Crédito Classificada



1 - Corresponde aos três maiores bancos privados brasileiros.

Para os ativos em perdas, o Banco possui estratégia específica de atuação, que apresenta bons resultados. Nos últimos doze meses foram recuperados R\$ 6,0 bilhões. Desse total, o montante de R\$ 2,4 bilhões foi recebido em caixa, maior percentual desde o 3T17.

Figura 41. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %



7.3.5. Carteira de Crédito Renegociada

Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada. Ela não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio, abordadas na seção 7.2.3 deste Relatório. A seguir estão descritas as definições das principais linhas constantes da tabela:

a) Créditos Renegociados: saldo de operações de crédito repactuadas no período, vincendas ou em atraso;

a.1) Renegociados por Atraso: composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento;

a.2) Renovados – Operações Vincendas: operações contratadas, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

Tabela 110. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo¹

R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Créditos Renegociados	12.956	11.117	15.460	14.707	15.757
Renegociados por Atraso	3.101	2.031	2.254	2.403	2.576
Renovados - Operações Vincendas	9.855	9.086	13.206	12.304	13.181
Créditos Renegociados por Atraso - Movimentação					
Saldo Inicial	25.867	25.297	23.630	22.914	22.911
Contratações	3.101	2.031	2.254	2.403	2.576
Recebimentos menos Juros Líquidos ²	(1.467)	(874)	(1.304)	(996)	(1.290)
Baixas para Prejuízo	(2.204)	(2.825)	(1.665)	(1.410)	(1.323)
Saldo Final (A)	25.297	23.630	22.914	22.911	22.874
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	12.440	11.046	10.867	12.072	12.234
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	5.918	4.953	4.490	4.476	3.857
Indicadores - %					
Provisão/Carteira (B/A)	49,2	46,7	47,4	52,7	53,5
Inadimplência + 90 dias/Carteira (C/A)	23,4	21,0	19,6	19,5	16,9
Índice de Cobertura (B/C)	210,2	223,0	242,0	269,7	317,2
Participação da Carteira Renegociada Por Atraso na Classificada	4,0	3,8	3,6	3,6	3,6

1 - Conforme Nota Explicativa 10.k

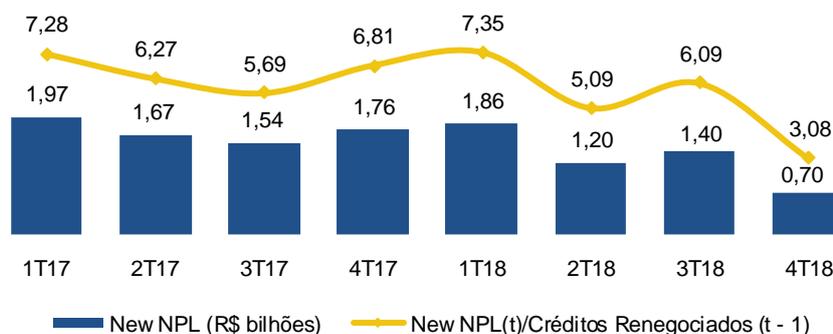
2 - Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados no período.

O Banco tem atuado de forma preventiva no sentido de readequar o portfólio dos clientes à sua capacidade de pagamento. Do total de operações contratadas no 4T18 na carteira renegociada por atraso, 25,7% estavam em atraso a mais de 90 dias e 13,6% estavam em perdas.

Tabela 111. Carteira de Crédito Renegociada – Contratação por Faixa de Atraso

R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
0 a 14 dias	829	503	664	684	807
15 a 90 dias	922	686	450	526	756
Acima de 90 dias	932	461	777	754	663
Em prejuízo	418	382	362	440	350
Total	3.101	2.031	2.254	2.403	2.576

Figura 42. New NPL – % da Carteira Renegociada



Na tabela a seguir é apresentada a carteira de crédito renegociada por nível de risco.

Tabela 112. Carteira de Crédito Renegociada por Nível de Risco

R\$ milhões	Dez/17			Set/18			Dez/18		
	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %	Saldos	Provisão	Part. %
AA	302	-	1,2	268	-	1,2	249	-	1,1
A	389	2	1,5	397	2	1,7	367	2	1,6
B	2.696	27	10,7	2.543	25	11,1	2.494	25	10,9
C	3.343	100	13,2	2.709	81	11,8	2.607	78	11,4
D	1.788	179	7,1	1.412	141	6,2	1.501	150	6,6
E	4.333	1.300	17,1	3.510	1.053	15,3	3.317	995	14,5
F	1.687	843	6,7	1.582	791	6,9	1.751	875	7,7
G	2.565	1.795	10,1	1.706	1.194	7,4	1.600	1.120	7,0
H	8.194	8.194	32,4	8.783	8.783	38,3	8.989	8.989	39,3
Total	25.297	12.440	100,0	22.911	12.072	100,0	22.874	12.234	100,0
AA-C	6.731	129	26,6	5.917	109	25,8	5.717	105	25,0
D-H	18.566	12.311	73,4	16.994	11.963	74,2	17.157	12.129	75,0

8 – Captações

O montante de captações comerciais recuou no 4T18, influenciado principalmente pelos desempenhos da LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), cujo saldo foi menor em R\$ 4,6 bilhões e depósitos à vista, menor em R\$ 3,5 bilhões, ambos na comparação trimestral.

Os depósitos em poupança cresceram R\$ 14,6 bilhões em 12 meses e R\$ 2,1 bilhões em relação ao 3T18. O saldo de R\$ 174,9 bilhões, alcançado em Dez/18, é novamente recorde para o segmento.

Tabela 113. Captações Comerciais

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Captações Comerciais	579.589	100,0	610.696	100,0	599.656	100,0	3,5	(1,8)
Depósitos de Poupança	160.290	27,7	172.754	28,3	174.855	29,2	9,1	1,2
Depósitos Judiciais	121.524	21,0	136.875	22,4	135.481	22,6	11,5	(1,0)
Letras de Crédito do Agronegócio	88.898	15,3	83.530	13,7	78.937	13,2	(11,2)	(5,5)
Depósitos a Prazo ¹	74.281	12,8	73.728	12,1	74.222	12,4	(0,1)	0,7
Depósitos à Vista	69.981	12,1	71.357	11,7	67.811	11,3	(3,1)	(5,0)
Depósitos Interfinanceiros	24.153	4,2	36.824	6,0	33.669	5,6	39,4	(8,6)
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ²	23.576	4,1	18.048	3,0	17.418	2,9	(26,1)	(3,5)
Letras de Crédito Imobiliário ³	16.886	2,9	17.580	2,9	17.265	2,9	2,2	(1,8)

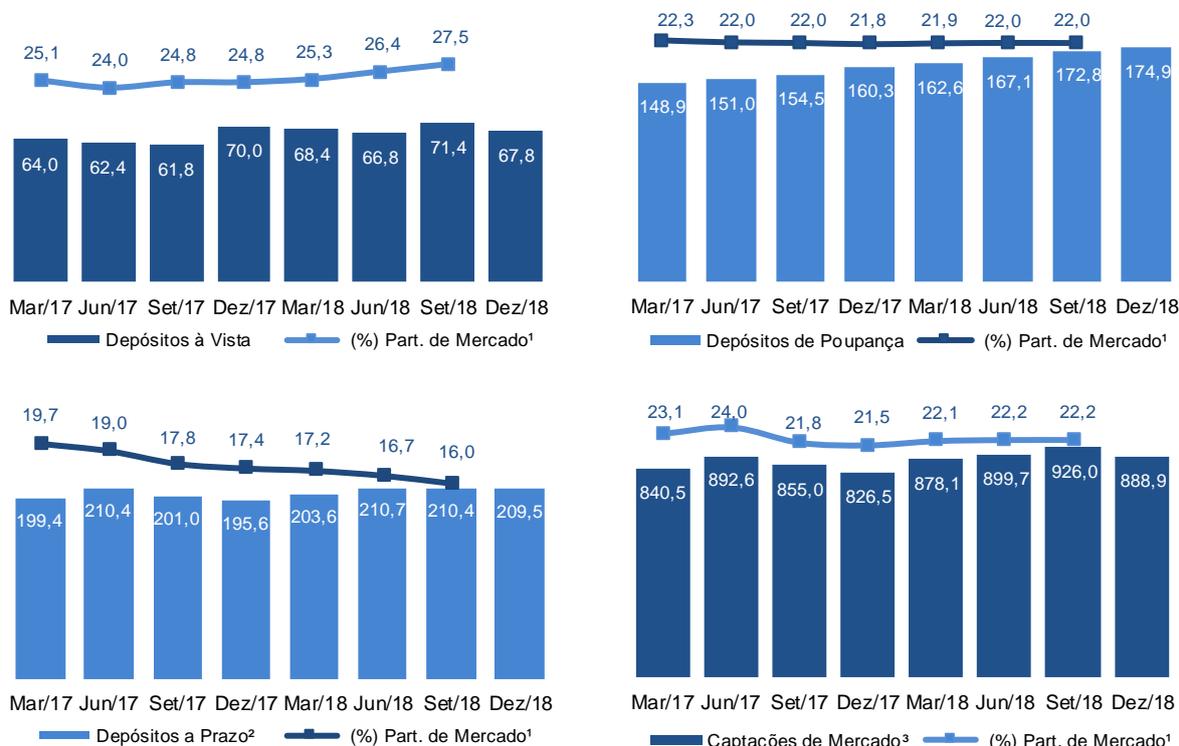
1 - Inclui o saldo de Outros Depósitos constante das Notas Explicativas.

2 - Inclui parte dos saldos de Títulos Privados constante das Notas Explicativas.

3 - Inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

A seguir são apresentadas as participações do Banco do Brasil nas captações de mercado do SFN.

Figura 43. Participação de Mercado das Captações do BB (R\$ bilhões)



1 - As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas", disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/informes/relatorios>>. Posição: setembro de 2018.

2 - Inclui os depósitos judiciais.

3 - Considera depósitos totais e captações no mercado aberto. Série histórica atualizada pelo Bacen.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais.

Tabela 114. Captações Institucionais

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Captações Institucionais	220.857	100,0	206.208	100,0	202.970	100,0	(8,1)	(1,6)
Op. de Emp., Cessões e Repasses	125.550	56,8	112.786	54,7	111.590	55,0	(11,1)	(1,1)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	31.819	14,4	34.506	16,7	33.235	16,4	4,5	(3,7)
Letras Financeiras	29.657	13,4	23.168	11,2	23.543	11,6	(20,6)	1,6
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	24.005	10,9	24.012	11,6	23.080	11,4	(3,9)	(3,9)
Dívida Subordinada no Exterior	9.826	4,4	11.735	5,7	11.523	5,7	17,3	(1,8)

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto) do BB, incluindo o Banco Patagonia e BB Americas.

Tabela 115. Captações Comerciais no Exterior - Modalidade

US\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Captações no Exterior	37.973	100,0	36.223	100,0	36.077	100,0	(5,0)	(0,4)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	16.351	43,1	14.379	39,7	14.334	39,7	(12,3)	(0,3)
Depósitos e Empréstimos Interbancários	11.005	29,0	12.756	35,2	12.199	33,8	10,8	(4,4)
Pessoa Jurídica	5.111	13,5	4.472	12,3	4.612	12,8	(9,8)	3,1
Pessoa Física	4.270	11,2	3.419	9,4	3.753	10,4	(12,1)	9,8
Compromissadas	1.113	2,9	1.082	3,0	1.084	3,0	(2,5)	0,2
Special Account	124	0,3	116	0,3	95	0,3	(23,5)	(18,2)

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Tabela 116. Captações Comerciais no Exterior - Produto

US\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Captações no Exterior	37.973	100,0	36.223	100,0	36.077	100,0	(5,0)	(0,4)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	16.351	43,1	14.379	39,7	14.334	39,7	(12,3)	(0,3)
Depósitos a Prazo	8.594	22,6	9.889	27,3	9.764	27,1	13,6	(1,3)
Empréstimos	5.674	14,9	5.792	16,0	5.075	14,1	(10,6)	(12,4)
Depósitos à Vista	2.732	7,2	2.138	5,9	2.360	6,5	(13,6)	10,3
Depósitos de Poupança	1.846	4,9	1.265	3,5	1.442	4,0	(21,9)	13,9
Compromissadas	1.113	2,9	1.082	3,0	1.084	3,0	(2,5)	0,2
Pledge	725	1,9	414	1,1	354	1,0	(51,2)	(14,5)
Over	564	1,5	415	1,1	309	0,9	(45,2)	(25,5)
Call Account	251	0,7	733	2,0	1.261	3,5	402,8	72,0
Special Account	124	0,3	116	0,3	95	0,3	(23,5)	(18,2)

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados com participação de 84,4% do total de usos.

A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Tabela 117. Fontes e Usos

R\$ milhões	Saldos						Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Fontes	750.904	100,0	776.188	100,0	764.462	100,0	1,8	(1,5)
Captações Comerciais	579.589	77,2	610.696	78,7	599.656	78,4	3,5	(1,8)
Depósitos Totais	450.229	60,0	491.538	63,3	486.037	63,6	8,0	(1,1)
LCA + LCI	105.784	14,1	101.110	13,0	96.202	12,6	(9,1)	(4,9)
Op. Compromissadas com Títulos Privados ¹	23.576	3,1	18.048	2,3	17.418	2,3	(26,1)	(3,5)
Obrigações por Repasses no País	80.885	10,8	68.279	8,8	66.731	8,7	(17,5)	(2,3)
Dívida Subordinada	63.342	8,4	58.727	7,6	58.829	7,7	(7,1)	0,2
Obrigações no Exterior ²	43.578	5,8	47.565	6,1	44.067	5,8	1,1	(7,4)
IHCD	31.819	4,2	34.506	4,4	33.235	4,3	4,5	(3,7)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.795	2,2	15.171	2,0	15.522	2,0	(7,6)	2,3
Demais Letras Bancárias ³	3.977	0,5	5.473	0,7	5.537	0,7	39,2	1,2
Depósitos Compulsórios	(69.081)	(9,2)	(64.229)	(8,3)	(59.115)	(7,7)	(14,4)	(8,0)
Usos	750.904	100,0	776.188	100,0	764.462	100,0	1,8	(1,5)
Carteira de Crédito Líquida (a)	633.841	84,4	638.046	82,2	644.992	84,4	1,8	1,1
Carteira de Crédito Classificada	635.911	84,7	634.420	81,7	640.226	83,7	0,7	0,9
TVM Privados	34.617	4,6	38.056	4,9	39.110	5,1	13,0	2,8
Provisão para Risco de Crédito	(36.686)	(4,9)	(34.430)	(4,4)	(34.344)	(4,5)	(6,4)	(0,2)
Recursos Disponíveis	117.063	15,6	138.142	17,8	119.470	15,6	2,1	(13,5)
Linhas de Repasse no País (b)	125.647	16,7	112.898	14,5	111.797	14,6	(11,0)	(1,0)
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	508.194	67,7	525.148	67,7	533.195	69,7	4,9	1,5
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	140,8		129,8		132,7			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	109,4		104,5		107,6			
Cart. de Crédito Líq. Ajustada / Captações Comerciais	87,7		86,0		88,9			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	84,4		82,2		84,4			

1 - Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas.

2 - Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior e obrigações por repasses no exterior.

3 - Inclui letras financeiras e debêntures.

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais até Dez/18.

Tabela 118. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume (US\$ mil)	Cupom (%) Freq. ¹	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Saldo em Dez/18 (US\$ mil)	Rating S&P/Moody's/Fitch	Programa
20/10/2009	PERPÉTUO	20/10/2020	1.500.000	8,500 S	100,00	8,50	518,8	USD	898.512,00	SR / B2 / SR	Perpétuo
22/01/2010		22/01/2020	500.000	6,000 S	99,45	6,07	237,5	USD	500.000,00	BB- / Ba2 / BB-	GMTN
05/10/2010		15/01/2021	660.000	5,375 S	99,32	5,46	300	USD	660.000,00	SR / Ba3 / SR	Subordinada
26/05/2011		26/01/2022	1.500.000	5,875 S	98,70	6,04	287,5	USD	1.500.000,00	SR / Ba3 / SR	Subordinada
20/01/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	1.000.000	9,250 S	100,00	9,25	732,7	USD	548.727,00	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
05/03/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	750.000,00	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
19/06/2012		19/01/2023	750.000	5,875 S	99,02	6,00	434,1	USD	750.000,00	B- / Ba3 / SR	Subordinada
10/10/2012		10/10/2022	1.925.000	3,875 S	98,98	4,00	237,5	USD	1.809.700,00	BB- / Ba2 / BB-	3(a)2
31/01/2013	PERPÉTUO	15/04/2024	2.000.000	6,250 S	100,00	6,25	439,8	USD	1.988.000,00	CCC+ / SR / SR	Perpétuo
20/12/2013		20/06/2019	306.988	2,500 A	99,73	2,56	CHF mid-swap+190	CHF	279.471,54	BB- / Ba2 / BB-	GMTN
18/06/2014	PERPÉTUO	18/06/2024	2.500.000	9,000 S	100,00	9,00	636,2	USD	2.169.700,00	CCC+ / B2 / SR	Perpétuo
23/10/2017		15/01/2025	1.000.000	4,625 S	99,55	4,70	250,9	USD	1.000.000,00	BB- / Ba2 / BB-	GMTN
19/04/2018		19/07/2023	750.000	4,875 S	100,00	4,88	219,9	USD	750.000,00	BB- / Ba2 / BB-	GMTN

1 - A: anual; S: semestral; T: trimestral.

9 – Serviços Financeiros

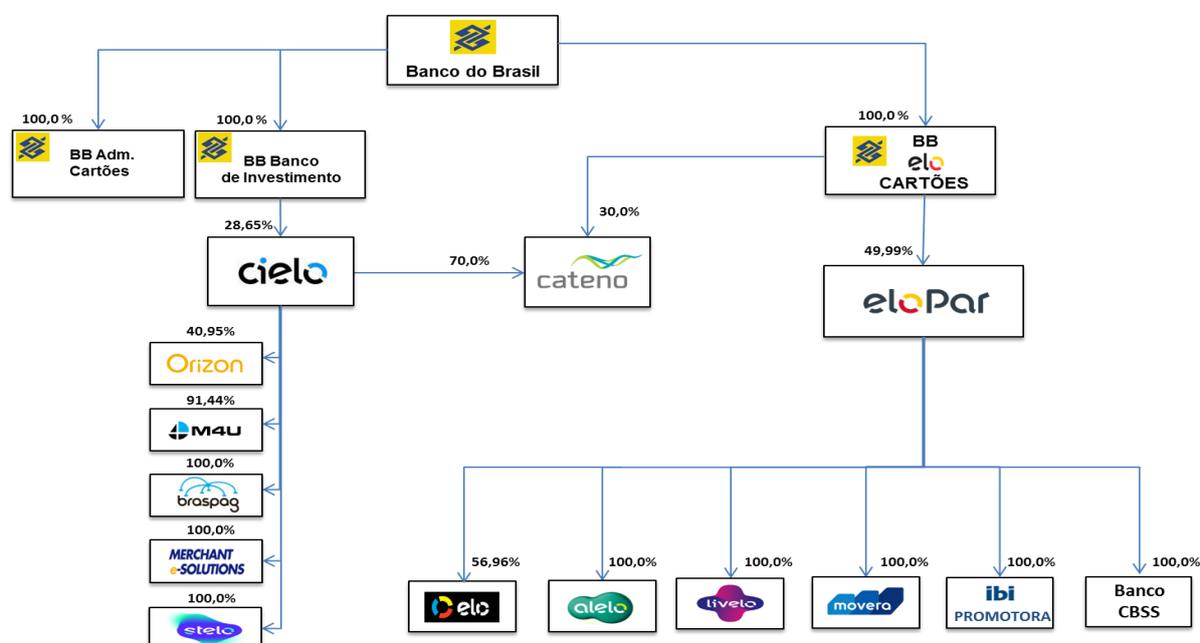
9.1. Meios de Pagamento

O Banco do Brasil desenvolve soluções inovadoras e sustentáveis para atender a dinâmica do Mercado de Meios de Pagamento, melhorando a experiência do cliente e mantendo o protagonismo no segmento em conjunto com suas coligadas.

As ações implantadas e ampliadas ao longo de 2018, a comercialização de cartões na plataforma Web e App Ourocard, dispositivos móveis munidos de tecnologia NFC (celulares, relógios e tablets), a venda de maquininhas Stelo e Cielo nas dependências do BB, a ampliação do atendimento nas redes sociais, inclusive com a realização de transações via WhatsApp e ampliação das parcerias para débito on-line, fornecem aos clientes opções diversificadas para realizar suas compras com segurança e praticidade.

A figura abaixo apresenta o organograma dos negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta.

Figura 44. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas¹



1 – Considera a posição de 31/12/2018.

2 – Participação do BB-BI na Cielo desconsiderando as Ações em Tesouraria.

3 – Em 18/01/2018, a Cielo S.A. divulgou Comunicado ao Mercado sobre a aquisição das ações representativas de 70% do capital social da Stelo S.A. Processo concluído pelo regulador em 06/09/2018.

9.1.1. Base de Cartões e Faturamento

A base de cartões do BB é composta principalmente por cartões com uso recorrente nas funções crédito e débito.

O total de cartões ativos no BB apresentou leve redução em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado do saneamento da base e da menor necessidade do cliente portar plásticos de várias bandeiras. A quantidade de cartões com uso recorrente do segmento Não Correntista permaneceu estável em relação a Set/18, apesar da suspensão de uma parceria, fruto da expansão da comercialização de novos cartões nos novos ambientes digitais.

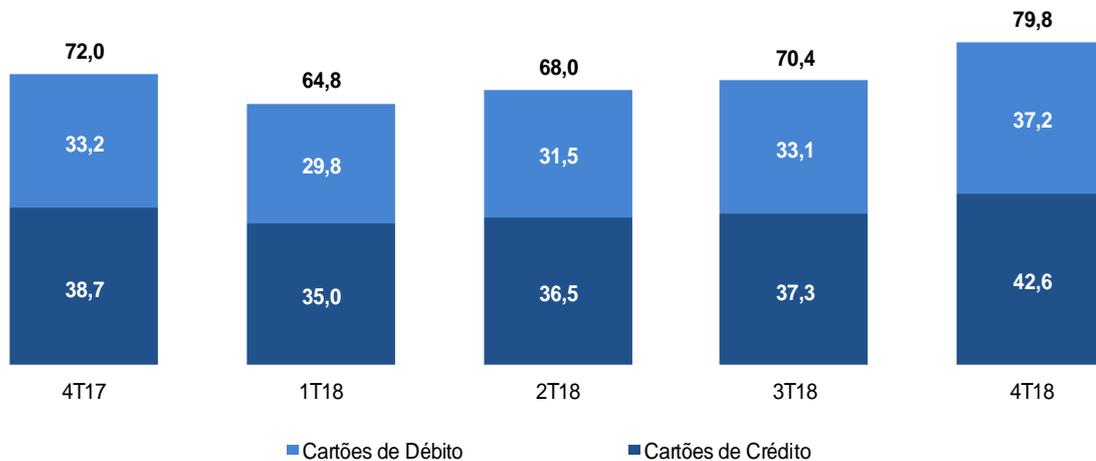
Tabela 119. Base de Cartões – Uso Recorrente

milhões	Dez/17	Mar/18	Jun/18	Set/18	Dez/18	Var. (%)	
						Dez/17	Set/18
Crédito	8.09	7.90	7.89	7.87	8.03	(0.7)	2.1
Correntista	7.68	7.50	7.50	7.50	7.66	(0.3)	2.1
Não Correntista	0.41	0.40	0.39	0.37	0.37	(9.1)	1.5
Débito	11.68	11.16	11.07	11.26	11.69	-	3.8

O faturamento total transacionado por meio dos cartões do Banco do Brasil alcançou R\$ 79,8 bilhões, com aumento de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As ações comercialização juntamente com as campanhas de incentivo ao uso contribuíram para o resultado alcançado.

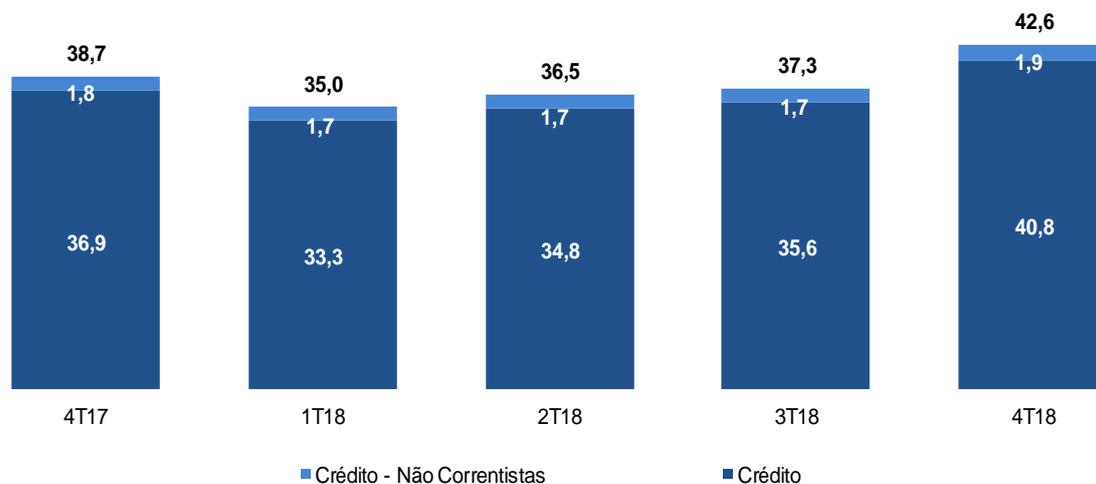
O faturamento considerando apenas a função débito destacou-se com um crescimento de 11,9% superior ao do 4T17, totalizando R\$ 37,2 bilhões, resultado que, além dos fatores já destacados acima, é reflexo da melhoria no cenário econômicos, das parcerias firmadas para utilização do débito online e campanhas para substituição dos meios tradicionais de pagamento, como dinheiro e cheque.

Figura 45. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões



O faturamento crédito também apresentou bom desempenho em relação ao mesmo período do ano anterior, 10,1%. O segmento Não Correntista, apesar do encerramento de uma parceria e redução na base de cartões ativos, cresceu 4,7% em comparação ao 4T17.

Figura 46. Faturamento dos Cartões BB – Função Crédito – R\$ bilhões



9.1.2. Resultado com Negócios de Cartões

O resultado de serviços de cartões advém da emissão e utilização dos cartões nas funções crédito, débito, pré-pagos e crediário pelos clientes, e do resultado dos serviços de credenciamento, aquisição e de bandeira de cartões, que são prestados pelas coligadas do Banco.

As receitas e despesas financeiras oriundas do pagamento mínimo ou parcial da fatura (crédito rotativo) e do parcelamento de compras e/ou faturas estão incluídas no resultado com emissão.

Tabela 120. Resultado com Negócios de Cartões

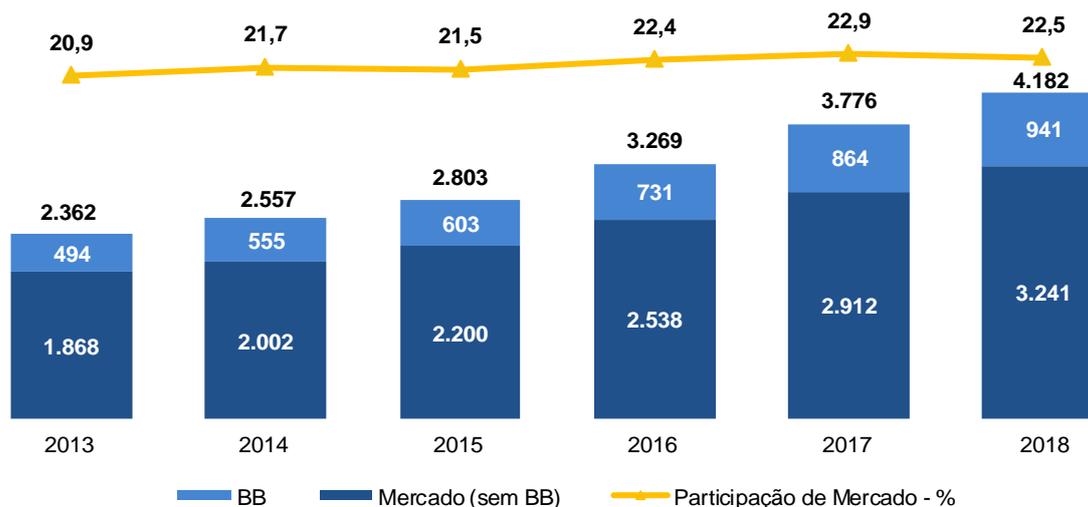
R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	Var. (%)	
						4T17	3T18
Resultado Líquido	746	686	723	680	740	(0,8)	8,8
Resultado Líquido com Emissão no BB	330	256	369	291	383	16,1	31,6
Resultado dos Demais Negócios de Cartão	416	430	344	377	357	(14,2)	(5,3)

9.2. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A., tem como principais atividades a administração, a gestão e a distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

Figura 47. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima

No 4T18 a captação líquida da BB DTVM foi negativa em R\$ 17,2 bilhões, influenciada pelo desempenho negativo das categorias Multimercado e Renda Fixa.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro 2018, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e classe Anbima, referentes a dezembro de 2018.

Tabela 121. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Investidor Institucional	383.305	44,3	415.321	44,4	429.803	45,7	12,1	3,5
Poder Público	136.268	15,8	141.160	15,1	134.377	14,3	(1,4)	(4,8)
Varejo	108.027	12,5	118.992	12,7	122.486	13,0	13,4	2,9
Alta Renda	64.464	7,5	68.610	7,3	68.578	7,3	6,4	(0,0)
RPPS	52.470	6,1	52.659	5,6	55.229	5,9	5,3	4,9
Corporate	49.842	5,8	58.555	6,3	54.764	5,8	9,9	(6,5)
Private	39.130	4,5	43.446	4,6	44.610	4,7	14,0	2,7
Middle Market	20.171	2,3	22.694	2,4	23.099	2,5	14,5	1,8
Investidor Estrangeiro	10.802	1,2	13.329	1,4	8.170	0,9	(24,4)	(38,7)
Total	864.480	100,0	934.767	100,0	941.116	100,0	8,9	0,7

Fonte: Anbima

Tabela 122. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima

R\$ milhões	Saldos				Var. (%)			
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Fundos de Investimentos	855.270	98,9	921.361	98,6	928.301	98,6	8,5	0,8
Renda Fixa	514.071	59,5	558.778	59,8	562.329	59,8	9,4	0,6
Renda Variável	41.981	4,9	55.516	5,9	57.212	6,1	36,3	3,1
Multimercado	26.399	3,1	20.121	2,2	18.578	2,0	(29,6)	(7,7)
Outros ¹	272.819	31,6	286.947	30,7	290.182	30,8	6,4	1,1
Carteiras Administradas	17.112	2,0	18.918	2,0	18.681	2,0	9,2	(1,3)
Renda Fixa	16.883	2,0	18.657	2,0	18.400	2,0	9,0	(1,4)
Renda Variável	229	0,0	261	0,0	281	0,0	22,9	7,6
Fundos de Terceiros	(7.902)	(0,9)	(5.513)	(1)	(5.866)	(0,6)	(25,8)	6,4
Total	864.480	100,0	934.767	100,0	941.116	100,0	8,9	0,7

Fonte: Anbima

1 - Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.

A diferença observada entre o patrimônio total por segmento de investidor e por classe Anbima se deve à não dedução, neste último, das cotas de fundos próprios e de terceiros, que em dezembro de 2018 somaram R\$ 5,9 bilhões.

Sustentabilidade

Atualmente, a BB DTVM administra oito fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados nos cinco fundos.

Tabela 123. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais

R\$ milhões	Saldos			Var. (%)	
	Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18
BB Referenciado DI Social 50	754,9	661,4	643,0	(14,8)	(2,8)
BB Multi Global Acqua LP Private FI	385,3	317,5	258,6	(32,9)	(18,5)
BB Previdenciário Ações Governança	218,5	267,8	360,1	64,8	34,5
BB Ações Equidade Private FIC	-	99,4	128,0	-	28,7
BB Ações ISE JOVEM	8,7	7,9	9,2	5,9	16,4
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4,1	3,5	3,9	(5,9)	10,4
BB Ações Equidade FIC	-	2,7	8,7	-	224,2
BB MM LP Global Vita Private FI	-	-	139,8	-	-
Total	1.371,5	1.360,2	1.551,3	13,1	14,1

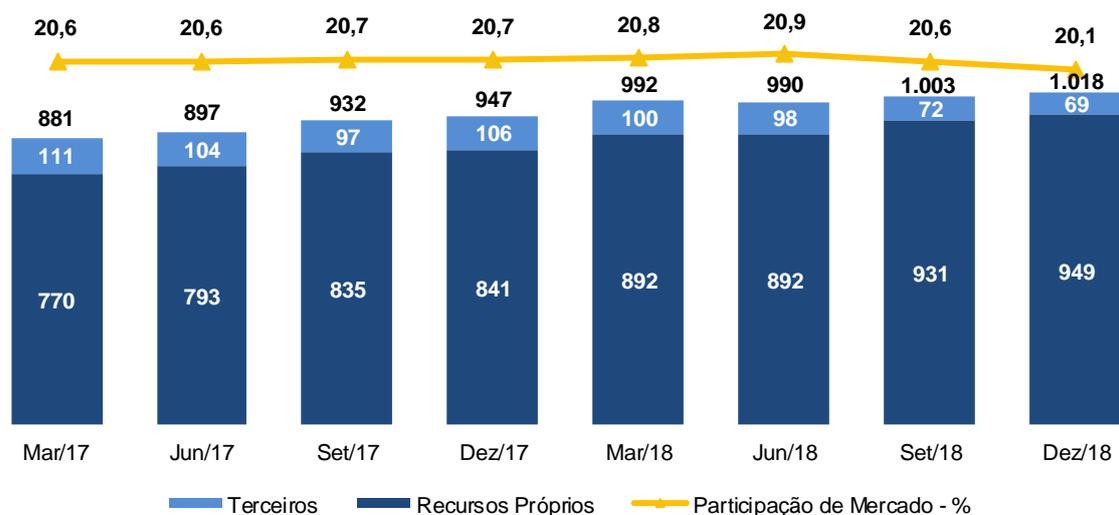
Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Custódia

O Banco do Brasil se destaca como um dos principais líderes da indústria de custódia e controladoria de ativos. Em Dez/18, o BB alcançou R\$ 1,0 trilhão sob custódia, evolução de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O BB mantém a expansão do volume sob custódia, resultado do avanço da indústria de fundos, principalmente.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 48. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

9.3. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua nas principais praças mundiais, com profissionais qualificados, por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Escritórios em Nova Iorque e Miami) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

No portfólio do BB-BI estão serviços de excelência que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas. Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações) e colocações privadas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra e venda de ouro em forma escritural ou de lingotes pelos clientes, além da custódia desses ativos.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 13 fundos e atua como assessor em 7 deles, com 39 participações societárias em empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, consumo, educação, TI, serviços, agroindústria etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i) Mercado doméstico: através do BB-BI são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais e letras financeiras. (ii) Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papéis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.
- V. **Renda Variável:** : O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações. Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento private abrange também o serviço de aluguel de ações.

VI. Securitização: O BB-BI atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Desempenho em Mercado de Capitais

Renda Fixa – Mercado Doméstico

No 4T18 o BB-BI atuou na coordenação e estruturação de 23 operações no mercado doméstico de renda fixa, com volume originado de R\$ 8,7 bilhões em operações de Debêntures e Notas Promissórias. No Ranking Anbima de Originação de Renda Fixa Consolidado de Dezembro/2018, o BB-BI continuou como 3º colocado.

Renda Fixa – Mercado Externo

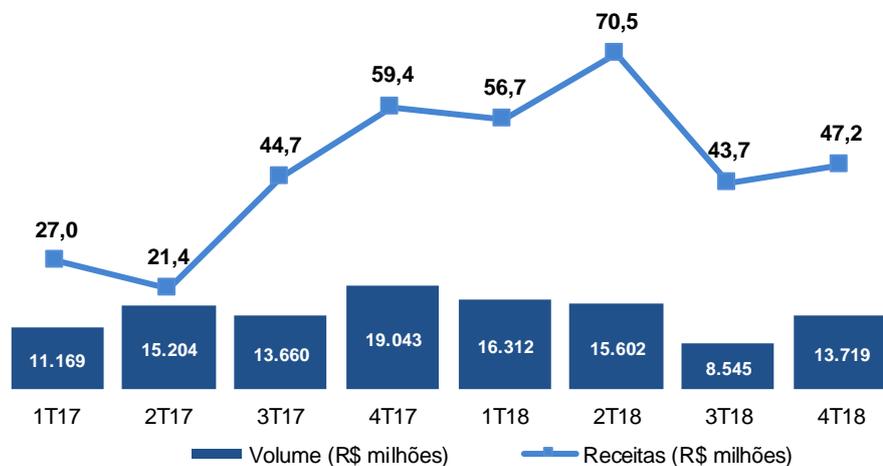
O mercado internacional de capitais (bonds) foi acessado por 2 emissores brasileiros neste período, emitindo um total de US\$ 1,0 bilhão. Ambos mandataram o BB para atuar como Lead-Manager nas transações. Isto representa uma participação de mercado de 100% em volume e 100% no total das emissões no período. Segundo o Ranking Anbima de Emissões Externas de Dez/18, o BB aparece como 2º colocado no ranking de emissões privadas e como 3º colocado no ranking de emissões totais.

No que se refere a grupos estrangeiros, o BB atuou como co-manager em outras 12 emissões de bonds no montante total de US\$ 5,2 bilhões.

O BB também vem ampliando sua participação em transações de Liability Management (Gestão de Passivos). Atuou em 3 operações de troca e recompra de papéis neste último trimestre no montante total de US\$ 2,4 bilhões.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior

Figura 49. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional



Renda Variável Atacado

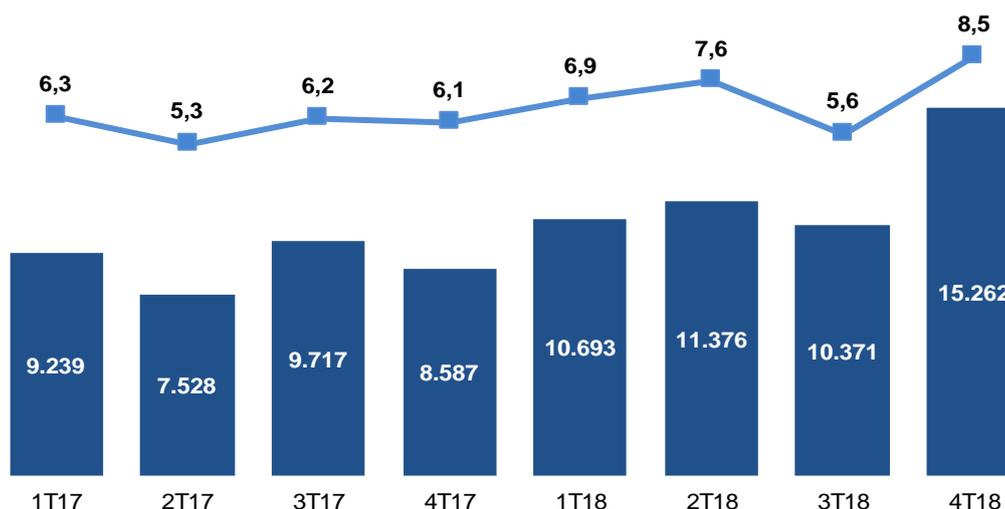
No 4T18, o BB-BI atuou como coordenador da oferta pública com esforços restritos de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia de Locação das Américas cuja captação alcançou R\$ 1,4 bilhão. No acumulado do exercício de 2018, foram concretizadas 5 operações de ofertas de ações no mercado acionário brasileiro, sendo que o BB-BI participou de 2 delas, alcançando a 6ª posição conforme Ranking Anbima de Renda Variável com partes relacionadas (por número de operações).

Renda Variável Varejo – Mercado Secundário

No 4T18, o volume movimentado no BB foi de R\$ 15,2 bilhões e, no mesmo período, a B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) movimentou R\$ 325,1 bilhões. O *market share* do BB no período foi de 4,7%.

Para os investidores de Varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, internet (Site Investimentos, disponível em <https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Figura 50. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário



Securitização

No 4T18, o BB-BI atuou na coordenação e estruturação de 4 operações de Securitização, sendo 2 CRA, 1 CRI e 1 FIDC, com volume originado de R\$ 595,8 milhões e volume total das operações de R\$ 2,1 bilhões.

Private Equity

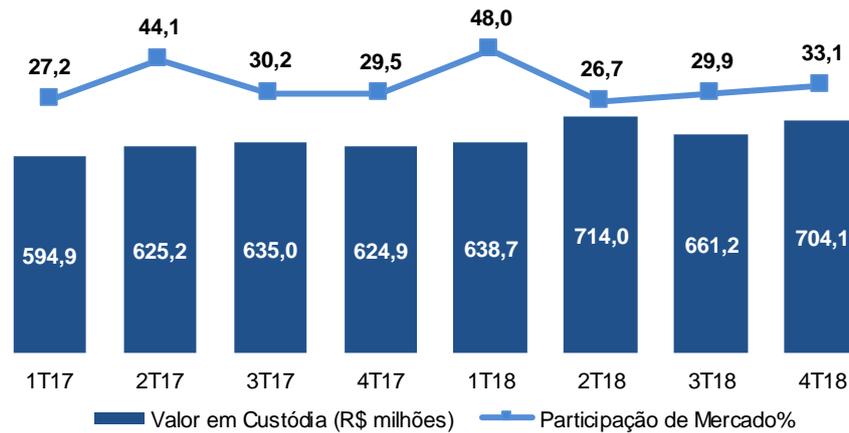
Na indústria de private equity, o BB-BI é cotista de 13 fundos e atua como assessor em 7 deles. Possui 39 participações societárias em empresas localizadas em várias regiões do país. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de private equity é de R\$ 1,1 bilhão, tendo integralizado R\$ 740,3 milhões até o final do 4T18.

Tabela 124. Private Equity – Participação Indireta

R\$ milhões	Dez/17		Set/18		Dez/18	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo (%)
FIP Angra Infraestrutura	60,0	8,1	60,0	8,1	60,0	8,1
FIP Logística Brasil	60,0	13,0	60,0	13,0	60,0	13,0
FIP Brasil Energia	60,0	5,8	60,0	5,8	60,0	5,8
FIP Infra Brasil	60,0	7,3	60,0	7,3	60,0	7,3
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20,0	15,2	20,0	15,1	20,0	15,1
FMIEE Jardim Botânico VC I	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
FMIEE Fundotec II	12,0	15,5	12,0	15,5	12,0	15,5
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	82,5	13,8	82,5	13,8	82,5	13,8
FIP Brasil Agronegócio	160,0	19,0	160,0	19,0	160,0	19,0
FIP Brasil Sustentabilidade	40,0	9,5	40,0	9,5	40,0	9,5
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88,0	24,4	88,0	24,4	88,0	24,4
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169,3	18,8	169,3	18,8	169,3	18,8
FIP Brasil Óleo e Gás	125,0	25,0	125,0	25,0	125,0	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	150,0	21,5	150,0	21,5	150,0	21,5
Total	1.106,8		1.106,8		1.106,8	

A figura a seguir apresenta o saldo e a participação de mercado de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 51. Ouro – Custódia



9.4. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguridade é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituída em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>.

Na próxima tabela estão presentes os principais indicadores de desempenho da BB Seguridade.

Tabela 125. BB Seguridade – Indicadores de Desempenho

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%)	
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18
Indicadores de Desempenho - %					
Seguros - Vida, Habitacional e Rural					
Sinistralidade ¹	26,9	32,9	31,7	17,8	(3,5)
Índice de Comissionamento ²	32,6	27,4	44,1	35,3	60,7
Margem Técnica	40,6	39,9	24,3	(40,1)	(39,0)
Índice Combinado ³	79,2	74,8	94,4	19,1	26,1
Índice Combinado Ampliado ⁴	70,0	70,4	87,0	24,3	23,6
RSPL Ajustado ⁵	54,6	52,3	30,1	(44,8)	(42,5)
Seguros - Patrimônio					
Sinistralidade ¹	62,2	51,9	65,6	5,5	26,4
Índice de Comissionamento ²	25,6	25,4	26,1	2,3	3,0
Margem Técnica	12,4	22,9	8,4	(32,1)	(63,3)
Índice Combinado ³	108,2	94,8	115,9	7,1	22,3
Índice Combinado Ampliado ⁴	102,2	91,6	109,9	7,5	20,0
RSPL Ajustado ⁵	(6,6)	8,2	(14,4)	-	-
Previdência					
Índice de Comissionamento ²	1,4	1,9	1,6	10,3	(18,3)
RSPL Ajustado	42,3	35,6	24,7	(41,8)	(30,7)
Capitalização					
Índice de Comissionamento ²	87,5	79,0	83,1	(5,0)	5,2
Margem de Capitalização	(4,1)	0,0	(3,7)	(9,3)	-
RSPL Ajustado	38,9	30,0	40,1	-	-
Corretagem					
Margem Operacional Ajustada	80,3	77,5	82,7	3,0	6,7
Margem Líquida Ajustada	56,1	53,5	56,9	1,5	6,4

1 – Sinistralidade = Despesas com Sinistros / Prêmios Ganhos.

2 – Índice de Comissionamento = Despesas de Comercialização / Prêmios Ganhos.

3 – Índice Combinado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / Prêmios Ganhos.

4 – Índice Combinado Ampliado = (Desp. Gerais + Desp. Adm. + Desp. de Comerc. + Desp. com Sinistros + Rec. com Emissão de Apólices + Rec. com Resseguro) / (Prêmios Ganhos + Resultado Financeiro).

5 – Série histórica revisada.

9.5. Consórcios

De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios - ABAC, o mercado de consórcios fechou o mês de outubro de 2018 com R\$ 85,81 bilhões em volume de negócios, registrando expansão de 3% em relação ao mesmo período de 2017. O número de participantes atingiu 7,06 milhões.

Nos dez primeiros meses do ano, foram comercializadas 2,1 milhões novas cotas de consórcios no país, apresentando crescimento de 7,2% em relação ao mesmo período de 2017. Até outubro de 2018, foram disponibilizados R\$ 33,56 bilhões em créditos.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A. que, em novembro de 2018, apresentou 10,8% de participação de mercado, conforme último dado disponibilizado pelo Banco Central (novembro/2018).

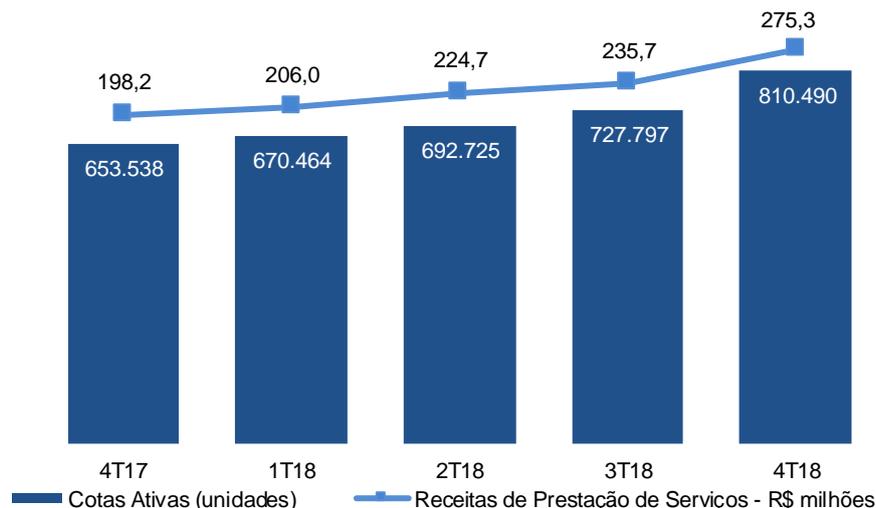
No 4T18, a BB Consórcios registrou mais de 81 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 3,0 bilhões em volume de negócios. Em 2018, comercializamos mais de 304 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 11,3 bilhões em volume de negócios, aumento de 32% em relação a 2017. Desse total, 17% foram realizados via canais digitais.

Houve expressivo aumento das vendas em canais alternativos no ano corrente, sendo mais de R\$ 1,7 bilhão via aplicativo para celular (funcionalidade lançada em meados de 2017 para pessoas físicas e ampliada para o público de pessoas jurídicas em fevereiro deste ano), 1,4 bilhão nos parceiros de vendas e R\$ 101 milhões por meio de TAA e internet.

Tabela 126. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

unidades	Saldos						Var. (%)	
	Dez/17	Part. %	Set/18	Part. %	Dez/18	Part. %	Dez/17	Set/18
Automóveis	561.673	85,9	561.591	77,2	576.746	71,2	2,7	2,7
Moto	43.074	6,6	93.005	12,8	138.966	17,1	-	49,4
Imóveis	28.782	4,4	33.630	4,6	38.009	4,7	32,1	13,0
Trator/Caminhão	4.482	0,7	5.961	0,8	8.350	1,0	86,3	40,1
Serviços	7.826	1,2	18.295	2,5	28.936	3,6	-	58,2
Eletrodomésticos	7.701	1,2	15.315	2,1	19.483	2,4	153,0	27,2
Total	653.538	100,0	727.797	100,0	810.490	100,0	24,0	11,4

Figura 52. Consórcios – Receitas de Prestação de Serviços e Cotas Ativas



As tabelas a seguir apresentam o comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 127. Consórcios - Ticket Médio

R\$	Saldos				
	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Trator/Caminhão	161.059	159.783	165.003	157.514	144.475
Imóveis	129.278	137.264	136.936	149.596	138.742
Automóveis	41.807	42.457	43.792	45.009	44.720
Moto	16.731	17.757	18.843	19.432	18.105
Serviços	7.565	8.236	8.223	9.531	8.983
Eletrodomésticos	4.637	4.735	4.616	5.257	5.292

Tabela 128. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	4T17		3T18		4T18	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Serviços	31	21,0	28	20,7	35	18,5
Moto	59	20,1	66	20,8	70	18,6
Eletrodomésticos	32	19,4	30	20,8	35	18,7
Imóveis	156	19,8	163	20,2	192	16,6
Automóveis	69	15,3	73	16,1	84	14,0
Trator/Caminhão	96	15,1	97	15,1	120	13,3

10 – Outras Informações

10.1. Ativo e Passivo Atuarial

10.1.1. Previ – Plano 1

Breve Histórico

O BB contabiliza em seu balanço os ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios concedidos aos seus empregados.

O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto que o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

O Plano de Benefícios 1 (Plano) foi criado em 1967 e estruturado na modalidade de benefício definido. Até dezembro de 2000, o Plano, na razão de 2/3, foi custeado pelo patrocinador (Banco do Brasil), e 1/3, pelos participantes (aposentados e pensionistas). A adesão de novos participantes foi encerrada em 23/12/1997.

A partir de janeiro de 2001, visando a adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 20, o patrocinador e os participantes implementaram a contribuição paritária (50%). Em vista disso, a participação do Banco no *superavit* é de 50% do valor presente dos ativos e obrigações atuariais do Plano.

No período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, em função do *superavit* do plano, a cobrança de contribuições foi suspensa. Nessa ocasião, o Banco firmou Memorando de Entendimentos com a Previ, visando a destinação e utilização parcial do *superavit*, após atendidos os requisitos estabelecidos nas legislações (Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CGPC nº 26/2008). Em face da aprovação das medidas previstas no memorando houve a destinação parcial do *superavit* acordado em 2010, reconhecido como Fundo de Destinação e posteriormente segregado em fundos de Contribuição e Utilização. Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2013, as contribuições foram cobertas pelo Fundo de Contribuição.

Em janeiro de 2014, com a diminuição do *superavit* acumulado, a Previ comunicou a retomada da cobrança das contribuições. As contribuições do BB para o Plano, a partir de então, passaram a ser feitas pelo Fundo de Utilização.

No período de julho de 2014 a setembro de 2015, houve aumento das obrigações atuariais devido à redução da taxa de inflação e conseqüentemente, da taxa de juros de desconto aplicável para mensurar o valor presente destas obrigações, contribuindo para que o ativo atuarial convertesse para passivo atuarial, em dezembro de 2015.

Em dezembro de 2015 a valorização dos ativos de renda variável do Plano foi maior que o crescimento das obrigações atuariais.

Em dezembro de 2017, na mensuração semestral, houve *superavit* em função da valorização dos ativos em 11,9%, frente ao aumento das obrigações atuariais de 2,3%.

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do *superavit/deficit* para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente. O reconhecimento é feito na razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetadas, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Participantes

Os funcionários que possuíam a condição de associado da Previ em 24/12/1997 e aqueles que foram demitidos ou desligados anteriormente, mas optaram por permanecer no plano, são participantes do Plano. Os participantes estão divididos em três grupos:

- I. Contrato 97: apenas os funcionários ativos admitidos até 14/04/1967. Foram abrangidos por contrato assinado em 24/12/1997 entre o Banco do Brasil e a Previ, no qual foi firmado o compromisso do pagamento, pelo patrocinador, das aposentadorias relativas ao período em que

não houve a formação de reserva matemática. A partir de abril/1967, as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios desse grupo passaram a ser integralizadas ao Plano 1;

- II. Admitidos entre 15/04/1967 e 23/12/1997; e
- III. Grupo Especial: participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais.

Análise

Os ativos do Plano são mensurados a valor justo com referência ao valor de mercado ou fluxo de caixa descontado, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

As obrigações atuariais correspondem ao valor presente líquido dos benefícios devidos aos participantes. Levam-se em consideração a estatística de sobrevivência prevista na tábua atuarial AT 2000 (suavizada 10%) e a taxa nominal de desconto, apurada pela curva futura da taxa de juros praticada nas negociações com títulos públicos indexados à inflação. A taxa utilizada pelo Banco é diferente da taxa da Previ, que considera as premissas estabelecidas pela resolução CGPC nº 18/2006.

Tabela 129. Composição dos Ativos

%	Dez/17	Set/18	Dez/18
Renda Variável	47,3	45,3	49,6
Renda Fixa	42,7	44,2	41,3
Investimentos Imobiliários	5,9	6,3	5,5
Empréstimos e Financiamentos	3,4	3,5	3,0
Outros	0,6	0,7	0,6
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	7,4	6,1	5,7
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,1	0,1	0,1

Tabela 130. Principais Premissas Atuariais

%	2017	1S18	2018
Taxa Real de Desconto (a.a.)	5,3	5,8	4,8
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	10,7	12,2	9,5

O ativo (passivo) atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva ou negativa entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração semestral do resultado do Plano 1, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente a variação projetada para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo/passivo atuarial.

As contribuições do item "f" (contribuição de fundos) da tabela a seguir são provenientes dos Fundos de Destinação do *Superavit*, cuja movimentação está detalhada na seção 10.1.2.

Tabela 131. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	164.025	164.025	165.163	165.163	179.197
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(155.259)	(155.259)	(151.444)	(151.444)	(172.029)
(c) Superavit/(Deficit) BB = [(a) + (b)] x 50%	4.383	4.383	6.859	6.859	3.584
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	(2.582)	4.383	4.592	6.859	7.151
(e) Resultado Financeiro Antecipado	(118)	63	63	159	159
(f) Contribuição de Fundos	206	147	184	132	428
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	6.876	-	2.020	-	(4.154)
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial = (d) + (e) + (f) + (g)	4.383	4.592	6.859	7.151	3.584

10.1.2. Fundos de Destinação do *Superavit* Previ (Plano 1)

O Banco do Brasil reconheceu em seu ativo, valores relativos:

- I. à Paridade contributiva entre patrocinador e participantes, contabilizada em maio de 2006, com base no saldo de reservas remanescentes, com montante inicial de R\$ 2,2 bilhões;
- II. ao Fundo de Destinação: constituído após acordo de destinação de *superavit* Previ em 2010, e visava suprir os Fundos de Contribuição e Utilização. O saldo do fundo foi esgotado e o processo de transferência foi finalizado em 2013.

III. ao Fundo de Contribuição: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de 2010 a 2013 e foi integralmente utilizado; e

IV. ao Fundo de Utilização: constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e utilizado pelo Banco após 1T14, para fazer frente aos aportes periódicos.

Fundo Paridade

O fundo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar os compromissos assumidos no Contrato 97.

Tabela 132. Previ (Plano 1) - Fundo Paridade

R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Saldo Inicial	132	103	92	41	42
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(32)	(13)	(52)	-	(252)
Atualização	3	2	2	1	1
Saldo Final	103	92	41	42	(210)

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído no 2T11 pela transferência de recursos do Fundo de Destinação. Esse fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a contabilização na Previ da distribuição do superavit. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC nº 26/2008).

A partir do 1T14, com a retomada dos aportes periódicos, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas por meio desse fundo.

Tabela 133. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização

R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Saldo Inicial	9.481	9.499	9.528	9.710	9.750
Atualização	193	162	315	172	147
Contribuições ao Plano 1	(175)	(134)	(133)	(132)	(176)
Saldo Final	9.499	9.528	9.710	9.750	9.721

10.1.3. Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Os participantes do Plano de Associados são subdivididos em:

- I. Associados: funcionários ativos, ex-funcionários (autopatrocinados), aposentados e pensionistas do BB;
- II. Dependentes: cônjuge, companheiro, filhos e enteados que não tenham completado 24 anos de idade; e
- III. Dependentes Indiretos: dependentes com vinculação direta ao associado, em qualquer grau de parentesco, admitidos até a reforma estatutária de 1996.

Em 1995, devido aos sucessivos descasamentos entre receitas e despesas, ocorreu rateio entre o patrocinador e os associados para cobrir o deficit operacional. Em 1996, a Cassi e o Banco reformularam o Estatuto Social para garantir o equilíbrio financeiro do plano. Entre as principais alterações, destacam-se a restrição ao acesso de novos dependentes indiretos e o aumento nas contribuições dos participantes e do patrocinador.

Em 2007, o Banco firmou um novo acordo com a Cassi para alteração do seu estatuto, vigente até os dias atuais. As principais modificações foram:

- I. contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos;
- II. contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão;

- III. realização de aporte de R\$ 315 milhões pelo BB na Cassi para investimentos no aprimoramento do modelo de atuação relativo aos serviços próprios; e
- IV. assunção, pelo Banco, do *deficit* dos Dependentes Indiretos até a extinção desse grupo.

As medidas de 2007 foram complementadas em 2016, quando o Banco do Brasil e as entidades representativas assinaram Memorando de Entendimentos. Este resultou em proposta que foi aprovada pelos associados e garantirá R\$ 40 milhões mensais a mais para o Plano, da seguinte forma:

- I. ressarcimento extraordinário de despesas, pelo Banco, de até R\$ 23 milhões mensais em favor da Cassi, até dezembro de 2019;
- II. contribuição mensal extraordinária adicional de 1% dos participantes, até dezembro de 2019, sobre a mesma base de cálculo da contribuição pessoal, no valor estimado de R\$ 17 milhões mensais; e
- III. contratação de empresa especializada para analisar, revisar e desenvolver processos, projetos e ações com foco no modelo de governança, gestão e operação da Cassi.

Em 2018 houve uma transação de adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a parcela do 13º salário no período de 2018 a 2021, no valor total de R\$ 323 milhões. Essa medida foi adotada a fim de recompor as reservas líquidas da Cassi, sendo que o valor adiantado será descontado das obrigações futuras do BB com o Plano de Associados da Cassi.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Tabela 134. Efeitos da Contabilização da Cassi – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	323	323	242
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(8.724)	(8.724)	(8.413)	(8.413)	(9.395)
(c) Deficit BB = [(a) + (b)]	(8.724)	(8.724)	(8.090)	(8.090)	(9.152)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(8.323)	(8.724)	(8.816)	(8.413)	(8.521)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(247)	(256)	(256)	(277)	(277)
(f) Contribuição BB	170	165	171	169	226
(g) Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido	(325)	-	488	-	(334)
(h) Saldo do Passivo Atuarial = [(d) + (e) + (f) + (g)]	(8.724)	(8.816)	(8.413)	(8.521)	(8.906)

10.1.4. Planos de Benefícios - Efeitos no Patrimônio Líquido

A tabela a seguir detalha os efeitos da contabilização dos ativos e passivos atuariais do Banco reconhecidos no Patrimônio Líquido (PL) do BB conforme Deliberação CVM nº 695/2012.

Os efeitos no PL ocorrem semestralmente, tendo em vista a realização dos estudos atuariais.

Tabela 135. Efeito no Patrimônio Líquido – Deliberação CVM nº 695/2012

R\$ milhões	Dez/15	Jun/16	Dez/16	Jun/17	Dez/17	Jun/18	Dez/18
Ajuste Semestral no Patrimônio Líquido (a)	(4.602)	(4.857)	2.233	(813)	5.903	2.802	(5.540)
Plano 1 - Previ	(4.872)	(3.482)	2.797	(433)	6.876	2.020	(4.154)
Cassi	178	(1.062)	(236)	(175)	(325)	488	(823)
Outros Planos	91	(312)	(329)	(205)	(648)	294	(563)
Efeitos Fiscais (b)	1.829	1.943	(892)	325	(2.367)	(1.122)	2.217
Plano 1 - Previ	1.938	1.393	(1.119)	173	(2.750)	(808)	1.662
Cassi	(71)	425	94	70	130	(195)	329
Outros Planos	(38)	125	133	82	253	(119)	226
Efeito no Patrimônio Líquido (a + b)	(2.773)	(2.914)	1.341	(488)	3.536	1.680	(3.323)
Plano 1 - Previ	(2.934)	(2.089)	1.678	(260)	4.126	1.212	(2.492)
Cassi	107	(637)	(141)	(105)	(195)	293	(494)
Outros Planos	54	(187)	(196)	(123)	(395)	175	(337)
Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido	(13.918)	(16.832)	(15.492)	(15.979)	(12.443)	(10.763)	(14.086)

10.2. Atendimento a Clientes

10.2.1. Rede de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o 4T18 com 65,7 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, fazendo-se presente em 99,6% dos municípios brasileiros.

O BB possui parcerias para o compartilhamento de terminais de autoatendimento e utilização da rede de lotéricas, nos quais é possível realizar saques, depósitos, pagamentos, entre outros serviços. Essas parcerias consolidam a presença nacional da rede do Banco do Brasil.

Na próxima tabela apresentamos a composição da rede física de atendimento BB.

Tabela 136. Rede de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18
Rede Própria	14.901	14.293	13.823	(7,2)	(3,3)
Agências	4.770	4.765	4.722	(1,0)	(0,9)
Postos de Atendimento	2.033	1.991	1.873	(7,9)	(5,9)
Postos de Atendimento Eletrônico	8.098	7.537	7.228	(10,7)	(4,1)
Rede MaisBB	13.774	13.321	13.552	(1,6)	1,7
Correspondentes no País	7.700	7.314	7.635	(0,8)	4,4
Banco Postal	6.074	6.007	5.917	(2,6)	(1,5)
Rede Compartilhada	35.827	38.046	38.327	7,0	0,7
Lotéricas	13.024	13.045	13.031	0,1	(0,1)
Banco 24h	19.951	22.195	22.699	13,8	2,3
TAA: Bancos Parceiros	2.852	2.806	2.597	(8,9)	(7,4)
Total	64.502	65.660	65.702	1,9	0,1

A tabela a seguir apresenta a rede de agências e escritórios do BB distribuídos por segmento de clientes, que oferecem soluções aos clientes de acordo com os produtos e serviços específicos.

Tabela 137. Unidades de Atendimento

	Posição			Var. (%)	
	Dez/17	Set/18	Dez/18	Dez/17	Set/18
Agências Tradicionais	4.228	4.147	4.101	(3,0)	(1,1)
Agências Digitais e Especializadas	542	618	621	14,6	0,5
Agências Estilo	249	249	249	-	-
Agências Empresa	122	167	171	40,2	2,4
Agências Governo	30	30	30	-	-
Private Banking	9	11	11	22,2	-
Escritórios Exclusivo	85	138	139	63,5	0,7
Escritórios Estilo	11	19	19	72,7	-
Escritório MPE	36	4	2	-	(50,0)
Total	4.770	4.765	4.722	(1,0)	(0,9)

Tabela 138. Rede de Agências por Região

	BB	SFN	Part. %
Sudeste	2.015	11.247	17,9
Nordeste	1.014	3.483	29,1
Sul	934	3.988	23,4
Centro-Oeste	459	1.760	26,1
Norte	300	1.123	26,7
Total	4.722	21.601	21,9

10.2.2. Canais Automatizados

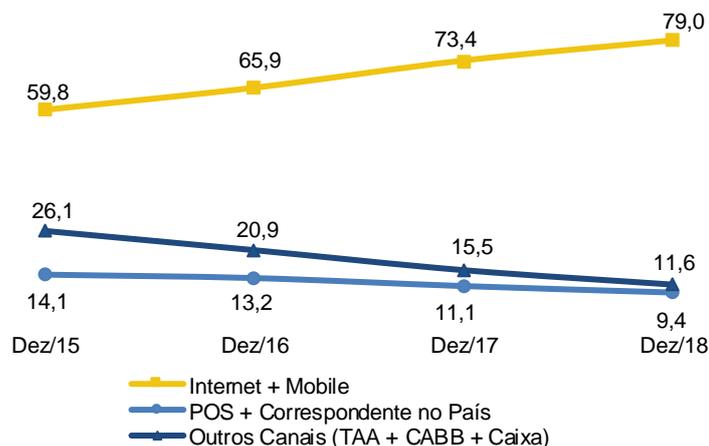
Os canais de atendimento automatizados do Banco do Brasil disponibilizam uma ampla gama de serviços e produtos aos clientes, além de contribuir no controle de custos de atendimento.

Mobile e Internet Banking

O BB *mobile* e *internet banking* buscam tornar a experiência bancária dos clientes cada vez mais simples, rápida, segura e conveniente, com a disponibilização de um amplo portfólio de produtos e serviços, de forma a atendê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar em que eles estiverem.

A próxima figura apresenta a evolução do percentual das transações realizadas por canal de atendimento. Destaque para os canais *internet* e *mobile* que representam 79,0% das transações realizadas pelos clientes do Banco do Brasil.

Figura 53. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – (%)



Os próximos dois gráficos apresentam a evolução da quantidade de usuários cadastrados e das transações realizadas pelos canais *mobile banking* e *internet banking*, respectivamente. Em 12 meses, observa-se crescimento de 5 milhões de clientes utilizando *internet* e *mobile banking*, resultado do aprofundamento da estratégia digital do BB.

Figura 54. Quantidade de Usuários (milhões) – *Internet* e *Mobile*

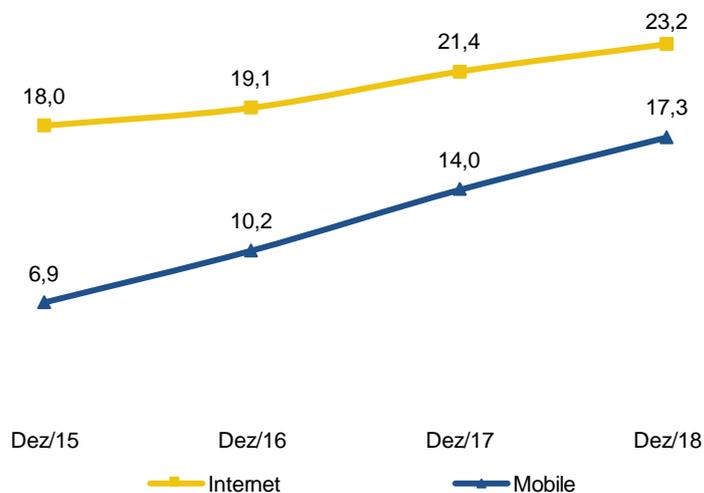
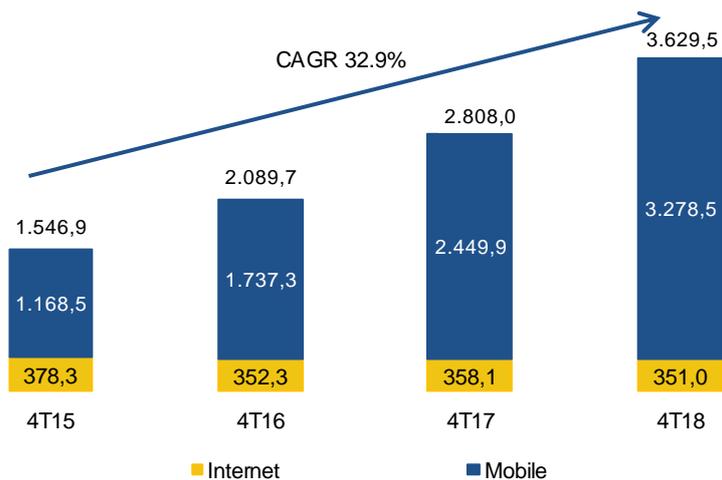


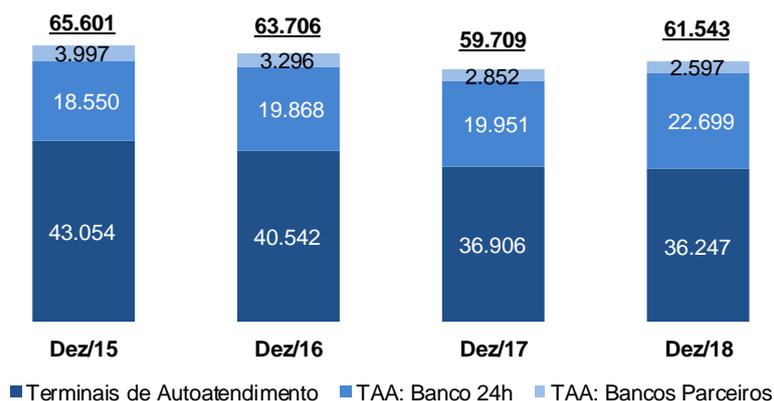
Figura 55. Quantidade de Transações (milhões) – *Internet e Mobile*



Terminais de Autoatendimento

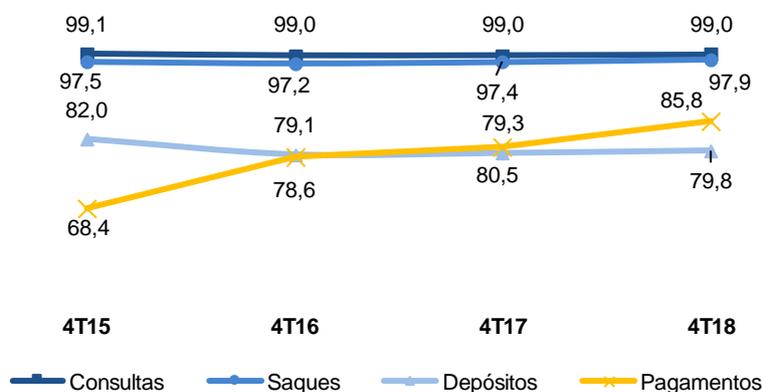
O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco 24h.

Figura 56. Terminais de Autoatendimento



No próximo gráfico é possível observar que os TAAs, em comparação com os caixas das agências e dos postos de atendimento, respondem pela maioria das transações bancárias básicas, tais como consultas diversas, saques, depósitos e pagamentos de títulos e convênios.

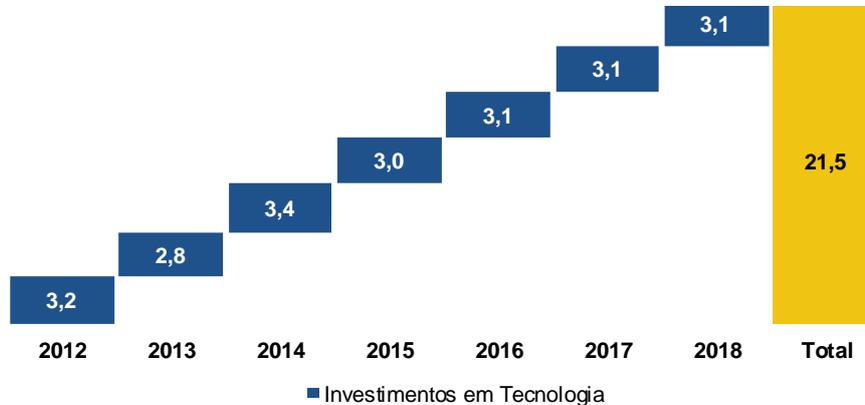
Figura 57. Transações – TAAs vs Caixa – (% média)



10.2.3. Investimentos em Tecnologia

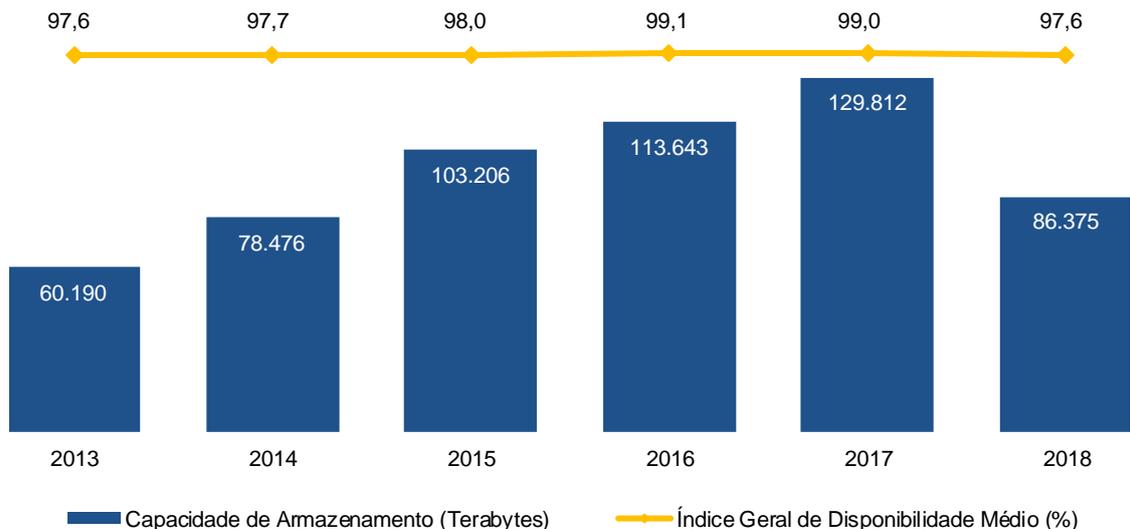
O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2012 a 2018 foi investido o montante de R\$ 21,5 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a série anual do total investido.

Figura 58. Investimentos em Tecnologia (R\$ bilhões)



Um importante resultado dos investimentos em tecnologia está relacionado ao significativo aumento da capacidade de armazenamento de dados e no índice de disponibilidade, conforme demonstrado na próxima figura.

Figura 59. Capacidade de Armazenamento e Índice Geral de Disponibilidade



Em janeiro de 2018 a metodologia de cálculo foi alterada em função da evolução tecnológica dos cartuchos, não impactando a capacidade da tecnologia da informação. Desse modo, não mais está sendo considerada a taxa de compressão "2:1" e sim a quantidade real que foi gravada em cada uma das fitas.

10.3. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.

A rede externa do Banco é composta por 26 dependências localizadas em 17 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. Ao final do 4T18, havia 875 bancos atuando como correspondentes do BB em 107 países.

Tabela 139. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Unidades de Serviços Compartilhados
Assunção - Paraguai	Hamamatsu - Japão	BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
Frankfurt - Alemanha	Nagoia - Japão	BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
Grand Cayman - Ilhas Cayman		
Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Subsidiárias e Sucursais	Securities
Londres - Inglaterra	BB Americas / Miami - Estados Unidos	Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
Miami - Estados Unidos	Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina	BB Securities Ltd - Inglaterra
Nova Iorque - Estados Unidos	BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria ¹	BB Securities Asia Pte Ltd - Cingapura
Santiago - Chile		
Tóquio - Japão		
Xangai - China		

1 - A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão e Lisboa.

Tabela 140. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais

R\$ milhões	Dez/17	Set/18	Dez/18	Var. (%) s/	
				Dez/17	Set/18
ATIVO	155.276	181.174	173.887	12,0	(4,0)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23.719	28.947	27.069	14,1	(6,5)
Títulos e Valores Mobiliários	14.512	17.303	17.088	17,8	(1,2)
Títulos Disponíveis para Negociação	3.151	2.380	3.206	1,7	34,7
Títulos Disponíveis para Venda	11.076	12.275	11.327	2,3	(7,7)
Títulos Mantidos até o Vencimento	285	2.648	2.555	-	(3,5)
Operações de Crédito	36.704	36.691	36.428	(0,8)	(0,7)
Setor Público	310	323	295	(4,8)	(8,7)
Setor Privado	36.394	36.368	36.133	(0,7)	(0,6)
Outros Ativos	2.712	4.741	4.893	80,4	3,2
Grupo BB	77.629	93.492	88.409	13,9	(5,4)
PASSIVO	155.276	181.174	173.887	12,0	(4,0)
Depósitos	46.959	58.756	59.460	26,6	1,2
Depósitos à Vista	9.071	8.614	9.225	1,7	7,1
Depósitos a Prazo	20.502	27.743	27.431	33,8	(1,1)
Depósitos Interfinanceiros	17.386	22.399	22.804	31,2	1,8
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	24.005	24.012	23.080	(3,9)	(3,9)
Obrigações por Empréstimos	18.870	23.297	19.259	2,1	(17,3)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	33.414	37.989	36.414	9,0	(4,1)
Demais Passivos	6.841	5.203	5.240	(23,4)	0,7
Grupo BB	12.994	18.650	16.845	29,6	(9,7)
Patrimônio Líquido	12.193	13.267	13.589	11,4	2,4
Controlador	11.351	12.946	13.215	16,4	2,1
Participações Minoritárias ¹	842	321	374	(55,6)	16,5

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 141. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado

R\$ milhões	4T17	3T18	4T18	Var. (%) s/	
				4T17	3T18
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	(328)	433	383	-	(11,5)
Participações Minoritárias ¹	87	54	40	(54,0)	(25,9)
Lucro Líquido	(241)	487	423	-	(13,0)

1 - Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

10.3.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem 100% dos saldos, contas patrimoniais e de resultado do Banco Patagonia (www.bancopatagonia.com/relacoescominvestidores).

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 06/09/2018, o BB passou a ser titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais, classe B, do Banco Patagonia, passando a reconhecer 80,3894% do resultado gerado pelo Banco Argentino, após exercício de opção de venda por parte de três acionistas minoritários.

Tabela 142. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais

R\$ milhões	Dez/17	Set/18	Dez/18	Var. (%) s/	
				Dez/17	Set/18
Ativos	17.492	13.477	15.923	(9,0)	18,1
Operações de Crédito	11.185	7.907	8.787	(21,4)	11,1
Depósitos	12.185	9.858	11.262	(7,6)	14,2
Patrimônio Líquido	2.053	1.314	1.574	(23,3)	19,8

Tabela 143. Banco Patagonia – Captações

R\$ milhões	Dez/17	Set/18	Dez/18	Var. (%) s/	
				Dez/17	Set/18
Pessoa Física	1.944	1.188	1.446	(25,6)	21,7
Pessoa Jurídica	1.631	1.154	1.366	(16,3)	18,4
Interbancário	133	134	244	83,1	82,7
Emissões	114	54	42	(63,0)	(22,1)
Compromissadas	55	23	19	(64,8)	(16,4)
Total	3.878	2.553	3.118	(19,6)	22,1

Tabela 144. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. (%) s/	
	4T17	3T18	4T18	4T17	3T18
Resultado da Intermediação Financeira	562	478	535	(4,8)	11,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27)	(45)	(51)	91,3	14,2
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	535	434	484	(9,6)	11,5
Rendas de Tarifas	209	226	230	10,2	1,8
Despesas Administrativas	(296)	(253)	(234)	(21,0)	(7,3)
Outros	(139)	(145)	(112)	(19,5)	(22,7)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	309	262	368	19,2	40,2
Imposto de Renda e Contribuição Social	(96)	(104)	(154)	59,5	47,6
Lucro Líquido	212	158	214	0,9	35,3

Figura 60. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões

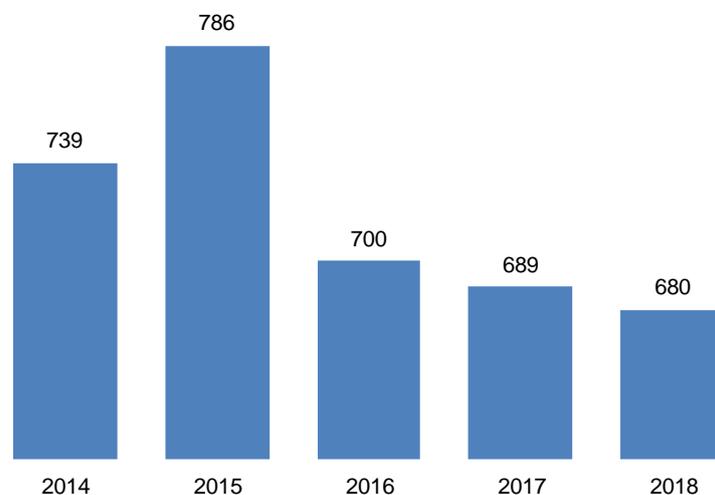


Tabela 145. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito

%	4T17	3T18	4T18
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	36,2	36,0	38,2
Índice de Basileia ¹	12,8	11,4	12,7
Índice de Cobertura (+90 dias)	221,7	199,0	214,5
Inad+90	1,4	1,9	2,0

1 - Série ajustada considerando as regras estabelecidas pela Resolução nº 5.369 do Banco Central da República Argentina.

Tabela 146. Banco Patagonia – Destaques Operacionais e Estruturais

	Dez/17	Set/18	Dez/18	Var. (%) s/	
				Dez/17	Set/18
Clientes (mil)	1.192	1.228	1.248	4,7	1,6
Agências	182	183	186	2,2	1,6
Agências em Buenos Aires	94	95	94	-	(1,1)
Pontos de Atendimento	205	206	209	2,0	1,5
Funcionários	3.365	3.427	3.407	1,2	(0,6)

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada interna, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondente no País: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Despesa de PCLD – Risco de Crédito: despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res.2.682/99.

Despesa de PCLD Líquida: despesas com PCLD, conforme a Res.2.682/99, líquidas de receita com recuperação de crédito.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Inad +90: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso até 90 dias e o saldo da carteira.

Inad +60: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso até 60 dias e o saldo da carteira.

Inad +15: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso até 15 dias e o saldo da carteira.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice, mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): É calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: É calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade. É definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem Líquida de Juros: receita líquida de juros dividida pelo saldo médio dos ativos rentáveis.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

MSD: Média de Saldos Diários

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composto pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização composta.

RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de resultado. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzido das participações minoritárias. Os valores são anualizados por capitalização composta.

RSPL Acionista: mede o retorno para o acionista do BB. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias e o instrumento elegível ao capital principal, que não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros. Os valores são anualizados por capitalização composta.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privado: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Gerente Geral de Relações com Investidores

Daniel Alves Maria

Gerente Executivo

Rodrigo Felipe Afonso

Gerentes

Debora Stefani

Heverton Masaru Ono

Janaína Storti Prandina

Joaquim Camilo de Castro

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabíola Lopes Ribeiro

Fabício da Costa Santin

Felipe de Mello Pimentel

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Filipe Cardoso Duda

Gabriel Mirabile Pinheiro

Gustavo Correia de Brito

Ítala Tonon

Jefferson Guarnieri Aquino

Laura Daianna Fernandes Cunha

Luiz Fernando de Almeida

Marcelo Oliveira Alexandre

Marco Antonio Datolo Fernandes

Maria Angélica de Paiva Rezende

Regina Knysak

Vilmar Francisco Thewes

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane de Sousa

Willian Barbosa Pontes Junior



Banco do Brasil S.A.

**Relatório de asseguarção limitada
dos auditores independentes
sobre as informações contábeis
suplementares incluídas no
Relatório de Análise do
Desempenho**
31 de dezembro de 2018



KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
- ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone: +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco") para a elaboração de um relatório sobre as informações contábeis suplementares do Banco do Brasil S.A. para o trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, na forma de uma conclusão de asseguração limitada se, com base no nosso trabalho realizado, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo "Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares".

Responsabilidades da Administração do Banco

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho, de acordo com os critérios para elaboração das informações contábeis suplementares descritos abaixo, e pelas demais informações contidas no referido relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.



Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho elaboradas pelo Banco e, com base nessa revisão, emitir uma conclusão na forma de asseguração limitada. Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000). Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, que inclui requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares”.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre as áreas onde distorções materialmente relevantes poderiam existir.

Procedimentos realizados em um trabalho de asseguração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtida em um trabalho de asseguração limitada é significativamente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado. Consequentemente não expressamos opinião de auditoria ou asseguração razoável sobre as informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Nossa conclusão não contempla aspectos relacionados com as informações prospectivas contidas no Relatório de Análise do Desempenho, nem fornece qualquer garantia se as premissas utilizadas pela Administração proporcionam uma base razoável para as projeções apresentadas. Portanto, nosso relatório não proporciona qualquer tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como, por exemplo, metas, expectativas e planos futuros) e informações descritivas que são sujeitas à avaliação subjetiva.

Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares

As informações contábeis suplementares divulgadas no Relatório de Análise do Desempenho correspondentes ao trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, foram elaboradas pela Administração do Banco com base nas informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas relativas à data-base de 31 de dezembro de 2018 e nos critérios descritos no Relatório de Análise do Desempenho, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazer parte das informações contábeis contidas nas demonstrações contábeis consolidadas divulgadas nesta data.



Conclusão

Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Baseado nos procedimentos realizados de asseguração limitada, conforme resumido acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, incluídas no Relatório de Análise do Desempenho, não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações contábeis suplementares”.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Demonstrações Contábeis

Exercício 2018



BANCO DO BRASIL

Índice	1
Relatório da Administração.....	3
Demonstrações Contábeis Consolidadas	32
BALANÇO PATRIMONIAL.....	32
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	36
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	38
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	39
<hr/> Notas Explicativas.....	40
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	40
2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	41
3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	41
4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	45
5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	52
6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56
7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	56
8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	57
9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	65
10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	66
11 - CARTEIRA DE CÂMBIO.....	72
12 - OUTROS CRÉDITOS	73
13 - OUTROS VALORES E BENS	74
14 - INVESTIMENTOS.....	75
15 - IMOBILIZADO DE USO	81
16 - INTANGÍVEL.....	82
17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	83
18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS	86
19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	87
20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	88
21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	93

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	95
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96
24 - TRIBUTOS	104
25 - PARTES RELACIONADAS	107
26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	111
27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.....	121
28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL.....	124
29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	134
30 - OUTRAS INFORMAÇÕES	134
31 - EVENTOS SUBSEQUENTES	137
<hr/>	
Relatório dos Auditores Independentes	138
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	147
Manifestação do Conselho de Administração.....	150
Parecer do Conselho Fiscal	151
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras.....	152
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	153
Membros da Administração	154

Senhoras e Senhores Acionistas

Agradecendo a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos clientes e da sociedade, informamos que encerramos o ano de 2018 com lucro líquido de R\$ 12.862 milhões, aumento de R\$ 1.851 milhão, ou 16,8% se comparado a 2017.

O retorno sobre patrimônio líquido (RSPL) evoluiu para 13,2%, frente a 12,3% em 2017. Parte desse resultado foi alcançado pelo rígido controle de despesas administrativas, que caíram 3,91% no ano, mesmo com a inflação (IPCA) de 3,75% e pela redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em R\$ 4.971 milhões (19,3% frente a 2017).

Nossas receitas com prestações de serviços e tarifas bancárias cresceram 5,68% em relação a 2017, o que demonstra o sucesso da evolução da nossa estratégia de relacionamento e assessoria especializada junto a clientes, principalmente com a utilização de novas tecnologias. A materialização desse resultado está em nosso índice de eficiência ajustado, que alcançou 38,5% e na melhoria dos nossos índices de capital, que atingiu 18,86% em dezembro de 2018, sendo 10,00% de capital principal.

Elegemos 2018 como o ano do “Relacionamento” e acreditamos que a transformação e a complexidade do ambiente de negócios irão se intensificar nos próximos anos. Por isso, o foco na melhoria da experiência dos consumidores e o investimento em inovação continuarão a ser os orientadores da nossa atuação.

Alcançamos, ao final de 2018, o número de 2,7 milhões de clientes nativos digitais, ou seja, aqueles que iniciaram o relacionamento conosco por meio digital, desde novembro de 2016. Esse resultado é fruto de nossos produtos e serviços e do avanço em nossas soluções digitais.

Estrutura

O Relatório da Administração está estruturado da seguinte forma:

A Estratégia Corporativa e nossos modelos de relacionamento serão abordados no capítulo 1. No Capítulo 2 será apresentada nossa estrutura de governança corporativa, bem como aprimoramento e destaques nesse tema ao longo de 2018. No capítulo 3 discutiremos o cenário econômico no Brasil e no mundo. Indicadores de mercado e destaques no atendimento aos nossos acionistas serão abordados no capítulo 4.

O capítulo 5 aborda os destaques e inovações no relacionamento e na melhoria da experiência dos nossos clientes. O capítulo 6 destaca a estrutura e realizações em gestão de pessoas e o capítulo 7 aborda o desempenho financeiro do ano. No capítulo 8 analisamos a evolução do modelo de atendimento, tanto presencial quanto digital.

A gestão de capital é abordada no capítulo 9 e no capítulo 10 destacamos outros negócios do conglomerado. O capítulo 11 discorre sobre os negócios sociais e desenvolvimento sustentável dos negócios e no capítulo 12 abordamos os temas de gestão de riscos, controle e segurança, com destaque para a estrutura de controles internos.

Para mais informações sobre o desempenho dos negócios, sugerimos a leitura do relatório Análise do Desempenho no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

1. Estratégia Corporativa

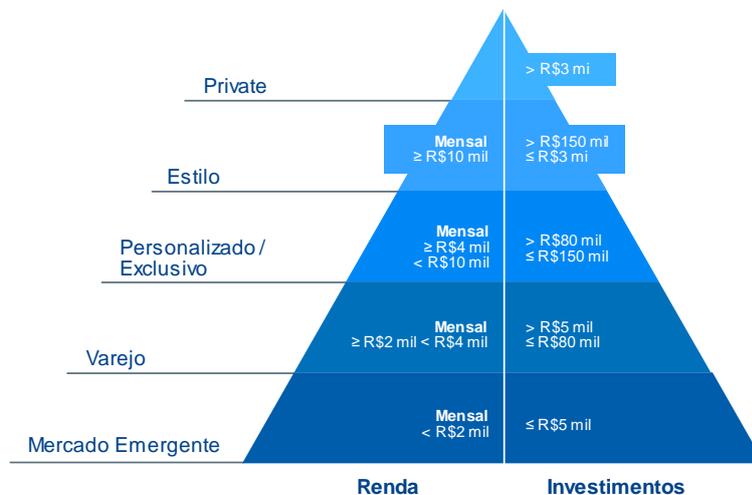
A economia mais conectada e competitiva influencia significativamente a indústria financeira e promove mudanças no comportamento de consumo. À medida que a complexidade do ambiente de negócios aumenta, maior é a necessidade de as organizações desenvolverem cultura de inovação que oriente o planejamento estratégico. Por conta do dinamismo do cenário e das necessidades de nossos clientes, mantivemos nossa Estratégia Corporativa atualizada e aderente aos desafios presentes em nosso ambiente de atuação.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas nos guiam nessa direção:

- Financeira: priorizamos a elevação da rentabilidade, o crescimento e a diversificação das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a sustentabilidade do capital e a redução das perdas operacionais.
- Clientes: temos por objetivo proporcionar experiências de valor e uma jornada que atenda às expectativas do cliente em todos os canais de relacionamento priorizando ações que favoreçam o aumento da satisfação, a retenção e a atração de clientes.
- Processos: mantivemos o foco na Transformação Digital e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, buscando torná-los mais simples, ágeis, inovadores, integrados e orientados à máxima eficiência e satisfação dos consumidores de nossos produtos e serviços.
- Pessoas: dedicamos foco ao desenvolvimento das competências estratégicas necessárias para fazer frente aos desafios que se apresentam para os próximos anos, notadamente: empreendedorismo, relacionamento com clientes, inovação, negócios digitais, liderança e eficiência. Além disso, continuaremos pautados pela meritocracia nos programas sucessórios, pelo reconhecimento de talentos e pela valorização da diversidade.
- Sustentabilidade: complementa e perpassa as demais perspectivas. Temos foco em aprimorar nosso desempenho sustentável, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo pressupõe ir além das questões financeiras e dos riscos tradicionais.

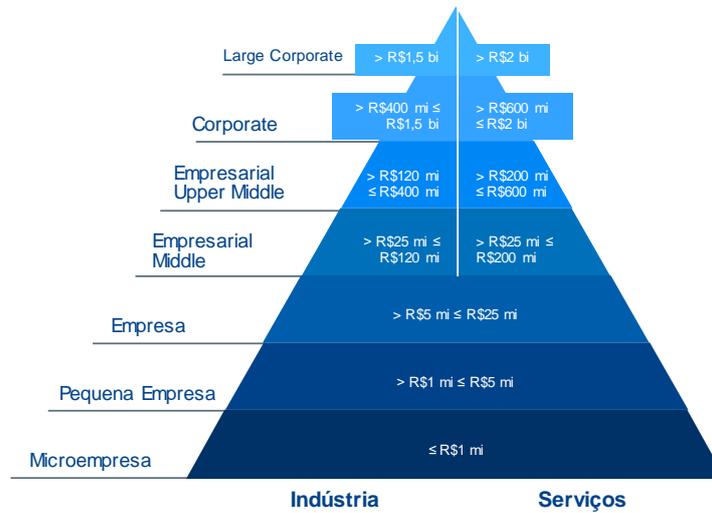
Os modelos de relacionamento e a segmentação de nossos clientes buscam aumentar a especialização no atendimento e, principalmente, manter uma proposta de valor adequada a cada perfil e necessidade dos clientes.

Figura 1. Segmentação Pessoa Física¹



1 – Não se aplica ao Produtor Rural

Figura 2. Segmentação Pessoa Jurídica¹



1 – Faturamento Bruto Anual

Figura 3. Segmentação Setor Público



A seguir, alguns reconhecimentos e eventos que foram destaques no ano:

1. Janeiro:

Durante o Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, na Suíça, figuramos entre os 100 maiores líderes mundiais em sustentabilidade corporativa, segundo o *ranking* Global 100, da *Corporate Knights*. Ocupamos a 49ª colocação e somos o banco brasileiro com melhor posicionamento nesse ano, sendo esta a terceira vez que participamos do índice, resultado que representa um reconhecimento de importância internacional em se tratando de sustentabilidade empresarial corporativa.

Fomos eleitos como o segundo banco mais transparente do Brasil. O levantamento inédito, realizado pela Transparência Internacional, nos colocou na 13ª colocação no *ranking* geral, que contabilizou, além dos bancos, as 100 maiores empresas brasileiras em receita líquida. Nos destacamos pelo bom desempenho no quesito transparência em programas anticorrupção e transparência organizacional, com 92% e 75% de aprovação, respectivamente.

2. Fevereiro:

Fomos certificados como empresa *Top Employer* e somos o único banco brasileiro a receber o reconhecimento em 2018. A certificação é dada pela fundação de pesquisa independente holandesa, *Top Employers Institute*. O prêmio reconhece empregadores de todo o mundo, destacando os que desenvolvem talentos em todos os níveis da organização e que se esforçam para otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Participamos, com a Febraban, da assinatura de convênio de cooperação técnica com a Polícia Federal para o combate a fraudes bancárias. Observadas as questões que regem o sigilo bancário, esse acordo permitirá o compartilhamento de informações e a troca de tecnologias para o combate a crimes eletrônicos.

Nosso diretor de tecnologia, Gustavo Fosse, foi reconhecido como executivo do ano pela IT Mídia com o case sobre transformação digital no Banco do Brasil.

3. Março:

Durante o 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros em Foz de Iguaçu, conquistamos dois prêmios pela gestão do portal Licitações-e. A solução foi reconhecida como o portal que oferece a “melhor interação com o fornecedor” e, também, o portal com “maior número de pregões realizados e concluídos dentro do ano de 2017”. Naquele ano, foram 37 mil processos licitatórios realizados e 240 mil lotes disputados em pregões eletrônicos.

Na premiação 100+Inovadoras no uso de TI – IT Mídia – figuramos na 23ª colocação entre as empresas mais inovadoras de todos os segmentos.

4. Abril:

Lançamos, conjuntamente com diversas entidades e instituições financeiras, o acordo relativo à diferença de correção monetária de planos econômicos em caderneta de poupança. O acordo chega como uma alternativa mais rápida para quem entrou com ações judiciais.

5. Maio:

Ganhamos o Prêmio Tela Viva Móvel 2018. Os troféus vieram tanto na votação popular quanto na escolha do júri pelo desempenho do nosso *chatbot*, assistente virtual baseado em computação cognitiva e inteligência artificial.

Lançamos a Veloe, uma solução de mobilidade para pagamento automático em pedágios, estacionamentos e postos de gasolina. O novo serviço foi lançado pela Alelo seguindo a estratégia da marca de diversificação em meios eletrônicos de pagamento e buscando valorizar a experiência do cliente. O serviço é totalmente digital, baseado em uma conta virtual gerenciada por meio de aplicativo no celular.

Fomos convidados a integrar um Acordo de Cooperação com a Interpol que prevê a permanência de um funcionário no Centro de Inovação daquela Polícia Internacional em Singapura, para combate a crimes cibernéticos. Somos a primeira instituição financeira das américas a assinar esse tipo de convênio.

Comunicamos ao mercado, no dia 30, que o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), cujo único cotista é o Fundo Soberano do Brasil (FSB) e cuja gestão é feita pela nossa subsidiária integral BB DTVM, concluiu, em 29.05.2018, o processo de alienação de nossas ações detidas pelo FFIE. Este movimento resultou que em dezembro/2018 o acionista controlador detinha 52,2% de participação.

6. Junho:

Fomos eleitos o banco que melhor se relaciona com seus clientes no *Facebook* e no *Twitter*. O reconhecimento é da *Socialbakers*, por meio do *ranking Socially Devoted*. O resultado é referente ao primeiro trimestre de 2018 e reflete o nosso trabalho realizado nas redes sociais.

Anunciamos parceria com a *Startup Farm*, a melhor e mais experiente aceleradora de startups da América Latina. O contrato prevê iniciativas como programas de aceleração, workshops, palestras e trabalho de mentoria tanto do *staff* da *Startup Farm* para as nossas ideias quanto de nossos executivos para os fundadores de *startups*.

Nosso vice-presidente de tecnologia, Gustavo do Vale, foi eleito o CIO do Ano no efinance, um dos eventos de tecnologia da informação mais valorizados pelo mercado bancário. No mesmo evento, tivemos 22 cases vencedores em 10 categorias de premiação.

Assinamos a maior contratação de livre energia no varejo brasileiro, com a empresa portuguesa EDP. A parceria prevê a disponibilização de cerca de 400 GWh para 24 dependências localizadas em 14 estados, em um contrato de cinco anos de duração. Além da economia de recursos financeiros, reafirmamos nosso compromisso com a sustentabilidade, dado que a energia adquirida será do tipo incentivada, originária de geradores de fontes renováveis, como eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Assinamos adesão formal aos padrões de conduta que fazem parte da campanha Livres & Iguais, de acordo com os princípios da Diversidade, criados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Fomos a primeira grande instituição financeira do Brasil a fazê-lo, fato que fortalece o nosso compromisso com os Direitos Humanos e contribui para demonstrar a clientes, funcionários e acionistas o apoio a pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo).

Lideramos o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU). Alcançamos 91% no indicador, sendo seguidos pela BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BBDTVM), nossa subsidiária, que alcançou indicador de 87%. No componente Gestão e Contratações, o índice foi de 96,7%. O TCU realiza levantamentos constantes para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de gestão.

Lançamos o portal Mercado de Direitos Creditórios, no qual são divulgadas oportunidades de negócios com créditos ajuizados para cessão a terceiros não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), cujos dados dos processos são de domínio público. Desde o lançamento, os investidores já compraram cerca de R\$ 85,7 milhões em créditos ajuizados. O acesso às informações pode ser feito pelo site: www.bb.com.br > Confira todos os produtos e serviços > Mercado de Direitos Creditórios.

7. Julho:

Lançamos o Plano Safra 2018/2019, que prevê o desembolso de R\$ 103 bilhões. Se a meta for atingida, representará um aumento de 21% em relação à safra anterior. Do total disponível, R\$ 11,5 bilhões são destinados às empresas da cadeia do agronegócio, enquanto R\$ 91,5 bilhões são para crédito rural aos produtores e cooperativas. Destes, custeio e comercialização contam com R\$ 72,8 bilhões e R\$ 18,7 bilhões para investimento agropecuário.

Figuramos entre as duas melhores empresas para se trabalhar, sendo a primeira entre as instituições financeiras. O prêmio é publicado pela Forbes Brasil, com base no *ranking* de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, elaborado pela Indeed.

Pela décima vez consecutiva, o nosso cartão Ourocard foi eleito o preferido pelos brasileiros. A pesquisa é realizada pela CardMonitor e Instituto Medida Certa.

Recebemos o Prêmio Broadcast Corretoras, promovido pela Agência Estado, como a melhor equipe de analistas de mercado. Fomos premiados por ter apresentado o maior retorno obtido com base nas recomendações de todos os analistas das instituições participantes. Na categoria individual, fomos premiados com três analistas entre os dez melhores profissionais do país.

Participamos do 1º Exercício Guardiã Cibernético Setor Finanças e Setor Energia Nuclear, no Forte Marechal Rondon, em Brasília. O evento foi um treinamento simulado de proteção a ataques cibernéticos que contou com a participação de militares das Forças Armadas e outros órgãos governamentais, além das instituições do setor bancário, nuclear e comunidade acadêmica.

8. Agosto:

Fomos listados, pelo terceiro ano consecutivo, no *FTSE4 Good Index Series*, índice da bolsa de valores de Londres que avalia e classifica as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês). O indicador é utilizado por investidores do mundo todo para identificar companhias que pratiquem esses valores e serve de referência para fundos de investimento sustentáveis.

Recebemos o prêmio *Learning & Performance* como melhor projeto cujas práticas compartilhadas elevam o nível de maturidade do Aprendizado e Desempenho no negócio. É a quarta vez que recebemos - via UniBB - o prêmio de educação corporativa.

Inauguramos o Laboratório de Experimentação Avançada em *Cyber* Segurança (LEACS). Entre seus principais objetivos, o LEACS busca a experimentação de novas técnicas para aperfeiçoar os mecanismos de defesa de sistemas e informações corporativas, realizando testes de códigos maliciosos em aplicações, análise avançada de *cyber* segurança, varredura de vulnerabilidades e criptografia.

A Convite do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Banco do Brasil passou a integrar o Comitê Gestor da Rede Nacional de Compras Públicas, que promove a difusão de informações e experiências em prol do aprimoramento das compras públicas brasileiras.

9. Setembro:

Comunicamos que passamos a ser titulares e reconhecer em nosso resultado a participação 80,3894% do Banco Patagonia (Argentina), após exercício de opção de venda por parte de três acionistas minoritários.

O vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores, Bernardo Rothe, foi ranqueado entre os três melhores *Chief Financial Officer* (CFO) da América Latina para o setor financeiro/bancos. A premiação, baseada em pesquisa realizada junto a analistas de mercado e investidores institucionais, é conferida pela *Institutional Investors*, entidade renomada especializada em notícias, pesquisa e inteligência para o mercado de capitais e investimentos.

10. Outubro:

Anunciamos o início de nossa estratégia de apoio aos *e-Sports* (campeonatos de jogos eletrônicos), como forma de apoiar as estratégias de transformação digital e rejuvenescimento da base de clientes. As ações do Banco tiveram início com o patrocínio ao maior evento do setor na América Latina, a Brasil Game Show (BGS), em São Paulo.

Fomos eleitos o melhor banco do país, de acordo com o guia *Época Negócios 360°*. Além de ter sido considerada a melhor empresa na Dimensão Pessoas, ficamos também em primeiro lugar, no setor Bancos, nas Dimensões Governança Corporativa e Visão de Futuro.

Realizamos a *MPE Week*. Em comemoração ao dia da MPE, o evento promoveu sete dias de ações para reconhecer a importância do pequeno empreendedor e apoiar suas atividades. Além de workshops, nossos clientes contaram com vantagens exclusivas do Banco, coligadas e outros parceiros. O resultado foi de 1.099 novos contratos Alelo, 2.476 novas afiliações Cielo e 4.426 máquinas Stelo comercializadas, entre outros negócios realizados.

Assinamos, em parceria com uma das maiores empresas do setor elétrico no mundo, contrato para a construção de usina para captação de energia por meio da luz do Sol. Com 15 mil painéis fotovoltaicos, a usina abastecerá 58 agências em Minas gerais e gerará 11 GWh/ano.

11. Novembro:

Recebemos reconhecimento duplo com o Prêmio Atendimento Ouro da Abrarec (Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente). A Abrarec é uma associação voltada para criar e divulgar a cultura do bom relacionamento entre empresas e clientes. Fomos reconhecidos em duas categorias: "Atendimento nas redes sociais digitais" e "Atendimento diferenciado que evitou uma ação judicial".

Finalizamos a reestruturação operacional e societária da parceria mantida entre BB Seguros Participações S.A. (“BB Seguros”) e MAPFRE Brasil Participações S.A. (“MAPFRE”). O foco agora será o aproveitamento do grande potencial do canal bancário para os segmentos que já contam com produtos da BB Seguros como, por exemplo, vida, residencial, habitacional, empresarial e agronegócio. Os seguros de automóveis e grandes riscos continuam a ser comercializados, mas, a partir de agora, sem a participação societária nesses negócios.

Fomos selecionados pelo 14º ano consecutivo para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) para 2019. Estamos listados desde o ano de lançamento do índice, em 2005.

Fomos premiados pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2018 por nossas práticas e programas que visam a redução do consumo de água em todas as suas dependências, e, também, incentivo à gestão de recursos hídricos pelos clientes e a sociedade.

12. Dezembro:

Recebemos o título de “Banco do ano” durante a cerimônia de entrega do prêmio Relatório Bancário 2018, em São Paulo. Além de ser o destaque geral entre as empresas do segmento, faturamos outros três prêmios em categorias específicas. A BBTS também teve um case vencedor e garantiu a quarta conquista para o Conglomerado. Considerado um dos principais reconhecimentos do setor financeiro, o prêmio Relatório Bancário enaltece ações que promovem a transformação digital e o aprimoramento da experiência do usuário.

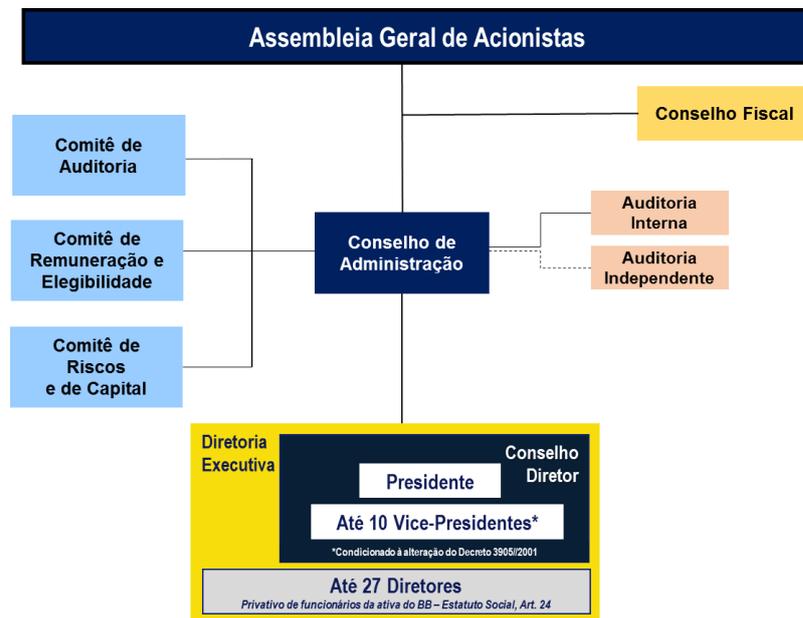
Recebemos o Prêmio *Marketing* Contemporâneo, criado com o objetivo de destacar grandes estratégias das empresas que melhor entendem o nosso tempo e que sabem se adaptar aos novos modelos colaborativos e participativos. O BB recebeu a premiação na categoria Responsabilidade Social e Sustentabilidade, com a campanha “A Cultura Transforma Tudo”.

Fomos eleitos, pela revista Exame, como o melhor gestor de fundos renda fixa. O prêmio identifica os gestores que melhor capturaram as oportunidades e se destacaram na gestão dos fundos nos últimos 12 meses, na posição de setembro. Para isso, foram avaliados cerca de mil fundos de investimento segundo critérios de risco e retorno.

2. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa, representada na figura a seguir, é formada pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem) e pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris); pela Diretoria Executiva (Direx); pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna:

Figura 4. Estrutura de Governança



O CA é composto por oito membros, sendo cinco indicados pelo acionista controlador, dois pelos minoritários e um eleito pelos funcionários. A Direx é composta pelo Conselho Diretor (CD – presidente e até 10 vice-presidentes¹) e por até 27 diretores estatutários. Mantemos ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal (CF) composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Em todos os níveis, as decisões são tomadas de forma colegiada para promover o adequado debate dos temas estratégicos e das propostas negociais. Para tanto, a administração se utiliza de diversos comitês, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão, conforme figura a seguir:

Figura 5. Colegiados Estratégicos



Como boa prática de governança corporativa, possuímos processos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Auditor Geral, dos Comitês de Remuneração e Elegibilidade, de Auditoria e de Riscos e de Capital.

¹ Condicionado à alteração do Decreto 3.905/2001.

No decorrer do ano de 2018, realizamos diversos aprimoramentos em nossa governança: revimos nosso Estatuto Social e os Regimentos Internos do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Conselho Diretor, do Comitê de Remuneração e Elegibilidade e do Comitê de Riscos e de Capital. No caso desses dois últimos, destacamos que Comitê de Remuneração é coordenado por um membro independente e que tanto ele como o Comitê de Riscos e Capital é formado por membros independentes em sua maioria.

Atualizamos também nossas Políticas, com destaque para as Políticas de Transações com Partes Relacionadas, de Indicação e Sucessão, de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, a fim de melhor adequá-las às boas práticas de governança e à regulamentação vigente. Também criamos nossa Política de Remuneração de Administradores.

Sobre o plano de sucessão de nossos executivos, entre maio de 2016 a dezembro de 2017, realizamos para a Alta Administração, o Programa Dirigentes BB, em parceria com empresa de mercado, com foco nos potenciais sucessores para Vice-presidentes, Auditor Geral, Diretores e Gerentes Gerais de Unidades Estratégicas. Foram mapeados ao todo 260 gestores, com o intuito de subsidiar decisões de sucessão, direcionar ações de desenvolvimento e mitigar riscos sucessórios.

Em dezembro de 2017, divulgamos o resultado do Programa Ascensão Profissional Executivos e Gestores no Exterior, processo seletivo realizado para identificar e desenvolver potenciais Gerentes Executivos, Superintendentes e Gestores no Exterior. O processo, alinhado às melhores práticas de seleção do mercado, com premissas de transparência, meritocracia e isonomia, identificou 82 colaboradores qualificados para compor o banco de talentos.

Arquivamos, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e divulgamos em nosso site de Relações com Investidores, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, elaborado em conformidade com a ICVM nº 586/2017, que regulamentou a divulgação das informações a respeito das práticas de governança contempladas no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. O Informe foi aprovado pelo Conselho de Administração em 15.10.2018.

Em abril, obtivemos a maior pontuação no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do Tribunal de Contas da União (TCU), dentre as 498 entidades da administração pública avaliadas, alcançando 91% no indicador, composto pelas dimensões: governança pública; governança e gestão de pessoas; de TI; e de contratações.

Em maio e em novembro de 2018, nos mantivemos no Nível 1, com nota máxima (10) em todas as dimensões avaliadas no 2º e 3º ciclos do Indicador de Governança IG-SEST, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, indicador criado com o objetivo de acompanhar o desempenho da qualidade da governança das estatais, para fins do cumprimento dos requisitos da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), regulamentada pelo Decreto 8.945/2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções CGPAR². A BB DTVM, nossa subsidiária integral, também obteve pontuação máxima (nota 10), em sua primeira participação no indicador, bem como a BB Seguros que atingiu o nível 1 também com nota máxima.

Somos o único banco com ações listadas, desde 2006, no “Novo Mercado” da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em requisitos de governança. Figuramos também, junto com a BB Seguridade (empresa de capital aberto do nosso conglomerado), no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, com nota máxima nos quesitos observados.

² Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União.

3. Economia

Brasil

No segundo semestre de 2018, a economia brasileira demonstrou poder de reação. A liberação dos recursos do PIS/PASEP e a manutenção dos juros em patamares historicamente baixos impulsionaram o consumo das famílias. Os investimentos também não decepcionaram, mesmo diante de eventos não econômicos, que aumentaram a incerteza sobre a economia doméstica, e que os dados tenham sido parcialmente inflados por movimento extraordinário de ordem contábil relacionado à importação de plataformas de petróleo pela Petrobrás.

Pelo lado da oferta, após vários trimestres em queda, a construção civil mostrou estabilidade. O setor de serviços, que responde por aproximadamente 60% do PIB, registrou desempenho favorável, impulsionado pelas atividades de transporte, armazenamento e logística, que recuperaram após o efeito adverso gerado pela greve dos caminhoneiros no semestre anterior. Na agropecuária, o resultado positivo pode ser atribuído à robustez da demanda externa.

Com a contribuição do agronegócio e a desvalorização cambial desencadeada pelas incertezas no cenário político, as exportações se sustentaram em patamar elevado e ajudaram a manter situação confortável nas contas externas. Mesmo com o maior avanço das importações, a balança comercial apresentou *superavit* expressivo, contribuindo para que o *deficit* em transações correntes permanecesse em patamar significativamente inferior ao fluxo de investimento estrangeiro direto.

Considerando a inflação, o IPCA manteve-se abaixo do centro da meta do Banco Central. A ociosidade elevada ajudou a manter componentes dos preços associados à demanda, como os itens de serviços e de bens industriais, em patamares confortáveis. Enquanto a dinâmica dos preços de produtos *in natura* pesou favoravelmente para a inflação de alimentos, a queda do preço do petróleo e a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas contribuíram para o arrefecimento do custo de combustíveis e das tarifas de energia elétrica. Esses elementos contrabalançaram a maior pressão de preços originada no aumento da taxa de câmbio. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa básica de juros em 6,5% a.a. e voltou a afirmar que a atual conjuntura econômica prescreve política monetária expansionista.

Mundo

No cenário externo, o segundo semestre de 2018 foi caracterizado principalmente pelo acirramento da disputa comercial entre Estados Unidos e China. Desentendimentos na Europa envolvendo a situação fiscal da Itália e o processo de saída do Reino Unido do bloco econômico regional também adicionaram incerteza ao cenário.

Nesse ambiente, elevou-se o temor de desaceleração mais forte das principais economias mundiais e a tensão nos mercados financeiros globais. Com o impacto adicional de incertezas no setor de tecnologia, a deterioração das bolsas americanas eliminou os ganhos registrados no primeiro semestre. Por sua vez, o preço das *commodities* registraram queda no período. Destaque para o petróleo, que além da perspectiva de menor demanda com o cenário menos favorável para a economia mundial, foi impactado pela elevação da oferta.

Apesar do aumento da aversão ao risco em nível global, em termos de nível de atividade, a economia dos Estados Unidos voltou a registrar forte desempenho, favorecida por um mercado de trabalho aquecido e uma política fiscal expansionista. Ainda assim, a inflação segue sem pressões relevantes, embora os salários tenham sustentado trajetória de aceleração durante todo o semestre. Nesse contexto, o comitê de política monetária norte americano seguiu no processo de aumento gradual dos juros, em linha com o esperado.

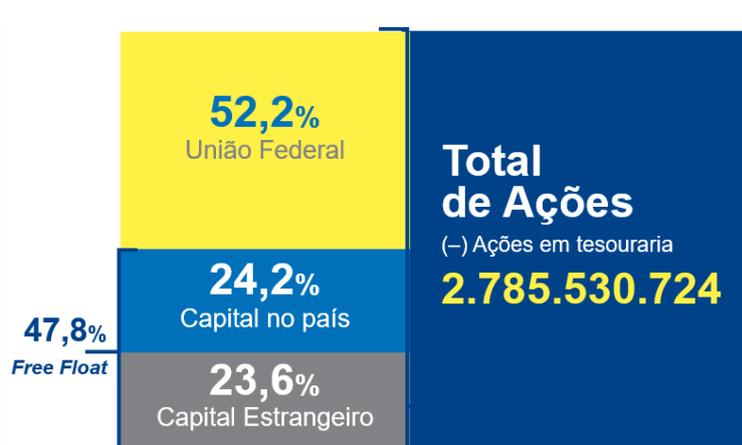
No continente europeu, a atividade econômica desacelerou no terceiro trimestre deste ano. Nesse ambiente, o Banco Central Europeu manteve a política monetária em níveis acomodatórios, mas encerrou seu programa de compra de ativos. Na Ásia, refletindo efeitos adversos iniciais da guerra comercial, o crescimento chinês apresentou arrefecimento acima do esperado.

4. Indicadores de mercado e atendimento aos acionistas

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 3,140% do Ibovespa para o quadrimestre de setembro a dezembro de 2018. Para o quadrimestre entre Janeiro e Abril de 2019, nossa participação será ainda maior, de 4,373%. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de dezembro de 2018, era assim distribuída:

Figura 6. Composição Acionária (%)¹



1 – Não considera ações em tesouraria

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no site de Relações com Investidores e mantemos equipe dedicada ao atendimento de analistas e investidores, que realizou 1012 atendimentos no ano, incluindo participação em reuniões, eventos e atendimentos telefônicos. Destacamos a realização, em setembro, do Banco do Brasil Day que reuniu 76 analistas e investidores institucionais para debater com a nossa alta administração as expectativas para os negócios e o nosso posicionamento de inovação. Em novembro, organizamos a Apimec São Paulo, que reuniu 144 participantes.

Para atendimento ao investidor institucional, realizamos 516 reuniões, incluindo participação em nove conferências no país e outras dez no exterior, além de 15 *non-deal roadshows* no Brasil e no exterior. Promoveremos ainda quatro teleconferências de resultado e reuniões com clientes acionistas em seis de nossos escritórios *Private*.

Tabela 1. Indicadores de Mercado

	Indicadores	
	2017	2018
Valor Patrimonial - BBAS3 (R\$)	31,4	33,0
Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado (R\$)	35,4	36,7
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	31,8	46,5
Lucro por Ação (R\$)	3,9	4,5
Retorno sobre Ativos (%)	0,7	0,9
Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado	0,8	0,9
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%)	11,4	12,3
Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado	12,3	13,2
JCP (R\$ milhões)	3.229	5.162
Cotação ADR (US\$)	9,7	11,9

Distribuição de Lucros

Distribuímos, em 2018, R\$ 5.162 milhões em Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

Em 10/05/2018, publicamos Fato Relevante, no qual comunicamos que nosso Conselho de Administração aprovou a revisão da Política Específica de Remuneração aos Acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (*payout*), via dividendos e/ou JCP, será fixado em intervalo percentual do resultado. Em 2018 o *payout* alcançou 40%.

Outras informações sobre a nossa política de dividendos estão disponíveis na seção 3 do Formulário de Referência ou nos artigos 46 e 48 do nosso Estatuto Social, disponíveis no site www.bb.com.br/ri.

5. Experiência dos Clientes

Como parte de um planejamento com o olhar para a sustentabilidade da nossa empresa de 210 anos, elegemos 2018 como o “Ano do Relacionamento”. Essa foi uma sinalização para que os esforços de todos os funcionários de nossa empresa priorizem a experiência do cliente e o aprofundamento das relações com eles.

Nesse sentido, nos próximos parágrafos, apresentaremos algumas das principais ações implementadas para elevar a conveniência e melhorar a experiência dos nossos clientes, por meio da especialização e da análise do seu comportamento, possibilitando ofertas mais assertivas de produtos adequados às necessidades dos clientes.

Segmento Pessoas Físicas

App BB chega a 18,2 milhões de usuários

Nosso *app* atingiu em dezembro a marca de 18,2 milhões de usuários, em comparação com 15,1 milhões em dezembro de 2017 e 10,2 milhões em dezembro de 2016. Acessado por mais de 5,6 milhões de pessoas todos os dias, o *app* e o *internet banking* são responsáveis por 75,6% das transações realizadas no Banco.

Além disso, nosso *app* é o mais bem avaliado do sistema financeiro brasileiro nas duas principais lojas de aplicativos – *Play Store* (4,5) e *Apple Store* (4,7) e, entre todos os aplicativos, incluindo redes sociais, ele é o quarto preferido pelos brasileiros, segundo pesquisa Panorama *Mobile Time/Opinion Box*, divulgada pelo site *Mobile Time*. A boa avaliação do aplicativo foi tema da campanha Fato ou Fake. Divulgada em novembro, a campanha buscou mostrar o que é fato e não *fake* no BB, com destaque para as soluções digitais inovadoras e capacidade de captar novos clientes.

Atendimento e transações via *chatbot* no Facebook Messenger

O nosso primeiro *chatbot* de mídia social foi o *Facebook Messenger*.

Única do mercado bancário brasileiro baseada em conversação, a aplicação atende a temas relacionados a contas, cartões, empréstimos, financiamentos, Programa Ponto Pra Você, renegociação de dívidas, atendimento, segurança, tarifas, funcionamento de caixas eletrônicos e emissão de senha para atendimento nas agências pelo *app*.

Nossos clientes podem realizar ainda suas transações bancárias diretamente pelo *Facebook Messenger*, sem recorrer ao *internet banking* ou *app* BB. Somos o primeiro grande banco de varejo no Brasil que combina as funcionalidades do *Messenger* com a inteligência artificial do *Watson* da IBM, para prestar atendimento aos clientes realizando transações via *chatbot*. O atendimento humano é realizado quando necessário, seja a pedido do cliente ou quando o *chatbot* sugere atendimento especializado.

Atendimento e transações via Twitter

O atendimento, semelhante ao realizado pelo *Facebook Messenger*, já pode ser realizado pela rede social *Twitter*. Além de retirar dúvidas dos mais diversos temas, a transação no *Twitter* disponível é a de consulta ao código IBAN, utilizado para realizar remessas de envio ao exterior, conforme pesquisas realizadas pelo Serviço de Atendimento ao Cliente.

Atendimento e transações via *chatbot* no *Whatsapp*

O atendimento também é realizado pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Para ser atendido pelo *Whatsapp*, basta o cliente salvar o contato (61) 4004-0001 em seu celular e iniciar uma conversa pelo aplicativo de bate-papo. Ao solicitar uma transação bancária ou um atendimento humano, somente na primeira vez é necessária autenticação de dispositivo (código de ativação *push* ou *sms*).

Após autenticação, transações de uso do dia a dia, como saldo, extrato, fatura, podem ser realizadas sem necessidade de senha. Para as transações de transferência entre contas, pagamento de IPVA (para alguns estados), recarga de metrô (para o estado de São Paulo), a validação é feita por uma senha de seis dígitos.

Todas as transações são disponibilizadas dentro do próprio aplicativo *Whatsapp*, no qual a conversa natural pode ser realizada por chatbot ou atendente humano, dependendo da necessidade do cliente. O atendimento humano é realizado pelo fale com seu gerente, ou pelo Central de Relacionamento BB, a depender das regras de encarteiramento do cliente. Foram recebidas mais de um milhão de mensagens e 122 mil usuários já foram atendidos pelo *Whatsapp*.

Clube de Benefícios

Em novembro lançamos o Clube de Benefícios. Essa nova forma de relacionamento permite ao cliente escolher o Clube mais adequado ao seu perfil e às suas necessidades, receber automaticamente vantagens inéditas no mercado e ainda ter de volta 100% das mensalidades em recompensas. O objetivo da estratégia é se diferenciar competitivamente e elevar a satisfação do cliente.

Saque pelo *Whatsapp*

Nossos clientes, desde dezembro de 2018, podem realizar saques pelo *Whatsapp*, sem necessidade de cartão para finalizar a operação. A inteligência artificial entende a linguagem natural do cliente e o direciona para a transação de saque, onde será solicitado o valor a ser sacado. A transação é concluída com a digitação da senha do cartão em ambiente seguro. Feito esse processo, basta se dirigir a um terminal de autoatendimento com o código informado pelo assistente virtual.

Nova estratégia amplia limites de profissionais liberais e sócios dirigentes

A partir de maio, três milhões de profissionais liberais e sócios dirigentes de empresas foram abrangidos em uma nova estratégia para sermos o principal provedor de soluções financeiras. Uma das ações trouxe um incremento de R\$ 127 bilhões no limite de crédito desse público trazendo possibilidades reais de negócios e proporcionará uma melhor adequação do portfólio de crédito às nossas estratégias.

Oferta de Crédito para não correntistas chega ao *App*

Em mais uma inovação alinhada à estratégia de ampliação de negócios com não correntistas, desde novembro, os poupadores não correntistas podem contratar o BB Crédito Automático também pelos dispositivos móveis.

É mais uma inovação alinhada à estratégia de ampliação de negócios com o público não correntista. A oferta de soluções multicanais, além de auxiliar nesta estratégia, também proporciona maior comodidade e conveniência para ampliar o relacionamento com o público que não possui conta corrente no BB. O cliente pode simular, escolher o valor e a data de débito das parcelas. Após conferir todos os dados, basta confirmar a operação.

***App* BB permite a compra de dólares e Euro**

Desde fevereiro, os nossos clientes podem comprar dólares americanos e Euro (iniciado em maio) de uma forma diferente, através do nosso aplicativo. Além disso, o cliente também poderá definir a cotação que está disposto a pagar e o período de espera. Tão logo a moeda escolhida chegue ao patamar pretendido, o aplicativo avisa, enviando uma mensagem para confirmar a transação.

Após a realização da compra, o cliente tem até dois dias úteis para retirar os dólares em um dos caixas eletrônicos para saque de dólares, ou no caixa de agências para Euro, com a taxa garantida do dia de realização da transação no *app*. A solução também ajuda a localizar uma agência que faça operações de câmbio mais próximo. Com o *GPS* do celular ligado, o *app* mostrará as dependências em um raio de cinco quilômetros. Também é possível fazer a busca por estado e cidade.

Abertura de conta corrente e cartão de crédito pelo *smartphone*

Em maio de 2017, lançamos a abertura de conta corrente completa pelo *app* BB. O processo envolve desde o envio de documentos até o cadastramento de senhas, tudo feito pelos clientes no *smartphone*. A inovação significa mais comodidade para o cliente e menor demanda nas agências, permitindo que estas tenham mais foco no relacionamento e na realização de negócios. Até dezembro de 2018 foram abertas mais de 2,7 milhões de contas.

Em julho, lançamos uma solução no *App* para não correntistas solicitarem nosso cartão de crédito, com facilidade e de forma totalmente digital. Para coroar a experiência digital, um dos grandes diferenciais é a opção para gerar um cartão virtual assim que o cliente contratar o Ourocard, permitindo que o usuário já tenha condições de fazer compras pela *internet*, sem precisar esperar a chegada do plástico em sua residência.

Além de tudo isso, também já está disponível para solicitação o Ourocard Fácil, nova modalidade de cartão de crédito internacional, emitido na bandeira Visa.

Minhas Finanças – Orçamento equilibrado

Um orçamento equilibrado é fundamental para o atingimento dos objetivos financeiros. Pensando nisso, em 2017, lançamos o “Minhas Finanças”. Desenvolvido com a participação dos próprios clientes, a aplicação auxilia no acompanhamento do orçamento e um controle financeiro mais efetivo, permitindo aos clientes uma análise mais consciente da sua vida financeira. A solução tem atualmente seis milhões de usuários cadastrados e 1,7 milhão de acessos diários à ferramenta.

Simulador de Investimentos atinge a marca de R\$ 2,2 bilhões

Desde o seu lançamento para todos os clientes, em novembro de 2017, o Simulador de Investimentos já captou R\$ 2,2 bilhões. A ferramenta, vencedora do prêmio Efinance 2018 na categoria Aplicativo de Investimentos, apresenta números animadores: 48% dos clientes que aplicaram não tinham nenhum investimento conosco na data anterior à contratação, e cerca de 16% dos clientes nunca tiveram saldo de investimento conosco, em nenhum produto. Além disso, uma em cada quatro pessoas retornou ao simulador e aplicou novamente.

Jornada de Investimentos com taxa zero

Em setembro, zeramos as taxas de custódia para quem aplica no Tesouro Direto e em papéis de renda fixa, tais como Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Debêntures. A taxa de carregamento para os clientes que investem em planos de previdência PGBL e VGBL também foi zerada, tanto para aplicações quanto para resgates.

A estratégia alinha os custos desses produtos à nova prática de mercado e fortalece o nosso posicionamento junto aos clientes investidores.

Abertura do portfólio de investimento

Em julho, anunciamos a expansão do público-alvo do nosso modelo de arquitetura aberta de investimentos, que permite aos nossos clientes diversificar seus portfólios com produtos de outras instituições financeiras, por meio da nossa gestora de recursos.

O modelo, até então adotado apenas para investidores do segmento Private, passa a ser oferecido a investidores Estilo, ampliando o escopo das estratégias desenvolvidas pela nossa assessoria especializada em investimentos e alinhado ao novo perfil desse investidor, que está cada dia mais informado e sofisticado.

Para clientes Estilo estão disponíveis três fundos de investimento de gestores que possuem estratégias diferenciadas no mercado: BB Espelho Multimercado Bahia AM Maraú Estilo, BB Espelho Multimercado Gávea Macro Estilo e BB Espelho Multimercado SPX Nimitz Estilo.

Acolhimento e Contratação de Crédito Imobiliário

De forma pioneira no mercado financeiro, disponibilizamos, desde o final de 2017 o acolhimento e contratação do financiamento imobiliário pelo *app*.

O cliente pode aprovar o crédito, contratar seguro, fazer *upload* dos documentos e enviar proposta para análise e contratação do financiamento imobiliário pelo *app*. Em 2018, foram contratadas 1.598 propostas via aplicativo, totalizando R\$ 302 milhões em operações.

Crédito Veículo via *app* atinge R\$ 1,3 bilhão em desembolso

A contratação de Crédito Veículo *app* representou, em 2018, mais de R\$ 1,3 bilhão de desembolso, crescimento superior a 85% em relação a 2017. A participação do *app* no total de operações cresceu mais de 73% no último ano e representa maior comodidade aos clientes, já que mais da metade das vendas foram realizadas fora do horário bancário, inclusive nos fins de semana.

Confirmação de empréstimo consignado via *app*

Implementamos a solução do "Duplo Sim" para mais de cinco mil convênios ativos e com operações contratadas em 2018. O novo grupo beneficiado com a inovação soma R\$ 12,2 bilhões de saldo e a iniciativa garante que, a partir de agora, 100% dos convênios vigentes estejam integrados à solução.

A funcionalidade permite a confirmação da contratação pelo cliente nos canais digitais e pode ser acessada pelo menu "Pendências" no *mobile*, na *internet* e nos terminais de autoatendimento. O comando realizado pelo cliente fará com que a proposta siga o fluxo normal de averbação e confirmação.

Pagamentos via *Apple Pay*

Desde agosto, está disponível para nossos clientes a solução de pagamentos via *smartphone* da *Apple*, nas funções crédito e débito em lojas físicas e no crédito em lojas *online*, inicialmente pelo cartão *Visa*. A solução, simples e segura, ajuda nossos clientes a fazerem pagamentos em lojas, aplicativos e *internet*, sem necessidade de usar o cartão físico.

Essa ferramenta se soma às outras carteiras digitais já disponíveis *Samsung Pay* e ao *Google Pay*, e à solução Pagar e Receber, disponível em nosso *app*.

Soluções Digitais para Regularização de Dívidas

Disponibilizamos canal digital para consulta e renegociação de dívidas, o "Portal Solução de Dívidas", acessado pelo *internet banking*, pelo *app*, *call center* e agências. A ferramenta traz comodidade, amplia a experiência do cliente e está disponível tanto para nossos clientes pessoas físicas quanto pessoas jurídicas.

Desde setembro de 2014, foram realizados mais de seis milhões de acordos, com um total de R\$ 53,9 bilhões regularizados, sendo cerca R\$ 10,2 bilhões pelos canais digitais. Apenas em 2018, foram regularizados R\$ 13,9 bilhões, com uma participação de R\$ 3,4 bilhões contratados diretamente pelo cliente.

Campanha RecuperaAÇÃO

Foram realizados, desde julho, 59 eventos de conciliação para clientes inadimplentes. O evento de conciliação nos aproxima dos nossos clientes, em ambiente propício, o que aumenta a probabilidade de sucesso na negociação. A campanha contribuiu para a recuperação de seis bilhões de reais de perdas e na regularização de créditos inadimplentes.

Plataforma de Conciliação Digital

Lançamos, em agosto, a Plataforma de Conciliação Digital para os escritórios terceirizados de cobrança judicial, com parâmetros negociais e processos automatizados, o que dispensa a intervenção manual no processo. Já foram realizados mais de 570 acordos pela plataforma, com R\$ 52,7 milhões de recuperação de crédito em acordos judiciais.

Open Banking

Avançamos em nossa estratégia de *Open Banking*. Após a parceria pioneira com a *startup* ContaAzul, firmamos acordo com a bxblue, plataforma digital de comparação de condições de crédito consignado. Na plataforma os clientes podem simular e contratar operações de consignado diretamente no site da *fintech*. As parcerias que firmamos por meio do *open banking* vêm para complementar a estratégia do Banco em soluções totalmente digitais, para trazer mais facilidade e agilidade para os nossos clientes.

Conselho de Clientes

Em 2018 demos continuidade ao Conselho de Clientes, uma reunião com um grupo permanente de clientes convidados que expõem suas necessidades e expectativas em relação aos nossos serviços e produtos. Foram ouvidos 40 clientes pessoas físicas e os apontamentos foram direcionados às nossas áreas decisórias.

Gerenciador Financeiro facilita a vida do produtor rural

O Gerenciador Financeiro Produtor Rural/Private, lançado em 2017, permite aos clientes produtores rurais e Private PF e a seus representantes a realização de transações financeiras e utilização de nossos aplicativos. A solução facilita a gestão do fluxo de caixa e a delegação de atividades administrativas, o que torna a vida do cliente mais fácil, a gestão do seu negócio mais eficiente e aumenta sua satisfação conosco. No segundo semestre de 2018, ainda foram implementadas as funcionalidades de câmbio e DDA.

O Gerenciador conta atualmente com quatro mil usuários e mais de 20 mil acessos mensais.

Produtor rural pode contratar custeio e investimento pelo celular

Produtores rurais podem contratar operações de custeio e investimento via *app*. A nova solução permite que os produtores encaminhem as propostas de contratação de custeio e investimento pelo celular, tornando o processo mais ágil para o cliente. No segundo semestre de 2018, foi implementada funcionalidade que permite o *upload* de documentos (imagens e arquivos) das propostas. Até 31/12/2018, foram enviados 769 documentos com a nova funcionalidade.

Desde seu lançamento, o volume de propostas liberadas pelo *app* ultrapassou R\$ 4,4 bilhões.

Open Banking no Agro

Primeiro banco da América Latina a fazer uma operação estruturada de *Open Banking*, levamos a tecnologia para o agronegócio, também de forma inédita. A ferramenta BB Valor de Bens Rurais disponibiliza a outras instituições financeiras, mediante cobrança de tarifas, a possibilidade de obter a valoração automática de imóveis rurais no Brasil.

Participação em eventos do Agronegócio

Em abril, participamos da feira em tecnologia em agronegócios TecnoShow, em Rio Verde (GO). No terceiro dia do evento já havíamos superado em 50% o volume total de propostas da edição anterior. Um dos destaques vai para uma proposta de PCA (Construção e Ampliação de Armazéns) no valor de R\$ 13 milhões, acolhida no primeiro dia de feira para cliente *private*. A nossa participação na feira resultou em R\$ 420 milhões em propostas/contratações.

Participamos também, em maio, da Agrishow, a maior feira de tecnologia agrícola da América Latina e umas das três maiores do mundo. Alcançamos R\$ 1,6 bilhão em propostas de crédito no evento, resultado 80% superior ao da última edição, em 2017. Somos a única instituição financeira a estar presente nos 25 anos de feira.

Lançamos, no mesmo mês, o Circuito Agro BB 2018, que promoveu encontros com produtores rurais, revendas, associações, e colaboradores de assistências técnicas e gerentes de relacionamento, em 60 municípios no País. Em 2017, foram 17 municípios contemplados.

O objetivo é fornecer consultoria e divulgar conhecimentos técnicos sobre temas diversos, como mitigadores de risco, sucessão familiar, armazenagem, irrigação, produtos e serviços bancários, entre outros. A participação em eventos fortalece ainda mais nossa presença de destaque no setor.

Em agosto participamos da 41ª Expointer, em Esteio (RS), palco do lançamento de novidades para o agronegócio. Na feira, o público teve acesso, em primeira mão, a três soluções digitais inéditas: o Agrobot, o QR Code Investimento Digital na contratação de máquinas e implementos agrícolas e a CPR Digital.

Criado para auxiliar o produtor rural no processo de tomada de decisão, o Agrobot é um consultor virtual inteligente que combina a nossa expertise no campo com fontes externas para oferecer, de forma contextualizada, fácil e conveniente, todas as informações necessárias para o produtor otimizar sua atividade. Ao final de 2018, a solução já contava com 4.038 clientes cadastrados, tendo uma média de 150 acessos diários. A CPR Digital já alcançou um bilhão de reais em operações liberadas, fruto da maior agilidade e comodidade para o produtor.

Com utilização inédita no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas, o QR Code pode ser capturado durante toda a feira em algumas revendas e em outros ambientes como catálogos, *folders* e site das empresas parceiras. A solução será testada com maior efetividade nas feiras agropecuárias que ocorrem no primeiro semestre de 2019.

Segmento Empresas

Fale com seu gerente do segmento PJ

Os clientes pessoas jurídicas também são atendidos via *chat*, pela ferramenta “Fale com seu Gerente”, que busca ampliar as formas de contato com as empresas e proporciona maior qualidade e tempestividade ao atendimento. Em 2018 foram mais de quatro milhões de mensagens trocadas, com uma média de 16 mil mensagens por dia.

Cliente MEI tem mais facilidade para abrir contas – Conta Fácil 100% Digital

O microempreendedor individual (MEI) pode fazer a abertura de uma conta com fluxo totalmente digital e simplificado, por meio do app BB no *mobile*, sem qualquer interveniência da agência no processo. Até dezembro de 2018, 25.756 contas foram abertas pelo *app*. A conta permite a contratação da afiliação Cielo e acesso a serviços como débito automático, saques, depósitos, pagamentos, transferências, além do cartão de débito Ourocard Elo, que dá mais autonomia ao empresário.

Ser digital sem abrir mão do contato pessoal

Visitas são parte fundamental da construção de um relacionamento duradouro e de confiança com o cliente. Por isso, investimos em um aplicativo que facilita o dia a dia dos gerentes de relacionamento. O *app* BB Visitas auxilia na preparação, realização e condução das visitas ao agilizar o acesso e registro de informações dos clientes. Os gerentes poderão conhecer ainda mais as necessidades dos clientes, atendê-los melhor e fazer mais negócios, e ainda, os dados registrados pelos gerentes são utilizados para o desenvolvimento de novas estratégias de indução de negócios. Até dezembro de 2018 já foram realizadas 161.836 visitas catalogadas pelo *app*.

BB prepara empresas familiares para mercado de capitais

Em 2018, a convite da B3 começamos a atuar como o banco de investimentos do programa Clube de Conselheiros, que tem como objetivo preparar empresas familiares em Governança Corporativa e *Compliance* para a profissionalização de suas estruturas, qualificando-as para emissões em mercado de capitais.

O programa surgiu em 2017, criado pela B3, com o objetivo de promover encontros para discussão de conteúdo de alta qualidade, capacitando companhias para abertura de capital e preparando seus fundadores para o processo sucessório. Em 2018, recebemos 50 empreendedores e executivos de empresas familiares de médio porte para discutir, em conjunto com renomados escritórios de advocacia e auditoria parceiros, temas como abertura de capital e fusões & aquisições como alternativas de sucessão e perpetuidade das empresas.

Desde 2011 promovemos eventos com a B3 para administradores de empresas preparadas e/ou com a intenção de fazer IPO. Com a nossa capilaridade de relacionamentos e profundo conhecimento multissetorial, temos uma plataforma única de originação de operações de mercado de capitais, atingindo um público tradicionalmente fora do radar dos bancos de investimento transacionais.

Atendimento via *chatbot* para empresas

Desde agosto, nossos clientes PJ podem interagir com o assistente virtual inteligente do suporte técnico, disponível em área não logada no gerenciador financeiro na *web*. A solução veio para atender ao grande volume de atendimentos por meio desse canal.

Simulador de Investimentos PJ

Desde dezembro, está disponível para os clientes PJ o nosso simulador de investimentos. Durante o período de teste, foram captados mais de R\$ 63 milhões.

O Simulador de Investimentos auxilia aos gestores financeiros a escolha do melhor produto para o nível de risco e necessidade de liquidez da empresa. O Simulador vem a simplificar o jeito de consumir produtos de investimentos. A partir da análise da carteira do cliente, Perfil do Investidor o valor e o prazo são sugeridos os produtos mais adequados para a aplicação. Além disso, é disponibilizado material de apoio contendo as Carteiras Sugeridas de investimentos específicas para esse público, que podem ser disponibilizadas para os clientes.

Segmento Setor Público

Interligação de Tribunais

Desde dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) passou a utilizar a nossa solução de interligação digital dos Tribunais e emitir alvarás eletrônicos para resgate de depósitos judiciais. O TJBA é o quinto do país a adotar o novo modelo de emissão de alvarás, acompanhando os tribunais de Justiça de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso, além do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Capital. Em 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, em Aracaju (SE) e o tribunal de Justiça de Minas Gerais concluíram o processo de interligação com o BB e iniciaram a emissão de alvarás eletrônicos, em projeto piloto implementado em algumas varas.

A solução moderniza o processo de resgate dos depósitos, mediante crédito direto em conta corrente, poupança, TED dos beneficiários/procuradores e/ou terceiros, ou saque nos terminais de caixa, dispensando todos os procedimentos manuais de verificação e execução de alvarás nas agências, evitando o deslocamento do cliente e tornando o processo 100% automatizado. Com o avanço da interligação, em 2018 já foram emitidos aproximadamente 801 mil protocolos de alvarás eletrônicos, sem intervenção manual de nossos funcionários, o equivalente a 17,8% do total de 4,5 milhões de protocolos de alvarás liberados para pagamento no período e 82% maior que o número de 2017.

Resgate automático de precatórios no TAA ou celular

Desde fevereiro, o cliente que possui créditos devidos pela Fazenda Pública da União, pode optar pelo resgate automático desses valores em sua conta corrente ou poupança, via TAA ou pelo *App* BB. A funcionalidade também está disponível para os mandados de pagamento e alvarás emitidos pelos Tribunais interligados, expedidos por meio eletrônico, o que confere comodidade ao cliente e maior segurança e agilidade ao resgate.

Portal BB Integra supera a marca de 19,5 mil acessos

O portal BB Integra, que disponibilizamos com o objetivo de apoiar a gestão pública, superou no final de 2018 a marca de 19,5 mil acessos. O portal apresenta de forma amigável dados provenientes de mais de 22 fontes oficiais e permite o acesso a mais de 818 indicadores sobre a realidade dos municípios brasileiros, por meio de computador, celular e *tablet*, o que constitui importante fonte de consulta no apoio à gestão e acompanhamento de políticas públicas.

Programa de Adimplência de Impostos para Estados e Municípios

Oferecemos diversas ferramentas que ampliam as possibilidades de arrecadação de tributos estaduais e municipais, por simplificar o acesso ao pagamento por parte dos contribuintes. A partir de 2018 já é possível ser ofertado aos nossos clientes uma “Lista de Débitos” para que paguem seus tributos assim que acessarem suas contas pelos terminais de autoatendimento, *internet* ou *App* BB.

Para os órgãos que mantêm sistemas integrados conosco, o cliente também pode consultar suas obrigações a partir do seu CPF. Além disso, nossos TAA (Terminais de Auto Atendimento) podem receber o pagamento de tributos por cartão de débito, inclusive de outros bancos. Todas essas facilidades ampliam o volume de arrecadação do ente público e reduzem a inscrição de contribuintes na dívida ativa.

Pagamento de Cotas do Pasep

Em 2018 foi determinada a liberação dos recursos aos participantes detentores de cotas. Atentos à oportunidade, desenvolvemos soluções para viabilizar a transferência simplificada de valores para cotistas que mantinham conta em outras instituições bancárias e antecipamos crédito para nossos clientes. Com todas as ações implementadas, efetuamos o pagamento de mais de R\$ 3,0 bilhões a cerca de 2,6 milhões de participantes.

Recarga de cartões de transporte - SPTrans

Resultado de convênio firmado em 2017, foi no ano de 2018 que nosso clientes aderiram definitivamente aos nossos canais para efetuar a recarga dos cartões, utilizados tanto para ônibus urbanos quanto para trens e metrô. Além de contribuir com a mitigação de riscos, expansão de pontos de atendimento aos usuários e redução de custos operacionais da empresa responsável pela gestão do transporte público de São Paulo, a solução desenvolvida – à época – com exclusividade, traz rentabilidade e se mostra como uma alternativa segura, moderna e eficiente para outros municípios, que já iniciaram negociações para a implantação de soluções de recarga de cartões por meio dos nossos canais.

Município mais que digital

Apoiada na solução Ourocard Cidades, essa iniciativa estimula a afiliação de lojistas e oferece benefícios para ampliar a utilização de cartões pelos clientes junto ao comércio local. Além disso, o cliente que utilizar o cartão terá benefícios, como isenção de anuidade e troca de pontos por produtos. O objetivo é fomentar a economia local e aumentar a eficiência operacional, ao reduzir a circulação de papel moeda e, conseqüentemente, as despesas com o transporte de numerário, além de proporcionar mais segurança para clientes e lojistas.

6. Gestão de Pessoas

O desenvolvimento das nossas políticas e práticas de gestão de pessoas são norteados pela meritocracia, desenvolvimento de competências para o trabalho, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 2. Perfil de Funcionários

	2017	2018
Perfil de Funcionários		
Funcionários	99.161	96.889
Feminino	41.044	40.243
Masculino	58.117	56.646
Escolaridade		
Ensino Médio	17.533	14.846
Graduação	41.073	38.703
Especialização, Mestrado e Doutorado	40.354	43.150
Demais	201	190
Distribuição Geográfica		
Norte	4.440	4.259
Nordeste	16.637	16.116
Centro-Oeste	16.748	16.808
Sudeste	43.752	42.586
Sul	17.549	17.096
Exterior	35	24
Rotatividade de Funcionários (%)	1,59	2,21

Em 2018, por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB), investimos R\$ 101,9 milhões em educação corporativa. A UniBB possui em andamento 2.543 bolsas de graduação, 3.316 de pós-graduação e 791 bolsas de idiomas.

Alinhada ao contexto de Transformação Digital, lançamos, em fevereiro de 2018, novos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Agora, mais integrados e gamificados, o Portal UniBB e o Novo App UniBB Mobile oferecem melhor experiência para os funcionários, proporcionando mais mobilidade e acesso à educação. Em 2018 foram 9,8 milhões de acessos às plataformas e 5,1 milhões de conteúdos concluídos, o que representa, respectivamente, 37% e 68% de aumento em relação à 2017.

No início do segundo semestre de 2018 lançamos a Rádio UniBB no App UniBB Mobile, com *podcasts* com conteúdo relevantes e atuais sobre gestão e negócios, trazendo informação de qualidade e de forma rápida para os funcionários, e a Biblioteca Virtual UniBB que oferece mais de 7 mil títulos de forma *on-line* via Portal UniBB. Essas novidades proporcionam maior facilidade de acesso à educação e melhor experiência de aprendizagem aos funcionários.

Apresentamos alguns destaques de treinamentos disponibilizados na UniBB:

- Atualização da Trilha Transformação Digital, com a inclusão do curso "*Big Data Analytics*", que aborda a importância do *Big Data* para a otimização dos processos organizacionais e seu impacto sobre o negócio. Com isso, a Trilha, que já foi acessada por mais de 62 mil funcionários, passa a contar com 35 cursos, que abordam temas relevantes para o nosso processo de transformação.
- A Oficina Gestão de Carteiras MPE capacitou, em 2018, 2.726 funcionários em conceitos de negociação, gestão do crédito e gestão de carteiras de clientes, visando à efetivação de resultados sustentáveis com esse público.
- A Trilha Alta Administração contém soluções relacionadas aos temas ética e integridade, e é destinada aos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Riscos e de Capital e do Comitê de Auditoria. A referida trilha foi desenvolvida com o objetivo de propiciar o contínuo atendimento à Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), no que concerne à capacitação da alta administração do Banco e reforça o compromisso do BB com ética e a integridade em todos os níveis.

- A Trilha Estratégia e Planejamento é composta por 10 cursos que têm como objetivo difundir conhecimentos fundamentais para a compreensão da Estratégia Corporativa do BB, tais como pensamento estratégico, planejamento, experiência do cliente, liderança e resultado. A trilha já foi acessada por mais de 11 mil funcionários.
- O Relaciona-e é um programa de capacitação com uma abordagem inovadora, desenvolvido para auxiliar mais de seis mil gerentes de relacionamento, que atuam em carteiras digitais, no desafio de construir relacionamento sustentável com clientes, em meio a um contexto de transformação digital.
- Os Programas de Capacitação de Lideranças têm como objetivo desenvolver competências estratégicas por meio de ações educacionais realizadas em parceria com escolas de negócios renomadas no Brasil e no Exterior. São voltados aos potenciais e atuais gerentes de solução, executivos, superintendentes regionais e estaduais. Atualmente o público é composto por 439 funcionários.
- O Programa Liderança Feminina, visa desenvolver as competências da liderança feminina, disseminar a cultura da equidade de gênero, além de discutir e propor ações para o empoderamento feminino na nossa organização. São 717 funcionários do segmento gerencial do BB, entre homens e mulheres, que estão participando de pelo menos uma das etapas.
- O Game Desenvolver, cujo objetivo é de capacitar, em competências de liderança, funcionários que ainda não assumiram funções gerenciais, teve sua Jornada Transformação Digital iniciada, com a finalidade de contribuir para a formação dos futuros líderes do BB no contexto da Transformação Digital. O público é formado por cerca de 54 mil funcionários entre escriturários, caixas, assistentes, atendentes e supervisores de atendimento. O Game contou ainda, em 2018, com o apoio de mais de 27 mil processos de mentoria.

Em 2018, concedemos três ações do BB para nossos funcionários. O intuito foi reconhecer o papel dos funcionários nos resultados da nossa instituição, estimular o desempenho e a gestão de longo prazo, ampliar o sentimento de pertencimento “sentimento de dono” e, por fim, estreitar o vínculo da empresa com seus funcionários em busca de resultados melhores e sustentáveis. As ações somente poderão ser comercializadas após seu desligamento/aposentadoria.

Ampliamos as possibilidades de premiação aos funcionários no Programa de Desempenho Gratificado (PDG). Além da ampliação do público-alvo e premiações adicionais que podem atingir o equivalente a 1,5 salário por ano – ou três salários extras por ano, a premiação referente ao segundo semestre de 2018 será paga 50% em ações da empresa.

Ampliamos o investimento em programas de identificação de funcionários com potencial para ascensão na Empresa, valorizando mérito, desempenho e formação. Lançamos o PIT - Programa de Identificação de Talentos, voltado para Escriturários e Caixas com os melhores currículos e desempenhos, e realizamos o Programa Ascensão para Superintendente Regional, Gerente de Divisão e Gerente Geral de Agências Empresariais. No segundo semestre de 2018 foi lançada a 2ª edição do programa, incluindo as Unidades de Apoio.

Em outubro abrimos processo seletivo para identificar talentos na área de *analytics*. O objetivo foi selecionar funcionários com conhecimento em *machine learning*, *deep learning* e *big data*. Foram 3,7 mil participantes, dos quais 129 foram aprovados. Os funcionários qualificados para o banco de talentos poderão ser convidados para participar de ações de capacitação, grupos de trabalho, estágios e até serem chamados para participar de seleções internas e colaborar ou integrar times de *analytics* no BB.

Tabela 3. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2017	2018	2017	2018
Folha de pagamento ¹	16.652	17.207	18.007	18.527
Previdência Complementar ²	1.565	1.871	1.565	1.871
Planos de Saúde ²	1.287	1.644	1.287	1.644
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.416	1.633	1.422	1.638
Treinamento ⁴	59	67	64	73

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais;

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados;

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais.

7. Desempenho Financeiro

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na data de publicação do nosso balanço, traz análise abrangente e profunda dos nossos resultados e está disponível para consulta no sítio de relações com investidores, em bb.com.br/ri.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

Tabela 4. Destaques Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	2017	2018	2017	2018
Lucro Líquido	10.881	12.649	11.011	12.862
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	27.879	26.587	31.618	31.514
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	18.303	19.197	25.941	27.415
Despesas Administrativas ¹	(33.492)	(32.151)	(35.092)	(33.718)

1 – Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Patrimoniais (R\$ milhões)	Dez/17	Dez/18	Dez/17	Dez/18
	Ativos	1.425.213	1.479.379	1.369.201
Carteira de Crédito Classificada	619.647	626.345	635.911	640.226
Depósitos Totais	435.379	471.411	450.229	486.037
Patrimônio Líquido	87.531	91.990	98.723	102.253
Índice de Basileia (%)	19,6	18,9	19,6	18,9

8. Atendimento

Destacamos o crescimento de 14,6% nos pontos de atendimento digital e especializado no ano.

O modelo de especialização do atendimento, testado em Belém, Curitiba, Joinville (SC) e Ribeirão Preto (SP), e implantado em outubro nas agências de Brasília e da cidade de São Paulo, será expandido para mais 100 praças em 2019. O modelo propõe a especialização do atendimento e a atuação de forma integrada entre agências físicas e escritórios, para garantir um bom atendimento e a realização de negócios no canal de preferência do cliente.

A principal mudança se dará nas agências Varejo, que serão especializadas em atendimento e vendas e passam a focar, exclusivamente, na qualidade do atendimento e na realização de negócios com todos os clientes que frequentam o ponto físico. Já no caso do escritórios e agências digitais, o foco será no relacionamento e na valorização da conveniência dos nossos clientes, com horário estendido, consultores e profissionais especializados, canais presenciais exclusivos, além de produtos e serviços específicos para cada segmento.

Tabela 5. Atendimento

	2017	2018	Var.%
Total de Agências	4.770	4.722	(1,0)
Atendimento Tradicional	4.228	4.101	(3,0)
Atendimento Digital e Especializado	542	621	14,6
Agências Estilo	249	249	-
Agências Empresa	122	171	40,2
Agências Governo	30	30	-
Private Banking	9	11	22,2
Escritórios Exclusivo	85	139	63,5
Escritórios MPE	36	2	(94,4)
Escritórios Estilo	11	19	72,7

9. Capital

Solidez e confiança são a essência de um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, incorporando os efeitos definidos pelo Acordo de Basileia III e considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O nosso índice de capital atingiu 18,86% em dezembro de 2018. O índice de capital nível I chegou a 13,39%, sendo 10,00% de capital principal e alcançou R\$ 134.178 milhões de patrimônio de referência.

Nosso foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas mais atrativas sob o critério retorno *versus* risco e em participações estratégicas no *core business* do Banco. Temos como meta manter o Índice de Capital Principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil, meta esta que atingimos com um ano de antecedência no final de dezembro de 2017.

Além disso, seguindo nossa Declaração de Appetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, nossa meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

10. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os nossos clientes, sendo o crédito o negócio mais relevante. Nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

Mais informações poderão ser encontradas no nosso sítio de relações com investidores (bb.com.br/ri), da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br) e da Cielo (cielo.riweb.com.br).

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Crédito

Em 2018, o desembolso de crédito cresceu em linha com nossa estratégia de gestão de retorno e capital, e os resultados já foram perceptíveis nas carteiras de pessoa física e do agronegócio. A carteira de clientes PF, na visão orgânica, cresceu 7,6%, com destaque para as linhas de crédito consignado e crédito imobiliário que já representam 60,6% do nosso portfólio. Atuamos também na oferta de crédito não consignado, notadamente para clientes profissionais liberais e sócios dirigentes de empresas. Essa estratégia já resultou em desembolsos de mais de cinco bilhões de reais em 2018.

A carteira para pessoas jurídicas, incluindo crédito ao Governo, apresentou redução de R\$ 10.539 milhões (4,6%) no ano, refletindo as condições do mercado e a menor demanda. As linhas de ACC/ACE cresceram 21,9% no período, fruto do nosso histórico de apoio ao comércio exterior além de R\$ 584 milhões em recebíveis.

Já na carteira de agronegócios, crescimento de 3,2% frente a dezembro/17, com destaque para o crescimento nas linhas de FCO Rural e Investimento Agropecuário (29,2% e 30,0% respectivamente), o que reforça nosso compromisso com esse segmento. Finalizamos o ano com 57,4% de participação de mercado.

Em relação à qualidade do crédito, nosso índice de inadimplência em atraso há mais de 90 dias (Inad +90) reduziu de 3,72% em dezembro/17 para 2,53% em dezembro/18, reflexo do esforço global da empresa em regularizar esses créditos. Além do empenho de nossa rede de atendimento na cobrança e recuperação de crédito, a tecnologia foi fundamental para o aprimoramento de nossas soluções e canais. Reduzimos, por exemplo, em 61% o tempo médio do processo operacional de cobrança judicial.

Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, resseguros, planos odontológicos e corretagem. Constituída em 2012, a companhia é resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008 e que culminaram na abertura de seu capital em abril de 2013.

Em 2018 a BB Seguridade lucrou R\$ 3.540 milhões, com retorno sobre o patrimônio líquido de 35,8%.

Em março, as marcas BB Seguridade, Brasilcap, Brasildental, Brasilprev e Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE, que se apresentavam de maneira independente, passam a compor um guarda-chuva de proteção representado de forma unificada pela marca **BB Seguros**. Todos os conteúdos em patrocínios, publicidade e propaganda, comunicação interna, divulgações à imprensa, *internet* e redes sociais são assinados pela nova marca. Canais de atendimento por telefone também seguirão essa unificação.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>

Meios de Pagamento

Operamos pela BB Administradora de Cartões e pela *holding* BB Elo Cartões, que concentra os negócios da Alelo, Stelo, Lívolo e Cateno, além da participação no capital da Cielo S.A., por meio de nossa subsidiária integral BB - Banco de Investimento S.A (BB-BI).

A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Lançamos, em novembro, o Ourocard Elo Nanquim Diners Club para nossos clientes alta renda pessoa física e *Corporate/Large Corporate* pessoas jurídicas. Os plásticos serão os mais sofisticados do portfólio Elo. Entre os principais diferenciais dos cartões pessoa física, estão a pontuação superior a de outros cartões destinados aos clientes alta renda, acesso a mais de 850 salas *VIP Diners Club* e *Lounge Key* no mundo inteiro e dois traslados gratuitos para aeroportos no Brasil e no exterior.

Para o público pessoa jurídica, o produto oferece seguro viagem gratuito no Brasil e no exterior, com valor segurado de até US\$ 1 milhão; quatro *chips* de viagem por ano, cada um com 4GB de dados/voz; pontuação no programa Ponto pra sua Empresa de 1 ponto para cada US\$ 1,00 gasto, mediante adesão; além dos dois traslados entre aeroportos e de acesso às salas *VIP Diners Club* e *Lounge Key*.

Outras informações sobre a Cielo e os negócios do segmento de meios de pagamento podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponíveis no site <https://ri.cielo.com.br/pt-br/>

Gestão de Recursos

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 22,5% e um total de R\$ 941.116 milhões em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 8,9% em relação a 2017.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de dezembro/18, a nossa gestora de recursos foi líder nos segmentos: Poder Público (62,7%), Investidores Institucionais (27,1%) e Varejo (41,6%).

Mercado de Capitais

O mercado de capitais vem se recuperando nos últimos trimestres e constitui uma alternativa importante ao financiamento, principalmente para grandes empresas, com potencial de gerar receitas com tarifas e criar outras oportunidades de negócios. Nesse ano, assessoramos nossos clientes na captação de R\$ 54,0 bilhões em renda fixa doméstica e internacional.

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras *BB Securities Ltd* (Londres), Banco do Brasil *Securities LLC* (Estados Unidos) e *BB Securities Asia Pte. Ltd.* (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

Consórcios

Apresentamos inovações e bons resultados no negócio de consórcios em 2018. Comercializamos mais de 304 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 11,3 bilhões em volume de negócios, aumento de 32% em relação a 2017. Desse total, 17% foram realizados via canais digitais.

Ampliamos nossa atuação em canais alternativos (canais digitais e parceiros externos) e aproveitamento de oportunidade de vendas, inclusive em períodos de elevado apelo negocial, a exemplo do mês de novembro com a *Black Friday*. Na ocasião, registramos o melhor desempenho de vendas do ano a partir de campanha promocional com concessão de desconto na taxa de administração para novas adesões.

Lançamos ainda o consórcio mercado agro, que já se estabelece como importante alternativa na aquisição de bens e insumos no campo, como fazendas, máquinas, implementos, terrenos e usinas à gama incontável de serviços, com a possibilidade, inclusive, de reformar uma propriedade rural.

Recuperação de Créditos

Por meio da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, nossa subsidiária integral por meio do BB-BI e do Bamb, realizamos 1.006 mil negociações em 2018, totalizando R\$ 655,2 milhões de créditos recuperados. Estas recuperações são oriundas de carteiras de créditos não performados adquiridas pela Ativos S.A de nossas carteiras ou de outras Instituições Financeiras.

Em linha com a digitização de processos e a melhoria da experiência do cliente, a Ativos S.A. também permite a negociação diretamente em seu site na *internet* (www.ativossa.com.br, opção Negocie seu Débito) ou por meio do *app* próprio Ativos S.A., disponível para *iOs* e *android* e que conta com mais de 190 mil *downloads*. O lucro líquido gerado pela Ativos S.A. totalizou R\$ 133,7 milhões.

11. Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável

Nossos negócios sociais têm como prioridade o desenvolvimento de iniciativas economicamente viáveis, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

O BB Crédito Acessibilidade, linha destinada ao financiamento de bens e serviços de tecnologia assistiva, contratou 8.463 novas operações em 2018. Desde o seu lançamento, em fevereiro de 2012, a linha já atendeu mais de 65,7 mil pessoas.

No Microcrédito Produtivo Orientado, atuamos para ampliar e qualificar a oferta de crédito aos empreendedores, estimular a criação e o fortalecimento de pequenos negócios. Em 2018, alcançamos desembolso acumulado de R\$ 337.256 mil em operações de crédito para capital de giro. Foram beneficiados 171.554 clientes, entre pessoas físicas e jurídicas em todo o País, atendidos por meio da rede de agências e da parceria com a Movera, empresa coligada.

A Movera, em 2018, realizou 91.674 operações, com R\$ 109.621 mil desembolsados para mais de 81.352 clientes. Além da transação via conta corrente, disponibilizamos a contratação do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) pelo Ourocard Conta Fácil e pelo Cartão Ourocard pré-pago, via celular.

Tabela 6. Principais Negócios Sociais

R\$ milhões	Saldo	
	2017	2018
Fies	35.834,5	41.611,4
MPO	305,2	234,8
Crédito Acessibilidade	163,6	162,4

12. Gestão de Riscos, Controle e Segurança

Gestão de Riscos

A nossa forma de atuação é pautada nas políticas e processos aprovados pela nossa Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

Adotamos estrutura de governança e gestão do risco compatíveis com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

Controles Internos

Nosso Sistema de Controles Internos está consolidado. Os processos, produtos e serviços contam com atividades de identificação de riscos e avaliação de controles que vêm sendo aprimoradas continuamente com a implementação de mitigadores, indicadores e a internalização de boas práticas na Gestão de Risco e Governança Corporativa.

A adoção do Modelo de Linhas de Defesa auxilia no atingimento dos objetivos estratégicos, à medida que reforça as competências e responsabilidades de todo o Banco dentro da estrutura de gestão de riscos e controles. O Modelo promove maior inter-relação entre negócios, gestão de riscos, controles e auditoria, buscando a mitigação dos riscos, redução de perdas, melhoria dos processos, sustentabilidade e, por consequência, melhores resultados financeiros. A atuação mais integrada entre as linhas de defesa favorece a consolidação do sistema de controles internos, proporcionando ambiente adequado e seguro à execução dos negócios.

Adotamos a Política de Controles Internos e Conformidade (*Compliance*), alinhada à Resolução CMN 4.595, que estabelece os princípios e diretrizes visando o efetivo gerenciamento do risco de conformidade. O nosso Programa de *Compliance* possui foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços.

Nossa Política de Relacionamento com Clientes e Usuários é aderente à Resolução CMN 4.539, consolidando as diretrizes e valores organizacionais que devem nortear o comportamento do Banco no relacionamento com seus clientes e usuários e na gestão adequada do risco de conduta.

A aderência e efetividade da Política de Controles Internos e Conformidade e da Política de Relacionamento com Clientes e Usuários é de responsabilidade de todo o conglomerado BB, sob coordenação da Diretoria de Controles Internos.

Para demais informações sobre o Sistema de Controles Internos, programas e políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de Compliance, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Reafirmando nosso comprometimento com a ética, transparência e integridade, realizamos a revisão do Programa de Integridade e da metodologia de avaliação do risco de integridade, de acordo com orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU. Participamos ativamente de iniciativas para prevenção e combate à corrupção junto ao Instituto *Ethos, Alliance for Integrity*, Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla e à Federação Brasileira de Bancos - Febraban. Mantemos acordos de cooperação técnica com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça, com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e com a Interpol.

Dispomos de plano de capacitação, nos temas de ética e integridade, para os funcionários, incluindo a Alta Administração da Instituição. Em 2018, 11.606 funcionários participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema de prevenção e combate à corrupção e 36.269 foram treinados em eventos de capacitação em prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Além disso, 24.128 realizaram provas de certificação de conhecimento em prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

13. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,1% de nossos clientes pessoa jurídica são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 23,8 bilhões em dezembro de 2018. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 1,0 bilhão e das pequenas empresas R\$ 14,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 591 milhões e para as pequenas empresas R\$ 7,1 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 1.576 mil, que representam 4,93% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela a seguir:

Tabela 7. Contratação KPMG Auditores Independentes

Empresa Contratante	Data de Contratação	Data Final do Contrato	Descrição dos Serviços	Valor - R\$ mil
Cielo	12/01/2018	30/05/2018	Consultoria	98,7
BB Securities Asia	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	21,1
Banco Votorantim S.A.	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	75,6
Votorantim Asset	26/04/2018	26/04/2018	Consultoria	113,4
Banco Patagonia Ur.	01/04/2018	30/06/2018	Consultoria	202,0
Brasil Seguros e Prev.	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	73,5
Brasil Seguros e Prev.	31/05/2018	30/06/2018	Consultoria	82,0
Banco Votorantim S.A.	20/07/2018	30/11/2018	Consultoria	97,5
BV Financeira S.A.	01/07/2018	31/12/2018	Consultoria	130,0
Kepler Weber S.A.	01/10/2018	31/12/2018	Consultoria	683,0

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que, em 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1.665 milhão em 2018, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 813,5 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 811,4 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1.870 milhão e R\$ 1.880 milhão de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas a 2018 respectivamente.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 11.960.630.612,30 decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- IV. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (www.bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		831.685.184	769.102.140
Disponibilidades	6	13.614.866	13.480.903
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	412.306.070	370.906.503
Aplicações no mercado aberto		386.121.022	347.671.300
Aplicações em depósitos interfinanceiros		26.185.048	23.235.203
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	22.312.810	17.406.636
Carteira própria		19.892.244	13.669.831
Vinculados a compromissos de recompra		1.543.982	2.590.049
Vinculados à prestação de garantias		268.521	634.070
Instrumentos financeiros derivativos		608.063	512.686
Relações Interfinanceiras		64.762.041	74.516.282
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	591.555	4.069
Créditos vinculados	9.b	61.888.022	71.892.280
Depósitos no Banco Central		59.115.355	69.081.139
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		38.533	16.252
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.734.134	2.794.889
Correspondentes		2.282.464	2.619.933
Relações Interdependências		254.747	404.870
Transferências internas de recursos		254.747	404.870
Operações de Crédito	10	186.269.969	179.791.353
Setor público		576.035	1.169.169
Setor privado		198.248.722	192.639.735
Operações de crédito vinculadas à cessão		505	165
(Provisão para operações de crédito)		(12.555.293)	(14.017.716)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	106.335	166.952
Setor privado		113.772	183.601
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(7.437)	(16.649)
Outros Créditos		131.161.499	111.906.397
Créditos por avais e fianças honrados		362.737	601.739
Carteira de câmbio	11.a	25.103.044	19.057.714
Rendas a receber		3.448.674	2.879.303
Negociação e intermediação de valores		509.122	417.544
Créditos específicos	12.a	493	533
Diversos	12.b	104.477.547	91.070.544
(Provisão para outros créditos)		(2.740.118)	(2.120.980)
Outros Valores e Bens	13	896.847	522.244
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		551.276	412.543
(Provisão para desvalorizações)		(155.818)	(157.586)
Despesas antecipadas		501.389	267.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO NÃO CIRCULANTE		585.458.532	600.099.031
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		555.165.692	568.267.266
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.a	2.785.527	2.116.825
Aplicações no mercado aberto		754.933	515.460
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.030.594	1.601.365
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	8	128.783.655	121.515.935
Carteira própria		89.416.471	91.713.584
Vinculados a compromissos de recompra		36.071.681	28.682.860
Vinculados à prestação de garantias		3.220.404	977.258
Instrumentos financeiros derivativos		75.099	142.233
Relações Interfinanceiras		4.092.928	4.118.336
Pagamentos e recebimentos a liquidar	9.a	3.445.430	3.467.187
Créditos vinculados	9.b	15.115	187
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		15.115	187
Repases interfinanceiros		632.383	650.962
Operações de Crédito	10	362.718.150	364.498.414
Setor público		74.180.719	74.100.972
Setor privado		308.355.612	311.327.864
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)		404.563 (20.222.744)	495.891 (21.426.313)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	117.125	211.102
Setor privado		119.942	214.956
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(2.817)	(3.854)
Outros Créditos		56.656.517	75.788.225
Carteira de câmbio	11.a	10.497	--
Rendas a receber		32.730	69.228
Negociação e intermediação de valores		382.841	473.626
Créditos específicos	12.a	392.414	416.269
Diversos	12.b	57.065.563	75.676.085
(Provisão para outros créditos)		(1.227.528)	(846.983)
Outros Valores e Bens	13	11.790	18.429
Despesas antecipadas		11.790	18.429
PERMANENTE		30.292.840	31.831.765
Investimentos		16.973.191	17.489.734
Participações em coligadas e controladas em conjunto	14.a	16.754.357	17.262.707
No país		16.181.548	17.216.404
No exterior		572.809	46.303
Outros investimentos	14.c	274.152	246.161
(Provisão para perdas)		(55.318)	(19.134)
Imobilizado de Uso	15	7.537.617	7.415.302
Imóveis de uso		8.102.145	7.722.889
Outras imobilizações de uso		9.453.968	10.182.774
(Depreciação acumulada)		(10.018.496)	(10.490.361)
Intangível	16	5.782.032	6.926.729
Ativos intangíveis		14.459.342	19.055.527
(Amortização acumulada)		(8.677.310)	(12.128.798)
TOTAL DO ATIVO		1.417.143.716	1.369.201.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE		1.039.439.783	1.006.184.142
Depósitos	17.a	442.285.753	405.168.767
Depósitos à vista		67.810.697	69.981.063
Depósitos de poupança		174.854.743	160.289.875
Depósitos interfinanceiros		30.351.705	21.382.405
Depósitos a prazo		169.057.376	153.338.582
Outros depósitos		211.232	176.842
Captações no Mercado Aberto	17.c	393.556.860	365.536.950
Carteira própria		30.226.030	29.529.818
Carteira de terceiros		363.330.830	336.007.132
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	32.565.915	67.394.565
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		29.256.810	58.716.935
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		3.192.679	8.610.339
Certificados de operações estruturadas		116.426	67.291
Relações Interfinanceiras		1.638	1.149
Recebimentos e pagamentos a liquidar	9.a	1.638	1.149
Relações Interdependências		2.490.770	2.495.532
Recursos em trânsito de terceiros		2.490.638	2.495.532
Transferências internas de recursos		132	--
Obrigações por Empréstimos	19.a	18.179.594	16.872.613
Empréstimos no exterior		18.179.594	16.872.613
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	38.148.447	44.419.452
Tesouro Nacional		4	--
BNDES		4.450.146	6.091.846
Caixa Econômica Federal		29.413.089	26.558.065
Finame		4.036.156	4.549.264
Outras instituições		249.052	7.220.277
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	95	95
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	593.508	577.070
Outras Obrigações		111.617.203	103.717.949
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		426.786	493.167
Carteira de câmbio	11.a	12.067.141	8.134.346
Sociais e estatutárias		3.961.830	2.177.094
Fiscais e previdenciárias	20.a	10.788.134	11.464.023
Negociação e intermediação de valores		655.805	907.009
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	9.855.261	9.339.505
Dívidas subordinadas	20.c	9.440.498	9.168.341
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	62.168	283.071
Diversas	20.e	64.359.580	61.751.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		275.451.051	264.293.627
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		275.002.814	263.864.254
Depósitos	17.a	43.751.018	45.060.595
Depósitos interfinanceiros		3.316.890	2.770.354
Depósitos a prazo		40.434.128	42.290.241
Captações no Mercado Aberto	17.c	9.344.342	10.705.745
Carteira própria		9.344.337	10.705.734
Carteira de terceiros		5	11
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18	92.252.581	66.371.232
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		72.348.342	50.941.594
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		19.886.856	15.394.376
Certificados de operações estruturadas		17.383	35.262
Obrigações por Empréstimos	19.a	2.807.154	2.699.881
Empréstimos no exterior		2.807.154	2.699.881
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.b	28.582.617	36.465.287
Tesouro Nacional		165.553	145.264
BNDES		17.314.666	20.844.346
Finame		11.102.398	15.225.834
Outras instituições		--	249.843
Obrigações por Repasses do Exterior	19.b	382	382
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.d	215.693	212.817
Outras Obrigações		98.049.027	102.348.315
Carteira de câmbio	11.a	2.455.716	1.605.681
Sociais e estatutárias		905	726
Fiscais e previdenciárias	20.a	768.983	911.945
Negociação e intermediação de valores		322.059	298.639
Fundos financeiros e de desenvolvimento	20.b	5.667.160	7.455.245
Operações especiais		2.216	2.216
Dívidas subordinadas	20.c	41.129.651	46.513.485
Instrumentos híbridos de capital e dívida	20.d	4.245.895	5.324.708
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.c e 20.d	29.085.685	25.771.771
Diversas	20.e	14.370.757	14.463.899
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		448.237	429.373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	102.252.882	98.723.402
Capital		67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país		51.606.403	52.954.778
De domiciliados no exterior		15.393.597	14.045.222
Instrumento Elegível ao Capital Principal	23.c	8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital		14.692	12.436
Reservas de Reavaliação		2.240	2.371
Reservas de Lucros		42.612.582	35.280.691
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.154.116)	(13.219.725)
(Ações em Tesouraria)		(1.833.431)	(1.850.043)
Participação dos Não Controladores		2.510.915	3.397.672
TOTAL DO PASSIVO		1.417.143.716	1.369.201.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		62.575.962	134.487.863	142.438.857
Operações de crédito	10.b	40.915.621	86.493.451	83.669.131
Operações de arrendamento mercantil	10.i	90.111	196.945	255.815
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.b	19.560.906	41.600.526	52.144.046
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	8.e	(323.352)	568.930	(465.274)
Resultado de operações de câmbio	11.b	816.514	2.247.071	917.229
Resultado das aplicações compulsórias	9.c	1.136.920	2.519.272	4.302.545
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		379.242	861.668	1.615.365
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(45.470.171)	(102.973.435)	(110.820.864)
Operações de captação no mercado	17.d	(31.997.488)	(63.413.576)	(77.153.666)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	19.c	(3.167.285)	(18.383.042)	(7.734.066)
Operações de arrendamento mercantil	10.i	(60.814)	(129.647)	(147.591)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(297.568)	(318.617)	(86.373)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.f e 10.g	(9.947.016)	(20.728.553)	(25.699.168)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.105.791	31.514.428	31.617.993
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(5.882.387)	(12.006.850)	(14.026.526)
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	21.a	14.068.941	27.414.692	25.941.416
Receitas de prestação de serviços		8.682.941	16.934.672	16.305.668
Rendas de tarifas bancárias		5.386.000	10.480.020	9.635.748
Despesas de pessoal	21.b	(10.664.762)	(20.899.024)	(20.574.976)
Outras despesas administrativas	21.c	(6.605.118)	(12.819.069)	(14.516.719)
Despesas tributárias	24.c	(2.530.776)	(5.053.736)	(5.482.503)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	14	1.649.477	3.741.668	3.962.261
Outras receitas operacionais	21.d	5.724.967	9.585.643	8.226.850
Outras despesas operacionais	21.e	(7.525.116)	(13.977.024)	(11.582.855)
RESULTADO OPERACIONAL		11.223.404	19.507.578	17.591.467
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	891.061	1.156.118	542.365
Receitas não operacionais		1.002.104	1.353.435	756.616
Despesas não operacionais		(111.043)	(197.317)	(214.251)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		12.114.465	20.663.696	18.133.832
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.a	(3.614.686)	(4.767.368)	(4.050.863)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(1.759.641)	(3.304.217)	(3.290.685)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(1.855.045)	(1.463.151)	(760.178)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(890.797)	(1.638.453)	(1.422.159)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		(630.776)	(1.395.849)	(1.650.034)
LUCRO LÍQUIDO		6.978.206	12.862.026	11.010.776
LUCRO POR AÇÃO	23.f			
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		2.785.468.140	2.785.290.260	2.784.905.261
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		2,45	4,54	3,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Banco do Brasil	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31.12.2016		67.000.000	8.100.000	15.509	2.660	6.570.147	21.076.422	(16.944.830)	15.625	(1.854.749)	--	3.212.968	87.193.752
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	747.543	91.344	--	--	--	838.887
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	3.048.369	--	--	--	--	3.048.369
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(177.776)	--	--	--	(177.776)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	(3.073)	--	--	--	--	--	4.706	--	--	1.633
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.628	--	7.628
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(289)	--	--	--	--	--	289	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	184.704	184.704
Adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.512/2016 no Banco Votorantim S.A.	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(58.275)	--	(58.275)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	11.010.776	--	11.010.776
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(97.343)	--	(97.343)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	32.335	--	--	--	(32.335)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	541.537	7.060.250	--	--	--	(7.601.787)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.228.953)	--	(3.228.953)
Saldos em 31.12.2017		67.000.000	8.100.000	12.436	2.371	7.111.684	28.169.007	(13.148.918)	(70.807)	(1.850.043)	--	3.397.672	98.723.402
Mutações do período		--	--	(3.073)	(289)	541.537	7.092.585	3.795.912	(86.432)	4.706	--	184.704	11.529.650
Saldos em 30.06.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.336	7.397.589	31.765.693	(12.871.393)	(257.223)	(1.843.213)	--	3.329.349	102.637.830
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	784.846	(135.121)	--	--	--	649.725
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	(3.322.994)	--	--	--	--	(3.322.994)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(290.974)	--	--	--	(290.974)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(61.257)	--	--	--	(61.257)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	--	--	--	--	--	--	9.782	--	--	9.782
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.373	--	4.373
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(96)	--	--	--	--	--	96	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(818.434)	(818.434)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.978.206	--	6.978.206
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(152.933)	--	(152.933)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	11.585	--	--	--	(11.585)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	340.908	3.096.807	--	--	--	(3.437.715)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.380.442)	--	(3.380.442)
Saldos em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(15.409.541)	(744.575)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Mutações do período		--	--	--	(96)	340.908	3.108.392	(2.538.148)	(487.352)	9.782	--	(818.434)	(384.948)
Saldos em 31.12.2017		67.000.000	8.100.000	12.436	2.371	7.111.684	28.169.007	(13.148.918)	(70.807)	(1.850.043)	--	3.397.672	98.723.402
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	(617.793)	(115.490)	--	--	--	(733.283)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.642.830)	--	--	--	--	(1.642.830)
Variação cambial e hedge de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(518.829)	--	--	--	(518.829)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	--	(39.449)	--	--	--	(39.449)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	2.256	--	--	--	--	--	16.612	--	--	18.868
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.372	--	8.372
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(131)	--	--	--	--	--	131	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(886.757)	(886.757)
Adoção inicial, no Banco Votorantim S.A., de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, líquido de impostos	14.a	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(121.064)	--	(121.064)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12.862.026	--	12.862.026
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(255.752)	--	(255.752)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(42.529)	--	--	--	42.529	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	626.813	6.747.607	--	--	--	(7.374.420)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(5.161.822)	--	(5.161.822)
Saldos em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(15.409.541)	(744.575)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Mutações do período		--	--	2.256	(131)	626.813	6.705.078	(2.260.623)	(673.768)	16.612	--	(886.757)	3.529.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		12.114.465	20.663.695	18.133.832
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		10.988.598	18.118.796	25.807.296
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	10.f e 10.g	9.947.016	20.728.553	25.699.168
Depreciações e amortizações	21.c	1.492.345	2.981.790	4.246.152
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	15 e 16	29.204	49.137	187
Variação cambial em movimentações de intangíveis	16	758	(22.340)	(2.344)
Resultado de participação em coligadas e controladas	14.a	(1.649.477)	(3.741.668)	(3.962.261)
Lucro na alienação de valores e bens	22	(76.290)	(263.657)	(8.228)
Ganho de capital	22	(812.625)	(856.166)	(520.323)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	22	10.228	(178)	23.614
Amortização de ágios em investimentos	14.d	93.884	176.200	210.446
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	27	3.068.984	5.378.412	2.773.722
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	26	(565.737)	(1.293.414)	49.715
Comissões de corretagem diferidas		(28.542)	(199.964)	(6.064)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		553.539	(2.522.422)	(36.146)
Resultado dos não controladores		(630.776)	(1.395.849)	(1.650.034)
Outros ajustes		(443.913)	(899.638)	(1.010.308)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		23.103.063	38.782.491	43.941.128
Variações Patrimoniais		(21.391.531)	(8.531.979)	(84.724.499)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		17.664.358	(29.037.058)	(23.926.510)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(618.659)	1.561.852	(1.801.173)
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(1.576.716)	(62.042)	(996.802)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		11.128.215	9.965.784	(5.630.045)
Aumento em operações de crédito		(9.497.428)	(23.933.542)	(4.336.548)
Redução em operações de arrendamento mercantil		47.955	148.840	170.108
Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		1.550.491	247.352	836.920
(Aumento) Redução em outros valores e bens		129.857	(104.129)	(84.999)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(605.283)	(2.802.471)	(3.038.651)
Aumento em depósitos		10.498.353	35.807.409	4.248.674
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(21.210.488)	26.658.507	1.608.663
Redução em recursos de aceites e emissão de títulos		(9.463.985)	(8.947.301)	(31.400.556)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(13.212.119)	(12.739.421)	(3.034.808)
Redução em outras obrigações		(6.239.671)	(5.314.623)	(17.321.883)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		13.589	18.864	(16.889)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		1.711.532	30.250.512	(40.783.371)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento				
Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(24.097.678)	(83.203.902)	(71.527.075)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		38.724.746	81.565.873	56.845.301
Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(12.599.464)	(17.835.572)	(3.040.249)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		3.507.667	4.989.578	1.625.861
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.435.955	2.925.249	3.219.813
Aquisição de imobilizado de uso		(840.926)	(1.361.242)	(1.020.391)
Alienação de imobilizado de uso		13.759	18.131	8.721
Alienação de investimentos		569.872	698.240	711.511
Aquisição de intangíveis		(381.472)	(656.694)	(2.242.292)
Baixa de intangíveis/diferidos		6.334	13.599	940.676
Caixa líquido recebido na alienação da Mapfre SH2		2.252.575	2.252.575	--
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		8.591.368	(10.594.165)	(14.478.124)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento				
Varição da participação dos acionistas não controladores		(818.434)	(886.757)	184.704
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(1.117.566)	(4.513.514)	1.366.547
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		272.040	1.416.034	353.453
Alienação de ações em tesouraria		9.782	16.612	4.706
Juros sobre o capital próprio pagos		(2.492.346)	(4.206.516)	(2.623.783)
Caixa pago pela participação no Banco Patagônia		(839.454)	(839.454)	--
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.985.978)	(9.013.595)	(714.373)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Início do período		55.585.739	47.183.948	103.123.670
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(553.539)	2.522.422	36.146
Fim do período		60.349.122	60.349.122	47.183.948
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.316.922	10.642.752	(55.975.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
Receitas		65.338.409		137.186.611		139.188.093	
Receitas de intermediação financeira		62.575.962		134.487.863		142.438.857	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		14.068.941		27.414.692		25.941.416	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.947.016)		(20.728.553)		(25.699.168)	
Ganhos de capital	22	891.186		995.372		671.731	
Outras receitas/(despesas)		(2.250.664)		(4.982.763)		(4.164.743)	
Despesas da Intermediação Financeira		(35.523.155)		(82.244.882)		(85.121.696)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.873.616)		(7.545.102)		(7.807.612)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(303.434)		(613.024)		(604.431)	
Serviços de terceiros	21.c	(456.939)		(896.372)		(856.294)	
Comunicações	21.c	(425.307)		(862.758)		(1.034.617)	
Processamento de dados	21.c	(180.645)		(383.669)		(321.245)	
Transporte	21.c	(496.683)		(984.001)		(1.114.216)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(598.463)		(1.169.188)		(1.244.514)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(372.320)		(744.726)		(744.457)	
Propaganda e publicidade	21.c	(250.987)		(420.855)		(394.553)	
Manutenção e conservação de bens	21.c	(376.482)		(715.937)		(706.984)	
Outras		(412.356)		(754.572)		(786.301)	
Valor Adicionado Bruto		25.941.638		47.396.627		46.258.785	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(1.586.231)		(3.157.991)		(4.456.598)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		24.355.407		44.238.636		41.802.187	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		1.649.477		3.741.668		3.962.261	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto		1.649.477		3.741.668		3.962.261	
Valor Adicionado a Distribuir		26.004.884	100,00%	47.980.304	100,00%	45.764.448	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		26.004.884	100,00%	47.980.304	100,00%	45.764.448	100,00%
Pessoal		10.223.896	39,32%	20.015.992	41,72%	19.495.827	42,60%
Salários e honorários		6.580.867		12.792.812		12.633.072	
Participação de empregados e administradores no lucro		890.797		1.638.453		1.422.159	
Benefícios e treinamentos		1.612.401		3.201.469		3.163.477	
FGTS		390.688		765.326		760.173	
Outros encargos		749.143		1.617.932		1.516.946	
Impostos, Taxas e Contribuições		7.477.124	28,75%	12.342.587	25,72%	12.040.525	26,31%
Federais		6.639.750		10.678.502		10.474.329	
Estaduais		344		1.042		1.002	
Municipais		837.030		1.663.043		1.565.194	
Remuneração de Capitais de Terceiros		694.882	2,67%	1.363.850	2,84%	1.567.286	3,42%
Aluguéis	21.c	694.882		1.363.850		1.567.286	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	7.608.982	29,26%	14.257.875	29,72%	12.660.810	27,67%
Juros sobre capital próprio da União		1.714.743		2.618.355		1.715.555	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.665.699		2.543.467		1.513.398	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		152.933		255.752		97.343	
Lucro retido		3.444.831		7.444.452		7.684.480	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		630.776		1.395.849		1.650.034	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e pelas Leis n.º 4.595/64, n.º 13.303/16 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições. Com mais de 200 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda (Proger) Exportação e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), no qual é agente exclusivo do Governo Federal.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 3 e 5, respectivamente.

2 - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Transferência de Ações Banco Patagonia

Em 06.09.2018, foi realizada a transferência de 154.014.912 ações escriturais dos acionistas minoritários do Banco Patagonia S.A. (Patagonia) para o Banco do Brasil, conforme fato relevante, divulgado naquela data.

Com a operação, o Banco passou a ser titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais classe B e reconhecer 80,3894% do resultado gerado pelo Patagonia. A operação gerou ágio de R\$ 606.414 mil.

Acordo de Reestruturação de Parceria com Grupo Segurador BB Mapfre

Em 26.06.2018, o Banco comunicou, por meio de fato relevante ao mercado, a aprovação pelo seu Conselho de Administração da reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre. Em 30.11.2018, o Banco concluiu a reestruturação, conforme divulgado.

Com a reestruturação, o Banco, juntamente com a BB Seguridade Participações S.A. e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), celebrou Acordo de Reestruturação de Parceria com a Mapfre S.A., a Mapfre Internacional S.A. e a Mapfre Brasil Participações S.A. (Mapfre Brasil), que resultou em uma reorganização societária, de acordo com os seguintes atos:

(i) Incorporação pela Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2) da totalidade das ações representativas do capital social da Mapfre Vida S.A., mediante cisão parcial da BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1);

(ii) Incorporação pela SH1 da totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A., mediante cisão parcial desproporcional da SH2.

Após estes atos societários, houve alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de titularidade da BB Seguros à Mapfre Brasil pelo valor de R\$ 2,4 bilhões.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e em IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das *joint ventures* BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - a) adaptação do conjunto completo de demonstrações contábeis, para atendimento aos requerimentos de apresentação, no tocante à classificação dos ativos (custo amortizado, valor justo por meio do resultado – VJR e valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA); b) ajuste no cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) – PCLD dos ativos financeiros, em virtude da apuração com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas; c) inclusão de modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 11.02.2019.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

	Atividade	Moeda funcional	31.12.2018	31.12.2017
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	58,97%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2018.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Controle de despesas administrativas do grupamento Outras Despesas Administrativas para Outras Despesas Operacionais.

Reversão de demandas judiciais do grupamento Outras Receitas Operacionais para Despesas de Pessoal e Outras Despesas Operacionais.

Exercício/2017	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(14.026.526)	--	(14.026.526)
Despesas de Pessoal	(20.576.963)	1.987	(20.574.976)
Outras despesas administrativas	(15.835.524)	1.318.805	(14.516.719)
Outras receitas operacionais	8.293.294	(66.444)	8.226.850
Outras despesas operacionais	(10.328.507)	(1.254.348)	(11.582.855)

Balanco Patrimonial

Aquisição de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outros Créditos para Relações Interfinanceiras.

Exercício/2017	Divulgação Anterior	Reclassificações	Saldos Ajustados
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	75.167.431	3.467.187	78.634.618
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.069	3.467.187	3.471.256
OUTROS CRÉDITOS	191.161.809	(3.467.187)	187.694.622
Outros Créditos – Diversos	170.213.816	(3.467.187)	166.746.629

4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

g) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras do ramo de seguros privados e de capitalização, desde 01.09.2015 (a alíquota era de 15% até 31.08.2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 15).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e *softwares*, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado (Nota 3).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

5 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.) em função dos investimentos em entidades controladas em conjunto serem consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	Exercício/2018		Exercício/2017	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	169.315.151	7.268.150	182.868.533	(1.542.533)
Receitas da intermediação financeira	128.608.139	5.879.724	145.558.903	(3.120.046)
Operações de crédito e arrendamento mercantil ⁽¹⁾	83.293.199	3.397.197	88.866.198	(4.941.252)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	39.456.809	2.143.717	50.562.484	1.581.562
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	478.092	90.838	(449.275)	(15.999)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.525.088	241.255	4.964.131	255.643
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	854.951	6.717	1.615.365	--
Outras receitas	40.707.012	1.388.426	37.309.630	1.577.513
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	26.142.325	1.272.367	24.725.368	1.216.048
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	3.770.960	(29.292)	3.962.261	--
Demais receitas	10.793.727	145.351	8.622.001	361.465
Ativo não circulante ⁽²⁾	29.927.085	365.755	31.399.092	432.673

(1) Inclui variação cambial negativa entre moedas estrangeiras, referente a operações no exterior, no montante de R\$ 7.914.498 mil no exercício/2017.

(2) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

Nos exercícios de 2018 e 2017 as receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e América do Norte.

h) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	Exercício/2018									
	Informações Gerenciais por Segmento						Reconciliação do Gerencial para o Contábil			
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	140.178.114	123.027	61.492	3.493.007	695.932	183.271	(354.011)	144.380.832	(9.892.969)	134.487.863
Operações de crédito e arrendamento mercantil	91.852.181	--	--	--	--	65.465	(70.825)	91.846.821	(5.156.425)	86.690.396
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.855.501	47.570	61.492	27.836	647.097	118.277	(403.717)	43.354.056	(1.753.530)	41.600.526
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	123.368	75.457	--	--	48.835	--	--	247.660	321.270	568.930
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	4.884.717	--	--	--	--	(471)	--	4.884.246	(117.903)	4.766.343
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	462.347	--	--	--	--	--	--	462.347	399.321	861.668
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.465.171	--	--	120.531	3.585.702	(3.585.702)	--
Despesas da intermediação financeira	(107.221.877)	(239.769)	--	(2.794.912)	(23.693)	(154.927)	711.868	(109.723.310)	6.749.875	(102.973.435)
Operações de captação no mercado	(66.386.891)	(239.769)	--	--	--	(153.480)	711.362	(66.068.778)	2.655.202	(63.413.576)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(18.780.156)	--	--	--	(23.693)	(1.447)	506	(18.804.790)	292.101	(18.512.689)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.735.165)	--	--	--	--	--	--	(21.735.165)	1.006.612	(20.728.553)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(319.665)	--	--	--	--	--	--	(319.665)	1.048	(318.617)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.794.912)	--	--	--	(2.794.912)	2.794.912	--
Outras receitas	31.067.675	1.286.479	2.361.297	8.232.826	5.443.035	2.714.485	(2.197.829)	48.907.968	(6.812.530)	42.095.438
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	20.971.425	928.654	2.354.738	2.652.267	5.056.486	2.016.306	(1.534.340)	32.445.536	(5.030.844)	27.414.692
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	138.754	110.210	--	522.714	74.639	--	(574.320)	271.997	3.469.671	3.741.668
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.577.145	--	--	--	180.717	4.757.862	(4.757.862)
Demais receitas	9.957.496	247.615	6.559	480.700	311.910	698.179	(269.886)	11.432.573	(493.495)	10.939.078
Outras despesas	(53.655.694)	(379.213)	(345.083)	(2.517.629)	(4.010.336)	(1.666.162)	1.839.976	(60.734.145)	7.787.975	(52.946.170)
Despesas de pessoal	(20.917.329)	(58.072)	(439.660)	(96.372)	(240.063)	(377.085)	10.706	(22.117.875)	1.218.851	(20.899.024)
Outras despesas administrativas	(10.835.256)	(65.794)	(45.778)	(657.716)	(540.202)	(444.005)	1.542.553	(11.046.198)	1.385.120	(9.661.078)
Amortização	(1.840.500)	(141.696)	--	(83.021)	(110.698)	(3.537)	--	(2.179.452)	213.053	(1.966.399)
Depreciação	(1.189.963)	--	--	(14.204)	(12.903)	(17.981)	--	(1.235.051)	43.459	(1.191.592)
Despesas tributárias	(4.311.823)	(81.812)	(161.084)	(775.837)	(533.066)	(300.424)	--	(6.164.046)	1.110.310	(5.053.736)
Demais despesas	(14.560.823)	(31.839)	(41.849)	(547.191)	(2.573.404)	(523.130)	286.713	(17.991.523)	3.817.182	(14.174.341)
Resultado antes dos tributos e participações	10.368.218	790.524	2.077.706	6.413.292	2.104.938	1.076.667	--	22.831.345	(2.167.649)	20.663.696
Imposto de renda e contribuição social	(2.243.413)	(313.733)	(922.490)	(2.320.631)	(674.765)	(318.928)	--	(6.793.960)	2.026.592	(4.767.368)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.724.666)	--	(2.674)	(29.853)	(19.920)	(2.397)	--	(1.779.510)	141.057	(1.638.453)
Participação dos não controladores	(220.332)	--	--	(1.175.516)	--	(1)	--	(1.395.849)	--	(1.395.849)
Lucro líquido	6.179.807	476.791	1.152.542	2.887.292	1.410.253	755.341	--	12.862.026	--	12.862.026
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	424.023.121	181.127	1.370.018	6.043.663	661.672	3.865.561	(15.265.232)	420.879.930	(5.788.333)	415.091.597
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	161.062.827	630.770	24.270	206.258.725	6.555.015	315.937	(98.834)	374.748.710	(223.652.245)	151.096.465
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	570.318.141	--	--	--	--	--	(30.000)	570.288.141	(21.076.562)	549.211.579
Investimentos	15.244.513	5.789.147	39.637	873.674	965.137	27	(17.364.240)	5.547.895	11.425.296	16.973.191
Demais Ativos	290.156.378	1.081.129	380.987	8.763.691	23.325.529	1.509.190	(9.163.863)	316.053.041	(31.282.157)	284.770.884
TOTAL DO ATIVO	1.460.804.980	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.517.717	(270.374.001)	1.417.143.716
Passivo										
Depósitos	492.056.522	3.275.240	--	--	--	--	(3.367.648)	491.964.114	(5.927.343)	486.036.771
Captações no mercado aberto	426.556.494	--	--	--	--	--	(11.989.992)	414.566.502	(11.665.300)	402.901.202
Recursos de aceites e emissão de títulos	136.726.635	--	--	--	--	3.197.379	--	139.924.014	(15.105.518)	124.818.496
Obrigações por repasses	67.733.353	--	--	--	--	--	--	67.733.353	(1.001.812)	66.731.541
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	205.082.095	--	--	(11.240)	205.070.855	(205.070.855)	--
Demais Passivos	236.967.390	1.237.015	1.676.276	10.505.505	23.093.840	966.261	(8.440.290)	266.005.997	(31.603.173)	234.402.824
Patrimônio Líquido	100.764.586	3.169.918	138.636	6.352.153	8.413.513	1.527.075	(18,112,999)	102.252.882	--	102.252.882
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.460.804.980	7.682.173	1.814.912	221.939.753	31.507.353	5.690.715	(41.922.169)	1.687.517.717	(270.374.001)	1.417.143.716

	Exercício/2017									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
Receitas da intermediação financeira	148.533.163	209.107	75.475	4.408.288	612.783	181.538	(433.838)	153.586.516	(11.147.659)	142.438.857
Operações de crédito e arrendamento mercantil	89.283.291	--	--	--	--	77.071	(77.071)	89.283.291	(5.358.345)	83.924.946
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	53.900.243	39.748	75.475	105.393	605.344	104.254	(453.772)	54.376.685	(2.232.639)	52.144.046
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(852.914)	169.359	--	--	7.439	--	--	(676.116)	210.842	(465.274)
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	5.280.715	--	--	--	--	213	--	5.280.928	(61.154)	5.219.774
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	921.828	--	--	--	--	--	--	921.828	693.537	1.615.365
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.302.895	--	--	97.005	4.399.900	(4.399.900)	--
Despesas da intermediação financeira	(115.862.719)	(343.279)	--	(2.926.582)	(27.145)	(128.078)	784.398	(118.503.405)	7.682.541	(110.820.864)
Operações de captação no mercado	(80.738.527)	(343.279)	--	--	--	(128.078)	710.958	(80.498.926)	3.345.260	(77.153.666)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(8.187.597)	--	--	--	(27.145)	--	73.440	(8.141.302)	259.645	(7.881.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.777.409)	--	--	--	--	--	--	(26.777.409)	1.078.241	(25.699.168)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(159.186)	--	--	--	--	--	--	(159.186)	72.813	(86.373)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.926.582)	--	--	--	(2.926.582)	2.926.582	--
Outras receitas	28.718.396	1.269.946	2.130.095	7.632.829	5.551.953	2.593.516	(2.146.993)	45.749.742	(6.862.599)	38.887.143
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	20.050.554	872.210	2.110.459	2.674.001	5.003.110	1.777.660	(1.529.410)	30.958.584	(5.017.168)	25.941.416
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	149.050	9.106	--	46.993	(84.696)	--	--	120.453	3.841.808	3.962.261
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	4.363.427	--	--	200.908	4.564.335	(4.564.335)	--
Demais receitas	8.518.792	388.630	19.636	548.408	633.539	815.856	(818.491)	10.106.370	(1.122.904)	8.983.466
Outras despesas	(53.466.477)	(382.629)	(342.000)	(2.785.002)	(3.562.063)	(1.528.322)	1.796.433	(60.270.060)	7.898.756	(52.371.304)
Despesas de pessoal	(20.548.389)	(58.391)	(90.159)	(543.934)	(218.371)	(374.751)	8.691	(21.825.304)	1.250.328	(20.574.976)
Outras despesas administrativas	(11.199.603)	(76.390)	(64.183)	(753.060)	(524.881)	(378.458)	1.492.647	(11.503.928)	1.443.807	(10.060.121)
Amortização	(3.183.481)	(123.518)	--	(123.490)	(90.059)	(3.406)	--	(3.523.954)	221.015	(3.302.939)
Depreciação	(1.153.170)	--	--	(16.930)	(66.928)	(14.863)	--	(1.251.891)	98.232	(1.153.659)
Despesas tributárias	(4.801.891)	(80.387)	(144.948)	(750.939)	(545.574)	(261.970)	--	(6.585.709)	1.103.206	(5.482.503)
Demais despesas	(12.579.943)	(43.943)	(42.710)	(596.649)	(2.116.250)	(494.874)	295.095	(15.579.274)	3.782.168	(11.797.106)
Resultado antes dos tributos e participações	7.922.363	753.145	1.863.570	6.329.533	2.575.528	1.118.654	--	20.562.793	(2.428.961)	18.133.832
Imposto de renda e contribuição social	(1.785.920)	(263.138)	(829.339)	(2.302.994)	(890.081)	(270.823)	--	(6.342.295)	2.291.432	(4.050.863)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.501.342)	--	(1.635)	(38.809)	(13.230)	(4.672)	--	(1.559.688)	137.529	(1.422.159)
Participação dos não controladores	(282.724)	--	--	(1.367.305)	--	(5)	--	(1.650.034)	--	(1.650.034)
Lucro líquido	4.352.377	490.007	1.032.596	2.620.425	1.672.217	843.154	--	11.010.776	--	11.010.776
Saldos Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	383.310.932	7.465	1.234.275	3.633.395	1.024.968	554.755	(10.110.923)	379.654.867	(6.631.539)	373.023.328
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	145.328.578	1.042.080	20.725	192.611.573	7.535.915	1.115.520	(1.422.579)	346.231.812	(207.309.241)	138.922.571
Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões	565.312.154	--	--	--	--	2.726.120	--	(2.806.036)	(20.564.417)	544.667.821
Investimentos	14.668.823	5.940.365	33.794	437.503	695.545	27	(18.033.120)	3.742.937	13.746.797	17.489.734
Demais Ativos	296.561.490	1.025.057	360.004	12.442.451	23.793.922	2.229.211	(8.238.933)	328.173.202	(33.075.485)	295.097.717
TOTAL DO ATIVO	1.405.181.977	8.014.967	1.648.798	209.124.922	33.050.350	6.625.633	(40.611.591)	1.623.035.056	(253.833.885)	1.369.201.171
Passivo	1.308.451.657	4.940.858	1.510.076	201.527.919	24.631.666	3.841.641	(20.592.163)	1.524.311.654	(253.833.885)	1.270.477.769
Depósitos	454.356.596	3.684.954	--	--	--	--	--	(3.748.512)	454.293.038	(4.063.676)
Captações no mercado aberto	397.138.462	--	--	--	--	--	--	(9.078.507)	388.059.955	(11.817.260)
Recursos de aceites e emissão de títulos	143.040.857	--	--	--	--	2.765.908	--	145.806.765	(12.040.968)	133.765.797
Obrigações por repasses	82.352.168	--	--	--	--	--	--	82.352.168	(1.466.952)	80.885.216
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	192.778.796	--	--	(5.250)	192.773.546	(192.773.546)	--
Demais Passivos	231.563.574	1.255.904	1.510.076	8.749.123	24.631.666	1.075.733	(7.759.894)	261.026.182	(31.671.483)	229.354.699
Patrimônio Líquido	96.730.320	3.074.109	138.722	7.597.003	8.418.684	2.783.992	(20.019.428)	98.723.402	--	98.723.402
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.405.181.977	8.014.967	1.648.798	209.124.922	33.050.350	6.625.633	(40.611.591)	1.623.035.056	(253.833.885)	1.369.201.171

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	13.614.866	13.480.903
Disponibilidades em moeda nacional	7.267.009	8.744.588
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.334.186	4.726.524
Aplicações em ouro	13.671	9.791
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	46.734.256	33.703.045
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.573.479	22.121.240
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	22.160.777	11.581.805
Total	60.349.122	47.183.948

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

7 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no Mercado Aberto	386.875.955	348.186.760
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	22.177.706	11.647.612
Letras Financeiras do Tesouro	20.804.199	10.813.722
Letras do Tesouro Nacional	--	612.933
Notas do Tesouro Nacional	915.411	--
Outros títulos	458.096	220.957
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	364.698.249	336.539.148
Letras Financeiras do Tesouro	316.683.932	333.060.713
Letras do Tesouro Nacional	32.654.881	3.016.349
Notas do Tesouro Nacional	14.086.367	--
Outros títulos	1.273.069	462.086
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.215.642	24.836.568
Total	415.091.597	373.023.328
Ativo circulante	412.306.070	370.906.503
Ativo não circulante	2.785.527	2.116.825

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	13.264.134	26.410.841	38.670.104
Posição bancada	526.853	945.950	2.027.162
Posição financiada	12.737.281	25.464.891	36.642.942
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	441.241	810.709	435.416
Total	13.705.375	27.221.550	39.105.520

8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
a.1) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2018										31.12.2017		
	Valor de Mercado					Total			Total				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado		
1 - Títulos para Negociação	797.416	2.040.785	561.303	497.831	2.284.417	5.678.844	6.181.752	502.908	7.440.564	7.752.533	311.969		
Títulos Públicos	1	2.039.751	534.303	477.116	2.151.413	4.810.152	5.202.584	392.432	5.775.735	5.965.378	189.643		
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	289.289	288.957	289.289	332	363.121	365.239	2.118		
Letras do Tesouro Nacional	--	42.177	53.609	445.549	1.255.582	1.783.835	1.796.917	13.082	1.907.577	1.924.111	16.534		
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	21.255	20.632	21.255	623	526.709	530.116	3.407		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	28.528	28.623	28.528	(95)	7.925	7.859	(66)		
Títulos de Governos Estrangeiros	1	1.982.394	480.694	24.894	500.502	2.609.657	2.988.485	378.828	2.822.864	2.991.236	168.372		
Outros	--	15.180	--	6.673	56.257	78.448	78.110	(338)	147.539	146.817	(722)		
Títulos Privados	797.415	1.034	27.000	20.715	133.004	868.692	979.168	110.476	1.664.829	1.787.155	122.326		
Debêntures	--	--	25.062	20.302	48.871	93.478	94.235	757	237.653	236.718	(935)		
Cotas de Fundos de Investimento	764.409	--	--	--	--	659.808	764.409	104.601	1.298.144	1.433.278	135.134		
Ações	200	--	--	--	--	44	200	156	302	2.195	1.893		
Certificados de Depósito Bancário	--	--	4	--	--	4	4	--	3	3	--		
Outros	32.806	1.034	1.934	413	84.133	115.358	120.320	4.962	128.727	114.961	(13.766)		
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.547.985	334.152	8.022.538	2.336.646	112.134.237	126.054.816	124.375.558	(1.679.258)	124.510.451	123.505.120	(1.005.331)		
Títulos Públicos	--	115.494	7.443.684	328	85.512.521	93.097.048	93.072.027	(25.021)	92.983.928	94.079.578	1.095.650		
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	6.775.516	--	67.493.145	74.249.320	74.268.661	19.341	57.296.657	57.319.310	22.653		
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	7.858.819	7.737.404	7.858.819	121.415	8.505.544	8.841.981	336.437		
Notas do Tesouro Nacional	--	--	91.361	--	2.009.942	2.128.474	2.101.303	(27.171)	18.275.802	18.912.807	637.005		
Títulos da Dívida Agrária	--	474	328	--	1.398	2.141	2.200	59	3.048	3.101	53		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.700.475	3.728.556	3.700.475	(28.081)	3.330.330	3.489.860	159.530		
Títulos de Governos Estrangeiros	--	6.460	433.124	--	3.670.227	4.196.372	4.109.811	(86.561)	4.703.799	4.631.356	(72.443)		
Outros	--	109.034	143.209	--	778.515	1.054.781	1.030.758	(24.023)	868.748	881.163	12.415		
Títulos Privados	1.547.985	218.658	578.854	2.336.318	26.621.716	32.957.768	31.303.531	(1.654.237)	31.526.523	29.425.542	(2.100.981)		
Debêntures	--	70.460	105.705	229.889	23.183.341	25.004.427	23.589.395	(1.415.032)	24.240.294	22.776.147	(1.464.147)		
Notas Promissórias	27.379	--	--	827.830	256.393	1.128.319	1.111.602	(16.717)	1.357.899	1.350.547	(7.352)		
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	28.875	27.576	(1.299)		
Cotas de Fundos de Investimento	1.519.544	--	--	215.405	478.884	1.854.444	2.213.833	359.389	676.384	753.985	77.601		
Ações	90	--	--	--	--	266	90	(176)	20.222	37.095	16.873		
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	31.090	372.228	1.063.194	--	1.460.979	1.466.512	5.533	623.051	624.760	1.709		
Certificados de Depósito Bancário	--	97.206	--	--	--	97.206	97.206	--	330.966	330.626	(340)		
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	128.029	125.007	128.029	3.022	--	--	--		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	225.845	359.154	225.845	(133.309)	342.177	199.827	(142.350)		
Outros	972	19.902	100.921	--	2.349.224	2.927.966	2.471.019	(456.947)	3.906.655	3.324.979	(581.676)		
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	1.191.743	2.089.931	16.283.053	19.855.993	19.564.727	(291.266)	7.009.999	5.600.731	(1.409.268)		
Títulos Públicos	--	--	--	2.002.653	5.865.273	7.726.521	7.867.926	141.405	285.017	285.017	--		
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	2.002.653	3.301.867	5.171.362	5.304.520	133.158	--	--	--		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	2.042.897	2.042.897	2.042.897	--	--	--	--		
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	--	520.509	512.262	520.509	8.247	285.017	285.017	--		
Títulos Privados	--	--	1.191.743	87.278	10.417.780	12.129.472	11.696.801	(432.671)	6.724.982	5.315.714	(1.409.268)		
Debêntures	--	--	794.149	87.278	9.215.706	10.362.485	10.097.133	(265.352)	5.851.036	4.663.867	(1.187.169)		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	212.421	373.161	212.421	(160.740)	399.581	177.482	(222.099)		
Letras Financeiras	--	--	--	--	493.531	493.531	493.531	--	474.365	474.365	--		
Notas Promissórias	--	--	397.594	--	496.122	900.295	893.716	(6.579)	--	--	--		
Total	2.345.401	2.374.937	9.775.584	4.924.408	130.701.707	151.589.653	150.122.037	(1.467.616)	138.961.014	136.858.384	(2.102.630)		

a.2) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2018									31.12.2017		
	Valor de Mercado					Total				Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
Por Carteira	2.345.401	2.374.937	9.775.584	4.924.408	130.701.707	151.589.653	150.122.037	(1.467.616)	138.961.014	136.858.384	(2.102.630)	
Carteira própria	2.345.401	2.204.525	8.363.417	4.694.484	91.414.400	110.479.199	109.022.227	(1.456.972)	105.663.130	104.074.443	(1.588.687)	
Vinculados a compromissos de recompra	--	73.206	1.240.878	229.898	36.066.904	37.654.867	37.610.886	(43.981)	31.682.509	31.172.613	(509.896)	
Vinculados à prestação de garantias	--	97.206	171.289	26	3.220.403	3.455.587	3.488.924	33.337	1.615.375	1.611.328	(4.047)	

a.3) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2018						31.12.2017			
	Valor de Mercado					Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Por Categoria	2.345.401	17.074.929	91.760.941	29.213.000	9.727.766	151.589.653	150.122.037	138.961.014	136.858.384	
1 - Títulos para Negociação	797.416	3.099.919	2.119.857	119.054	45.506	5.678.844	6.181.752	7.440.564	7.752.533	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.547.985	10.693.336	80.650.965	23.579.563	7.903.709	126.054.816	124.375.558	124.510.451	123.505.120	
3 - Mantidos até o Vencimento	--	3.281.674	8.990.119	5.514.383	1.778.551	19.855.993	19.564.727	7.009.999	5.600.731	

a.4) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	21.704.747	128.708.556	150.413.303	16.893.950	121.373.702	138.267.652
Carteira própria	19.892.244	89.416.471	109.308.715	13.669.831	91.713.584	105.383.415
Vinculados a compromissos de recompra	1.543.982	36.071.681	37.615.663	2.590.049	28.682.860	31.272.909
Vinculados à prestação de garantias	268.521	3.220.404	3.488.925	634.070	977.258	1.611.328

a.5) Resumo da carteira consolidada por categoria

Por Categoria	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor	%	Valor	%
1 - Títulos para Negociação	6.181.752	4%	7.752.533	6%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	124.375.558	83%	123.505.120	89%
3 - Mantidos até o Vencimento	19.855.993	13%	7.009.999	5%
Valor Contábil da Carteira	150.413.303	100%	138.267.652	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(291.266)	--	(1.409.268)	--
Valor de Mercado da Carteira	150.122.037	--	136.858.384	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b)	13.705.375	27.221.550	39.105.520
Títulos de renda fixa	5.812.655	11.637.097	12.863.101
Títulos de renda variável	42.876	2.741.879	175.425
Total	19.560.906	41.600.526	52.144.046

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Com o objetivo de alinhar a estratégia negocial à gestão dos descasamentos de ativos e passivos, foi realizada em 30.06.2018 a reclassificação de R\$ 2.042.934 mil em títulos da dívida externa brasileira, da categoria “Disponíveis para Venda” para a categoria “Mantidos até o Vencimento”, sendo atestada a respectiva capacidade financeira. O ajuste não refletiu efeitos tributários ou impactos no patrimônio líquido.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31.12.2018, foi de R\$ 97.104 mil (R\$ 99.015 mil em 31.12.2017).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 372.721 mil em 31.12.2018 (R\$ 147.204 mil em 31.12.2017).

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	5.629.726	--	--	5.629.177	--	--
DI	3.139.411	--	--	3.924.393	--	--
Moedas	2.465.529	--	--	1.695.165	--	--
Índice Bovespa	24.786	--	--	--	--	--
Commodities	--	--	--	9.619	--	--
Compromissos de Venda	14.801.489	--	--	12.138.777	--	--
DI	1.376.442	--	--	1.458.456	--	--
Moedas	320.925	--	--	1.321.124	--	--
T-Note	225.154	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	11.526	--	--
Libor	12.760.488	--	--	9.316.471	--	--
Commodities	118.480	--	--	31.200	--	--
Operações a Termo						
Posição Ativa	8.172.801	275.526	304.852	6.180.063	102.820	127.878
Termo de título	13.390	13.390	13.390	1.057	1.057	1.057
Termo de moeda	8.074.401	259.294	281.038	6.136.946	100.300	120.745
Termo de mercadoria	85.010	2.842	10.424	42.060	1.463	6.076
Posição Passiva	7.212.413	(363.019)	(313.727)	5.333.287	(303.480)	(232.568)
Termo de título	(13.390)	(13.390)	(13.390)	1.057	(1.057)	(1.057)
Termo de moeda	7.142.788	(330.032)	(289.313)	5.266.052	(301.350)	(228.765)
Termo de mercadoria	83.015	(19.597)	(11.024)	66.178	(1.073)	(2.746)
Contrato de Opções						
De Compra - Posição Comprada	92.995	3.436	2.756	693	8	1
Moeda estrangeira	92.995	3.436	2.756	--	--	--
Commodities	--	--	--	693	8	1
De Venda - Posição Comprada	263.800	55	2.425	124.971	139.000	123.556
Moeda estrangeira	--	--	--	1.488	58	73
Índice DI	263.800	55	2.425	--	--	--
Ações	--	--	--	123.483	138.942	123.483
De Compra - Posição Vendida	146.405	(8.574)	(11.386)	183.884	(17.781)	(17.337)
Moeda estrangeira	66.213	(1.333)	(817)	15.954	(1.125)	(758)
Índice Bovespa	42.183	(3.620)	(6.723)	--	--	--
Índice DI	2.193	(9)	--	2.059	(9)	--
Índice IPCA	35.566	(3.598)	(3.825)	165.773	(16.642)	(16.571)
Commodities	250	(14)	(21)	98	(5)	(8)
De Venda - Posição Vendida	572.457	(6.708)	(8.347)	206.900	(1.329)	(2.274)
Moeda estrangeira	122.979	(5.275)	(3.409)	--	--	--
Índice DI	432.057	(1.102)	(4.667)	205.249	(1.285)	(2.273)
Commodities	17.421	(331)	(271)	1.651	(44)	(1)
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	9.804.366	204.028	238.048	7.261.065	394.835	386.920
DI	840.820	72.150	71.643	1.754.863	135.148	142.779
Moeda estrangeira	7.552.293	105.454	112.687	5.492.727	259.379	243.505
Pré-fixado	1.411.253	26.424	53.718	13.475	308	636
Posição Passiva	7.351.207	(80.249)	(452.200)	6.610.242	(407.999)	(467.475)
DI	101.678	(19.786)	(19.713)	1.065.574	(96.384)	(93.260)
Moeda estrangeira	5.417.413	(282.536)	(384.068)	4.940.410	(304.045)	(353.208)
Pré-fixado	1.832.116	222.073	(48.419)	405.367	(6.365)	(11.603)
IPCA	--	--	--	198.891	(1.205)	(9.404)
Outros Derivativos ⁽¹⁾						
Posição Ativa						
Moeda estrangeira	5.496.867	215.389	135.081	669.542	19.453	16.564
Posição Passiva						
Moeda estrangeira	3.739.922	(8.709)	(23.541)	4.063.593	(45.128)	(70.233)

(1) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2018	31.12.2017
Contratos de Futuros	1.761.312	6.185.848	6.725.341	5.758.714	20.431.215	17.767.954
Contratos a Termo	4.933.364	8.038.719	1.977.752	435.379	15.385.214	11.513.350
Contratos de Opções	605.696	239.361	57.050	173.550	1.075.657	516.448
Contratos de Swaps	4.025.910	4.268.596	3.761.976	5.099.091	17.155.573	13.871.307
Outros	2.910.356	3.819.315	2.503.451	3.667	9.236.789	4.733.135

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2018)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa					
Exterior	12.985.642	--	--	--	--
B3	7.445.573	--	281.471	--	--
Balcão					
Clientes	--	14.512.640	794.186	4.421.938	--
Instituições Financeiras	--	872.574	--	12.733.635	9.236.789

d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2018	31.12.2017
Letras Financeiras do Tesouro	651.185	495.372
Total	651.185	495.372

d.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.12.2018	31.12.2017
Hedge de risco de mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	--	123.483
Opções	--	123.483
Passivo	(92.201)	--
Swap	(92.201)	--
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	664.473	36.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	664.473	--
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		36.993
Passivo	(550.091)	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(550.091)	--

O Banco utiliza um swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de uma captação externa como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. Em 31.12.2017 o BB-Banco de Investimento utilizou um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%:

d.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Perdas dos itens objeto de hedge	(26.451)	(38.508)	(135.005)
Ganhos dos instrumentos de hedge	28.788	38.440	139.807
Efeito líquido	2.337	(68)	4.802
Ganhos dos itens objeto de hedge	--	--	59.150
Perda dos instrumentos de hedge	--	--	(65.582)
Efeito líquido	--	--	(6.432)

d.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações a Termo	289.450	15.402	121.382	6.496
Contratos de Opções	5.060	121	123.557	--
Contratos de Swaps	178.681	59.367	254.668	132.252
Outros Derivativos	134.872	209	13.079	3.485
Total	608.063	75.099	512.686	142.233
Passivo				
Operações a Termo	(303.887)	(9.840)	(196.619)	(35.949)
Contratos de Opções	(16.075)	(3.658)	(13.209)	(6.402)
Contratos de Swaps	(250.133)	(202.067)	(299.666)	(167.809)
Outros Derivativos	(23.413)	(128)	(67.576)	(2.657)
Total	(593.508)	(215.693)	(577.070)	(212.817)

e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Swap	(52.526)	469.136	79.548
Termo	(214.116)	191.369	(423.844)
Opções	60.598	91.825	182.603
Futuro	(190.684)	(295.825)	(295.457)
Outros Derivativos	73.376	112.425	(8.124)
Total	(323.352)	568.930	(465.274)

9 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação		
Cheques e outros papéis	983	4.069
Transações de Pagamentos		
Aquisição de recebíveis cartão	4.036.002	3.467.187
Total	4.036.985	3.471.256
Ativo circulante	591.555	4.069
Ativo não circulante	3.445.430	3.467.187
Passivo		
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação ⁽¹⁾		
Cheques e outros papéis	--	350
Demais recebimentos	1.638	799
Total	1.638	1.149
Passivo circulante	1.638	1.149

b) Créditos Vinculados

	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	59.115.355	69.081.139
Depósitos de poupança	34.757.756	33.698.614
Depósitos à vista	10.221.107	11.744.668
Depósitos a prazo	13.751.778	15.852.584
Recursos de microfinanças	204.459	279.730
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	--	7.408.359
Outros	180.255	97.184
Sistema Financeiro da Habitação	2.734.134	2.794.889
Fundo de compensação de variações salariais	3.316.499	3.131.410
Provisão para perdas em créditos vinculados	(596.639)	(353.238)
Demais	14.274	16.717
Tesouro Nacional - Crédito Rural	53.648	16.439
Crédito rural - Proagro	53.648	16.439
Total	61.903.137	71.892.467
Ativo circulante	61.888.022	71.892.280
Ativo não circulante	15.115	187

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

c) Resultado das Aplicações Compulsórias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	1.272.367	2.573.438	3.845.891
Exigibilidade adicional sobre depósitos	--	--	687.793
Depósitos de poupança	818.756	1.638.300	1.763.350
Exigibilidade sobre recursos a prazo	453.611	935.138	1.390.979
Recursos do crédito rural	--	--	3.769
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	97.023	187.322	194.066
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	1.001	1.914	44.294
Reversão/(Provisão) para Desvalorização de Créditos Vinculados	(233.471)	(243.402)	218.294
Total	1.136.920	2.519.272	4.302.545

10 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por Modalidade

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de Crédito	581.766.156	579.733.796
Empréstimos e direitos creditórios descontados	205.752.015	200.639.248
Financiamentos	147.396.273	160.682.820
Financiamentos rurais	171.849.281	163.199.705
Financiamentos imobiliários	56.363.519	54.715.861
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	--	106
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	405.068	496.056
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	58.226.136	55.778.255
Operações com cartão de crédito	28.079.268	25.296.513
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	18.974.290	15.564.207
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽³⁾	6.124.782	10.180.439
Aquisição de recebíveis cartão	4.036.002	3.467.187
Avais e fianças honrados	362.737	601.739
Diversos	649.057	668.170
Operações de Arrendamento Mercantil	233.714	398.557
Total da Carteira de Crédito	640.226.006	635.910.608
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.344.100)	(36.686.440)
(Provisão para operações de crédito)	(32.778.037)	(35.444.029)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(1.555.809)	(1.221.908)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(10.254)	(20.503)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	605.881.906	599.224.168

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(4) Inclui o valor de R\$ 12.930 mil em 31.12.2018 (R\$ 12.380 mil em 31.12.2017) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

b) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de Operações de Crédito	40.915.621	86.493.451	83.669.131
Empréstimos e direitos creditórios descontados	22.462.178	44.732.952	42.000.249
Financiamentos	4.407.702	14.266.133	11.057.115
Financiamentos rurais	5.511.066	10.862.483	10.331.855
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	3.251.445	6.007.616	5.171.527
Financiamentos imobiliários	2.226.655	4.371.611	6.734.355
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.586.518	3.252.656	4.970.101
Financiamentos à exportação	1.056.208	2.127.387	3.107.870
Financiamentos de moedas estrangeiras	216.682	541.808	117.098
Adiantamentos a depositantes	161.798	255.854	38.968
Avais e fianças honrados	11.538	27.765	90.949
Demais	23.831	47.186	49.044
Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)	90.111	196.945	255.815
Total	41.005.732	86.690.396	83.924.946

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 578.254 mil no segundo semestre de 2018 (com impacto no resultado de R\$ 303.251 mil), R\$ 635.199 mil no exercício de 2018 (com impacto no resultado de R\$ 333.114 mil) e R\$ 95.328 mil no exercício de 2017 (com impacto no resultado de R\$ 49.992 mil). O valor contábil dessas operações eram de R\$ 880.280 mil, R\$ 1.006.790 mil e R\$ 159.926 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2018	%	31.12.2017	%
Setor Público	75.047.238	11,7	75.590.190	12,0
Administração pública	45.139.798	7,1	40.996.755	6,5
Petroleiro	21.010.203	3,3	24.268.133	3,8
Energia elétrica	6.755.892	1,0	7.995.710	1,3
Serviços	815.804	0,1	1.029.696	0,2
Demais atividades	1.325.541	0,2	1.299.896	0,2
Setor Privado ⁽¹⁾	565.178.768	88,3	560.320.418	88,0
Pessoa Física	349.076.508	54,5	331.674.561	52,4
Pessoa Jurídica	216.102.260	33,8	228.645.857	35,6
Agronegócio de origem vegetal	33.339.396	5,3	30.299.442	4,8
Mineração e metalurgia	20.574.106	3,3	24.665.949	3,9
Serviços	17.494.972	2,7	18.081.636	2,7
Transportes	16.942.530	2,7	17.480.150	2,8
Automotivo	15.305.785	2,4	16.825.384	2,7
Agronegócio de origem animal	15.021.837	2,3	13.787.041	2,2
Imobiliário	10.849.172	1,7	14.144.187	2,2
Combustíveis	10.060.179	1,5	9.527.219	1,5
Comércio varejista	9.044.807	1,4	9.822.143	1,5
Energia elétrica	7.823.963	1,2	10.288.037	1,6
Insumos agrícolas	7.733.919	1,2	7.137.499	1,1
Atividades específicas da construção	7.096.961	1,1	7.519.681	1,2
Instituições e serviços financeiros	6.720.936	1,0	7.641.747	0,9
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.846.187	0,9	5.675.124	0,9
Químico	5.785.012	0,9	5.529.388	0,9
Eletroeletrônico	5.723.033	0,9	5.948.218	0,9
Têxtil e confecções	5.608.085	0,9	6.100.345	1,0
Papel e celulose	4.102.069	0,6	3.926.936	0,6
Madeireiro e moveleiro	3.674.811	0,6	4.085.707	0,6
Construção pesada	2.501.379	0,4	3.173.504	0,5
Telecomunicações	1.709.995	0,3	4.097.668	0,6
Demais atividades	3.143.126	0,5	2.888.852	0,5
Total	640.226.006	100,0	635.910.608	100,0

(1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2018	31.12.2017
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	16.760.050	6.181.134	13.826.937	8.008.882	419.150	67.146	64.962	117.115	126.175	45.571.551	41.450.011
31 a 60	13.773.663	3.302.310	5.159.690	2.629.797	232.511	281.235	18.009	334.331	131.394	25.862.940	22.524.136
61 a 90	8.611.453	2.578.298	3.630.942	2.176.506	308.902	68.388	16.945	16.207	180.445	17.588.086	18.347.090
91 a 180	31.024.961	8.385.515	11.789.514	4.682.362	694.337	462.074	95.600	62.167	635.159	57.831.689	55.530.306
181 a 360	44.266.361	8.910.495	24.726.832	7.393.144	1.204.042	644.047	177.925	114.662	636.351	88.073.859	90.611.344
Acima de 360	214.849.896	35.989.728	77.721.795	25.906.101	7.880.350	5.178.961	1.305.272	1.595.819	7.986.397	378.414.319	374.514.531
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	915.506	1.162.126	252.688	190.443	41.928	14.968	5.640	6.125	36.309	2.625.733	2.654.780
Demais ⁽¹⁾	426.573	--	--	--	--	--	--	--	--	426.573	405.564
Subtotal	330.628.463	66.509.606	137.108.398	50.987.235	10.781.220	6.716.819	1.684.353	2.246.426	9.732.230	616.394.750	606.037.762
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	--	--	48.777	156.905	57.775	49.595	59.043	36.120	204.378	612.593	994.910
31 a 60	--	--	31.110	67.952	41.943	63.078	25.609	29.101	142.287	401.080	499.599
61 a 90	--	--	24.924	48.191	34.544	40.976	29.764	14.317	150.222	342.938	433.550
91 a 180	--	--	62.953	137.651	94.051	123.457	82.546	48.019	350.750	899.427	1.166.918
181 a 360	--	--	127.354	286.731	213.136	193.787	143.779	106.244	693.327	1.764.358	2.245.079
Acima de 360	--	--	1.277.088	1.916.115	1.421.878	1.257.764	1.367.821	1.031.873	4.621.309	12.893.848	15.666.394
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	49.136	16.623	14.486	17.418	9.803	5.370	44.930	157.766	205.093
15 a 30	--	--	85.522	158.185	43.406	34.710	17.308	20.225	79.007	438.363	517.247
31 a 60	--	--	29.805	226.998	130.393	105.396	35.654	29.334	175.100	732.680	1.597.972
61 a 90	--	--	--	31.118	212.971	61.495	43.846	38.684	247.037	635.151	792.680
91 a 180	--	--	--	20.730	60.107	190.815	208.964	271.254	624.935	1.376.805	1.931.197
181 a 360	--	--	--	--	--	45.878	132.120	63.790	1.816.177	2.057.965	2.780.445
Acima de 360	--	--	7	--	--	93.703	558.107	3.014	863.451	1.518.282	1.041.762
Subtotal	--	--	1.736.676	3.067.199	2.324.690	2.278.072	2.714.364	1.697.345	10.012.910	23.831.256	29.872.846
Total	330.628.463	66.509.606	138.845.074	54.054.434	13.105.910	8.994.891	4.398.717	3.943.771	19.745.140	640.226.006	635.910.608

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procerá, FAT, BNDES e FCO. No exercício/2018, está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 41.298 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2018				31.12.2017			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		330.628.463	--	--	--	318.099.637	--	--	--
A	0,5	66.509.606	332.548	38.128	370.676	68.404.929	342.025	38.593	380.618
B	1	138.845.074	1.388.451	485.227	1.873.678	134.631.206	1.346.312	491.807	1.838.119
C	3	54.054.434	1.621.633	1.103.894	2.725.527	61.251.622	1.837.549	1.057.932	2.895.481
D	10	13.105.910	1.310.591	596.342	1.906.933	10.193.686	1.019.369	118.152	1.137.521
E	30	8.994.891	2.698.467	16.255	2.714.722	12.644.509	3.793.353	298.094	4.091.447
F	50	4.398.717	2.199.359	44.732	2.244.091	5.260.850	2.630.425	69.503	2.699.928
G	70	3.943.771	2.760.640	2.693	2.763.333	5.938.862	4.157.203	816	4.158.019
H	100	19.745.140	19.745.140	--	19.745.140	19.485.307	19.485.307	--	19.485.307
Total		640.226.006	32.056.829	2.287.271	34.344.100	635.910.608	34.611.543	2.074.897	36.686.440

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	35.178.548	36.686.440	36.070.120
Constituição/(reversão)	9.206.756	19.788.864	25.265.431
Provisão mínima requerida	8.986.586	19.576.490	24.725.576
Provisão complementar ⁽¹⁾	220.170	212.374	539.855
Variação cambial - provisões no exterior	(51.225)	50.752	86.568
Baixas para prejuízo	(9.989.979)	(22.181.956)	(24.735.679)
Saldo Final	34.344.100	34.344.100	36.686.440

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	1.838.903	1.758.435	1.566.638
Constituição/(reversão)	740.260	939.689	433.737
Variação cambial - provisões no exterior	(1.705)	(16.254)	(4.259)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(152.691)	(257.103)	(237.681)
Saldo Final	2.424.767	2.424.767	1.758.435

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2018	31.12.2017
Até 1 ano ⁽¹⁾	113.772	183.601
De 1 a 5 anos	119.921	214.687
Acima de 5 anos	21	269
Total a Valor Presente	233.714	398.557

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de Arrendamento Mercantil	90.111	196.945	255.815
Arrendamento financeiro	90.111	196.945	255.815
Despesas de Arrendamento Mercantil	(60.814)	(129.647)	(147.591)
Arrendamento financeiro	(60.213)	(128.528)	(147.403)
Arrendamento operacional	(565)	(941)	--
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(36)	(178)	(188)
Total	29.297	67.298	108.224

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2018	% da Carteira	31.12.2017	% da Carteira
Maior Devedor	21.860.093	3,4	25.032.029	4,0
10 Maiores devedores	72.193.449	11,3	74.153.914	11,7
20 Maiores devedores	95.302.551	14,9	100.040.118	15,8
50 Maiores devedores	129.787.796	20,3	137.784.192	21,8
100 Maiores devedores	153.481.111	24,0	161.081.892	25,5

k) Créditos Renegociados

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Créditos Renegociados no Período ⁽¹⁾	30.467.120	57.044.631	48.548.687
Renegociados por atraso ⁽²⁾	4.979.260	9.264.145	10.924.658
Renovados ⁽³⁾	25.487.860	47.780.486	37.624.029
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso			
Saldo Inicial	22.914.066	25.297.378	27.086.224
Contratações ⁽²⁾	4.979.260	9.264.145	10.924.658
(Recebimento) e apropriação de juros	(2.285.682)	(4.463.774)	(4.312.597)
Baixas para prejuízo	(2.733.435)	(7.223.540)	(8.400.907)
Saldo Final ⁽⁴⁾	22.874.209	22.874.209	25.297.378
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	--	12.234.066	12.440.294
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	--	53,5%	49,2%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	--	3.857.435	5.918.116
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	--	16,9%	23,4%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 46.079 mil (R\$ 67.189 mil em 31.12.2017) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 10.610.391 mil (R\$ 8.511.882 mil em 31.12.2017) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	31.12.2018	31.12.2017
Créditos contratados a liberar	118.785.761	117.609.174
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	5.885.173	3.977.234
Créditos de exportação confirmados	279.492	221.115
Créditos abertos para importação contratados	332.259	176.766
Recursos vinculados	1.381.302	2.422.714

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.f).

m) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.495.697	1.136.832
Proger Urbano Capital de Giro	15/2005 e 01/2016	1.487.878	1.128.091
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	7.819	8.741
Financiamentos		2.141.543	2.306.663
Proger Urbano Investimento	18/2005	1.846.351	1.911.334
FAT Taxista	02/2009	249.554	311.647
FAT Turismo - Investimento	01/2012	35.382	64.492
Proger Exportação	27/2005	10.256	19.190
Financiamentos Rurais		10.589	36.613
Pronaf Investimento	05/2005	7.401	30.364
Proger Rural Investimento	13/2005	2.553	4.709
Pronaf Custeio	04/2005	621	1.367
Proger Rural Custeio	02/2006	14	173
Total		3.647.829	3.480.108

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

11 - CARTEIRA DE CÂMBIO
a) Composição

	31.12.2018	31.12.2017
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	24.070.311	17.875.671
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	47.834	40.836
Direitos sobre vendas de câmbio	8.113.897	6.941.737
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(7.412.677)	(6.086.813)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.376	506
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	288.800	285.777
Total	25.113.541	19.057.714
Ativo circulante	25.103.044	19.057.714
Ativo não circulante	10.497	--
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	9.224.512	7.109.167
(Importação financiada)	(1.336)	(297)
Obrigações por compras de câmbio	23.415.484	17.470.004
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(18.180.023)	(14.904.402)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	54.690	51.476
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	9.530	14.079
Total	14.522.857	9.740.027
Passivo circulante	12.067.141	8.134.346
Passivo não circulante	2.455.716	1.605.681
Carteira de Câmbio Líquida	10.590.684	9.317.687
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	436.790	249.031
Créditos de exportação confirmados	279.493	221.115

b) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de câmbio	6.486.497	12.500.092	7.106.606
Despesas de câmbio	(5.669.983)	(10.253.021)	(6.189.377)
Resultado de Operações de Câmbio	816.514	2.247.071	917.229

12 - OUTROS CRÉDITOS
a) Créditos Específicos

	31.12.2018	31.12.2017
Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional ⁽¹⁾	392.414	416.269
Outros	493	533
Total	392.907	416.802

(1) Créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculadas (Nota 17.a).

b) Diversos

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e)	38.643.121	39.722.336
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1)	37.644.645	37.082.595
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	28.079.268	25.296.513
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1)	18.668.426	18.180.644
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f)	9.511.761	9.602.214
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.026.643	8.910.280
Ativos atuariais (Nota 26.e)	3.771.509	4.540.356
Títulos e créditos a receber - outros	3.810.289	3.033.354
Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) ⁽¹⁾	6.124.782	10.180.439
Devedores diversos - país	2.159.822	3.305.416
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional ⁽²⁾	811.616	1.173.851
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.º 8.427/1992	1.592.642	2.166.453
Aquisição de recebíveis	--	424.193
Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal	333.381	626.474
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	--	494.100
Devedores diversos - exterior	314.145	205.213
Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras	302.225	1.097.039
Adiantamentos e antecipações salariais	285.076	256.627
Devedores por depósitos em garantia - outros	61.127	73.852
Devedores por compra de valores e bens	2.181	4.445
Outros	400.451	370.235
Total	161.543.110	166.746.629
Ativo circulante	104.477.547	91.070.544
Ativo não circulante	57.065.563	75.676.085

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). O Banco ainda detém créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, no montante de R\$ 133.574 mil, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculadas (Nota 17.a).

13 - OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2018	31.12.2017
Bens Não de Uso Próprio	490.288	356.308
Bens em regime especial ⁽¹⁾	--	186.024
Imóveis	307.303	79.420
Imóveis habitacionais	174.007	75.474
Máquinas e equipamentos	1.471	2.765
Veículos e afins	336	411
Outros	7.171	12.214
Material em Estoque	60.988	56.235
Subtotal	551.276	412.543
(Provisão para desvalorização)⁽²⁾	(155.818)	(157.586)
Despesas Antecipadas	513.179	285.716
Despesas de pessoal e outras despesas administrativas	418.449	171.501
Dependências externas	60.173	79.042
Despesas tributárias	27	26
Prêmios de seguros a apropriar	13.670	12.566
Aluguéis	3.646	5.494
Prêmios por créditos adquiridos ⁽³⁾	119	327
Outros	17.095	16.760
Total	908.637	540.673
Ativo circulante	896.847	522.244
Ativo não circulante	11.790	18.429

(1) Bens em regime especial foram reclassificados para o item Imóveis em atendimento à Lei n.º 13.506/2017.

(2) O Banco reconheceu, no Exercício/2018, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ (10.228) mil (despesa de provisão no valor de R\$ (23.614) mil no Exercício/2017).

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

14 - INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido - Exercício/2018	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2017	Movimentações - Exercício/2018			Saldo contábil 31.12.2018	Resultado de equivalência Exercício/2017
				Ordinárias	Preferenciais			Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência		
No País							17.216.404	(3.312.839)	(1.463.685)	3.741.668	16.181.548	3.962.574
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	9.373.596	1.061.172	43.114.693	9.581.043	50,00%	4.433.632	(9.430)	(268.132)	530.645	4.686.715	290.948
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.206.349	717.572	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.655.182	(208.545)	--	215.268	3.661.905	205.842
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	11.284.975	2.371.845	778.320	--	28,68%	3.264.584	(1.103.785)	49.815	861.435	3.072.049	1.127.484
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.422.278	1.703.167	1.548.426	1.039.908	2.079.400	74,99%	1.686.052	(1.060.816)	(420.704)	1.072.673	1.277.205	1.144.423
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾							1.469.780	(55.110)	(1.198.808)	(215.862)	--	(73.364)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	1.402.269	2.875.598	913.382	572	1.145	75,00%	1.975.877	(583.602)	849	743.335	2.136.459	820.267
Neoenergia S.A.	12.919.982	18.805.055	1.549.891	113.430	--	9,35%	1.570.055	(73.702)	142.265	110.695	1.749.313	25.588
Elo Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.052.000	2.532.036	573.968	525.895	--	49,99%	976.121	(35.533)	(5.229)	222.102	1.157.461	133.916
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	231.264	381.121	98.614	107.989	107.989	66,66%	241.544	(62.559)	--	75.070	254.055	170.414
Outras Participações							751.772	(119.757)	274.371	126.307	1.032.693	117.056
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							336.981	--	(150.382)	--	186.599	--
Resultado não realizado ⁽⁸⁾							(3.145.176)	--	112.270	--	(3.032.906)	--
No Exterior							46.303	--	526.506	--	572.809	(313)
Outras participações no exterior							--	--	--	--	--	(313)
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							46.303	--	526.506	--	572.809	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto							17.262.707	(3.312.839)	(937.179)	3.741.668	16.754.357	3.962.261
(Provisão para perdas)							(11.213)	--	(29.249)	--	(40.462)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Baixa do investimento em Mapfre BB SH2.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balança Patrimonial	31.12.2018						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	261.344.248	101.819.911	12.910.719	13.659.046	82.995.433	51.968.205	524.697.562
Disponibilidades	3.050	201.874	3.118	31.374	69.372	706.187	1.014.975
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	12.997.077	248.359	--	8.301	6.558.151	19.811.888
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	258.899.903	30.385.743	1.671.299	6.572.709	7.253.606	9.533.671	314.316.931
Operações de Crédito	--	42.410.397	--	--	--	54.941	42.465.338
Outros créditos e outros valores e bens	2.201.405	13.382.034	885.987	6.806.390	64.739.265	12.643.065	100.658.146
Permanente	239.890	2.442.786	10.101.956	248.573	10.924.889	22.472.190	46.430.284
Passivo Total	258.468.650	92.446.315	704.370	11.955.879	71.710.458	29.521.923	464.807.595
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	76.628.254	--	--	59.534.999	4.202.855	140.366.108
Outras Obrigações	258.468.650	15.818.061	704.370	11.955.879	12.175.459	25.319.068	324.441.487
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	256.765.876	--	--	8.657.486	--	17.896.578	283.319.940
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.084.748	--	--	--	2.902.306	5.987.054
Demais	1.702.774	12.733.313	704.370	3.298.393	12.175.459	4.520.184	35.134.493
Patrimônio Líquido	2.875.598	9.373.596	12.206.349	1.703.167	11.284.975	22.446.282	59.889.967
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,68%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.156.555	4.686.798	3.661.905	1.277.205	3.236.023	2.207.965	17.226.451
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	162.550	598.419	759.408
Outros valores ⁽¹⁾	(20.096)	(83)	--	--	(163.974)	(1.047.349)	(1.231.502)
Saldo do investimento	2.134.898	4.686.715	3.661.905	1.277.205	3.234.599	1.759.035	16.754.357

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	Exercício/2018							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽²⁾	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	117.534	3.779.494	--	505.592	160.201	1.535.098	4.657.003	10.754.922
Receitas de prestação de serviços	2.623.630	521.607	3.032.589	--	1.571	7.206.775	4.230.701	17.616.873
Outras despesas administrativas	(263.721)	(1.343.662)	(857.393)	(266.253)	(231.537)	(805.135)	(1.311.421)	(5.079.122)
Outras receitas/despesas operacionais	(747.316)	(1.041.954)	(1.091.978)	2.279.839	(212.686)	(3.899.051)	(2.331.481)	(7.044.627)
Resultado não operacional	(79)	(75.548)	--	4.341	317	(13.175)	162.443	78.299
Resultado antes da tributação	1.730.048	1.839.937	1.083.218	2.523.519	(282.134)	4.024.512	5.407.245	16.326.345
Tributação sobre o lucro e participações	(816.666)	(778.765)	(365.646)	(975.092)	105.155	(1.652.667)	(546.713)	(5.030.394)
Lucro Líquido	913.382	1.061.172	717.572	1.548.427	(176.979)	2.371.845	4.860.532	11.295.951
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	684.991	530.587	215.268	1.161.165	(88.489)	680.119	977.519	4.161.160
Outros valores ⁽¹⁾	58.344	58	--	(88.492)	(127.373)	181.316	(443.345)	(419.492)
Resultado de equivalência patrimonial	743.335	530.645	215.268	1.072.673	(215.862)	861.435	534.174	3.741.668

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

(2) Mapfre BB SH2 foi alienada em novembro de 2018.

Balanco Patrimonial	31.12.2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	238.702.120	93.520.037	12.881.294	13.625.872	13.501.265	89.612.229	47.930.606	509.773.423
Disponibilidades	11	296.334	10	33.757	18.205	15.163	1.337.849	1.701.329
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	--	15.109.681	401.522	--	--	269.191	6.360.411	22.140.805
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	236.374.844	23.118.394	1.164.145	6.941.632	4.686.490	10.903.369	10.547.969	293.736.843
Operações de Crédito	--	41.534.199	--	--	--	--	45.092	41.579.291
Outros créditos e outros valores e bens	2.100.704	12.200.234	834.939	6.251.715	8.458.124	67.811.899	10.991.958	108.649.573
Permanente	226.561	1.261.195	10.480.678	398.768	338.446	10.612.607	18.647.327	41.965.582
Passivo Total	236.038.658	84.541.892	697.355	11.377.679	10.214.439	77.853.783	24.836.146	445.559.952
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	64.151.436	--	--	--	72.926.333	1.489.342	138.567.111
Outras Obrigações	236.038.658	20.390.456	697.355	11.377.679	10.214.439	4.927.450	23.346.804	306.992.841
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	225.947.586	--	--	8.249.245	7.566.393	--	18.051.454	259.814.678
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.673.691	--	--	--	--	--	3.673.691
Demais	10.091.072	16.716.765	697.355	3.128.434	2.648.046	4.927.450	5.295.350	43.504.472
Patrimônio Líquido	2.663.462	8.978.145	12.183.939	2.248.193	3.286.826	11.758.446	23.094.460	64.213.471
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	1.997.463	4.489.073	3.655.182	1.685.920	1.643.413	3.374.921	4.074.015	20.919.987
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	304.246	34.296	336.981
Outros valores ⁽¹⁾	(21.586)	(55.441)	--	132	(173.633)	(110.337)	(3.633.396)	(3.994.261)
Saldo do investimento	1.974.316	4.433.632	3.655.182	1.686.052	1.469.780	3.568.830	474.915	17.262.707

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	Exercício/2017							
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Mapfre BB SH2 Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	452.538	3.063.765	--	711.770	441.204	1.000.670	3.733.989	9.403.936
Receitas de prestação de serviços	2.382.459	512.690	2.914.138	--	7.443	7.610.457	854.416	14.281.603
Outras despesas administrativas	(270.380)	(1.206.234)	(909.356)	(294.010)	(516.212)	(865.280)	(1.142.354)	(5.203.826)
Outras receitas/despesas operacionais	(641.870)	(1.195.449)	(965.165)	2.048.722	163.749	(2.281.005)	258.697	(2.612.321)
Resultado não operacional	(2.646)	3.221	--	493	(145)	(11.608)	67.413	56.728
Resultado antes da tributação	1.920.101	1.177.993	1.039.617	2.466.975	96.039	5.453.234	3.772.161	15.926.120
Tributação sobre o lucro e participações	(828.941)	(595.764)	(353.557)	(866.175)	(58.805)	(1.475.957)	(818.129)	(4.997.328)
Lucro Líquido	1.091.160	582.229	686.060	1.600.800	37.234	3.977.277	2.954.032	10.928.792
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	50,00%	28,68%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	818.315	291.114	205.817	1.200.440	18.617	1.140.841	779.887	4.455.031
Outros valores ⁽¹⁾	1.952	(166)	25	(56.017)	(91.981)	(13.357)	(333.226)	(492.770)
Resultado de equivalência patrimonial	820.267	290.948	205.842	1.144.423	(73.364)	1.127.484	446.661	3.962.261

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos por incentivos fiscais	56.051	43.289
Títulos patrimoniais	57	57
Ações e cotas	84.380	86.629
Outros investimentos	3.811	3.970
Outras participações no exterior	129.853	112.216
Total ⁽¹⁾	274.152	246.161
(Provisão para perdas)	(14.856)	(7.921)

(1) Inclui o montante R\$ 5.564 mil em 31.12.2017, relativo à Imparidade Acumulada.

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	292.404	384.845	604.440
Aquisições/Adições ⁽¹⁾	606.414	606.414	--
Amortizações ⁽²⁾	(93.884)	(176.200)	(210.444)
Variação cambial ⁽³⁾	(43.874)	(53.999)	(9.151)
Saldo Final	761.060	761.060	384.845

(1) Compra de ações do Banco Patagonia.

(2) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(3) Incidente sobre os ágios do Banco do Brasil Americas e do Banco Patagonia.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2019	2020	2021	Após 2020	Total
Banco do Brasil	50.856	41.509	41.509	258.735	392.609
Banco Patagonia ⁽¹⁾	50.856	41.509	41.509	258.735	392.609
Efeitos tributários ⁽²⁾	(20.342)	(16.604)	(16.604)	(103.494)	(157.044)
Total Líquido	30.514	24.905	24.905	155.241	235.565
Outras Participações					
BB-BI ⁽³⁾	162.550	--	--	--	162.550
Cielo	162.550	--	--	--	162.550
BB Seguros	20.354	2.540	2.716	--	25.610
Brasilcap	7.753	--	--	--	7.753
IRB-Brasil Resseguros S.A.	12.601	2.540	2.716	--	17.857
BB Consolidado	233.760	44.049	44.225	258.735	580.769
Efeitos tributários ⁽²⁾	(92.280)	(17.468)	(17.527)	(103.494)	(230.769)
Total Líquido	141.480	26.581	26.698	155.241	350.000

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 180.200 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.

(2) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

(3) Conforme Nota 31 - Eventos Subsequentes, o ágio da Cielo será transferido do BB BI para a BB Elo Cartões em 2019.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco do Brasil Americas	2,0%	10,0%
Banco Patagonia	7,3%	23,4%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foi apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na B3.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação ⁽¹⁾
BB Seguridade (BBSE3)	R\$ 24,10
Cielo (CIEL3)	R\$ 12,25

(1) Preço de fechamento das ações em 28.09.2018.

Nos exercícios 2018 e 2017, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2017	Exercício/2018			31.12.2018			
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Provisão de perdas por imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Edificações	3.326.593	596.353	(381.516)	(29.277)	7.808.669	(4.249.818)	(46.698)	3.512.153
Móveis e equipamentos de uso	1.553.976	246.875	(283.358)	73	3.593.070	(2.075.351)	(153)	1.517.566
Sistemas de processamento de dados	1.115.034	567.399	(443.258)	--	3.632.976	(2.393.801)	--	1.239.175
Imobilizações em curso	791.350	(259.506)	--	--	531.844	--	--	531.844
Terrenos	195.256	144.919	--	--	340.500	--	(325)	340.175
Instalações	161.003	25.292	(32.454)	--	1.004.802	(850.961)	--	153.841
Sistemas de segurança	141.539	21.799	(28.751)	--	396.581	(261.994)	--	134.587
Sistemas de comunicação	121.156	1.816	(21.187)	--	282.071	(180.286)	--	101.785
Sistemas de transporte	7.730	(1.827)	(1.066)	--	11.123	(6.286)	--	4.837
Móveis e equipamentos em estoque	1.665	(10)	--	--	1.655	--	--	1.655
Total	7.415.302	1.343.110	(1.191.590)	(29.204)	17.603.291	(10.018.497)	(47.176)	7.537.618

16 - INTANGÍVEL
a) Movimentação e Composição

	31.12.2017	Exercício/2018					31.12.2018			
	Saldo contábil	Aquisições	Variação cambial	Baixas	Amortização	Perda por imparidade ⁽²⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽¹⁾	4.668.153	194.012	--	(13.077)	(1.420.604)	--	9.535.387	(6.057.163)	(49.740)	3.428.484
Softwares	2.088.331	458.751	22.341	(522)	(302.481)	--	4.539.165	(2.272.745)	--	2.266.420
Outros ativos intangíveis	170.245	--	--	--	(63.184)	(19.933)	454.463	(347.402)	(19.933)	87.128
Total	6.926.729	652.763	22.341	(13.599)	(1.786.269)	(19.933)	14.529.015	(8.677.310)	(69.673)	5.782.032

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(2) Os valores das perdas por imparidade são registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

b) Estimativa de Amortização

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Valores a amortizar	1.539.489	1.247.982	1.045.187	530.705	1.418.669	5.782.032

17 - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
a) Depósitos

	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à Vista	67.810.697	69.981.063
Pessoas físicas	35.414.939	36.490.812
Pessoas jurídicas	22.071.825	21.405.918
Governos	1.826.142	1.935.474
Vinculados ⁽¹⁾	5.543.457	6.942.953
Moedas estrangeiras	587.532	635.786
Ligadas	662.097	1.024.617
Instituições do sistema financeiro	582.305	645.506
Especiais do Tesouro Nacional	226.368	262.607
Domiciliados no exterior	228.760	73.495
Outros	667.272	563.895
Depósitos de Poupança	174.854.743	160.289.875
Pessoas físicas	167.501.857	152.554.594
Pessoas jurídicas	6.960.602	7.363.904
Ligadas	376.425	357.995
Instituições do sistema financeiro	15.859	13.382
Depósitos Interfinanceiros	33.668.595	24.152.759
Depósitos a Prazo	209.491.504	195.628.823
Judiciais	135.481.016	121.524.344
Moeda nacional	43.657.658	47.388.073
Moedas estrangeiras	22.495.385	20.134.813
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	4.284.560	4.360.303
Funproger (Nota 17.f)	402.693	366.469
Outros	3.170.192	1.854.821
Outros Depósitos	211.232	176.842
Total	486.036.771	450.229.362
Passivo circulante	442.285.753	405.168.767
Passivo não circulante	43.751.018	45.060.595

(1) Inclui o montante de R\$ 55.316 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.º9.138/95, cedidas por meio da MP n.º2.196/01, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	143.320.047	17.249.817	8.487.512	17.731.473	22.702.655	209.491.504	195.628.823
Depósitos de poupança	174.854.743	--	--	--	--	174.854.743	160.289.875
Depósitos à vista	67.810.697	--	--	--	--	67.810.697	69.981.063
Depósitos interfinanceiros	--	10.564.588	19.787.117	1.015.632	2.301.258	33.668.595	24.152.759
Outros depósitos	211.232	--	--	--	--	211.232	176.842
Total	386.196.719	27.814.405	28.274.629	18.747.105	25.003.913	486.036.771	450.229.362

(1) Inclui o valor de R\$ 42.414.052 mil (R\$ 45.300.305 mil em 31.12.2017), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2018	31.12.2017
Carteira Própria	39.570.367	40.235.552
Títulos privados	17.417.544	23.576.205
Letras do Tesouro Nacional	9	--
Letras Financeiras do Tesouro	21.114.864	15.660.312
Títulos no exterior	1.037.950	999.035
Carteira de Terceiros	363.330.835	336.007.143
Letras Financeiras do Tesouro	316.612.217	332.990.784
Letras do Tesouro Nacional	32.645.031	3.016.349
Notas do Tesouro Nacional	14.073.569	--
Títulos no exterior	18	10
Total	402.901.202	376.242.695
Passivo circulante	393.556.860	365.536.950
Passivo não circulante	9.344.342	10.705.745

d) Despesa com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas de Captações com Depósitos	(12.588.835)	(24.252.072)	(19.352.308)
Depósitos de poupança	(4.976.060)	(9.550.065)	(10.067.847)
Depósitos judiciais	(4.681.127)	(9.229.061)	(11.056.741)
Depósitos a prazo	(2.415.869)	(4.591.804)	(5.780.305)
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	(515.779)	(881.142)	7.552.585
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(13.725.446)	(27.556.891)	(40.359.127)
Carteira de terceiros	(12.330.205)	(24.834.095)	(35.864.548)
Carteira própria	(1.395.241)	(2.722.796)	(4.494.579)
Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	(4.092.992)	(8.482.026)	(14.400.092)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(2.275.449)	(4.666.751)	(8.778.104)
Letras financeiras	(819.902)	(1.860.988)	(3.001.949)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(573.798)	(1.127.589)	(1.220.335)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(423.843)	(826.698)	(1.399.704)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior ⁽³⁾	(331.808)	(624.774)	(545.864)
Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida ⁽⁴⁾	(1.006.830)	(1.956.552)	(1.846.975)
Outras	(251.577)	(541.261)	(649.300)
Total	(31.997.488)	(63.413.576)	(77.153.666)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial do período.

(2) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(3) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(4) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		31.12.2018			31.12.2017		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				7.179	18.608	25.787	9.692	32.469	42.161
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	234	213	447	290	654	944
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	6.527	16.641	23.168	8.588	29.023	37.611
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	14	3	17	68	45	113
Rural Investimento	0	RA	11/2005	404	1.751	2.155	746	2.747	3.493
Proger Urbano				640.350	3.254.914	3.895.264	931.378	2.893.256	3.824.634
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	123.221	1.763.470	1.886.691	363.866	1.783.188	2.147.054
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	517.129	1.491.444	2.008.573	567.512	1.110.068	1.677.580
Outros				75.693	287.816	363.509	111.744	381.764	493.508
Exportação	27/2005	RA	11/2005	2.434	9.728	12.162	5.226	16.518	21.744
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	64.055	243.947	308.002	93.223	303.605	396.828
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	9.204	34.141	43.345	13.295	61.641	74.936
Total				723.222	3.561.338	4.284.560	1.052.814	3.307.489	4.360.303

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2018 é de R\$ 402.693 mil (R\$ 366.469 mil em 31.12.2017).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil						121.468.280	130.664.265
Programa "Global Medium - Term Notes"						10.498.690	10.283.894
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	1.987.453	1.695.693
	EUR	1.000.000	3,75%	2013/2014	2018	--	4.034.287
	CHF	275.000	2,50%	2013	2019	1.097.028	943.297
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	3.933.679	3.313.262
	R\$	293.085	10,15%	2017	2027	325.581	297.355
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	2.930.439	--
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	224.510	--
"Senior Notes"						7.039.710	6.002.340
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	7.039.710	6.002.340
Notas Estruturadas						82.316	73.527
	EUR	18.400	2,21% a 3,55%		2021	82.316	73.527
Certificados de Depósitos⁽²⁾						2.108.603	4.543.422
Curto prazo			2,03% a 4,60%			1.968.914	4.353.804
Longo prazo			2,35% a 3,90%		2021	139.689	189.618
Certificados de Operações Estruturadas						133.809	102.553
Curto prazo			6,24% a 11,23% do DI			116.426	67.291
Longo prazo			7,90% a 10,58% do DI		2022	17.383	35.262
Letras de Crédito Imobiliário			50,00% a 95,00% do DI TR + 7,7151%			17.264.716	16.885.957
Curto Prazo						4.704.521	1.484.174
Longo Prazo					2026	12.560.195	15.401.783
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00% a 98,00% do DI Pré 6,00%			78.937.444	88.897.938
Curto prazo						24.403.914	54.510.038
Longo prazo					2021	54.533.530	34.387.900
Letras Financeiras			98,25% a 102,00% do DI 4,50% a 5,30% + IPCA Pré 7,40% a 12,58%			5.402.992	3.874.634
Curto prazo						148.375	2.722.723
Longo prazo					2021	5.254.617	1.151.911
Banco Patagonia			Pré 25,77% a 27,45% 344 a 417 pontos + Badlar			173.067	393.408
Curto prazo	ARS					125.185	225.743
Longo prazo	ARS				2020	47.882	167.665
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior⁽³⁾						3.197.379	2.765.909
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾	USD	6.000 ⁽¹⁾	5,25%	2008	2018	--	39.789
Notas estruturadas⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	1.954.501	1.665.228
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.242.878	1.060.892
Valor Eliminado na Consolidação⁽⁴⁾						(20.230)	(57.785)
Total						124.818.496	133.765.797
Passivo circulante						32.565.915	67.394.565
Passivo não circulante						92.252.581	66.371.232

(1) Refere-se ao valor outstanding, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) As Entidades de Propósito Específico (EPEs) Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (DPR) e Loans Finance Company Limited (LFC) foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pelas mesmas são pagas com recursos acumulados em suas contas. As EPEs não possuem ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs.

A DPR foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do Banco em Nova Iorque, denominadas em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de default do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(4) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

19 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Obrigações por Empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2018	31.12.2017
No Exterior	6.632.253	11.547.341	2.609.589	197.565	20.986.748	19.572.494
Tomados junto a banqueiros no exterior	6.597.660	11.493.173	2.609.589	197.565	20.897.987	19.455.139
Importação	34.593	54.168	--	--	88.761	117.355
Total	6.632.253	11.547.341	2.609.589	197.565	20.986.748	19.572.494
Passivo circulante					18.179.594	16.872.613
Passivo não circulante					2.807.154	2.699.881

b) Obrigações por Repasses
Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2018	31.12.2017
Tesouro Nacional - Crédito Rural		165.557	145.264
Pronaf	TMS (se disponível) Pré 0,50% a.a. a 4,60% a.a. (se aplicado)	11.020	27.991
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	105.780	101.247
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	11.381
Outros		37.987	4.645
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 9,50% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 4,82% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 0,50% a.a. a 2,08% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,10% a.a.	21.764.812	26.936.192
Caixa Econômica Federal	Pré 5,30% a.a. (média)	29.413.089	26.558.065
Finame	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,33% a.a.	15.138.554	19.775.098
Outras Instituições Oficiais		249.052	7.470.120
Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.b)	TR	--	7.158.515
Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b)		--	249.844
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. ou FAM + 1,28% a 3,67% (se aplicado)	249.024	61.734
Outros		28	27
Total		66.731.064	80.884.739
Passivo circulante		38.148.447	44.419.452
Passivo não circulante		28.582.617	36.465.287

Do Exterior

	31.12.2018	31.12.2017
Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	477	477
Total	477	477
Passivo circulante	95	95
Passivo não circulante	382	382

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(711.713)	(6.895.553)	(1.858.789)
Despesas de Obrigações por Repasses	(2.109.296)	(8.856.749)	(5.115.306)
Do exterior	(339.208)	(5.148.439)	(703.570)
BNDES	(853.407)	(1.818.605)	(2.147.478)
Caixa Econômica Federal	(703.268)	(1.393.805)	(1.642.381)
Finame	(162.993)	(349.191)	(456.329)
Tesouro Nacional	(26.431)	(96.047)	(71.607)
Outras	(23.989)	(50.662)	(93.941)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	102.249	(2.366.125)	(18.639)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(441.172)	(1.833.073)	(1.103.186)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior ⁽¹⁾	(7.353)	1.568.458	361.854
Total	(3.167.285)	(18.383.042)	(7.734.066)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

20 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações legais (Nota 27.h1) ⁽¹⁾	6.571.673	6.571.673
Passivo fiscal diferido (Nota 24.d)	1.252.259	2.255.388
Impostos e contribuições a recolher	1.307.373	1.179.657
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	393.007	461.301
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.032.805	1.907.949
Total	11.557.117	12.375.968
Passivo circulante	10.788.134	11.464.023
Passivo não circulante	768.983	911.945

(1) Referem-se aos prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL/CSLL a compensar decorrentes de processo judicial.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.12.2018	31.12.2017
Marinha Mercante	8.754.178	8.428.862
Pasep ⁽¹⁾	1.529.567	4.285.088
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ⁽²⁾	1.249.914	--
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.836.454	2.009.071
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	1.206.319	1.175.704
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	857.284	776.541
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	48.148	55.989
Outros	40.557	63.495
Total	15.522.421	16.794.750
Passivo circulante	9.855.261	9.339.505
Passivo não circulante	5.667.160	7.455.245

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(2) A Resolução CMN nº 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 20.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 793.415 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 456.499 de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

c) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017	
Banco do Brasil							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					29.336.898	27.870.141	
Dívidas Subordinadas no Exterior					11.522.511	9.826.030	
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	2.616.710	2.232.252
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	5.934.900	5.059.991
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	2.970.901	2.533.787
Letras Financeiras Subordinadas					18.006.049	25.679.955	
		215.000	112,00% do CDI	2012	2019	437.979	408.542
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	308.977	286.248
		4.680.900	111,00% do CDI	2013	2019	9.000.459	8.400.751
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	910.169	848.135
		3.868.384	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	6.605.387	6.151.317
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	743.078	661.021
		4.844.900	111,50% do CDI 1,06% a 1,11% + CDI 5,24% a 5,56% + IPCA Pré 10,51%	2012	2018	--	8.923.941
Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil					58.865.458	63.376.126	
Valores eliminados na consolidação					(36.674)	(33.828)	
Total das Dívidas Subordinadas⁽¹⁾⁽²⁾					58.828.784	63.342.298	
Passivo circulante					9.440.498	9.168.341	
Passivo não circulante					49.388.286	54.173.957	

(1) O montante de R\$ 38.925.975 mil (R\$ 40.327.803 mil em 31.12.2017) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(2) Inclui o montante de R\$ 8.258.635 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações		Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	31.12.2018	31.12.2017
Bônus Perpétuos						
	USD	898.512	8,50%	10/2009	3.536.595	5.032.780
	USD	1.298.727	9,25%	01 e 03/2012	5.221.040	4.800.902
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	7.783.964	6.641.984
	R\$	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/2012	8.307.033	8.197.342
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	8.410.702	7.176.685
Total Banco do Brasil					33.259.334	31.849.693
Valores eliminados na consolidação					(24.221)	(30.615)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total Consolidado					25.135.113	23.719.078
Passivo circulante					62.168	283.071
Passivo não circulante					25.072.945	23.436.007

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 24.120.630 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 22.907.900 mil em 31.12.2017), sendo o montante de R\$ 20.827.050 mil registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 898.512 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.298.727 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Diversas

	31.12.2018	31.12.2017
Operações com cartão de crédito/débito	24.940.764	23.672.221
Passivos atuariais (Nota 26.e)	12.677.088	11.919.681
Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1)	11.095.690	9.898.829
Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1)	6.997.444	6.723.721
Credores diversos no país ⁽¹⁾	6.291.128	6.019.238
Provisões para pagamentos a efetuar	4.562.840	4.384.094
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1)	2.520.968	2.677.568
Recursos vinculados a operações de crédito	1.381.302	2.422.714
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	1.833.703	1.963.031
Obrigações por convênios oficiais	1.180.708	1.470.938
Credores por recursos a liberar	668.186	794.139
Credores diversos no exterior	754.839	673.470
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	434.399	551.458
Obrigações por operações vinculadas a cessão	404.844	496.365
Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1)	262.724	258.324
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	133.971	197.710
Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f)	358.552	202.547
Obrigações por aquisição de bens e direitos	272.522	348.059
Obrigações por cotas de fundos de investimento	12.748	108.728
Coobrigações em cessões de crédito	--	676
Outras	1.945.917	1.431.781
Total	78.730.337	76.215.292
Passivo circulante	64.359.580	61.751.393
Passivo não circulante	14.370.757	14.463.899

(1) Inclui o montante de R\$ 548.439 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedido por meio da MP nº 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

f) Garantias Financeiras

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	950.285	121.827	1.232.766	55.070
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	1.239.539	175.137	813.848	89.943
Outras fianças bancárias	2.532.441	5.098	859.357	3.830
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.034.800	56.358	994.495	53.702
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	32.000	--	32.000	--
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	18.985	59	37.377	2
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	75.570	73	6.994	--
Outros avais	1.553	--	397	--
Total	5.885.173	358.552	3.977.234	202.547

(1) Refere-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

21 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Conta corrente	3.758.371	7.331.047	6.997.452
Administração de fundos	3.042.937	6.022.875	5.397.265
Comissões de seguros, previdência e capitalização	1.752.997	3.221.096	3.047.672
Operações de crédito e garantias prestadas	1.019.448	1.998.784	1.853.352
Rendas de cartões	997.802	1.941.533	1.881.199
Cobrança	626.500	1.289.880	1.447.794
Arrecadações	560.032	1.116.250	1.087.296
Taxas de administração de consórcios	511.090	941.758	724.933
Rendas do mercado de capitais	372.437	787.891	774.647
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	335.115	605.007	688.651
Interbancária	72.290	145.103	154.063
Outras	1.019.922	2.013.468	1.887.092
Total	14.068.941	27.414.692	25.941.416

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Proventos	(5.014.716)	(9.834.417)	(9.646.449)
Encargos sociais	(1.671.038)	(3.223.904)	(3.180.244)
Benefícios	(1.544.542)	(3.064.314)	(3.045.696)
Provisões administrativas de pessoal	(971.356)	(2.404.678)	(2.137.052)
Demandas trabalhistas	(929.721)	(1.378.814)	(1.597.100)
Previdência complementar	(463.294)	(871.940)	(859.159)
Treinamento	(46.049)	(72.682)	(64.267)
Honorários de diretores e conselheiros	(24.046)	(48.275)	(45.009)
Total	(10.664.762)	(20.899.024)	(20.574.976)

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Amortização	(980.325)	(1.966.399)	(3.302.939)
Aluguéis	(694.882)	(1.363.850)	(1.567.286)
Depreciação	(605.906)	(1.191.592)	(1.153.659)
Serviços de vigilância e segurança	(598.463)	(1.169.188)	(1.244.514)
Transporte	(496.683)	(984.001)	(1.114.216)
Serviços de terceiros	(456.939)	(896.372)	(856.294)
Comunicações	(425.307)	(862.758)	(1.034.617)
Serviços do sistema financeiro	(372.320)	(744.726)	(744.457)
Manutenção e conservação de bens	(376.482)	(715.937)	(706.984)
Água, energia e gás	(252.043)	(509.101)	(491.613)
Serviços técnicos especializados	(250.564)	(467.463)	(520.248)
Propaganda e publicidade	(250.987)	(420.855)	(394.553)
Processamento de dados	(180.645)	(383.669)	(321.245)
Promoções e relações públicas	(104.004)	(175.780)	(163.272)
Viagem no país	(57.788)	(111.329)	(102.781)
Material	(51.391)	(103.923)	(112.818)
Outras	(450.389)	(752.126)	(685.223)
Total	(6.605.118)	(12.819.069)	(14.516.719)

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Recuperação de encargos e despesas	1.051.403	2.136.981	2.068.593
Rendas de títulos e créditos a receber	1.783.583	1.991.890	785.049
Atualização de depósitos em garantia	949.046	1.978.828	2.672.991
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f)	320.682	800.932	646.882
Operações com cartões	466.580	734.073	600.326
Atualização de ativo atuarial	423.641	664.481	17.199
Receitas das empresas controladas não financeiras	93.844	206.454	240.643
Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal	101.000	185.442	211.382
Atualização de impostos a compensar	134.895	172.555	172.168
Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional	12.129	27.622	40.094
Dividendos Recebidos	2.952	6.512	12.330
Outras	385.212	679.873	759.193
Total	5.724.967	9.585.643	8.226.850

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Demandas cíveis e fiscais	(1.612.437)	(2.990.782)	(1.206.579)
Operações com cartões	(873.783)	(1.708.910)	(1.488.934)
Descontos concedidos em renegociação	(855.136)	(1.426.679)	(1.441.337)
Atualização das obrigações atuariais	(682.825)	(1.309.719)	(1.409.652)
Serviços de terceiros	(556.829)	(1.074.539)	(1.043.211)
Bônus de relacionamento negocial	(529.311)	(1.024.241)	(1.066.531)
Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h)	(351.810)	(695.333)	(1.026.712)
Falhas/fraudes e outras perdas	(361.928)	(476.707)	(319.268)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(188.795)	(436.132)	(462.180)
Despesas das empresas controladas não financeiras	(210.042)	(398.810)	(405.948)
Autoatendimento	(130.246)	(319.986)	(331.908)
Outras despesas de provisões operacionais	(285.499)	(317.145)	(40.977)
Bônus de adimplência	(117.005)	(226.292)	(200.438)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	(81.432)	(202.832)	(236.936)
Convênio INSS	(105.200)	(201.608)	(171.409)
Provisão de prestação de fiança, aval e garantia	(175.248)	(187.932)	(23.174)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(66.720)	(128.848)	(131.999)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(10.679)	(22.468)	(20.520)
Atualização de JCP/Dividendos	(8.272)	(16.785)	(10.662)
Outras	(321.919)	(811.276)	(544.480)
Total	(7.525.116)	(13.977.024)	(11.582.855)

22 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas Não Operacionais	1.002.104	1.353.435	756.616
Ganhos de capital ⁽¹⁾	891.186	995.372	671.731
Lucro na alienação de valores e bens	81.188	276.794	25.596
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	5.447	32.064	17.804
Ressarcimento com fornecedores	14.292	21.360	18.108
Rendas de aluguéis	4.438	10.292	9.543
Outras rendas não operacionais	5.553	17.553	13.834
Despesas Não Operacionais	(111.043)	(197.317)	(214.251)
Perdas de capital	(78.561)	(139.205)	(151.408)
Desvalorização de outros valores e bens	(15.675)	(31.886)	(41.418)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.898)	(13.136)	(17.368)
Despesas por desempenho (BB Seguros x Mapfre SH1)	(7.521)	(7.521)	--
Outras despesas não operacionais	(4.388)	(5.569)	(4.057)
Total	891.061	1.156.118	542.365

(1) Refere-se, principalmente, às alienações das participações acionárias na Mapfre BB SH2 (Exercício/2018) e no IRB e Neoenergia (Exercício/2017).

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	91.989.546	87.530.779
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	33,02	31,43
Valor de mercado por ação (R\$)	46,49	31,82
Patrimônio Líquido Consolidado	102.252.882	98.723.402

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 67.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2017) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.240 mil (R\$ 2.371 mil em 31.12.2017), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No exercício de 2018, foram realizadas reservas no montante de R\$ 131 mil (R\$ 289 mil no exercício de 2017) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de Capital	14.692	12.436
Reservas de Lucros	42.612.582	35.280.691
Reserva legal	7.738.497	7.111.684
Reservas Estatutárias	34.874.085	28.169.007
Margem operacional	30.657.730	24.312.045
Equalização de dividendos	4.216.355	3.856.962

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro líquido (R\$ mil)	6.813.688	12.648.803	10.881.098
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	2.785.468.140	2.785.290.260	2.784.905.261
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	2,45	4,54	3,91

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	Exercício/2018	Exercício/2017
1) Lucro líquido - BB Banco Múltiplo	12.648.803	10.881.098
No País	11.377.668	10.439.231
No Exterior	1.271.135	441.867
2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	255.752	97.343
3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)	12.904.555	10.978.441
Dividendos - Payout	5.161.822	3.228.953
Dividendo mínimo obrigatório	2.977.357	2.572.301
Dividendo adicional	2.184.465	656.652
4) Destinações		
Lucro Líquido	12.648.803	10.881.098
Lucros/prejuízos acumulados	(112.562)	(50.358)
Lucro distribuído	12.536.241	10.830.740
Reserva legal	626.812	541.537
Dividendos e juros sobre o capital próprio	5.161.822	3.228.953
Reservas estatutárias	6.747.607	7.060.250

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	227.559	0,082	12.03.2018	29.03.2018
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	595.914	0,214	21.05.2018	30.05.2018
2º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	215.030	0,077	11.06.2018	29.06.2018
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	742.877	0,267	21.08.2018	31.08.2018
3º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	238.140	0,085	11.09.2018	28.09.2018
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	1.161.270	0,417	21.11.2018	30.11.2018
4º Trimestre/2018				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	350.059	0,126	11.12.2018	28.12.2018
Juros sobre o capital próprio complementares a pagar ⁽¹⁾	1.630.973	0,586	21.02.2019	07.03.2019
Total destinado aos acionistas	5.161.822	1,854		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	200.824	0,072	13.03.2017	31.03.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	509.477	0,183	22.05.2017	31.05.2017
2º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	218.823	0,079	12.06.2017	30.06.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	559.958	0,201	21.08.2017	31.08.2017
3º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	212.471	0,076	11.09.2017	29.09.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	621.704	0,223	21.11.2017	30.11.2017
4º Trimestre/2017				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	230.029	0,083	11.12.2017	28.12.2017
Juros sobre o capital próprio complementares pagos ⁽¹⁾	675.667	0,243	01.03.2018	12.03.2018
Total destinado aos acionistas	3.228.953	1,160		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta de Despesas Financeiras e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre o capital próprio, no exercício de 2018, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 2.241.271 mil (R\$ 1.453.029 mil no exercício de 2017).

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017	31.12.2018	31.12.2017
Banco do Brasil	6.813.688	12.648.803	10.881.098	91.989.546	87.530.779
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	152.933	255.752	97.343	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	11.585	(42.529)	32.335	(347.579)	(305.049)
Participação dos não controladores	--	--	--	2.510.915	3.397.672
Consolidado	6.978.206	12.862.026	11.010.776	102.252.882	98.723.402

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 3 e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2018				2º Semestre/2017			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(2.108.674)	1.326.141	(541.295)	(1.323.828)	(885.145)	288.944	(109.834)	(706.035)
Subsidiárias no exterior	26.628	(20.917)	(3.152)	2.559	42.875	(44.369)	57.797	56.303
Coligadas e controladas	110.309	(166.787)	55.735	(743)	(20.421)	159.698	(78.274)	61.003
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	11.471	(103.825)	42.570	(49.784)	(8.771)	(4.993)	3.427	(10.337)
Hedge de Investimento no Exterior								
Coligadas e controladas	55.130	2.470	(840)	56.760	(368)	10.788	(3.543)	6.877
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no exterior	(460.761)	(292.606)	--	(753.367)	(30.926)	(153.727)	--	(184.653)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(10.762.719)	(5.539.704)	2.216.710	(14.085.713)	(15.978.910)	5.903.067	(2.367.040)	(12.442.883)
Total	(13.128.616)	(4.795.228)	1.769.728	(16.154.116)	(16.881.666)	6.159.408	(2.497.467)	(13.219.725)

	Exercício/2018				Exercício/2017			
	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final	Saldo Inicial	Movimentação	Efeitos tributários	Saldo Final
Títulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(706.035)	(648.626)	30.833	(1.323.828)	(1.453.578)	1.202.166	(454.623)	(706.035)
Subsidiárias no Exterior	56.303	(54.944)	1.200	2.559	29.480	(30.621)	57.444	56.303
Coligadas e controladas	61.003	(89.154)	27.408	(743)	(5.555)	113.271	(46.713)	61.003
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	(10.337)	(60.879)	21.432	(49.784)	(8.300)	(7.832)	5.795	(10.337)
Hedge de Investimento no Exterior								
Coligadas e controladas	6.877	75.580	(25.697)	56.760	--	10.420	(3.543)	6.877
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior								
Subsidiárias no Exterior	(184.653)	(568.714)	--	(753.367)	--	(184.653)	--	(184.653)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(12.442.883)	(2.737.684)	1.094.854	(14.085.713)	(15.491.252)	5.091.650	(2.043.281)	(12.442.883)
Total	(13.219.725)	(4.084.421)	1.150.030	(16.154.116)	(16.929.205)	6.194.401	(2.484.921)	(13.219.725)

j) Participação dos Não Controladores

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2018	31.12.2017
Banco Patagonia S.A. ⁽¹⁾	374.176	842.202
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	26	27
BB Tecnologia e Serviços	35	34
BB Seguridade S.A.	2.136.678	2.555.409
Participação dos não Controladores	2.510.915	3.397.672

(1) Redução decorrente da transferência de ações do Banco Patagonia S.A. (Nota 2).

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31.12.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.453.493.742	50,7	1.502.374.642	52,4
Tesouro Nacional	1.453.493.742	50,7	1.453.493.742	50,7
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	--	--	48.880.900	1,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	181.160.514	6,3	244.572.814	8,5
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	79.886.296	2,8	80.463.476	2,8
Outros acionistas	1.150.876.468	40,2	1.038.006.088	36,3
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.207.072.639	77,0	2.264.739.133	79,0
Residentes no exterior	658.344.381	23,0	600.677.887	21,0

(1) Inclui, em 31.12.2018, 38.294 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (40.900 em 31.12.2017).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2018	31.12.2017
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	147	144
Diretoria Executiva	175.800	145.195
Comitê de Auditoria	18	18

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	1.282.433.554	44,8	1.226.072.321	42,8
Aquisição de ações - Tesouro Nacional	--	--	(6.627)	--
Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	48.880.900	--	56.143.700	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	546.572	--	224.160	--
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	1.331.861.026	46,5	1.282.433.554	44,8
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Referem-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 31.12.2018, o Banco possuía 79.886.296 ações em tesouraria, no valor total de R\$ 1.833.431 mil, das quais 71.353.201 ações decorrentes dos programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015), 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCM – Fundo de Garantia para a Construção Naval, 457.682 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

n) Pagamento Baseado em Ações
Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2014					
Banco do Brasil	318.633	24,08	230.466	63.711	02/2019
Total de ações a distribuir				63.711	
BB DTVM	27.063	22,98	21.651	5.412	04/2019
Total de ações a distribuir				5.412	
Programa 2015					
Banco do Brasil	342.134	19,92	177.766	68.426	03/2019
				68.426	03/2020
Total de ações a distribuir				136.852	
BB DTVM	26.109	19,92	15.669	5.220	03/2019
				5.220	03/2020
Total de ações a distribuir				10.440	
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	39.686	19.846	03/2019
				19.846	03/2020
				19.846	03/2021
Total de ações a distribuir				59.538	
BB DTVM	10.397	32,84	4.163	2.078	04/2019
				2.078	04/2020
				2.078	04/2021
Total de ações a distribuir				6.234	
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	38.926	38.763	03/2019
				38.763	03/2020
				38.762	03/2021
				38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				155.050	
BB DTVM	20.270	42,65	4.062	4.052	03/2019
				4.052	03/2020
				4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				16.208	

Programa Sentimento de Dono:

Foram distribuídas 295.266 ações em tesouraria, provenientes dos Programas de Recompra, a todos os funcionários da ativa do BB, independentemente do nível hierárquico, onde cada funcionário recebeu 3 ações ordinárias.

Os papéis estão custodiados no próprio Banco e somente poderão ser comercializadas pelo funcionário após a aposentadoria ou depois de cessado o vínculo do funcionário com o Banco.

As ações transferidas totalizaram R\$ 9.782 mil e, para atribuição de seu preço, foi adotado o critério do preço médio da semana anterior à do pagamento. O preço médio é equivalente à média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. As cotações médias diárias são obtidas junto à B3 ou sistema de informação contratado pelo Banco, sem correção por dividendos.

24 - TRIBUTOS
a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores Correntes	(1.759.641)	(3.304.217)	(3.290.685)
IR e CSLL no país	(1.512.629)	(2.807.448)	(2.842.517)
Imposto de Renda no exterior	(247.012)	(496.769)	(448.168)
Valores Diferidos	(1.855.045)	(1.463.151)	(760.178)
Passivo Fiscal Diferido	(106.950)	(305.718)	20.096
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	13.996	29.975	27.492
Marcação a mercado	32.149	(25.663)	366.397
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(181.473)	(286.791)	(321.619)
Lucros do exterior	87.228	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	505	5.303	(5.921)
Créditos recuperados a prazo	(59.355)	(28.542)	(46.253)
Ativo Fiscal Diferido	(1.748.095)	(1.157.433)	(780.274)
Diferenças intertemporais	(1.138.678)	(2.210.099)	152.237
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(388.218)	1.125.118	(4.987)
Marcação a mercado	(221.199)	(72.451)	(921.535)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--	(5.989)
Total	(3.614.686)	(4.767.368)	(4.050.863)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado Antes dos Tributos e Participações	12.114.465	20.663.695	18.133.832
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(5.451.509)	(9.298.663)	(8.160.224)
Encargos sobre JCP	1.521.199	2.322.820	1.453.029
Resultado de participações em coligadas/controladas	755.447	1.696.932	1.783.017
Participação de empregados no lucro	398.308	727.911	627.343
Outros valores	(838.131)	(216.368)	245.972
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(3.614.686)	(4.767.368)	(4.050.863)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Cofins	(1.446.306)	(2.897.008)	(3.351.849)
ISSQN	(579.854)	(1.124.600)	(1.064.476)
PIS/Pasep	(246.468)	(491.780)	(564.046)
Outras	(258.148)	(540.348)	(502.132)
Total	(2.530.776)	(5.053.736)	(5.482.503)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2018	31.12.2017
Decorrentes da marcação a mercado	306.327	705.415
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais	316.489	581.247
Decorrentes de créditos recuperados a prazo	425.634	397.092
Dependências no Exterior	88.938	66.398
Decorrentes do ajuste da carteira de leasing	21.963	51.938
Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	39.676	423.015
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	693	6.562
Outros	52.539	23.721
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	1.252.259	2.255.388
Imposto de Renda	769.721	1.009.782
Contribuição Social	445.160	679.059
Cofins	32.153	487.352
PIS/Pasep	5.225	79.195

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2017	Exercício/2018		31.12.2018
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças intertemporais	38.617.726	15.891.840	(17.900.495)	36.609.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.684.481	9.607.569	(12.505.345)	21.786.705
Provisões passivas	9.393.973	3.626.371	(2.907.853)	10.112.491
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.828.381	1.009.378	(560.472)	2.277.287
Marcação a mercado	1.158.475	1.161.679	(1.493.307)	826.847
Outras provisões	1.552.416	486.843	(433.518)	1.605.741
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	667.060	--	--	667.060
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	89.298	--	(27.277)	62.021
Prejuízo fiscal/Base negativa	348.252	3.770.601	(2.813.884)	1.304.969
Total dos Créditos Tributários Ativos	39.722.336	19.662.441	(20.741.656)	38.643.121
Imposto de Renda	23.351.896	10.966.187	(10.367.820)	23.950.263
Contribuição Social	16.263.204	8.582.940	(10.243.782)	14.602.362
Cofins	92.246	97.474	(111.874)	77.846
PIS/Pasep	14.990	15.840	(18.180)	12.650

Em 31.12.2018 os ativos e passivos diferidos foram ajustados à alíquota de 15% em decorrência do fim do período de vigência da Lei 13.169/2015 que retornou para 15% a alíquota da CSLL das instituições financeiras e das empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, a partir de 01 de janeiro de 2019.

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	31.12.2018	31.12.2017
Créditos tributários no exterior	930.845	821.539
Prejuízo fiscal/Base negativa	949.078	7.906
Diferenças intertemporais	253	161
Total dos Créditos Tributários	1.880.176	829.606
Imposto de Renda	1.176.171	519.393
Contribuição Social	704.005	310.213

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2018, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	15.413.417	14.813.595
Em 2020	15.861.446	15.160.137
Em 2021	5.495.762	4.865.693
Em 2022	794.442	412.621
Em 2023	469.775	364.921
Em 2024	449.667	71.763
Em 2025	72.162	21.771
Em 2026	27.034	7.221
Em 2027	8.601	1.201
Em 2028	50.815	35.428
Total de Créditos Tributários em 31.12.2018	38.643.121	35.754.351

No exercício de 2018, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 20.472.741 mil, correspondente a 302,81% da respectiva projeção de utilização para o período de 2018, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2017.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2018, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2019	4%	42%
Em 2020	29%	42%
Em 2021	33%	13%
Em 2022	17%	1%
Em 2023	17%	1%
A partir de 2024	--	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

25 - PARTES RELACIONADAS**a) Pessoal-chave da administração**

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Benefícios de curto prazo	25.473	61.487	48.812
Honorários e encargos sociais	18.090	38.413	33.098
Diretoria Executiva	17.887	38.007	32.699
Conselho de Administração	203	406	399
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	5.476	19.629	12.592
Outros ⁽¹⁾	1.907	3.445	3.122
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	345	549
Remuneração baseada em ações	--	14.913	8.459
Total	25.473	76.745	57.820

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento.

Conforme as normas vigentes e o Estatuto Social, o Banco do Brasil não concede empréstimos ou adiantamentos, nem realiza transações de compra ou venda de bens de qualquer natureza ao pessoal-chave da administração. Eventuais saldos existentes referem-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito (exceto com o pessoal-chave da administração), depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 30.e – Cessão de empregados à órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.

No exercício de 2018, foram realizados permuta de imóveis com a União e adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) à Cassi.

O Banco assinou com a União o Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos decorrentes das Operações de Renegociação das Dívidas originárias de Crédito Rural celebrado entre a União e o BB em 29 de junho de 2001. A União pagou ao BB recursos decorrentes da conciliação das operações do PESA cedidas pelo BB à União ao amparo da MP n.º 2.196/2001. No âmbito do processo de conciliação de registros relacionados a programas e serviços rurais junto à União o BB também realizou a conciliação de diversos programas, dentre eles: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - PRLCB; Subvenções Pronaf Finame/BNDES, Pronaf Reforma Agrária Grupo "A - Safra 1999/2000 e Fundo Contábil do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro "Sumário das Transações com Partes Relacionadas", segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No exercício de 2018, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 53.423 mil (R\$ 54.457 mil no exercício de 2017).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2018	Exercício/2017
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.013.066	3.853.901
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo)	83	143

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	31.12.2018				Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	559.569	--	352.617	912.186
Títulos e valores mobiliários	--	3.431.777	--	511.801	3.943.578
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	8.426.052	2.335	27.212.815	35.641.202
Valores a receber de ligadas	--	241.671	--	9.188	250.859
Outros ativos ⁽⁶⁾	3.458.980	301.279	--	477.210	4.237.469
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	1.635.113	--	3.243.446	4.878.559
Passivos					
Depósitos à vista	1.274.150	193.754	458	481.410	1.949.772
Depósitos em poupança	12.966	--	446	218.638	232.050
Depósitos a prazo remunerados	2.369.388	695.753	111	12.615.160	15.680.412
Captações no mercado aberto	39.950	1.506.669	--	9.263.323	10.809.942
Obrigações por empréstimos e repasses	165.557	--	--	66.316.170	66.481.727
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.843.497	11.935.068	11.129	1.310.978	15.100.672
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	6.813.492	--	753.552	7.567.044
2º Semestre/2018					
Receitas da intermediação financeira	1.586.396	562.267	134	1.085.388	3.234.185
Receitas de prestação de serviços	31.620	1.698.981	--	180.882	1.911.483
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	1.439.861	772.581	--	7.542	2.219.984
Despesas da intermediação financeira	(266.027)	(5.881)	(433)	(1.885.077)	(2.157.418)
Outras despesas	(493.358)	(231.445)	--	(507.176)	(1.231.979)
Exercício/2018					
Receitas da intermediação financeira	3.252.534	1.225.304	275	2.230.792	6.708.905
Receitas de prestação de serviços	70.580	3.872.394	--	396.722	4.339.696
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	1.592.993	1.493.677	--	16.590	3.103.260
Despesas da intermediação financeira	(335.643)	(10.459)	(907)	(4.037.655)	(4.384.664)
Outras despesas	(493.358)	(380.477)	--	(958.226)	(1.832.061)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 420 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31.12.2018. Houve reforço de provisão de R\$ 418 mil no 2º semestre/2018 (R\$ 396 mil no exercício/2018). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 183.352 mil no 2º semestre/2018 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 373.713 mil no exercício/2018).

	31.12.2017				Total
	Controlador ⁽¹⁾	Controle conjunto e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	529.900	--	301.087	830.987
Títulos e valores mobiliários	--	3.440.424	--	682.928	4.123.352
Operações de crédito ⁽⁵⁾	--	12.839.370	2.774	31.326.490	44.168.634
Valores a receber de ligadas	--	252.692	--	9.254	261.946
Outros ativos ⁽⁶⁾	4.430.928	548.403	--	346.905	5.326.236
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	2.278.693	--	3.920.441	6.199.134
Passivos					
Depósitos à vista	262.607	13.854	526	917.470	1.194.457
Depósitos em poupança	--	--	548	316.032	316.580
Depósitos a prazo remunerados	663.039	663.829	205	14.078.718	15.405.791
Captações no mercado aberto	37.542	2.010.763	--	10.616.313	12.664.618
Obrigações por empréstimos e repasses	145.264	--	--	73.268.852	73.414.116
Outros passivos ⁽⁸⁾	452.077	13.565.303	18.327	4.918.734	18.954.441
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	6.804.136	--	735.098	7.539.234
	Exercício/2017				
Receitas da intermediação financeira	4.985.242	2.117.296	162	3.483.713	10.586.413
Receitas de prestação de serviços	99.479	3.261.351	--	569.054	3.929.884
Outras receitas	125.904	1.581.919	--	7.141	1.714.964
Despesas da intermediação financeira	(78.137)	(351.092)	(659)	(4.927.036)	(5.356.924)
Outras despesas	--	(184.168)	--	(947.145)	(1.131.313)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R\$ 24 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R\$ 74.751 mil no 2º semestre/2017 (reversão de R\$ 39.798 mil no exercício/2017). O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(8) Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	31.12.2018			31.12.2017		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	100.027	118.699	218.726	102.110	118.499	220.609
Plano de Benefícios 1 - Previ	9.694	98.902	108.596	10.637	98.788	109.425
Plano Previ Futuro	77.111	1.700	78.811	77.975	1.520	79.495
Plano Informal	--	2.870	2.870	--	3.076	3.076
Outros Planos	13.222	15.227	28.449	13.498	15.115	28.613
Planos de Assistência Médica	100.990	105.701	206.691	103.239	105.724	208.963
Cassi	90.390	98.721	189.111	92.390	98.618	191.008
Outros Planos	10.600	6.980	17.580	10.849	7.106	17.955

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.089.576	1.871.310	1.564.536
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	560.407	891.384	606.677
Plano Previ Futuro	361.122	662.091	619.585
Plano Informal	87.036	166.952	180.153
Outros Planos	81.011	150.883	158.121
Planos de Assistência Médica	711.880	1.643.733	1.287.365
Cassi	622.540	1.473.670	1.132.016
Outros Planos	89.340	170.063	155.349
Total	1.801.456	3.515.043	2.851.901

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 1º semestre de 2019, estão estimadas em R\$ 1.148.410 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Planos de Aposentadoria e Pensão	(222.519)	(569.821)	(1.396.267)
Plano de Benefícios 1 - Previ	318.318	444.053	(465.601)
Plano Previ Futuro	(361.122)	(662.091)	(619.585)
Plano Informal	(65.343)	(128.206)	(128.051)
Outros Planos	(114.372)	(223.577)	(183.030)
Planos de Assistência Médica	(871.747)	(1.659.628)	(1.545.553)
Cassi	(781.524)	(1.486.662)	(1.407.685)
Outros Planos	(90.223)	(172.966)	(137.868)
Total	(1.094.266)	(2.229.449)	(2.941.820)

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos vêm sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2018 e 31.12.2017.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	(155.258.787)	(148.349.574)	(959.692)	(965.470)	(8.724.130)	(7.948.422)	(8.900.039)	(7.609.949)
Custo de juros	(16.703.376)	(15.912.131)	(94.775)	(96.792)	(980.982)	(901.981)	(956.491)	(819.764)
Custo do serviço corrente	(399.287)	(429.542)	--	--	(85.096)	(98.102)	(23.534)	(23.819)
Custo do serviço passado	--	--	(33.431)	(31.259)	--	--	--	--
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	11.988.879	12.228.789	166.952	180.153	730.087	724.412	668.778	653.780
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(11.656.103)	(2.796.329)	(19.428)	(46.324)	(334.480)	(500.037)	(508.143)	(1.100.287)
Ajuste de experiência	(311.951)	3.518.247	4.685	(7.965)	415.728	(10.283)	(122.439)	45.167
Alterações premissas biométricas	(4.209.120)	--	(536)	--	(303.405)	--	30.496	(644.827)
Alterações premissas financeiras	(7.135.032)	(6.314.576)	(23.577)	(38.359)	(446.803)	(489.754)	(416.200)	(500.627)
Saldo Final	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(172.028.674)	(155.258.787)	--	--	(242.250)	--	(6.045.154)	(5.713.736)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(3.674.275)	(3.186.303)

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo Inicial	164.024.626	143.946.397	--	--	--	--	5.713.736	5.731.092
Receita de juros	17.990.770	15.410.472	--	--	--	--	632.690	608.154
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	242.250	--	--	--
Contribuições recebidas	891.384	606.678	166.952	180.153	730.087	724.412	220.828	220.451
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(11.988.879)	(12.228.789)	(166.952)	(180.153)	(730.087)	(724.412)	(668.778)	(653.780)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	8.279.554	16.289.868	--	--	--	--	146.678	(192.181)
Saldo Final	179.197.455	164.024.626	--	--	242.250	--	6.045.154	5.713.736

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1) Valor justo dos ativos do plano	179.197.455	164.024.626	--	--	242.250	--	6.045.154	5.713.736
2) Valor presente das obrigações atuariais	(172.028.674)	(155.258.787)	(940.374)	(959.692)	(9.394.601)	(8.724.130)	(9.719.429)	(8.900.039)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	7.168.781	8.765.839	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(3.674.275)	(3.186.303)
4) Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido Registrado (1+2) ⁽¹⁾	3.584.390	4.382.919	(940.374)	(959.692)	(9.152.351)	(8.724.130)	(2.397.244)	(2.078.422)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,99	13.952.027	13.826.304	13.614.753	241.770.289	283.163.373
Plano Informal (Previ)	5,69	146.054	130.762	116.649	896.339	1.289.804
Plano de Associados (Cassi)	9,66	779.164	765.809	751.698	15.440.616	17.737.287
Regulamento Geral (Economus)	10,79	489.017	489.946	491.205	13.000.609	14.470.777
Regulamento Complementar 1 (Economus)	14,14	1.534	1.654	1.784	110.788	115.760
Plus I e II (Economus)	8,27	76.751	74.700	72.410	1.104.047	1.327.908
Grupo B' (Economus)	9,42	16.707	16.623	16.526	334.267	384.123
Prevmais (Economus)	12,03	20.783	21.153	21.449	716.261	779.646
Multifuturo I (Fusesc)	9,32	5.883	5.812	5.735	111.195	128.625
Plano I (Fusesc)	8,69	43.530	43.317	43.024	751.030	880.901
Plano BEP (Prevbep)	11,18	4.479	4.556	4.987	141.029	155.051

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.5) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017	2º Sem/2018	Exerc/2018	Exerc/2017
Custo do serviço corrente	(92.939)	(199.644)	(214.772)	--	--	--	(40.668)	(85.096)	(98.101)	(5.606)	(11.767)	(11.909)
Custo dos juros	(4.392.589)	(8.351.688)	(7.956.065)	(48.976)	(94.775)	(96.792)	(513.216)	(980.982)	(901.980)	(278.517)	(528.832)	(446.325)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	4.803.846	8.995.385	7.705.236	--	--	--	--	--	--	170.269	315.656	303.477
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	(16.367)	(33.431)	(31.259)	--	--	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(227.640)	(420.584)	(407.604)	(94.516)	(178.495)	(173.065)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.775	6.895	6.924
(Despesa)/Receita Reconhecida na DRE	318.318	444.053	(465.601)	(65.343)	(128.206)	(128.051)	(781.524)	(1.486.662)	(1.407.685)	(204.595)	(396.543)	(320.898)

d.6) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Renda Fixa	74.008.549	70.104.125	4.734.172	4.708.087
Renda Variável ⁽¹⁾	88.864.018	77.501.636	530.688	316.452
Investimentos imobiliários	9.802.101	9.759.465	266.761	190.893
Empréstimos e financiamentos	5.465.522	5.593.240	140.399	121.801
Outros	1.057.265	1.066.160	373.134	376.503
Total	179.197.455	164.024.626	6.045.154	5.713.736
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	10.296.587	12.191.887	31.463	30.297
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	148.139	155.611	8.449	7.684

(1) No Plano de Benefícios 1 da Previ, inclui o valor de R\$ 54.975.138 mil (R\$ 45.179.060 mil em 31.12.2017), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.7) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de inflação (a.a.)	4,42%	5,10%	4,39%	5,00%	4,43%	5,11%	4,42%	5,11%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,83%	5,30%	4,64%	5,05%	4,86%	5,32%	4,86%	5,31%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	9,46%	10,67%	--	--	--	--	9,50%	10,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,93%	--	--	--	--	0,95%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)	AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.8) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	4,83%	5,00%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	AT-2000 (Suavizada 10%)
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado ou Fluxo de Caixa Descontado	Média Ponderada ⁽¹⁾ ou Fluxo de Caixa Descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) Em setembro de 2018, a Previ passou a adotar uma nova metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel. Com precificação ao final de cada mês, esta metodologia considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

d.9) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Valor apurado - Previ	160.882.240	142.116.752	(154.506.120)	(146.567.430)	6.376.120	(4.450.678)
Incorporação dos valores do contrato 97	13.190.867	13.506.509	(13.190.867)	(13.506.509)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.091.011	1.101.682	(1.091.011)	(1.101.682)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	4.033.337	7.299.683	--	--	4.033.337	7.299.683
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	(3.240.676)	5.916.834	(3.240.676)	5.916.834
Valor apurado - Banco	179.197.455	164.024.626	(172.028.674)	(155.258.787)	7.168.781	8.765.839

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.10) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

	31.12.2018	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		
		+1 idade	-1 idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Plano 1 (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	172.028.674	167.895.943	176.119.780	172.081.171	171.976.178	168.131.995	176.093.839
	Superávit/(déficit) do plano	7.168.781	11.301.512	3.077.675	7.116.284	7.221.277	11.065.460	3.103.616
Plano Informal (Previ)	Valor presente da obrigação atuarial	940.374	904.014	977.651	--	--	927.016	954.150
	Superávit/(déficit) do plano	(940.374)	(904.014)	(977.651)	--	--	(927.016)	(954.150)
Plano de Associados (Cassi)	Valor presente da obrigação atuarial	9.394.601	9.158.136	9.629.399	9.397.905	9.391.297	9.158.649	9.641.939
	Superávit/(déficit) do plano	(9.152.351)	(8.915.886)	(9.387.149)	(9.155.655)	(9.149.047)	(8.916.399)	(9.399.689)
Regulamento Geral (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	7.538.365	7.412.821	7.660.420	--	--	7.337.093	7.749.191
	Superávit/(déficit) do plano	(3.018.831)	(2.893.287)	(3.140.886)	--	--	(2.817.559)	(3.229.657)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	51.038	52.742	49.368	--	--	49.278	52.887
	Superávit/(déficit) do plano	(1.412)	(3.116)	258	--	--	348	(3.261)
Plus I e II (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	807.388	778.070	837.466	--	--	790.872	824.568
	Superávit/(déficit) do plano	(807.388)	(778.070)	(837.466)	--	--	(790.872)	(824.568)
Grupo B' (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	220.881	215.988	225.649	--	--	215.777	226.197
	Superávit/(déficit) do plano	(220.881)	(215.988)	(225.649)	--	--	(215.777)	(226.197)
Prevmais (Economus)	Valor presente da obrigação atuarial	308.819	305.864	311.738	310.379	307.283	300.084	318.020
	Superávit/(déficit) do plano	135.342	138.297	132.423	133.782	136.878	144.077	126.141
Multifuturo I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	85.246	84.065	86.395	--	--	83.133	87.457
	Superávit/(déficit) do plano	145.612	146.793	144.463	--	--	147.725	143.401
Plano I (Fusesc)	Valor presente da obrigação atuarial	630.554	618.336	642.647	--	--	619.264	642.284
	Superávit/(déficit) do plano	44.492	56.710	32.399	--	--	55.782	32.762
Plano BEP (Prevbep)	Valor presente da obrigação atuarial	77.138	75.842	78.396	77.292	76.983	75.046	79.329
	Superávit/(déficit) do plano	48.791	50.087	47.533	48.637	48.946	50.883	46.600

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Plano 1 (Previ)	3.584.390	4.382.919	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(940.374)	(959.692)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(9.152.351)	(8.724.130)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(1.555.593)	(1.368.699)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(501)	(339)
Plus I e II (Economus)	--	--	(807.388)	(656.497)
Grupo B' (Economus)	--	--	(220.881)	(210.324)
Prevmais (Economus)	67.671	43.535	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	72.806	63.286	--	--
Plano I (Fusesc)	22.246	26.488	--	--
Plano BEP (Prevbep)	24.396	24.128	--	--
Total	3.771.509	4.540.356	(12.677.088)	(11.919.681)

f) Destinações do Superávit - Plano 1

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	41.354	102.726	129.900
Atualização	1.282	4.636	9.092
Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97	(252.385)	(317.111)	(36.266)
Valores transferidos do Fundo de Utilização	209.749	209.749	--
Saldo Final	--	--	102.726
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	9.710.133	9.499.488	9.432.110
Contribuição ao Plano 1	(308.022)	(574.273)	(570.411)
Transferência para o Fundo Paridade	(209.749)	(209.749)	--
Atualização	319.399	796.295	637.789
Saldo Final	9.511.761	9.511.761	9.499.488
Total dos fundos de destinação do superávit	9.511.761	9.511.761	9.602.214

f.1) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo vem sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

f.2) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

27 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos Contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

b) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função e outros.

c) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

d) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF – suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo Supremo Tribunal Federal. Desde maio/2018, os poupadores podem aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em outubro de 2018, o Ministro Gilmar Mendes determinou nos autos do RE 632.212/SP a suspensão dos processos relacionados aos expurgos inflacionários dos planos econômicos em poupança, independentemente da fase processual (conhecimento, liquidação ou execução), pelo prazo de 24 meses a contar de 05.02.2018, data de homologação do acordo.

e) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

e.1) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	2.561.756	2.677.568	2.508.268
Constituição	832.213	1.485.098	1.227.945
Reversão da provisão	(61.348)	(411.492)	(207.902)
Baixa por pagamento	(949.695)	(1.476.428)	(1.099.010)
Atualização monetária e variação cambial	138.042	246.222	248.267
Saldo Final	2.520.968	2.520.968	2.677.568
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	245.016	258.324	276.015
Constituição	92.831	177.286	98.276
Reversão da provisão	(23.470)	(99.143)	(99.684)
Baixa por pagamento	(57.743)	(82.871)	(35.907)
Atualização monetária e variação cambial	6.090	9.128	19.624
Saldo Final	262.724	262.724	258.324
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	7.292.607	6.723.721	6.897.180
Constituição	2.067.177	3.857.889	1.872.625
Reversão da provisão	(143.398)	(177.798)	(631.664)
Baixa por pagamento	(2.379.789)	(3.697.589)	(1.660.655)
Atualização monetária e variação cambial	160.847	291.221	246.235
Saldo Final	6.997.444	6.997.444	6.723.721
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	9.781.136	9.781.136	9.659.613

e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.456.701	136.813	5.695.065
Acima de 5 anos	64.267	125.911	1.302.379
Total	2.520.968	262.724	6.997.444

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

f) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	218.985	193.780
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	13.053.487	12.475.951
Demandas Cíveis	2.359.921	2.327.630
Total	15.632.393	14.997.361

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 3.723.775 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 333.407 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 638.519 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.683.317 mil.

g) Depósitos em Garantia de Recursos**g.1) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	5.684.226	5.579.789
Demandas Fiscais	8.397.852	8.193.592
Demandas Cíveis	23.562.567	23.309.214
Total	37.644.645	37.082.595

h) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R\$ 17.667.363 mil (R\$ 16.468.293 mil em 31.12.2017), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos. Atualmente, o Banco encontra-se aguardando o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) em que houve reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo STF. Em consequência, o RE 354.322-DF, aviado pelo BB, ficará sobrestado no TRF 1ª Região, até julgamento da repercussão geral.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra o passivo de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 11.095.690 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 5.979.489 mil, em 31.12.2018, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 4.462.962 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

h.1) Valores relacionados à referida ação

	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais	18.668.426	18.180.644
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	10.851.415	10.363.633
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	17.667.363	16.468.293
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	11.095.690	9.896.620

28 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que comporão o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Contágio;
- p) Risco de Conformidade (*Compliance*); e
- q) Risco de Conduta.

Os riscos de Descontinuidade dos Negócios, Residual, de Concentração e de Fronteira constam no Inventário de Riscos Relevantes do BB, porém com taxonomia de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSGRC são conduzidas no Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC) e no Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	31.12.2018		31.12.2017		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativos								
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	415.091.597	414.941.710	373.023.328	366.413.274	(149.887)	(6.610.054)	(149.887)	(6.610.054)
Títulos e valores mobiliários	150.413.303	150.122.037	138.267.653	136.858.385	(1.970.524)	(2.414.599)	(291.266)	(1.409.268)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	(1.679.258)	(1.005.331)	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	(291.266)	(1.409.268)	(291.266)	(1.409.268)
Instrumentos financeiros derivativos	683.162	683.162	654.919	654.919	--	--	--	--
Operações de crédito	548.988.119	533.098.255	544.289.767	512.789.410	(15.889.864)	(31.500.357)	(15.889.864)	(31.500.357)
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	33.668.595	33.735.065	24.152.759	24.200.294	(66.470)	(47.535)	(66.470)	(47.535)
Depósitos a prazo	209.491.504	209.363.697	195.628.823	195.528.921	127.807	99.902	127.807	99.902
Obrigações por operações compromissadas	402.901.202	404.409.826	376.242.695	374.699.808	(1.508.624)	1.542.887	(1.508.624)	1.542.887
Obrigações por empréstimos e repasses	87.718.289	87.945.963	100.457.710	100.595.084	(227.674)	(137.374)	(227.674)	(137.374)
Instrumentos financeiros derivativos	809.201	809.201	789.887	789.887	--	--	--	--
Outras Obrigações	209.666.230	209.666.230	206.066.264	206.066.264	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					(19.685.236)	(39.067.130)	(18.005.978)	(38.061.799)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Eventualmente, em fluxos de menor prazo, com estabilidade nas taxas de desconto ao longo dos períodos, pode ser adotado o critério de valor contábil.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	Saldo em 31.12.2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	131.904.945	98.630.263	33.274.682	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	664.473	--	664.473	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.181.752	5.124.674	1.057.078	--
Instrumentos financeiros derivativos	683.162	--	683.162	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	124.375.558	93.505.589	30.869.969	--
Passivos	(1.359.292)	--	(1.359.292)	--
Captação com hedge	(550.091)	--	(550.091)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(809.201)	--	(809.201)	--

	Saldo em 31.12.2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	131.912.572	99.640.850	32.148.239	123.483
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	7.752.533	5.820.756	1.931.777	--
Instrumentos financeiros derivativos	654.919	--	531.436	123.483
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	123.505.120	93.820.094	29.685.026	--
Passivos	(789.887)	--	(789.887)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(789.887)	--	(789.887)	--

Os valores classificados como nível 3 referem-se às opções de venda junto a CEMIG, cuja modelagem utiliza a volatilidade histórica dos preços das ações da Light.

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (*Trading Book*): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (*Banking Book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,81 e manutenção da taxa Selic para 6,50% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2018, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Redução	16.667
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	243	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Redução	4.081
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(9.784)	Aumento	4.006

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(350)	Aumento	(143.847)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(71)	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(143)	Aumento	(18.303)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(157.768)	Redução	(123.468)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	(693)	Aumento	(271.416)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(142)	Manutenção	--
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(281)	Aumento	(35.346)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(315.536)	Redução	(246.935)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Aumento	(2.215.999)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Aumento	1.228.076
Cupom de TBF		Redução	(318)	Aumento	5.024
Cupom de TJLP		Redução	(6.269)	Aumento	(33.417)
Cupom de TMS e CDI		Redução	208.086	Aumento	837.005
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Aumento	70.266
Cupom de INPC		Manutenção	--	Aumento	(73.999)
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Aumento	(614.995)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	737.258	Aumento	824.461
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(44.678)	Aumento	20.150

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(9.154.584)	Aumento	(9.419.773)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(4.852.166)	Redução	(4.171.163)
Cupom de TBF		Redução	(469)	Redução	(2.155)
Cupom de TJLP		Redução	(95.595)	Aumento	(20.304)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(7.554)	Aumento	(999.708)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(495.898)	Aumento	(403.536)
Cupom de INPC		Aumento	(121.600)	Aumento	(154.092)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.000.438)	Aumento	(1.443.773)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(832.428)	Redução	(957.024)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(817.437)	Redução	(621.006)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(17.679.203)	Aumento	(18.037.145)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(9.581.770)	Redução	(8.183.811)
Cupom de TBF		Redução	(940)	Redução	(4.328)
Cupom de TJLP		Redução	(200.331)	Aumento	(43.554)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(15.104)	Aumento	(2.004.468)
Cupom de IGP-M		Aumento	(1.075.797)	Aumento	(869.226)
Cupom de INPC	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(240.520)	Aumento	(303.694)
Cupom de IPCA		Aumento	(1.886.635)	Aumento	(2.730.917)
Cupom de moedas estrangeiras		Redução	(1.714.600)	Redução	(1.972.911)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.440.874)	Redução	(1.242.012)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2018, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o *Chief Risk Officer* (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos, e o Diretor de Controladoria como responsável pelo gerenciamento de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

A partir de janeiro/2018, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 100%:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, as deduções referentes aos instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e à diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013, não estavam sujeitas ao faseamento.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a partir de janeiro de 2015, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	31.12.2018	31.12.2017
PR - Patrimônio de Referência	134.178.484	135.511.422
Nível I	95.289.701	95.227.960
Capital Principal (CP)	71.169.071	72.320.060
Patrimônio Líquido	92.016.168	88.067.958
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(28.947.097)	(23.847.898)
Capital Complementar	24.120.630	22.907.900
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	20.827.050	18.111.300
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	3.293.580	4.796.600
Nível II	38.888.783	40.283.462
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	38.925.975	40.327.803
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	3.270.036	4.558.860
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.655.939	35.768.943
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	29.336.898	27.870.141
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	6.319.041	7.898.802
Dedução do Nível II	(37.192)	(44.341)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(37.192)	(44.341)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	711.490.229	689.856.756
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	624.018.657	616.822.462
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	26.390.238	17.296.387
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	61.081.334	55.737.907
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	61.366.032	63.811.750
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)	72.812.452	71.699.672
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	13,39%	13,80%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,00%	10,48%
Índice de Basileia (PR/RWA)	18,86%	19,64%

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, em 31.12.2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018. Em períodos anteriores, aplicava-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Foi considerado o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 40% em 31.12.2018 (50% em 2017), conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11%, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875%, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25%, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625%, de 01.01.2018 a 31.12.2018 e 8% a partir de 01.01.2019.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ⁽¹⁾⁽²⁾	(11.895.016)	(9.230.578)
Ativos intangíveis ⁽¹⁾⁽³⁾	(5.777.411)	(5.158.510)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(4.631.170)	(2.663.196)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(3.731.833)	(3.293.873)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾⁽⁴⁾	(1.878.196)	(790.986)
Investimentos superiores (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(715.692)	(1.717.569)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(216.810)	(247.965)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(62.020)	(71.438)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(38.923)	--
Participação de não controladores ⁽¹⁾⁽⁶⁾	(26)	(673.783)
Total	(28.947.097)	(23.847.898)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em 31.12.2018, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (Banco Votorantim e Banco CBSS), R\$ 2.576.167 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.312.020 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) A partir de 01.01.2018, os ativos intangíveis constituídos antes de 01.10.2013, não amortizados integralmente até 31.12.2017, passaram a compor os ajustes prudenciais, de acordo com o § 1º, art. 5 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em 31.12.2018, aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2019, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

(5) Em 31.12.2018, os ágios que compuseram os ajustes prudenciais se referiam a investimentos.

(6) Em 31.12.2018, a dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013. Nos períodos anteriores, aplicava-se a faculdade do §4º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

c) Índice de Imobilização e Capital Excedente

	31.12.2018	31.12.2017
Índice de imobilização	14,63%	16,02%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização	47.455.103	46.049.655

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

29 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	6.978.206	12.862.025	11.010.776
Outros Resultados Abrangentes			
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)	(4.795.228)	(4.084.421)	6.194.401
Banco do Brasil	(4.213.563)	(3.386.310)	6.293.816
Subsidiárias no exterior	(313.523)	(623.658)	(215.274)
Coligadas e controladas	(268.142)	(74.453)	115.859
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)	1.769.728	1.150.030	(2.484.921)
Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL	(3.025.500)	(2.934.391)	3.709.480
Lucro Abrangente	3.952.706	9.927.634	14.720.256
Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores	630.776	1.395.849	1.650.034

30 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 08.05.2018, no exercício de suas atribuições previstas no artigo n.º 21 do Estatuto Social do Banco, aprovou a revisão da política específica de remuneração aos acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (*payout*) via dividendos e/ou juros sobre capital próprio, será fixado em intervalo percentual do resultado. Para o exercício de 2018, o intervalo definido foi de 30% a 40% do lucro líquido a ser distribuído como *payout*.

b) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Administrado	783	740	941.115.807	864.479.913
Fundos de investimentos	772	729	922.435.286	847.368.405
Carteiras administradas	11	11	18.680.521	17.111.508

c) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo		
Grupo BB	88.409.314	77.629.156
Terceiros	85.477.251	77.646.509
TOTAL DO ATIVO	173.886.565	155.275.665
Passivo		
Grupo BB	16.845.235	12.994.022
Terceiros	143.451.909	130.088.577
Patrimônio Líquido	13.589.421	12.193.066
Atribuível à controladora	13.215.245	11.350.864
Participação dos não controladores	374.176	842.202
TOTAL DO PASSIVO	173.886.565	155.275.665

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro	910.182	1.455.342	664.489
Atribuível à controladora	816.254	1.235.009	381.766
Participações dos não controladores	93.928	220.333	282.723

d) Recursos de Consórcios

	31.12.2018	31.12.2017
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	328.614	264.199
Obrigações do grupo por contribuições	17.132.581	13.133.401
Consortados - bens a contemplar	15.760.785	11.990.432
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	213	294
Quantidade de consorciados ativos	794.505	653.538
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	69.896	55.366

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	60.995	118.850	114.062

e) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	2º Semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco						
Entidades sindicais	213	19.453	213	37.991	212	37.313
Outros órgãos/entidades	2	514	2	1.000	1	796
Entidades controladas e coligadas	3	1.312	3	2.608	2	1.575
Sem ônus para o Banco ⁽²⁾						
Governos Federal, Estadual e Municipal	196	--	196	--	212	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	21	--	21	--	550	--
Entidades dos funcionários	80	--	80	--	74	--
Entidades controladas e coligadas	565	--	565	--	607	--
Total	1.080	21.279	1.080	41.599	1.658	39.684

(1) Posição no último dia do período.

(2) No Exercício/2018, o Banco foi ressarcido em R\$ 485.527 mil, referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

f) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	31.12.2018	31.12.2017
Menor salário	2.854,66	2.718,73
Maior salário	47.763,57	45.489,12
Salário médio	6.677,30	7.323,05
Dirigentes		
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselheiros		
Conselho Fiscal	5.948,54	5.490,96
Conselho de Administração	5.948,54	5.490,96
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital ⁽¹⁾	46.959,71	46.959,71

(1) Criado em 18.09.2017.

g) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2018

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	300.000	8.320
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	309.140	637
Demais	22.606	100
Total	631.746	9.057

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

31 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Investimentos S.A (BB BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretende promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única holding, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado BB.

A operação acima mencionada está sujeita a análise e aprovação dos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme legislação aplicável.



KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
- ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 8587 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria para o semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4g e 10, das demonstrações contábeis consolidadas, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4g e 10, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.



Valor de mercado de instrumentos financeiros

O Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8 das demonstrações contábeis consolidadas. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma, consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pelo Banco para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Analisamos também, o processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Para uma amostra, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4e, 4f e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Provisões e passivos contingentes - Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme descrito nas notas explicativas n.os 4n e 27 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração das Provisões e determinação das divulgações para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de cadastro, avaliação de risco processual, cálculo da provisão massificada, condução dos processos e etapas de encerramento. Nossos procedimentos incluíram ainda, a análise por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pelo Banco, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas n.os 4n e 27, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Benefícios a empregados

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 4l e 26 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco é patrocinador de entidades fechadas de previdência complementar e de saúde suplementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades são classificados como planos de benefício definido e os valores decorrentes do patrocínio do Banco nesses planos são reconhecidos de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos do Banco quanto à determinação das premissas utilizadas para fins de mensuração da obrigação atuarial, bem como a avaliação do Banco quanto à aderência dessas premissas. Com auxílio de nossos atuários, realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial e base de dados utilizada nos cálculos efetuados pelos atuários externos. Analisamos a contabilização das transações envolvendo os planos de aposentadoria e avaliamos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas, especificamente à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas e demais regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.



Projeção de resultados futuros para a realização de ativos relativos a créditos tributários

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas n.os 4h e 24e e 24f das demonstrações contábeis consolidadas), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Para elaborar as projeções de resultados futuros, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas poderiam gerar nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo do Banco quanto a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de projeção de lucros para realização de ativos relativos a créditos tributários. Analisamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação das projeções de resultado e das premissas de rentabilidade futura. Foram avaliadas a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco e se essas estavam consistentes com as metodologias de avaliação comumente utilizadas no mercado. Avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos acima especificados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Participações Societárias

Conforme mencionado nas notas explicativas n.os 3a, 5 e 14 das demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui participações societárias em diversas entidades e segmentos de negócios, com estruturas específicas de investimentos, as quais são controladas por meio de estruturas de Governança Corporativa.

Essas investidas registram estimativas contábeis que afetam o resultado das demonstrações consolidadas de forma relevante, sendo elas: (i) mensuração de provisões para contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista, que envolve julgamento significativo quando a conclusão dos processos judiciais e os valores envolvidos; (ii) mensuração das provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência, que envolvem, entre outras, expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros e (iii) ágio na aquisição de investimentos cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco. Devido à relevância e julgamentos envolvidos na mensuração dessas estimativas nas investidas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria nas investidas incluíram a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes das investidas relevantes, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os auditores responsáveis pelas investidas relevantes para avaliação das evidências de auditoria obtidas sobre a mensuração das provisões para contingências, das provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência e avaliação da recuperação de ágios na aquisição de investimentos. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos, em especial os relativos a provisões para contingências, provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e previdência e avaliação do valor recuperável dos ágios.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo de participações societárias e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 12 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único (Coaud único) para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (BB Leasing), BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (BB Cartões), BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, Ativos Gestão S. A. – Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito, BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo) e BB Turismo Viagens e Turismo Ltda (BB Turismo).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

O Comitê de Riscos e de Capital (Coris) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

No período, realizou 124 reuniões com representantes da Administração, Conselhos de Administração e Fiscal do BB e subsidiárias, auditorias interna e independente, Presidente do BB e representantes do Banco Central do Brasil, além de reuniões internas.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, perdas operacionais, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), resultado atuarial, transações com partes relacionadas, ética corporativa, ouvidoria, dependências no exterior, entidades ligadas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Os membros do Coaud participaram de eventos de atualização e aperfeiçoamento em temas relacionados à sua atuação.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela administração ou por terceiros.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Nas reuniões com a Unidade avaliou: processo de planejamento, proposta orçamentária, acordo de trabalho, resultado da avaliação do sistema de controles internos, programa de gestão e melhoria da qualidade, resultado da avaliação de riscos e controles internos, sumários e relatórios dos principais trabalhos e acompanhou as principais recomendações de auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, e a qualidade e adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

No período, avaliou seu planejamento, resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, principais assuntos de auditoria (PAA) e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis. Acompanhou o processo licitatório para contratação da empresa de auditoria independente.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do sistema de controles internos do Banco do Brasil (SCI).

A avaliação da efetividade do SCI é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), em informações e documentos requisitados às áreas do Banco e subsidiárias e também em suas próprias análises.

VII. Transações com Partes Relacionadas (TPR)

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador.

No período, o Comitê emitiu pareceres nas transações de alçada do Conselho de Administração do Banco.

VIII. Parâmetros e resultado atuarial

O Coaud realizou reuniões com as áreas responsáveis pelo processo de avaliação atuarial do Banco em relação aos fundos de pensão patrocinados pelo BB, realizou debates, conheceu e discutiu as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliou as premissas e os resultados atuariais.

IX. Exposição de risco

Avaliou e monitorou, em conjunto com o Coris, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos. No período realizou, conjuntamente com o Coris, reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital, de estratégias e governança.

X. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das práticas contábeis adotadas e analisou mensalmente as principais variações dos saldos e suas respectivas causas, do BB e das entidades que aderiram ao Coaud único, a partir das demonstrações contábeis e de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações consolidadas do BB, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2018.

XI. Recomendações do Comitê de Auditoria

Apresentou pareceres prévios ao Conselho de Administração envolvendo temas, dentre outros, como: SCI; ouvidoria externa; relatório de denúncias de ilícitos; código de ética e normas de conduta; TPR; planejamento, orçamento e acordo de trabalho da auditoria interna.

XII. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;
- e) os principais parâmetros dos cálculos atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado;
- f) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;
- g) as demonstrações contábeis do semestre findo em 31/12/2018 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2019.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2018.

Brasília (DF), 12 de fevereiro 2019.

Julio Cesar Costa Pinto

Daniel Sigelmann

Beny Parnes

Fabiano Felix do Nascimento

Luiz Serafim Spinola Santos

Rubem de Freitas Novaes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, expedido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 12 de fevereiro 2019.

Christianne Dias Ferreira
Conselheira

Giorgio Bampi
Conselheiro

Maurício Graccho de Severiano Cardoso
Conselheiro

Aldo César Martins Braido
Presidente

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Antônio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Gestão de Pessoas,
Suprimentos e Operações

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Governo

Marcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

Ivandrê Montiel da Silva
Vice-Presidência de Agronegócios

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 12.02.2019, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Rubem de Freitas Novaes
Presidente

Antônio Gustavo Matos do Vale
Vice-Presidência de Gestão de Pessoas,
Suprimentos e Operações

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Distribuição de Varejo

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Tecnologia

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Governo

Marcio Hamilton Ferreira
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

Ivandrê Montiel da Silva
Vice-Presidência de Agronegócios

Marcelo Augusto Dutra Labuto
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Rubem de Freitas Novaes

VICE-PRESIDENTES

Antônio Gustavo Matos do Vale
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Carlos Motta dos Santos
Carlos Renato Bonetti
Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Ivandrê Montiel da Silva
João Pinto Rabelo Júnior
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marcio Hamilton Ferreira

DIRETORES

Adriano Meira Ricci
Alexandre Alves de Souza
Ana Paula Teixeira de Sousa
Camilo Buzzi
Carla Nesi
Cicero Przendsiuk
Delano Valentim de Andrade
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Ênio Mathias Ferreira
Fabiano Macanhan Fontes
Fernando Florencio Campos
Gerson Eduardo de Oliveira
Gustavo de Souza Fosse
José Avelar Matias Lopes
José Eduardo Moreira Bergo
José Ricardo Fagonde Forni
Leonardo Silva de Loyola Reis
Lucinéia Possar
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marco Túlio Moraes da Costa
Marcos Renato Coltri
Marvio Melo Freitas
Paula Luciana Viana da Silva Lima Mazanék
Rogério Magno Panca
Simão Luiz Kovalski
Wagner Aparecido Mardegan

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Beny Parnes
Daniel Sigelmann
Fabiano Felix do Nascimento
Julio Cesar Costa Pinto
Luiz Serafim Spinola Santos
Rubem de Freitas Novaes

CONSELHO FISCAL

Aldo César Martins Braido
Christianne Dias Ferreira
Giorgio Bampi
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

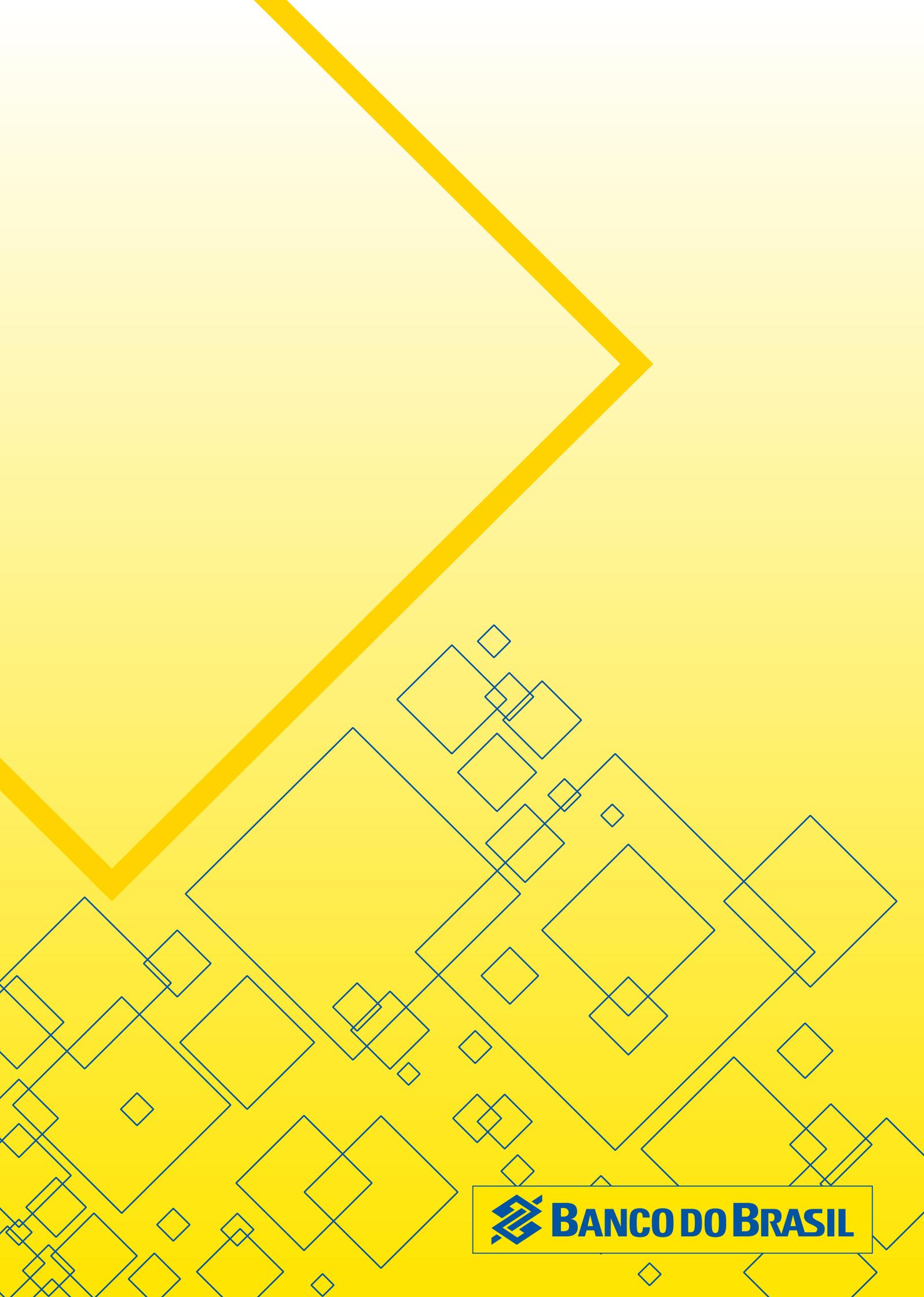
COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Daniel André Stieler
Contador CRC-DF 013931/O-2
CPF 391.145.110-53



BANCO DO BRASIL